

Neiva de Assis

CIDADE POLIFÔNICA
Indícios de memórias outras na paisagem

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Psicologia, Área de Concentração Práticas Culturais e Processos de Subjetivação, Linha de Pesquisa: Relações éticas, estéticas e processos de criação. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof. Dra. Andréa Vieira Zanella

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Assis, Neiva de

Cidade polifônica : indícios de memórias outras na paisagem / Neiva de Assis ; orientador, Andréa Vieira Zanella - Florianópolis, SC, 2016.

240 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Subjetividade. 3. Cidade. 4. Paisagem. 5. Memória. I. Vieira Zanella, Andréa. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Psicologia. III. Título.

Folha de assinaturas

Folha de assinaturas (verso)

Folha de assinaturas 2

Folha de assinaturas 2 (verso)

Dedico esta tese à Dona Bela, minha querida mãe. Trabalho que, na tentativa de um estudo sobre memórias de pessoas de uma cidade, provocou o desejo de reviver, recompor, revisitar as minhas memórias, minha própria história, meus patrimônios.

AGRADECIMENTOS

Impossível não pensar em todos aqueles que fizeram parte da minha vida, de alguns anos ou de alguns importantes momentos. Difícil mesmo é nomeá-los sem correr o risco de esquecer alguém. Começo dizendo que esta tese teve a certeza de que a pessoa mais importante não estaria presente no dia da defesa do doutorado, como esteve na defesa da dissertação, a ouvir as longas considerações a respeito do meu trabalho. Ela sempre esteve aqui e acolá. Ela esteve lá quando escolhi ser psicóloga, servidora pública, professora. E esteve também em cada pequena escolha diária. E agora no final desta tese, depois da experiência de viver em um país estrangeiro e retornar a minha casa, sei que ela também está aqui, o tempo todo, na pessoa que me tornei. Obrigada, mãe!

Quero agradecer ainda a Andrea Zanella, querida e afetuosa. Desafiou-me a viver em um país com uma língua estrangeira, abriu as portas da sua casa e sempre com uma generosidade de quem sabe muito orientou esta tese. Para agradecer a Katia Maheirie, lembro-me de uma cena dentre tantas, quando, frustrada por não ter sido selecionada em 2007 para o mestrado, fui afetivamente acolhida e motivada a não desistir. Esse seu cuidado foi especial pra mim! Quero agradecer ainda a Tania Galli por suas palavras em minha banca de dissertação que me conduziram à continuidade. A Jaqueline Titoni, pelo convite à fotografia e à beleza de ver o mundo por imagens. Ao Professor Vincenzo pela experiência oferecida em Roma, pela atenção nos primeiros tempos de adaptação e por me apresentar tantas instalações etnográficas que reconduziram esta tese. Aos colegas do NUPRA que me acompanharam nesta tarefa.

Aos meus irmãos, Evandro e Cristiane, e aos cunhados, Eduardo e Mariane, que me incentivaram e comigo vibraram nas diversas aventuras em que me lancei nestes anos. E claro, a Vitor, menino Curupira, cabelo de fogo, que colore meus dias! Agradeço aos amigos e mães de amigas por todo carinho e amizade, por cuidarem das minhas plantinhas e da minha casa enquanto viajei, pela recepção inesquecível no aeroporto e por me fazerem sentir que é bom viajar e melhor ainda poder voltar para as nossas raízes. Ana Luisa, Suela, Leticia, Solange, D. Lúcia, Luli, Marina, Marcela, Michele, Vitor e Ângela, como poderia sem vocês? E a Juçara, que mesmo com a distância de Blumenau a Roma, e agora em Uberlândia, se fez presente em cada linha desta tese. A Allan Gomes, companheiro de estrada e de vida. Agradeço-te por estar presente no pior e no melhor da vida.

Agradeço também aos amigos que conheci no IFCatarinense – Luciano, Adalto, Leticia, Regina – pela delicadeza com que me

acompanharam nesta trajetória. E às pessoas queridas que conheci a 10 mil quilômetros de distância; Giuliano Iaccarino, Priscila Haydé, Valentina Danza, Iva Fidra, Erica Webber, Giacomo Salvagno, Taylor Sofia, Gemma Bonder, Winny Claret, Coentín Duruck, Sara Fiorillo e Giulia Acquavibel; obrigada por compartilharmos aventuras, afetos e culturas!

A todos aqueles que me cederam um tempo para narrar suas histórias: D. Carmen, Andrea, Soraia, Schetz, Vanessa, Karine, Dalmo, D. Nete, Cirenio, Ana Passos, Seu Maneca, Bruno, Claudio e Adriano. Vivi com vocês experiências inesquecíveis!

RESUMO

A pesquisa defendeu a tese de que na cidade de São Francisco do Sul, reconhecida oficialmente como patrimônio cultural nacional, coexistem modos de preservação de memória não presentes no discurso hegemônico sobre a cidade. A pesquisa considerou fundamental prestar atenção em como outros grupos culturais reivindicam suas presenças na cidade e as tensões que emergem do confronto com vozes sociais dominantes. O percurso investigativo consistiu em uma etnografia que buscou alargar o olhar sobre patrimônios e memórias em São Francisco do Sul. A pesquisa encontrou resíduos de memórias e foi preciso interpretar insignificâncias e detalhes, por vezes considerados negligenciáveis. O paradigma indiciário de Ginzburg (2000) auxiliou a pensar a possibilidade de uma pesquisa por vestígios, fragmentos de histórias e memórias entretecidas no curso da investigação. Construiu-se um percurso analítico investigativo colecionando-se restos, objetos, fragmentos de memórias, de histórias de vidas, no encontro com diferentes sujeitos que forneceram pistas de novas memórias. As análises pautaram-se nas discussões sobre relações dialógicas em Bakhtin, na produção de sentidos em Vigotski, bem como nos estudos no campo da etnografia, patrimônio e memória e no contato com práticas de patrimônio na Itália. Como resultados, constatou-se que, no processo de patrimonialização, foram privilegiados bens pertencentes aos grupos sociais de tradição europeia e, por conseguinte, produziu-se um retrato de cidade atrelado aos colonizadores europeus e um apagamento de memórias de tantos outros grupos culturais presentes neste território. Foi possível apontar alguns rastros de memórias que compõem a polifonia da cidade: aldeias guaranis que mantêm sua língua e seus artesanatos; remanescentes quilombolas resistindo ao apagamento de suas tradições; um último engenho artesanal ativo de farinha de mandioca; uma antiga dança festiva de colheita agrícola cultivada por uma família; histórias de um velho pescador artesanal transformadas em poesia; sambaquis esquecidos; o desejo de um museu de memória negra; um colecionista de objetos encontrados no lixo; lendas em torno de uma comunidade extinta com a instalação do porto naval; entre tantos outros. O diálogo entre essas memórias e o diálogo entre elas e as experiências de museus etnográficos na Itália podem contribuir na construção de novas propostas de registro de memórias, bem como na restituição de patrimônios culturais socialmente invisibilizados.

Palavras-chave: Subjetividade. Cidade. Paisagem. Memória.

POLYPHONIC CITY

Evidences of other memories on the landscape

ABSTRACT

The research defended the thesis that in the city of São Francisco do Sul, officially recognized as national cultural heritage, coexist memory preservation modes not present on the hegemonic discourse about the city. The research considered fundamental paying attention to how other cultural groups claim their presence over the city and the tensions that emerge from the clash with the dominant social voices. The investigative path consisted in an ethnography that sought to broaden the view about the heritages and memories in São Francisco do Sul. The research found residues of memories and it was necessary to interpret insignificances and details, which sometimes are considered negligible. The indiciary paradigm by Ginzburg (2000) helped to think about the possibility of a research for vestiges, history fragments and memories woven through the investigation. An investigative analytical path was built in order to collect the rests, objects, fragments of memories, of life histories, in the meeting with different subjects that gave clues of new memories. The analyses were based on the discussions about dialogical relations in Bakhtin, in the sense production in Vigotyski, as well as on the studies on the ethnography field. As results, it was brought to light that, in the process of heritage, the goods of European tradition social groups were privileged and, consequently, a portrait of the city tied to European colonizer and an erasure of the memories of other culture groups present on this territory was produced. It was possible to point out some remnants of memories which compose the polyphony of the city: guarani villages that maintain their language and handcraft; remaining quilombolas resisting the erasure of their traditions; the last active artisanal ingenuity of cassava flour; an old festive dance of crop farming cultivated by one family; histories of an old artisanal fisherman transformed to poetry; forgotten sambaquis; the desire for a black memory museum; a collector of objects found in trash; legends of a community extinct because of the naval port facility; among many others. The dialogue among these memories and the dialogue between them and the experiences of the ethnographic museums in Italy can contribute to the building of new proposals of memories registers, as well as on the restitution of socially invisibilized cultural heritages.

Key-words: Subjectivity. City. Landscape. Memory.

VILLE POLYPHONIQUE :
Indices d'autres mémoires dans le paysage

RÉSUMÉ

Cette recherche défend la thèse que dans la ville de São Francisco do Sul, reconnue officiellement comme patrimoine culturel national, coexiste des modes de préservation de la mémoire absente des discours hégémoniques à propos de la ville. Cette recherche considéra fondamentale de donner une attention particulière à comment certains groupes culturels revendiquent leur place dans cette ville et les tensions qui émergent de la confrontation des acteurs sociaux dominants. Le parcours d'investigation constitua en une ethnographie qui examine l'élargissement de notre regard sur le patrimoine et la mémoire à São Francisco do Sul. Cette recherche retrouva des résidus de mémoires et il fut tout aussi nécessaire d'interpréter les insignifiances et les détails, parfois considérés négligeables. Le Paradigme de l'Indice de Ginzburg (2000) nous aide à penser à la possibilité de rechercher des vestiges, des fragments d'histoires et mémoires brodées au cours de l'investigation. Il s'est construit un parcours analytique d'investigation grâce à la collection de restes, d'objets, de fragments de mémoires, de récits de vies à la rencontre de différents sujets qui nous guident sur le chemin de cette nouvelle mémoire. Les analyses se basent sur des discussions imprégnées de la Théorie du Dialogue de Bakhtin, les Sens et Significations de Vigotski, mais également dans le domaine de l'ethnographie, patrimoine et mémoire, en contact avec les pratiques patrimoniales italiennes. En définitive, on constate que, lors du processus de création du patrimoine, furent privilégiés les biens appartenant aux groupes sociaux de tradition européenne et, par conséquent, s'est transmise une représentation altérée par les colons européens, entraînant l'estompement de la mémoire de tant d'autres groupes culturels présents sur ce territoire. Il a été possible de montrer certaines traces de ces mémoires qui composent la polyphonie citadine : villages Guarani, qui préservent leur langue et leur artisanat ; Quilombolas qui résistent à l'oubli de leurs traditions ; Un des derniers ateliers de production artisanale de farine de manioc ; une famille qui perpétue une ancienne danse festive pour célébrer les récoltes ; Les histoires d'un vieux pêcheur traditionnel transformées en poésie ; des Sambaquis oubliés ; le désir d'un musée de la mémoire des noirs ; un collectionneur d'objets trouvés dans les ordures ; les légendes d'une communauté qui s'est éteinte pour cause de la construction du port ; et beaucoup d'autres. Le dialogue entre ces souvenirs, leur relation, et les

expériences des musées ethnographiques en Italie, peut contribuer à la construction de nouvelle forme d'écriture des mémoires, tout comme la restitution de patrimoines culturels socialement invisibles.

Mots clefs : Subjectivité. Ville. Paysage. Mémoire.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: São Francisco do Sul	30
Figura 2: Instalação que abre o percurso museal.....	73
Figura 3: Fotografias: StraVOLTI.....	75
Figura 4: Stanza della memoria.....	78
Figura 5: Entrevistas no telão.....	81
Figura 6: Mala com manjeriões e pimenteiras.....	81
Figura 7: Centro Histórico de São Francisco do Sul.....	85
Figura 8: Vista geral do aterro no Canal do Linguado	87
Figura 9: Ponte Rotativa do Canal do Linguado	88
Figura 10: Foto do trem.....	89
Figura 11: Centro Histórico.....	91
Figura 12: Residência de Marcos Lins Caldas em estilo colonial português	93
Figura 13: Casarão sede do IPHAN	95
Figura 14: Lei municipal nº 756, de março de 1981.	97
Figura 15: Mapa de Proteção Centro Histórico de São Francisco do Sul	99
Figura 16: Casa de Carmen.....	102
Figura 17: Carta à Cidade de São Francisco do Sul.....	115
Figura 18: Carta à Cidade de São Francisco do Sul.....	116
Figura 19: Centro Histórico.....	121
Figura 20: Escultura em madeira de homem carijó.....	126
Figura 21: Artesanato guarani	126
Figura 22: Artesanato guarani	127
Figura 23: Aldeias Indígenas em Santa Catarina	128
Figura 24: Fotocomposição: Dança do Vilão.....	165
Figura 25: Parque Estadual Acaraí.....	169
Figura 26: Parque Estadual Acaraí.....	170
Figura 27: Varal de roupas	171
Figura 28: Dona Nete na Tapera	178
Figura 29: Material coletado do lixo	181
Figura 30: Fotocomposição.....	184
Figura 31: Museu Ettore Guatelli	187
Figura 32: Museu Ettore Guatelli.....	188
Figura 33: Fotocomposição – Museu Agostinelli	190
Figura 34: Taça encontrada por Claudio	193
Figura 35: Parque Estadual do Acaraí.....	196
Figura 36: Sambaqui no Parque Estadual do Acaraí.....	196
Figura 37: Seu Maneca.....	200

Figura 38: Cemitério do Casqueiro.....	202
Figura 39: Placa das Ruínas da igreja	203
Figura 40: Ruínas da Igreja.....	204
Figura 41: Foto da Igreja na Comunidade do Casqueiro.	205
Figura 42: Pasta com poemas de Seu Maneca	206
Figura 43: Engenho de farinha de Cirenio Madeira.....	210
Figura 44: Conversa com Cirenio.	215

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Síntese de informações a respeito das pessoas participantes da pesquisa.....	61
Tabela 2: Museus ou Mostras visitados	70
Tabela 3: Outros Museus Demoetnoantropológicos	71

SUMÁRIO

1 ARQUITETÔNICA DA PESQUISA	23
2 PATRIMÔNIO CULTURAL: a paisagem estabelecida e suas tensões	31
3 SENTIR, IMAGINAR E CRIAR: o percurso de um método	49
3.1 EM BUSCA DA POLIFONIA NA/DA CIDADE	58
4 VIAGEM À ITÁLIA E A EXPERIÊNCIA DO ESTRANHO ÍNTIMO	65
4.1 MUSEUS ETNOGRÁFICOS ITALIANOS: registros de outras memórias	69
5 “PORQUE A PAISAGEM NÃO É SENÃO UM PONTO DE PARTIDA”	85
6 O CHÃO COMO LUGAR NA CIDADE	121
7 QUEM TEM DIREITO À MEMÓRIA?	151
8 OUTRAS HISTÓRIAS: objetos, coleções e colecionadores	179
9 “O PASSADO É ASSIM: A GENTE PUXA E ELE FICA VIVO”	193
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
REFERÊNCIAS	221

1 ARQUITETÔNICA DA PESQUISA

Início o relato desta pesquisa retomando vestígios que me constituíram como pesquisadora, descrevendo a arquitetônica¹ de relações em que estive implicada e que me conduziu a esta tese de doutorado. Desde os primeiros contatos com o mundo do trabalho tive experiências próximas de pessoas que vivenciam a exclusão social em seus diversos aspectos²: cinco anos ensinando crianças em escola pública na cidade de Blumenau-SC e o paralelo encontro com a Psicologia Social, ao cursar a graduação em 1997, provocaram reflexões fundamentais para compreender processos de ensinar e aprender, modos de viver, sentir, pensar. Minhas escolhas estiveram significativamente marcadas por esta experiência de fazer a/na escola, e por isso tenho insistido em contextos de educação como lócus de atuação ao longo da minha trajetória profissional.

Abracei desde cedo a necessidade de inovar o espaço educativo, trabalhando como psicóloga em contextos vinculados às políticas públicas de educação, assistência social e saúde no período entre 2002 e 2011. Em todos esses espaços, a temática dos processos educativos, as relações entre o ensinar e o aprender me moviam a pensar, discutir, refletir e intervir sob o olhar da Psicologia.

A base epistemológica da psicologia histórico-cultural acompanhou-me nesse percurso e me ajudou a compreender os processos psicológicos e a dimensão afetivo/volitiva que os alicerça, constituídos a partir das condições sociais, das relações interpessoais e suas significações (VIGOTSKI, 2000). Meu percurso profissional esteve marcado, desde então, pela opção em utilizar o conceito constituição do sujeito³ no estudo de processos psicológicos, por considerá-lo como processo aberto, inacabado, produzido na relação entre os sujeitos.

¹ Expressão indicada como alternativa teórica para se pensar o mundo dos sentidos e não o mundo das coisas mecânicas, para falar do domínio das interações como movimento que implicam e interferem uns sobre os outros (BAKHTIN, 2003).

² O processo de exclusão é sutil porque é também um processo de inclusão. Dois polos no processo de inserção social injusta: “o morador excluído do direito de usufruir os bens e serviços da cidade onde mora é incluído nela subjetiva e intersubjetivamente” por meio de uma participação imaginária (SAWAIA, 1995, p. 22).

³ Tal qual Maheirie (2002) e Zanella (2006), uso o conceito de constituição do sujeito em substituição a personalidade ou identidade, que remetem a uma estrutura fechada, acabada, dando a ideia de igualdade e rigidez.

Contemporaneamente, alguns outros conceitos têm reafirmado essa condição: processos de subjetivação, modos de subjetivação (DREYFU; RABINOW, 1995; PRADO FILHO, 2007), subjetividades (GUATARRI; ROLNIK, 1996), sujeito (DELEUZE, 2001) são alguns conceitos que, embora fundamentados em abordagens epistemológicas divergentes da psicologia histórico-cultural, contribuem para conceber o sujeito como múltiplas relações, como “produção incessante que acontece a partir dos encontros” (MANSANO, 2009, p. 111).

A opção por uma perspectiva histórico-cultural em Psicologia, desde o início da minha trajetória profissional, justifica-se, em detrimento de outros estudos psicológicos, justamente por problematizar a dicotomia entre o individual e o social, entre o objetivo e o subjetivo e por considerar a historicidade e o caráter semiótico dos processos psicológicos. Acrescento ainda, como determinante para essa escolha epistemológica, a possibilidade de questionar as concepções subjetivistas, biologicistas e visões restritas ao indivíduo que, historicamente, têm contribuído para instituir e manter hierarquias, bem como relações de dominação.

Em quatro anos de atuação como psicóloga educacional (entre 2003 e 2007) em uma Organização Não Governamental na cidade de Blumenau-SC, desenvolvi, com outros profissionais, ações denominadas socioeducativas com crianças, jovens e educadores em duas comunidades na periferia da cidade. A instituição desenvolvia o Programa de Jornada Ampliada com jovens no contraturno da escola, ofertando atividades recreativas marcadas por um espaço extremamente regrado, dentro de uma perspectiva tradicional de educação.

Naquele momento, a aproximação com as contribuições da Psicologia da Arte de Vigotski⁴ (1999, 2009, 2010) trouxe a compreensão de que a atividade criadora naquele contexto contribuiria para criar e modificar o próprio horizonte de possibilidades de seus participantes (jovens e educadores). Por isso, em parceria com outros profissionais, elaboramos e executamos um projeto que se caracterizou pela inclusão de atividades artísticas para os jovens participantes do Programa. Oficinas artísticas de teatro, hip-hop e fotografia foram definidas e desenvolvidas com os jovens; nesta última o professor trazia várias imagens de objetos do cotidiano, o que provocou novas possibilidades de olhar o que já era conhecido e suscitou relações sensíveis no grupo. Em outra oficina, de teatro, uma participante de 13 anos relatou que no início achou a professora “maluca” porque trazia objetos, pedia que interagissem, que

⁴ A grafia do nome do autor seguirá a grafia das fontes bibliográficas utilizadas nesta pesquisa.

criassem histórias e utilidades diferentes aos objetos. A professora que realizava o apoio escolar começou a comparar suas atividades com as oficinas e a reinventar o modo de ensinar e aprender: passaram a ouvir rap durante a realização das tarefas e puderam desenhar com grafite em um muro. Com essas dinâmicas, não possíveis até então, consideramos que as oficinas contribuíram para a produção de novos sentidos no processo educativo e de novas possibilidades de se ver o que era cotidiano (ASSIS, 2011).

Além deste trabalho, atuei como servidora pública municipal em Rio do Sul-SC, entre 2007 e 2008; Pomerode-SC, entre 2008 e 2009; e por último Navegantes-SC, entre 2010 a 2011, ano em que encerrei atividades no campo da Psicologia como profissão para então assumir o ensino e a pesquisa em Psicologia como projeto profissional – atividades que desenvolvo até hoje. Nesses municípios catarinenses participei de programas e serviços diversos: Equipe de Saúde da Família⁵ e programa DST/HIV/AIDS, vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS; Programa de Atenção à criança/adolescente vítima de violência, vinculado ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em que desenvolvi ações educativas interdisciplinares com jovens, grupos educativos de promoção de saúde com idosos, entre outros.

Encontrei profissionais (assistentes sociais, médicos, enfermeiros, pedagogos), usuários de políticas públicas, mas sobretudo participei de encontros com pessoas dispostas à potência que esse envolvimento poderia provocar, e que foram importantes em minha trajetória posterior no contexto da pesquisa. Saíamos provocados. Conheci idosos que encontraram no grupo de teatro possibilidades outras de vida, vi trocas afetivas rompendo com lugares estereotipados em um grupo com pessoas portadoras de HIV/AIDS. Nas rodas de conversa que realizávamos na unidade de saúde, trabalhei com um médico que levava a cuia de chimarrão⁶ e que a circulava em um gesto simbólico de circulação da palavra e de reconhecimento do espaço. Minha afecção se mostra ainda mais evidente ao lembrar meninas, vítimas de abuso sexual por seus

⁵ Entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, a ESF é operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde, responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada.

⁶ Cuia é o nome dado a um utensílio construído a partir do porongo, fruto da cuieira. É muito utilizada para fazer chimarrão (mate), que é uma bebida característica da cultura do sul da América do Sul. É um hábito que será retomado no relato desta tese.

responsáveis, que após longos períodos de exploração reivindicavam o direito ao seu corpo.

Jovens do SUAS, idosos do ESF, vítimas de violência, pessoas portadoras de HIV, médicos de família, contextos e sujeitos dissonantes mas semelhantes no que diz respeito à potencialidade dos encontros.

Encontros, reencontros e desencontros ao longo de quase dez anos de exercício profissional contribuíram para a construção de um objeto de pesquisa no mestrado, em que as questões, os incômodos provocados a partir da relação estabelecida entre subjetividade e educação estética tomaram corpo e tornaram-se meu problema de investigação. Denominada “Jovens, Arte e Cidade: (im) possibilidades de relações estéticas em Programas de Contraturno Escolar” (ASSIS, 2011), a pesquisa teve como ponto de partida uma organização educativa, na cidade de Blumenau, que oferecia atividades aos jovens integrantes de famílias vinculadas aos programas assistenciais do município e que necessitavam de ações educativas complementares à escola.

A pesquisa fez-se como acontecimento (FONSECA, 2006) à medida que os procedimentos foram repensados e reinventados no próprio processo de produção de conhecimento. Do projeto inicial que previa a pesquisa dentro da organização (encontros conjuntos com dois grupos de jovens; conversa com três educadores), incluí conversas com quatro jovens no trajeto ONG-escola com uso da câmera fotográfica e leitura conjunta (jovens e pesquisadora) das fotografias impressas.

Com essa experiência compreendi o que alguns estudos no campo das ciências humanas (FISCHMANN, 2008; MARTINS, 2009; TITTONI, 2009; ZANELLA; TITTONI, 2011) vêm indicando: a fotografia para além de um recurso ou técnica de pesquisa. Fotografia tomada como texto na pesquisa, como discurso produzido na relação com o contexto. Nesse movimento de pesquisar com os jovens no trajeto, fui me vinculando à perspectiva dialógica de investigação científica, marcada pelo confronto da interlocução, assumindo a dimensão polissêmica e polifônica característica da fotografia e da pesquisa.

A opção pela pesquisa-intervenção permitiu experimentar o contato face a face, a participação no cotidiano, nas minúcias de vidas daqueles jovens e de detalhes que foram modificando meu modo de entender o processo de pesquisar, a própria ideia de juventude e as políticas de educação a elas direcionadas. Considerei, na dissertação, que os trajetos cotidianos de que participei com os jovens, mais do que os contextos institucionalizados, consistiram em lugares de encontro, espaços potentes para a investigação sobre os olhares estéticos na/da

cidade, e que no processo de pesquisar, foi possível a reinvenção desses olhares, tanto dos jovens pesquisados como da pesquisadora.

A discussão sobre a cidade, no entanto, não fazia parte do horizonte inicial da investigação, porém auxiliou a encontrar respostas para a pergunta de pesquisa e tornou-se foco da pesquisa de doutorado que agora apresento. Os muros escolares e assistenciais deixaram brechas aproveitadas por esses jovens nos trajetos recriados diariamente: refaziam sentidos sobre si, sobre seus amigos, sobre as instituições educativas e sobre a própria organização social.

O trajeto de que participavam aqueles jovens diariamente constituiu-se como possibilidade para a desinstitucionalização e a desterritorialização da condição juvenil, como espaço de bons encontros, de participação social e também de riscos. Diante dos encontros, textos, contextos, imagens e mapas, compreendi que a cidade se configura como possibilidade de educação estética. Vivi na cidade, com os jovens, situações que problematizavam estereótipos, que permitiram experimentar outras formas de escutar, sentir e de objetivar-se criativamente no mundo.

Por conseguinte, o interesse na temática das relações sociais e dos contextos históricos e sociais na produção subjetiva direcionou-se também à cidade, tomada como lócus de produção de subjetividades (SENNETT, 2010; CASTRO, 2001; RODRIGUES; BAPTISTA, 2010; BAPTISTA; FERREIRA, 2012). Passei a olhar para a cidade como lugar de encontro, de potência de vida, de sensibilidade diante da vida, diante das pessoas com suas particularidades, dos espaços em que interagem e por onde transitam. Pois se cada pessoa é “um agregado de relações sociais encarnado num indivíduo” (VIGOTSKI, 2000, p. 33), as relações vividas na cidade, das quais os sujeitos participam, são constitutivas de suas características singulares (MAGNANI, 2002; CARRANO, 2003; MAFFESOLI, 2007)⁷.

Em desdobramento, interessou-me compreender como contextos sociais particulares atuam em cada sujeito, na criação de processos psicológicos e vice-versa. Por isso, a categoria alteridade assume importância, pois o processo de constituição do sujeito se dá na relação com um outro (VIGOTSKY, 2000); em um contexto dialógico, de

⁷ Esse pressuposto é delineado também pela trajetória do NUPRA que, na discussão sobre relações estéticas e atividade criadora, tem pesquisado o espaço urbano como lugar de constituição de sujeitos (ZANELLA et al., 2012; TITON, 2009; BRITO; ZANELLA, 2012; FURTADO; ZANELLA, 2009; HINKEL; MAHEIRIE, 2007).

produção permanente de diferenças, semelhanças e tensões (BAKHTIN, 2003).

Então, se até o mestrado o incômodo era com o modo contemporâneo institucionalizado de educar os jovens, o encontro com os jovens participantes da investigação de mestrado provocou problemáticas novas para o projeto de pesquisa de doutorado. Pude considerar os vários processos sociais e a diversidade das experiências na cidade, olhar para os entremeios, para novos horizontes de potência cunhados pelos sujeitos que nela vivem.

Após a conclusão do Mestrado em 2011 e paralelamente ao ingresso no Doutorado, passei a trabalhar no Instituto Federal Catarinense de Educação⁸ – na cidade de São Francisco do Sul-SC, ou “São Chico”, como é carinhosamente chamada por moradores e turistas. A condição de ir morar em outra cidade trouxe, inicialmente, a necessidade de mergulhar em histórias, modos de vida e conhecimentos produzidos sobre o lugar, e, num segundo momento, fez com que eu assumisse a temática da cidade como interesse em uma investigação no campo da Psicologia.

Olhei, portanto, para a cidade com o intuito de compreender as relações complexas e as subjetividades ali produzidas, considerando que estas últimas modificam-se constantemente e são expressão e fundamento de uma trama plural marcada por uma dimensão concreta, social e simbólica.

Em síntese, toda cidade, assim como São Francisco do Sul, é espaço de encontros e confrontos, de potência de relações, de negociações, de conflitos, de evidências e restos e tem sido alvo de estudos que problematizam o urbano (HARVEY, 1992; SANTOS, 2006; SENNETT, 2010; HISSA, 2008; BAPTISTA, 2012). Ao mesmo tempo em que tijolo, pedra, ferro e asfalto construíram a cidade de São Francisco do Sul, tensões, disputas e territorializações, bem como sensibilidades e

⁸ O Instituto Federal Catarinense – IFCatarinense faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Ministério da Educação e Cultura, por meio da Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e é o resultado da integração das escolas agrotécnicas, que até 2008 eram vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina. Tem como objetivo responder às demandas de formação profissional no país e fortalecer os arranjos produtivos locais. O IFCatarinense – IFC Campus São Francisco do Sul existe desde 2010, por meio da Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013, com recente inauguração de seu espaço físico. Atualmente oferta Cursos de Ensino Médio Técnico em Administração, em Guia de Turismo e cursos de graduação em Logística e Redes de Computadores. *Mais informações em:* <http://ifc.edu.br/sobre-o-ifc/>.

sentidos, compõem a paisagem na cidade e produzem nos sujeitos que dela participam expectativas, desejos, frustrações etc.

Foi a partir desses encontros e confrontos que realizei aproximações e estranhamentos, ao circular por essa nova cidade que se tornou meu local de trabalho, de moradia e foco desta tese de doutorado que a partir de agora apresento ao leitor.



Figura 1: São Francisco do Sul (Fotografia: Fabio Santos).

2 PATRIMÔNIO CULTURAL: A PAISAGEM ESTABELECIDADA E SUAS TENSÕES

A imagem da cidade que me foi apresentada quando cheguei a São Francisco do Sul, em dezembro de 2011, apresenta-se na Figura 1. Trata-se de uma cidade reconhecida por sua bela paisagem cultural, características que provocaram em mim encantamento e admiração, assim como a tantos outros que por ali passam. É uma imagem conhecida da cidade, que se pode encontrar em sites de turismo ou mesmo mencionada em uma conversa rápida com moradores e turistas. Um discurso que se repete em tantos outros contextos, com ângulos e cores diversos: São Francisco do Sul é uma cidade patrimônio.

Ao analisar a imagem, pode-se ver uma aglomeração urbana, considerada a paisagem antiga de São Francisco do Sul, a qual justificou sua patrimonialização em nível nacional em 1987 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Há um conjunto paisagístico, uma fachada visível e oficialmente valorizada que se vê a partir da observação do mar: um cenário composto pela igreja, praça, rua litorânea, fonte d'água, enfim, um território caracterizado como paisagem cultural e valorizado justamente por seu conjunto visual.

O reconhecimento de São Francisco do Sul como patrimônio histórico e artístico nacional deu-se e se dá, portanto, por essa arquitetura portuguesa, caracterizada por dezenas de casarões centenários, justapostos, coloridos, com imensos janelões e grandes portas; paisagem que suscitou a discussão sobre patrimônio, que será detalhada nos próximos capítulos.

Esse é o discurso hegemônico sobre o qual São Francisco do Sul está sustentado; esse sítio arquitetônico português, essa composição urbana de conjuntos característicos coloniais e ecléticos que, apesar de ter passado por modificações no tecido urbano ao longo dos tempos, permaneceu preservado próximo do que era antes das transformações do início do século XX.

Observa-se a valorização da arquitetura colonial portuguesa e dos bens pertencentes aos grupos sociais de tradição portuguesa; ou seja, de certa forma, o retrato da cidade está atrelado à cultura europeia. Em museus e em eventos culturais da cidade pude observar um destaque às tradições portuguesas e um apagamento de outros modos de vida e de lembrança. A Festa das Tradições da Ilha – a Festilha – ocorre há mais de trinta anos com o objetivo de “resgatar os valores culturais” e “a cultura

de seus colonizadores”⁹. Pude participar por dois anos consecutivos da festa, saborear a culinária e assistir às apresentações culturais que estavam sempre ligadas à colonização da cidade e ao discurso hegemônico europeu.

Ao patrimônio arquitetônico acrescenta-se um patrimônio ambiental: o Parque Estadual do Acaraí, composto por parte litorânea de São Francisco do Sul e pelo arquipélago dos Tamboretetes¹⁰. Essas características movimentam o turismo na região, principalmente durante a temporada de verão por conta das praias que existem no município, atraindo turistas paranaenses e catarinenses. Ou seja, além dos patrimônios mencionados, nas regiões em que estão localizadas as praias, há casas de veraneio, hotéis, restaurantes, edifícios, entre outros elementos que modificaram o conjunto urbano em decorrência do turismo.

O encantamento e a admiração inicial com a cidade-paisagem foram sendo pouco a pouco substituídos por dúvidas, suspeitas, indagações. Em caminhadas pela cidade pude observar ínfimos detalhes na paisagem, como o silêncio e a ausência de pessoas circulando na cidade, os casarões abandonados. Outras presenças anônimas me chamaram a atenção: mulheres indígenas sentadas nas calçadas vendendo artesanatos, assim como a presença desses objetos à venda na loja do Museu do Mar; pessoas negras reunidas em palestra no Museu Histórico; uma dança semelhante à capoeira apresentada em uma festa popular na cidade; uma barraca com produtos coloniais à venda que destacava a farinha de mandioca feita no engenho artesanal; barcos e redes de pesca ao longo das praias da cidade; dentre tantos outros indícios que apresento nos diversos capítulos que compõem esta tese.

Passei a perseguir vestígios, costurar indícios de histórias e restos que me conduziram a problematizar o processo de patrimonialização da paisagem cultural de São Francisco do Sul, o que se tinha até então reconhecido como patrimônio histórico e cultural. Minha experiência de

⁹Festilha de São Francisco do Sul abre festas típicas da região. Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, 19/03/2015. Disponível em: <http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/noticia/2078#.VnUkd_krKUI>.

¹⁰ Criado por Decreto de Lei Estadual nº 3.517, de 2005, refere-se ao Parque Estadual Acaraí, localizado na ilha de São Francisco do Sul, composto por uma área de 6.638 hectares e de uma área de 29 hectares correspondente ao arquipélago Tamboretetes, com pontos de coordenadas de localização central N 7.080.088,14 e E 747.199,28, perfazendo uma área total de 6.667 hectares.

pesquisa se fez na possibilidade da dúvida, com certa inquietude com relação ao patrimônio e às memórias invisíveis na cidade. Passei a buscar, então, espaços de diálogo entre o patrimônio e os moradores, experiências presentes de familiarização com o patrimonializado e possibilidades de continuidade de transformação de memórias. E, principalmente, passei a conhecer para além do visível o que os moradores teriam a dizer sobre a cidade, destacando a polifonia que a compõe.

Elegi, a partir de então, as relações entre as práticas de patrimonialização, de preservação de memória e a produção subjetiva. Aponto alguns aspectos a considerar neste estudo com relação às temáticas de patrimônio e memória, considerando que a vivência da/na cidade evidenciou a coexistência de outras memórias para além do discurso hegemônico. Interessou-me então saber se a valorização da cultura portuguesa estaria acompanhada do apagamento de memórias de outros grupos culturais presentes nesse território. Afinal, cada cidade, em momentos históricos distintos, assinala de modo particular condições para visibilizar alguns modos de vida e esconder e inviabilizar tantos outros. E quais vozes foram, de certo modo, invisibilizadas pelas práticas de patrimonialização em São Francisco do Sul?

As diversas tensões que constituem uma cidade também se fazem presentes nas práticas de patrimonialização, nas práticas que decidem e consensuam o que vale a pena ser lembrado da/na cidade, o que deve ser valorizado e consagrado. E do mesmo modo decidem o que não merece atenção, os desprezíveis restos legados ao esquecimento.

Considerarei ainda que a cidade caracterizada como espaço concebido, planejado e patrimonializado pelos arquitetos e urbanistas (HARVEY, 1992) não condiz, estritamente, com a cidade vivida, habitada, polissêmica, transitada, com redes complexas de sentidos e diversos tipos de relações entretecidas (ZANELLA et al., 2012). Ou seja, embora a cidade, lócus desta pesquisa, seja reconhecida nacionalmente em função de sua arquitetura colonial portuguesa, não podemos considerá-la monológica; outros patrimônios, outros discursos coexistem e configuram dispositivos éticos, estéticos e políticos constitutivos das relações tecidas naquele contexto. Interessou-me, portanto, a cidade em suas características polifônicas e polissêmicas: interessou-me ver o múltiplo e o diverso onde “outros viam coisas únicas e semelhantes” (BAKHTIN, 2013, p. 34). Ou seja, para além da arquitetura portuguesa patrimonializada, que outras vozes estariam presentes nesta cidade? Se considerarmos a multiplicidade de vozes que compõem uma cidade, que coexistem, que interagem: quais as vozes do passado que ali se cruzam e os ecos que se produzem em direção ao futuro?

Destaco, com isso, a polifonia presente na paisagem que se olha. Lanço meu olhar para diferentes vozes que habitam a cidade, às outras memórias que são produzidas a partir de experiências diversas da arquitetura portuguesa. Considerando que a perspectiva dialógica fundamentou este trabalho, a dimensão polifônica foi perseguida, assim como o inacabamento dos sentidos produzidos na experiência. Pois

Não há uma palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, que nasceram do diálogo com os séculos passados, nunca estão estabilizados (encerrados, acabados de uma vez por todas). Sempre se modificarão (renovando-se) no desenrolar do diálogo subsequente, futuro (BAKHTIN, 2003, p. 413).

Encontrei, num primeiro momento de observação, memórias audíveis apenas por meio de vestígios, pequenos detalhes na paisagem que me chamaram a atenção e que em um segundo momento da pesquisa foram perseguidos e apontaram vozes silenciadas, apagamentos de memórias, porém pulsantes, às quais dediquei esta tese.

No contato com essa paisagem, com os discursos e sujeitos, com elementos históricos e com as memórias desse território, considerei importante compreender a relação dos moradores de São Chico com a cidade patrimônio histórico e cultural. Por isso, os temas patrimônio e memória tornaram-se centrais para a compreensão da trama cidade e subjetividade.

Em um campo já demarcado por antropólogos e historiadores da arte, esta tese atreve-se, por meio de uma abordagem leve e aventureira, a tecer considerações sobre relações entre sujeitos e diferentes produções culturais, tomando essas relações como objeto privilegiado de conhecimento psicológico, problematizando a perspectiva anti-histórica e o essencialismo vigente. Abordagem leve e aventureira porque permitiu os jogos com as palavras, a formulação de suspeitas sobre o patrimônio, a interrogação sobre o que se esquece. Esta tese não criou hipóteses e as teorizou, ao contrário, trabalhou com a dúvida, com a negação da verdade, com fragmentos indigestos. Isto porque o mundo é um só.

Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os

mesmos (...) uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral. É assim que se transcendem as realidades truncadas, as verdades parciais, mesmo sem ambição de filosofar ou teorizar (SANTOS, 2014, p. 20).

Os estudos sobre memória e patrimônio foram alvo de diversos autores em diferentes áreas do conhecimento. Meneses (1996) apontava na década de 90 como são raros os estudos dentro da Psicologia com referência aos diversos aspectos da cultura material. O autor indicou que um objeto contém evidências que, quando indagadas, narram histórias, falam sobre tradições e experiências de homens e mulheres e de modos de produção e circulação cultural.

Em um breve levantamento de artigos¹¹ científicos na base de dados Scielo, pude confirmar que ainda é reduzido o número de estudos no campo da memória e do patrimônio sob o olhar da Psicologia. Utilizei os descritores “Memória e Psicologia” e, “Patrimônio e Psicologia” num primeiro momento de quantificação e identificação dos dados bibliográficos e encontrei 76 e sete pesquisas, respectivamente¹². A análise ocorreu a partir dos títulos, que normalmente anunciam elementos que caracterizam o trabalho e, posteriormente, as pesquisas foram analisadas por meio da leitura dos resumos e do trabalho completo, quando necessário. Entre os trabalhos encontrados com os descritores Memória e Psicologia, 47 artigos dedicaram-se a estudos sobre distúrbios e transtornos de memória, memória e cognição, memória como armazenamento de informações, testes de mensuração da memória; ou seja, memória compreendida em uma perspectiva centrada no indivíduo. Outros 21 artigos dedicaram-se a estudos em uma perspectiva social e coletiva da produção da memória. Um tratou do processo de catalogação das obras produzidas em uma oficina de Criatividade, frequentada por internos do hospital Psiquiátrico São Pedro, em um projeto de extensão em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (FONSECA; THOMAZONI; BUTKUS, 2009). Profissionais do hospital e estudantes de diversas áreas, como artes, Psicologia e História, consideraram que as produções ali desenvolvidas constituem um importante patrimônio imaterial a ser

¹¹ Esse levantamento bibliográfico, de caráter inventariante e descritivo seguiu os procedimentos realizados em outro estudo (ASSIS; ZANELLA, 2014).

¹² No total, foram identificadas 83 pesquisas, excluindo-se as repetições que surgiam à medida que os descritores foram alterados. Essas informações foram organizadas em tabelas para facilitar o manuseio e auxiliaram-me no decorrer do processo de pesquisa.

preservado e catalogado, e que trazem narrativas diversas daquelas que se conservam nos arquivos da alta cultura; falam do testemunho de subjetividades e afirmação da diferença em sua positividade.

Agrupei os oito estudos restantes em Outros; que se dedicavam a estudos no campo da linguística ou da história da psicologia, distantes do interesse desta tese. Com relação aos sete trabalhos localizados com os descritores Patrimônio e Psicologia, dois estavam relacionados à psicologia das cores e terceirização do trabalho e cinco dedicavam-se a estudos em que a Psicologia contribuía para a compreensão de processos de patrimonialização.

Contudo, dentre 83 artigos científicos, concentrei-me nos 26 estudos que relacionavam patrimônio e/ou memória à historicidade e aos processos sociais, não restritos a uma dimensão psicológica individual.

Descrevo brevemente alguns deles, com o intuito de visibilizar a relevância da tese que pretendeu contribuir com os estudos sobre patrimônio e memória, sob um olhar psicológico em favor de memórias plurais.

Um desses artigos falava de memórias sobre um conflito de terra por meio de relatos de história de vida (VELOSO; WHITAKER, 2013). Enquanto um segundo analisou a memória social em uma perspectiva psicossocial, apontando instâncias da memória social com as quais caberia a intervenção do psicólogo social (SÁ, 2007). O estudo de Bairrão (2004), por sua vez, analisou, por meio de uma etnopsicologia, performances rituais de meninos de rua e depoimentos desses personagens com relação a Umbanda, e considerou que “dar ouvidos a essas meditações coletivas contribui para significações na contramão da segregação e extermínio, físicos e simbólicos”.

Oliveira trouxe reflexões em seu artigo a respeito do livro *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, de Ecléa Bosi, importante referencial teórico da Psicologia Social e das ciências humanas. Enquanto Costa e Castro (2008) teceram algumas reflexões sobre bens imateriais já patrimonializados e considerados de relevância nacional para a construção da memória, da identidade e da formação da sociedade brasileira; concluindo que saberes locais, costumes, modos de viver e fazer dos grupos se enraízam e se reconstróem nos espaços a que pertencem, nas relações afetivas, nas experiências vivenciadas e nas memórias dos grupos que as mantêm.

Outro curioso trabalho foi o de Miguel e Pedro (2009), que apresentou a possibilidade de uma revista destinada ao público feminino servir como lugar de memória, evidenciando a diversidade de

possibilidades na constituição das subjetividades, mesmo que em uma mesma época.

Outro artigo científico discutiu o valor dos memoriais na constituição da identidade docente em uma perspectiva social de memória (SILVA; SIRGADO; TAVIRA, 2012). O trabalho de Andriolo (2009), por sua vez, discutiu o processo de significação da cidade histórica turística de Ouro Preto baseado na fenomenologia. Por último, Rocha e Alvarez (2013) apresentaram resultados de um projeto de pesquisa sobre educação patrimonial em Oriximiná/PA, no qual se articula a experiência de extensão com a pesquisa etnográfica realizada em diversas comunidades locais.

Aproximei-me desses estudos, porém distanciei-me daqueles de caráter positivista, mecanicista e centrados no indivíduo, em que a memória é tomada apenas como uma faculdade mental, responsável pelos processos cognitivos e de aprendizagem, e abstraída das relações sociais que a produzem (SMOLKA, 2000; GAGNEBIN, 2014).

Memória, linguagem, pensamento, afeto, imaginação são processos psicológicos superiores¹³ produzidos nas relações entre pessoas, em um entorno cultural, o que impossibilita uma análise fragmentada de um sujeito individualmente ou de memórias descontextualizadas de sua história e das condições de sua produção.

Memória faculdade, função, atividade; memória local, arquivo; memória acúmulo, estocagem, armazenagem; memória ordem, organização, memória técnica, techné, arte; memória duração... memória ritmo, vestígio; memória marca, registro; memória documento, história... Memória como aprendizagem – processo, processamento; memória como narração – linguagem, texto. Memória como instituição... Invenção da memória (SMOLKA, 2000, p. 168).

A psicologia histórico-cultural de Vygotski (1992) e Bakhtin (2011) e seu círculo trazem importantes considerações para investigações

¹³ A formação dos processos humanos tem o signo como centralidade, meios de intervir no mundo que, produzidos socialmente, mediam as relações com muitos outros. Os processos psicológicos superiores são constituídos por meio das mediações com o mundo, da apropriação dos signos sociais em sua significação, enfim, da apropriação da cultura (GÓES, 2006).

no campo da memória e do patrimônio ao abordarem os processos de mediação semiótica e a constituição de sentidos. A formação dos processos humanos tem o signo como centralidade, meios de intervir no mundo que, produzidos socialmente, medeiam as relações com muitos outros. E reafirmo, então, a produção de sentidos na condição humana e nas relações sociais que lhe são concernentes (BARROS, 2012), pois os signos permitem a inserção do homem na ordem da cultura e o estabelecimento de relações qualitativamente diferenciadas com a realidade: ao invés de diretas e imediatas, estas são mediadas pelos signos, pela cultura.

Assim como outros estudos vêm apontando, podemos dizer que a psicologia histórico-cultural aproxima-se da perspectiva de Bakhtin ao abordar os processos de mediação semiótica e a constituição de sentidos (BARROS, 2012). Vygotski (1992) trabalha com o conceito de sentido, produzido pelos sujeitos em suas relações por meio da atividade, das experiências, em determinado contexto histórico. E a perspectiva dialógica do Círculo de Bakhtin, por sua vez, ao abordar a linguagem a partir de relações concretas, traz imbricada uma noção de sujeito coerente com os estudos de Vygotski. Para Bakhtin os processos de enunciação e interação verbal tornam-se centrais ao afirmar que:

Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de decodificação que deve, cedo ou tarde provocar uma codificação em forma de réplica (BAKHTIN, 2009, p. 66)

E é justamente por esse caráter dialógico dos processos psicológicos que a vida se renova e se efetiva em cada enunciação, e é dentro dessa trama dialógica que opto por desenvolver a pesquisa em Psicologia.

Deste modo, se a subjetividade é investigada aqui em uma perspectiva avessa à substancialidade, com ênfase no inacabamento do sujeito, também a memória é abordada do ponto de vista da narração e a da enunciação.

Nessa direção, memória é também ação coletiva de manter histórias, de refazer, reconstruir lembranças que ajudam os homens a retomarem o passado e também a não se esquecerem do futuro (BOSI, 2001) Em uma memória, não existe um só sujeito narrador, ao contrário, existem várias versões que coexistem e se confrontam. E por isso o

cuidado com a memória em diversas áreas do conhecimento é também uma tarefa ética e política: ao preservar a memória, salva-se o esquecido, resgatam-se tradições e esclarece-se o presente (GAGNEBIN, 2009, p. 97). Por isso, o ato de lembrar seria um “trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e esclarecimento – do passado, e também do presente” (GAGNEBIN, 2009, p. 105). É importante destacar, ainda, que a relação com a memória ocorre sempre no presente; ou seja, o mesmo acontecimento pode ser lembrado, revisto de diferentes modos em diferentes épocas, pois é sempre uma reapresentação do passado no presente (GAGNEBIN, 2014). Pois mesmo que

o passado tenha realmente acontecido e deixado no presente marcas reais de sua existência, nada garante seu estatuto unívoco. Pode-se postular essa realidade passada, mas é impossível demonstrar com rigor – como num axioma de geometria – que ela apresentou exclusivamente tais qualidades e não outras. (...) O passado é aquilo que não é mais, que foi extinto, e não volta, (...) mas também é aquilo cuja passagem continua presente e marcante, cujo ser continua a existir de forma misteriosa no presente (...). (GAGNEBIN, 2014, p. 27).

Considerarei, ainda, que a cultura é uma rede de significados, uma moldura de relações construídas que não parte de uma propriedade ou matéria constante, cada grupo social transmite seus valores, suas práticas, por vezes patrimonializando-as. Concordo, portanto, com a crítica à cultura concebida como estrutura orgânica, como integração funcional em que se pode ver uma totalidade ou continuidade histórica. Ao contrário, esta tese esteve imbuída da concepção de cultura como produção de códigos e objetos suscetíveis a recombinações e justaposições inventivas (CLIFFORD, 2002).

O termo patrimônio, por sua vez, tem origem do latim *patrimonium* e faz menção à herança paterna, à propriedade herdada dos antepassados ou ainda aos monumentos herdados das gerações anteriores. As noções de patrimônio cultural remetem, portanto, às questões de lembrança e de memória e sua compreensão convoca diferentes saberes e olhares (PELEGRINI, 2006).

A ideia de patrimônio vista como seleção de edificações, sítios e obras de arte que passam a ter proteção especial do Estado é uma

avaliação possível, o que implica o domínio de um em oposição a um determinado outro. Por isso, podemos dizer que o ato de preservação do patrimônio cultural em São Francisco do Sul, compreendido como prática social, implicou um processo de interpretação da cultura, produção não apenas material como também simbólica.

Patrimônio é do campo da cultura, campo do valor e, portanto, arena de conflitos, seleção construída sobre diferenças. E, por isso, compreendo os processos de patrimonialização como produções discursivas, enunciados que permitem “mapear” conteúdos simbólicos que auxiliam na compreensão do que temos hoje estabelecido como “identidade cultural brasileira” (FONSECA, 2003a, p. 64).

As contribuições sobre discurso de Bakhtin e seu Círculo auxiliam nesse processo de fundamentação do conceito de patrimônio se o tomarmos como enunciado, como discurso que está “diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder a significação” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2002, p. 4). Desvincular as questões simbólicas e discursivas da arquitetura tombada como patrimônio nacional é como recortar o “enunciado do solo real que o nutre” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2002, p. 9). Com isso, perde-se a chave da forma e do conteúdo, fundamental para a compreensão das tensões que caracterizam os processos de patrimonialização de algumas manifestações culturais em detrimento de outras. Isso porque o enunciado concreto é compreendido como um todo significativo que compreende duas partes: “a parte percebida ou realizada em palavras e a parte presumida” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2002, p. 5). Os presumidos, para Bakhtin e Voloshinov, “estão na carne e sangue, [...] organizam o comportamento e as ações; se fundiram, por assim dizer com os objetos e fenômenos aos quais elas correspondem” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2002, p. 6).

Os enunciados concretos [...] estabelecem uma miríade de conexões com o contexto extraverbal da vida e, uma vez separados desse contexto, perdem quase toda a significação – uma pessoa ignorante do contexto pragmático imediato não compreenderá estes enunciados (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2002, p. 6).

Nessa direção, as políticas de patrimônio estiveram centradas no instituto de tombamento, desvinculando monumentos de seu contexto, de outras vozes, de outras memórias que os confrontavam. O silenciamento

dessas tensões contribuíram, ao longo dos tempos, para preservar edificações e obras de arte e estabeleceram uma visão preservacionista de patrimônio, voltada para o tombamento dos chamados bens de “pedra e cal – como igrejas, fortes, pontes, chafarizes, prédios e conjuntos urbanos representativos de estilos arquitetônicos específicos” (CHAGAS; ABREU, 2003, p. 11). Associou-se, desta forma, a ideia de conservação à cristalização da própria história, contraditoriamente à ideia de movimento, de transformação, e centrando a atenção mais nos objetos e menos nos sentidos produzidos ao longo do tempo.

Com isso, os critérios adotados nos processos de patrimonialização no Brasil privilegiaram bens pertencentes aos grupos sociais de tradição europeia e, como consequência, produziram um retrato da nação atrelado aos colonizadores europeus (FONSECA, 2003a). Nessa direção, as práticas de patrimônio centradas na preservação e restauração configuraram-se como uma seleção limitada e intencional de um universo cultural híbrido, polifônico, plural.

Ao selecionar um aspecto de memórias múltiplas e polissêmicas e ao concentrar os esforços para iluminar esse único aspecto, o movimento de patrimonialização seria também um movimento de apagamento. Desse modo, é preciso chamar a atenção para o fato de que, como ruínas, os bens tombados ocultam também diversas ocupações e usos sociais (FONSECA, 2003a, p. 22).

Esta é a tensão que me interessa na discussão sobre memória e patrimônio: ao mesmo tempo em que se patrimonializa uma memória ou uma tradição, apagam-se outras. Ao mesmo tempo em que se valoriza uma ruína, ocultam-se outras. E justamente em função desse apagamento, em função do detrimento do patrimônio imaterial ou intangível, essa concepção de patrimônio atrelada ao tombamento, a bens e propriedades e voltada para a conservação de monumentos, vem sendo questionada (FONSECA, 2003a; GONÇALVES, 2003; CHAGAS; ABREU, 2003).

A Constituição Federal, de 1988, no artigo 216, definiu como patrimônio cultural os “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988). São passíveis de patrimonialização e salvaguarda as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as

criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas e culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Recentemente foi criado o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, por meio do Decreto 3.551 de 4 de agosto 2000¹⁴, enfatizando assim a necessidade de valorização de práticas culturais não visíveis até pouco tempo.

A denominação de patrimônio imaterial ou intangível remete a uma concepção de patrimônio em oposição ao de “pedra e cal” e abrange estes aspectos da vida social e cultural como lugares, festas, religiões, a medicina popular, música, dança, culinária, técnicas, o saber fazer, a língua, os modos de vida que vêm ganhando foco contemporaneamente em diversas políticas públicas e estudos acadêmicos (FONSECA, 2003a).

Sem desprezar a continuidade de atuação para a preservação dos chamados bens materiais, novos olhares vêm sendo construídos a partir da discussão sobre o patrimônio cultural intangível. Produções culturais transitórias, fugazes, saberes e performances que por vezes não se materializam em produtos duráveis frequentemente estiveram excluídas pelas concepções mais tradicionais e por práticas arbitrárias de patrimônio.

Para contribuir com a visibilidade dessas produções culturais transitórias, dessas memórias outras, nesta pesquisa busquei analisar relações construídas por moradores com o(s) patrimônio(s) cultural(is) da cidade e perscrutei outras memórias não visibilizadas, outros modos de preservação de memória – não presentes no discurso hegemônico sobre a cidade.

Minha proposta foi, portanto, tomar essa imagem patrimônio, esse discurso oficial e hegemônico da cidade de São Francisco do Sul e problematizá-lo, interrogá-lo a partir do que não está visível nesse texto, do que está ausente e oculto na paisagem. Minha tese teve como ponto de partida esse encanto e ao mesmo tempo essa insatisfação, o incômodo em relação ao que está patrimonializado; problematizou as condições históricas e sociais dessa classificação, contrapondo a lógica identitária

¹⁴ Este decreto remonta aos anos trinta, em que o poeta modernista Mario de Andrade e Aloísio Magalhães reivindicavam o registro dos aspectos imateriais do patrimônio cultural brasileiro.

essencializante sobre a cultura e produção subjetiva na cidade investigada.

Nessa direção, considere a paisagem visual preservada e reconhecida como patrimônio nacional como resultado de enunciados produzidos e apropriados pelos sujeitos. Patrimônio compreendido como um recorte que define lugares, tempos e os modos de se apropriar do espaço urbano. Ou seja, a paisagem arquitetônica participa da produção do território, do desenho da dinâmica do tecido urbano, contribui para a construção de percursos e fluxos no trânsito pela cidade e é constitutiva da experiência subjetiva dos sujeitos que dela participam.

Essa paisagem é resultado da ação do homem no espaço, pois, como afirma Santos, o “homem é fazedor de paisagens”; utiliza-se de meios instrumentais e sociais para a realização da vida, produzindo e, ao mesmo tempo, criando o espaço (SANTOS, 2014, p. 33). Afirmar que convoca a Psicologia a contribuir com estudos sobre práticas culturais, considerando que todo processo de subjetivação, ação e apropriação dos sujeitos ocorre no mundo e num território.

Toda e qualquer cidade é produto de redes de relações complexas que se atualizam e se transformam constantemente, tanto em sua dimensão concreta – cimento, tijolo, ferro, vidro, aço, madeira, pedra, areia, asfalto – como na dimensão simbólica que a esta se amalgama. Essas redes de relações são socialmente constituídas e compõem uma tessitura plural marcada por disputas, jogos de força, tensões e territorializações várias. Expressão e fundamento de relações sociais, toda e qualquer cidade se caracteriza ela mesma como rede, constituída e constituidora de seus habitantes que, nas intensas vivências com a polifonia urbana, produzem sensibilidades, sentidos que imprimem em seu entorno e em si mesmos suas expectativas, desejos, frustrações.

A cidade e seu patrimônio é lugar de encontros e confrontos, é potência de relações, de negociações, de conflitos, de evidências e restos. Em cada época e contexto intensifica-se de modo diferenciado cada uma dessas condições, sendo visibilizadas algumas formas e arranjos e invisibilizadas e inviabilizadas tantas outras.

Contrapor-se, pois, ao que se pode ver, ouvir, dizer e pensar, opor-se a modos de viver homologados configuram-se como prática política que tensionam e podem vir a provocar “dissensos” na configuração do comum e no que a mantém inalterada (RANCIÈRE, 2012, p. 16). Isso porque a política “ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das

propriedades do espaço e dos possíveis do tempo”¹⁵ (RANCIÈRE, 2012, p. 16).

O patrimônio, visto como recorte, define o que vale a pena ser lembrado da arquitetura da cidade, define quem ou o que merece ser visto e aquilo que deve ser invisibilizado. Por isso, pode-se dizer que existe na base dessa prática cultural, arquitetônica, possibilidades estéticas e políticas, posto que esses recortes de tempos e espaços, visíveis e invisíveis, da palavra e do ruído dizem o que está em “jogo na política como forma de experiência” (RANCIÈRE, 2012, p. 16). E para que o patrimônio possa ser considerado prática política, é preciso que o ato de preservação permita o encontro entre processos heterogêneos, entre as distintas e dissonantes memórias, culturas, linguagens (RANCIÈRE, 1996a).

Consenso, dissenso, encolhimento, esvaziamento, apagamento, distensão, dispersão... Eis algumas características da cidade contemporânea apontadas por autores que problematizam o urbano (HARVEY, 1992; SENNETT, 2010; SANTOS, 2006; FLORES; CAMPOS, 2007; HISSA, 2008; BAPTISTA; FERREIRA, 2012), características estas que se fazem presentes também nas práticas de memória e de patrimonialização, ou seja, nas práticas que instituem e consensuam o que vale a pena ser visto, ouvido, falado, lembrado da e na cidade, o que deve ser valorado e consagrado. Práticas, por conseguinte, que instituem o que não merece atenção, os desprezíveis restos legados ao esquecimento; e por isso a proposta desta tese de pensar esse complexo processo de construção de patrimônios como produções discursivas, marcadas pelas tensões que conotam o vivido e afirmam permanências e restos, memórias e esquecimentos.

¹⁵ Rancière explica da seguinte forma a diferença entre polícia e política: “A polícia não é, para mim, o poder sobre os corpos, e sim a configuração da comunidade como totalidade orgânica, definida de maneira exaustiva por suas funções, seus lugares e suas identidades. A política, ao contrário, é a configuração da comunidade que abre essa totalidade, que faz intervir sujeitos suplementares que não são partes do corpo social, mas formas de subjetivação de um litúgio. Pensar em termos de poder ou de tecnologias de poder é esquecer o espaço próprio da política como configuração conflituosa do comum da comunidade” (RANCIÈRE, 2012, p. 16). Para Rancière a política seria “a atividade que tem por princípio a igualdade, e o princípio da igualdade transforma-se em repartição das parcelas de comunidade” (RANCIÈRE, 1996a, p. 11).

Interessou-me, portanto, investigar, tensionar, visibilizar grupos que permanecem a reproduzir e a recriar suas memórias que, embora invisibilizadas, silenciadas, compõem a polifonia da cidade. A pesquisa olhou para os plurais sentidos de transitar pela cidade patrimonializada e não esteve interessada em olhar para os grandes acontecimentos e personagens vinculados à memória da colonização europeia ou mais especificamente à tradição portuguesa: ao contrário, buscou reconhecer “a vida dos anônimos, identificar os sintomas de uma época, sociedade ou civilização, nos detalhes ínfimos da vida ordinária, explicar a superfície pelas camadas subterrâneas e reconstituir o mundo a partir de seus vestígios” (RANCIÈRE, 2012, p. 49).

A tese fala do reconhecimento de outras presenças na cidade de São Francisco do Sul, do que não está visível nesse patrimônio cultural; aborda a riqueza da diversidade cultural para a produção subjetiva (formas de vida, saberes e modos de fazer, repertórios materializados e imateriais) e perseguiu o movimento da cidade por meio de vestígios; reuniu fragmentos que restituem práticas sociais, bem como possibilidades outras de produção de memória.

Busquei, portanto, um mundo a partir de seus vestígios, memórias de modos outros de vida, para além dos valores dominantes, hegemônicos; aqueles resistentes, rebeldes, contra-hegemônicos e diversos em suas características, que poderão contribuir para o tensionamento do sentido da preservação e da construção de patrimônios.

Procurei tecer um olhar crítico sobre os processos de construção e incorporação de determinadas memórias e as possibilidades de desnaturalização, de contestações que as condições históricas e políticas oferecem aos sujeitos. Como, quem, em que contextos, por meio de quais relações de poder operam e por quais motivos institucionalizam-se ou, ao contrário, produzem tentativas de resistências culturais (PALUMBO, 2006).

Defendo a tese de que a cidade reconhecida como patrimônio nacional contém outras memórias e inúmeros dispositivos éticos, estéticos e políticos que constituem subjetivamente seus habitantes. Para isso as discussões de Bakhtin e seu círculo são fundamentais, pois o meu olhar esteve atento e interessado no tempo histórico, na história em desenvolvimento por trás do aparentemente acabado, monológico. Nessa perspectiva, naquilo que se apresentava na cidade de São Francisco do Sul como patrimonializado, sólido, imutável, imóvel enxerguei movimento, o pulsar de vozes outras, a dialogia. Enxerguei na cidade, para além dessa arquitetura patrimonializada, uma pluralidade de vozes,

cruzamentos entre discursos passados, presentes e futuros, de memórias apagadas e não reconhecidas.

Alguns questionamentos foram pertinentes no estudo da produção desta cidade: o que se preserva e se patrimonializa em São Chico? São práticas culturais ainda reconhecidas na memória de seus habitantes? Patrimônio de quem? Para quem? Que outras memórias não foram preservadas? Que memórias são silenciadas/invisibilizadas na cidade? Que cidade experimentam cotidianamente seus moradores além da homogênea cidade patrimônio? Que memórias os moradores valorizam, desejam patrimonializar? Que outros discursos sobre a cidade produzem para além do material turístico? De que experiências participam ao transitar pela cidade e que contribuem para a constituição de si, de seus modos de ver, ouvir, sentir, pensar e viver a cidade?

Essas, dentre outras questões, provocaram o desenvolvimento desta investigação. Defini como objetivo geral investigar relações entretecidas entre a cidade patrimônio cultural e seus moradores. Mais especificamente, tracei os seguintes objetivos específicos que me auxiliaram no decorrer da investigação:

- Analisar o processo de patrimonialização do Centro Histórico de São Francisco do Sul;
- Investigar sentidos produzidos sobre as experiências de viver na cidade patrimônio cultural;
- Reconhecer memórias invisíveis na cidade;
- Analisar práticas que confrontam o lugar do patrimônio.

Para tanto, apresentei a arquitetônica da paisagem e breves considerações sobre patrimônio cultural e pressupostos teóricos que guiaram esta tese. No capítulo que segue, “SENTIR, IMAGINAR e CRIAR: o percurso de um método”, apresento os pressupostos teórico-metodológicos que compuseram esta tese entrelaçados com o contexto de pesquisa. Detalho também o modo como ocorreu a imersão na cidade, evidenciando os acontecimentos cotidianos, com base na etnografia e no paradigma indiciário. Na sequência descrevo a “VIAGEM À ITÁLIA E A EXPERIÊNCIA DO ESTRANHO ÍNTIMO”, estágio doutoral que foi parte desta tese e que possibilitou conhecer experiências diversas de composição de museus e de preservação de memórias. Nos capítulos de análise e discussão propriamente ditas apresento: “PORQUE A PAISAGEM NÃO É SENÃO UM PONTO DE PARTIDA”, em que me dedico à análise de alguns aspectos do processo de patrimonialização da paisagem cultural. Em “O CHÃO COMO LUGAR NA CIDADE” chega o momento em que, perseguindo vestígios na cidade, encontro uma aldeia

guarani. Enquanto o capítulo: “QUEM TEM DIREITO À MEMÓRIA” permite um mergulho em memórias apagadas e silenciadas de sujeitos que também produziram a cidade patrimônio. Em “OUTRAS HISTÓRIAS: objetos, coleções e colecionadores” destaco sujeitos anônimos que se ocupam da tarefa de restituir memórias. E por último: “O PASSADO É ASSIM: a gente puxa e ele fica vivo”, texto em que algumas tradições continuam vivas nas mãos de narradores curiosos. Encerro o texto com as considerações finais e com a alegria de uma criança que termina um jogo de descobertas, marcado pelo meu ângulo de visão, por uma interpretação de uma vivência singular na cidade; e abro-a a partir de agora para outros possíveis acabamentos.

Encerro este início com um poema; e tomo a parede, as pedras e tijolos, mencionados por Manoel de Barros (2011, p. 261) em referência à sua criação literária, aqui neste contexto da temática patrimônio, justamente por reafirmar o caráter dialógico, pela possibilidade de criar e recriar memórias por entre as reentrâncias, rachaduras, frinchas e gretas.

*Que a palavra parede não seja símbolo
de obstáculos à liberdade
nem de desejos reprimidos
nem de proibições na infância etc.
(essas coisas que acham os reveladores de
arcanos mentais)
Não. Parede que me seduz é de tijolo, adobe
preposto ao abdômen de uma casa.
Eu tenho um gosto rasteiro de
ir por reentrâncias
baixar em rachaduras de paredes
por frinchas, por gretas - com lascívia de hera.
Sobre o tijolo ser um lábio cego.
Tal um verme que iluminasse
(Manoel de Barros)*

3 SENTIR, IMAGINAR E CRIAR: o percurso de um método

Uma cidade é construída por diferentes tipos de homens; pessoas iguais não podem fazê-la existir.
(Aristóteles)

A construção desta tese pautou-se pela expectativa de que minha investigação na cidade assinalasse os encontros com diferentes pessoas e seus diferentes modos de existir, como afirma Aristóteles na epígrafe deste capítulo. Durante os momentos que antecederam a entrada no campo de pesquisa, embora orientada pela afirmação de que a cidade de São Francisco do Sul, assim como todas as outras, é polifônica, polissêmica, plural, não poderia imaginar que encontraria cidade(s), sujeitos(s) e memória(s) tão diversos, tão particulares em suas composições. Escrever esse percurso foi antes de tudo uma narrativa de um inesperado encontro, uma tentativa de registro de uma experiência inesquecível. E foi por meio dessa escrita que me atrevi a interpretar, registrar, pensar, refletir sobre as histórias e memórias que me foram reveladas, inventadas e pensadas.

A apresentação dessa experiência exigiu também a invenção de um modo de contá-la e intrigava-me a necessidade de encontrar uma forma de fazer com que o leitor pudesse sentir o meu movimento na cidade e os diversos percursos que experimentei: o ritmo das caminhadas, o cansaço nas pernas, a brisa tocando meu rosto, o barulho das ondas do mar, o rumor do trem sobre os trilhos, o odor da soja caída dos caminhões sobre o asfalto, o silêncio das conversas e, posteriormente, toda a perturbação diante da experimentação de uma vida em Roma¹⁶ e dos museus etnográficos italianos.

Sentir, imaginar e criar estiveram simultaneamente presentes no decorrer da construção desta tese. Senti-me provocada a construir um texto dinâmico, uma narrativa cuja leitura promovesse um movimento de ir e vir entre páginas, de entrelaçamento de histórias e de pessoas que fizeram parte da pesquisa. Por outro lado, eu precisei avançar na experiência sensorial a que havia me lançado de forma muito intensa nos últimos anos – primeiro em São Francisco do Sul e depois com a viagem de estágio doutoral para a Itália – e distanciar-me, para um segundo momento de reflexão sobre a experiência.

¹⁶ Experiência realizada entre agosto de 2014 e julho de 2015, por meio de Bolsa estágio doutoral CAPES, processo n°. 4808/14-2.

Minha escrita carrega a responsabilidade de assinatura de um trabalho que incluiu o modo como eu, singularmente, vivi essa experiência. Mas como escrever depois de ter vivenciado o campo tão intensamente? Essa foi a tarefa em que me lancei durante o ano de estudos na Itália: encerrar por meio de um texto, montar um quebra-cabeça, narrar a vivência do campo de pesquisa. A escrita de um capítulo de método finalmente me obrigou a transformar o que antes era um diário de campo, um relato da viagem, em uma tese.

O diário de campo foi sem dúvida ferramenta fundamental, modo indispensável de fazer pesquisa com que me deparei desde o mestrado. Naquele momento, impossibilitada de registrar em áudio as conversas com jovens no trânsito barulhento do transporte público, utilizei o diário de campo. E desde então considero a escrita de um diário de campo mais do que um modo de registro que sobrevive ao tempo. Para além disso, os rabiscos nos diversos cadernos coloridos¹⁷ que me acompanharam durante o processo da tese auxiliaram-me a me ver no próprio processo de pesquisa como, ao longo do tempo, emoções, entonações, lentidões e pausas se transformaram e, ainda, como poderia encontrar um modo de tornar escrito o que até então era visível, gustativo, auditivo, tátil, olfativo.

Construí um caminho metodológico em que pude contar as tantas vezes e formas em que me perdi nas histórias contadas e me encontrei imersa em memórias tão particulares e diversas do patrimônio cultural reconhecido pelo IPHAN na cidade de São Francisco do Sul. Minha pesquisa assumiu a possibilidade de perder-se, de aproveitar as surpresas e de deixar-se capturar pelo improvável. É sem dúvida uma pesquisa feita em primeira pessoa, com um componente subjetivo ao conhecer a interpretação que os sujeitos fizeram do mundo que os cerca. A escolha por desenvolver uma pesquisa de campo nesses termos provocou a necessidade de construir um percurso metodológico capaz de opor-se ao modelo da racionalidade moderna. E pude compreender com isso que novas construções sobre modos de conhecer e investigar são importantes e exigem dedicação por parte do pesquisador.

Por certo, a escolha inicial em trabalhar com a psicologia histórico-cultural e as contribuições do Círculo de Bakhtin, já anunciadas na introdução deste texto, acompanhou-me na tarefa de interpretar a

¹⁷ Os cadernos coloridos são, para mim, objetos que remontam outros tempos: a tarefa de entrar em uma papelaria, escolhê-los, comprá-los e usá-los como diário de campo trazem à tona a vida escolar da infância, o cheiro do material escolar novo que todo início de ano provocava o desejo de recomeçar os estudos. Era como se naquele instante uma nova aventura se impusesse a ser escrita.

experiência, porém a vivência no campo de pesquisa exigiu o diálogo com outros modos de pensar a pesquisa. A aproximação com maior propriedade dos modos de fazer pesquisa etnográfica, sob o ponto de vista antropológico, fez com que eu reconhecesse na minha pesquisa características muito particulares da etnografia¹⁸.

A ideia de um olhar expandido sobre a realidade, sensível ao estranhamento, em uma perspectiva ao mesmo tempo íntima e estranha, de longe e de perto (MAGNANI, 2002), fez da etnografia uma perspectiva coerente com a psicologia histórico-cultural, com a discussão sobre cidade e subjetividade que eu buscava construir em contraposição às perspectivas tradicionais e disciplinares de construção de patrimônios.

Meu percurso investigativo tomou corpo de uma etnografia na medida em que procurava dar visibilidade a contextos e problemáticas esquecidas por meio de uma observação microscópica e uma descrição não contente com a superfície.

O trabalho da etnografia, nesse contexto, foi compreender que as pequenas cenas e cada ato observado estavam repletos de sentido e, portanto, merecem uma descrição atenta, um estudo cuidadoso. Na mesma direção apontou Vigotski, ao defender que a pesquisa buscasse a análise de unidades ao invés de elementos, contrapondo-se à investigação científica pautada na fragmentação do objeto de estudo, que leva a perder de vista justamente o que o conecta a tantos outros (VYGOTSKI, 1995). Assim defendia o autor:

O zoólogo, com resíduo insignificante de um osso animal fóssil, reconstrói seu esqueleto e, inclusive, seu modo de viver. [...] O historiador, que decifra um hieróglifo desenhado em uma pedra, penetra nas profundidades dos séculos desaparecidos. O médico estabelece o diagnóstico da enfermidade com base em uns poucos sintomas. [...] Somente nestes últimos anos a psicologia vem superando o temor diante da valorização cotidiana dos fenômenos e aprende por minúcias insignificantes [...] a descobrir com frequência importantes documentos psicológicos (VYGOSTKI, 1995, p. 64).

¹⁸ Etnografia é um modo de desenvolver a pesquisa empírica nas ciências humanas, denominada de diferentes modos em diferentes lugares: na França, Etnologia; na Inglaterra, Antropologia Social; na América, Antropologia Cultural (CLIFFORD, 2002).

Assim como a proposta metodológica de Vigotski, minha pesquisa percorreu este caminho: trabalhou com acontecimentos da vida diária, com minúcias insignificantes, sem fragmentá-las ou dissociá-las do seu contexto – do mesmo modo como o faz a etnografia. É por meio das minúcias que estabeleci conexões entre vários fatos ou vários grupos de fatos, que se referiram, por sua vez, a uma série de outros fenômenos. É, portanto, um estudo que trabalhou com a complexidade da vida, ou, como indica Calvino, com “a presença simultânea dos elementos mais heterogêneos que concorrem para determinar cada evento” (CALVINO, 1993, p. 105). E por isso caracteriza-se por ser uma pesquisa com um trabalho sobre a complexidade, com enfrentamento de

uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. [...] Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos (GEERTZ, 1989, p. 20).

A vivência de uma cidade sendo percorrida, o encontro com restos e vestígios de memórias, as lembranças sendo produzidas e conectadas impunham a necessidade de apreendê-la e descartavam qualquer previsibilidade científica. Por isso, tive a convicção de que o meu caminho de pesquisa foi feito com o caminhar, justamente ao fazê-lo. Preocupe-me por isso em contar de que modo eu, pesquisadora, entrei em relação com o mundo observado, com os sujeitos e suas memórias, e o modo como compreendi e interpretei os diversos sentidos ali produzidos.

Sobrepostas e amarradas umas às outras, as histórias foram tecidas conjuntamente com os moradores de São Francisco do Sul e estiveram acompanhadas, portanto, de uma postura etnográfica: subtópicos lidos, posicionamentos contextualizados, alegrias e sofrimentos compreendidos, a assunção da complexidade de viver em uma cidade multifacetada. Por vezes, assumimos conjuntamente – eu e as pessoas com as quais pesquisei – a tarefa de compreender elementos e reconstruir histórias e memórias desconhecidas a partir de indícios que se podiam observar na cidade. Por isso, minha investigação precisou valorizar e perseguir fragmentos de histórias por vezes perdidos, quase esquecidos

em meio ao patrimônio arquitetônico preservado.

Encontrei resíduos de memórias e precisei interpretar insignificâncias e detalhes por vezes considerados negligenciáveis. Por isso, o paradigma indiciário de Ginzburg (2000) auxiliou-me a pensar a possibilidade de uma pesquisa por vestígios, fragmentos de histórias e memórias entretecidas no curso da investigação. Na mesma direção, alguns estudos no campo da Psicologia (GOÊS, 2000), também interessados nos processos dialógicos e com ênfase na dimensão semiótica, vêm se aproximando do paradigma indiciário de Ginzburg (2000), modelo epistemológico interpretativo que se dedica ao estudo por meio de indícios, dados marginais para recompor histórias.

Carlo Ginzburg indica que a atenção ao negligenciável rende ao pesquisador exatamente a mesma sensação presente no decorrer desta tese: uma função de decifrador ao interpretar e construir uma narrativa. A pesquisa é compreendida como atividade que reconstrói formas e movimentos não experimentáveis diretamente; ou melhor, em suas próprias palavras: “O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar uma realidade complexa, não experimentável diretamente” (GINZBURG, 2000, p. 166, tradução nossa)¹⁹. Seu estudo, “*spie*” (sinais), retoma historicamente a semiologia médica, a arte divinatória e a atividade de caça para valorizar um saber produzido sobre indícios, que até aquele momento não havia recebido merecida atenção no contexto das ciências. Retoma o saber conjectural, hipotético, pressuposto, presente há tempos na vida cotidiana, e toma como exemplo o caçador que se utiliza de intuição e da superação do sensorial como o início dessa forma de produção de conhecimento. O autor acrescenta que “por trás desse paradigma indiciário ou divinatório, entrevê-se o gesto mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa” (GINZBURG, 1989, p. 154)²⁰.

Minha pesquisa foi por certo como uma caça a perscrutar pistas, ou ainda melhor: como o trabalho de um pescador – personagem de São Francisco do Sul, onde a pesca artesanal ainda se faz presente –, que ao

¹⁹ “Che caracteriza questo sapere è la capacità di risalire da dati sperimentali apparentemente trascurabili a una realtà complessa non sperimentabile direttamente.”

²⁰ No original: “Ma dietro questo paradigma indiziario o divinatório s’intravede il gesto forse più antico della storia intellettuale del genere umano: quello del cacciatore accovacciato nel fango che scruta le tracce della preda” (GINZBURG, 2000, p. 169).

fim da tarde observa cuidadosamente o mar, buscando sinais de que na próxima madrugada a pesca será proveitosa e que valerá a pena entrar com o barco no mar. Utiliza-se também, o pescador, de um saber incorporado, baseado em vestígios, na leitura de um texto que aprendeu a ler no mar.

Ginzburg articulou semelhanças, estabeleceu diálogos e convergências entre os trabalhos baseados em indícios (do detetive Sherlock Holmes, personagem criado por Arthur Conan Doyle), sobre sintomas (do psicanalista Sigmund Freud) e a atenção dedicada aos signos pictóricos do perito em arte Giovanni Morelli.

Para tanto, porém, (dizia Morelli), é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés. Dessa maneira, Morelli descobriu, e escrupulosamente catalogou, a forma de orelha própria de Botticelli (GINZBURG, 1989, p. 144)²¹.

O conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria. Os exemplos da perspicácia de Holmes ao interpretar pegadas na lama, cinzas de cigarro etc, são como se sabe, incontáveis (GINZBURG, 1989, p. 145)²²

²¹ “Per fare questo, però (diceva Morelli) non bisogna basarsi, come si fa di solito, sui caratteri più appariscenti, e perciò più facilmente imitabili, dei quadri: gli occhi alzati al cielo dei personaggi di Perugino, il sorriso di quelli di Leonardo, e così via. Bisogna invece esaminare i particolari più trascurabili, e meno influenzati dalle caratteristiche della scuola a cui il pittore apparteneva: i lobi delle orecchie, le unghie, la forma delle dita delle mani e dei piedi. In tal modo Morelli scoperse, e scrupolosamente catalogò, la forma di orecchio propria di Botticelli” (GINZBURG, 2000, p. 159).

²² Il conoscitore d’arte è paragonabile al detective che scopre l’autore del delitto (del quadro) sulla base di indizi impercettibili ai più. Gli esempi della sagacia di

Creio que o seu método está estreitamente aparentado à técnica da psicanálise médica. Esta também tem por habito penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados ou despercebidos, dos detritos ou “refugos” da nossa observação (FREUD, 1914 apud GINZBURG, 1989, p. 147).²³

Por meio desses três trabalhos que se utilizaram do conhecimento venatório, que examinavam as particularidades mais desprezíveis, os elementos pouco apreciáveis, Ginzburg construiu o paradigma indiciário, denominando-o como um tapete composto de diferentes fios que articulou ao longo do seu argumento para nominar a produção de um conhecimento divinatório, indiciário ou semiótico; em que as pistas mudas são lidas em uma série de eventos correlacionados. Nesse caminho, eventos individuais precisam ser reconstruídos, interpretados por meio de sinais, signos, pistas, indícios e sintomas, e ao mesmo tempo precisam ser estabelecidos elos coerentes destes com outros eventos. Ou seja, sempre atento à totalidade, buscando a interconexão entre fenômenos, muito próximo ao que propunha Vigotski. Para Ginzburg, não é o caso de investigar indícios isoladamente, pois “se a realidade é complexa e opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177)²⁴.

Ginzburg foi, portanto, um parceiro importante no percurso epistemológico desta investigação, por toda a crítica que desenvolve com relação ao conhecimento sistemático e às regras formais presentes na ciência moderna: o desprezo pela investigação de eventos singulares como obstáculo para um conhecimento científico rigoroso; a busca de leis universais; a crença na transparência da realidade e a dicotomia entre sujeito e objeto. Questiona essas formulações “empobrecidas” e “desbotadas” da ciência moderna, justamente por excluírem a concretude

Holmes nell’interpretare orme nella fanghiglia, ceneri di sigaretta e così via sono, com’è noto, innumerevoli (GINZBURG, 2000, p. 160).

²³ Credo che il suo metodo sai strettamente apparentato con la tecnica della psicoanalisi medica. Anche questa è avvezza a penetrare cose segrete e nascoste in base a elementi poco apprezzati o inavvertiti, ai detriti o “rifiuti” della nostra osservazione (FREUD, 1914 apud GINZBURG, 2000, p. 162).

²⁴ No original: “se la realtà è opaca, esistono zone privilegiate – spie, indizi – che consentono di decifrarla” (GINZBURB, 2000, p. 191).

que compõe a cotidianidade, e propõe a valorização do singular (GINZBURG, 1989).

Com Ginzburg vislumbrei a possibilidade de um conhecimento psicológico sobre processos de patrimonialização baseado na conjecturalidade, no saber eminentemente qualitativo e indireto, tomando por objeto casos, situações e documentos individuais.

Meu “tapete epistemológico” estaria mais próximo de uma rede de pesca que, tecida com os fios da psicologia histórico-cultural e do Círculo de Bakhtin, precisou costurar alguns outros fios da etnografia e do paradigma indiciário ao longo da pescaria – aproximando-me desta tarefa artesanal presente na cidade – para acompanhar minuciosamente a formação de processos de patrimonialização e outras memórias na cidade investigada, detalhando as ações dos personagens em suas tramas.

Construí ainda um percurso analítico investigativo vivido metaforicamente como um jogo. Atividade em que eu, pesquisadora, colecionei restos, objetos, fragmentos de memórias, de histórias de vidas, no encontro com cada entrevistado, que forneceu pistas de novas memórias. Ao segui-las, encontrei novas pessoas, com novas histórias e, por conseguinte, novos rastros para outras histórias e memórias. Um percurso de pesquisa caracterizado como uma caça ao tesouro: jogo em que se resgatam valores baseado no desejo de riqueza e aventura por meio de pistas. Embora o termo *caça ao tesouro* tenha uma conotação simplória para um contexto de pesquisa, rendeu a esta atividade investigativa o caráter lúdico e o tom de aventura, que marcaram o percurso ao escavar sentidos ali produzidos e ao possibilitar a emergência de tantos outros. Nessa caça ao tesouro, por fim, não encontrei um objeto, um baú cheio de moedas de ouro. O valioso foi o próprio processo, o escavar insignificâncias, o deixar-se envolver nas relações tecidas e o admirar-se com as descobertas, as histórias restituídas.

Os estudos de Bakhtin com base nas obras de Dostoiévski contribuíram na construção da escrita, na formulação de um acabamento para a tese, mas principalmente por descreverem homens do mesmo modo como encontrei homens e mulheres nesta investigação; diferentes, o que implica que são necessariamente vários: a multiplicidade dos homens é a verdade do próprio ser do homem. Esta é a razão que aproxima Bakhtin de Dostoiévski e que, por sua vez, me atrai: a convicção de que “o inter-humano é constitutivo do humano” (BEZERRA, 2011, p. XXVI).

Em *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin articula os conceitos de exotopia, tempo e espaço para analisar a obra de arte literária e, com isso, traz contribuições fundamentais à antropologia e à psicologia interessada na relação sujeito – contexto. Ou seja, o homem tem necessidade de

significação estética que só é possível aos olhos do outro. Tem necessidade de acabamento, do olhar de um outro como indispensável, como constitutivo do ser justamente por ser assimétrico em relação a ele.

Nesse sentido pode-se dizer que o homem tem uma necessidade estética absoluta do outro, do seu ativismo que vê, lembra-se, reúne e unifica, que é o único capaz de criar para ele uma personalidade externamente acabada; tal personalidade não existe se o outro não a cria; a memória estética é produtiva, cria pela primeira vez o homem exterior em um novo plano da existência (BAKHTIN, 2011, p. 33).

Além disso, as contribuições da análise dialógica do discurso de Bakhtin e seu Círculo tornaram-se ferramenta fundamental para análise e escuta das vozes sociais ali presentes em um diálogo que não iniciava nem terminava nos momentos das entrevistas. Nesses encontros, valorizei a interação entre as vozes: “vozes do passado que se cruzavam com vozes do presente e faziam ecos que poderão serem escutadas no futuro” (BEZERRA, 2013, p. XII). Então se, como indica Bakhtin – com base na obra literária de Dostoiévski –, toda linguagem humana está impregnada de relações dialógicas, impôs-se a condição epistemológica de identificar as tensões no interior de um patrimônio, as relações interdiscursivas e intersubjetivas que se enfrentavam, as intenções encobertas, o diálogo e o confronto entre memórias.

Os modos de pesquisar presente nesta tese buscaram visibilizar essa multiplicidade de vozes, a “autêntica polifonia” na cidade em oposição a um modo de pesquisar e conceber a cidade monologicamente, fechado em um discurso fechado, conciliado e consensuado de patrimônio. Escutei vozes dominantes reconhecidas, oficiais e “estridentes”, bem como as “vozes fracas, ainda não inteiramente manifestadas, latentes, embriões de futuras concepções de mundo” (BAKHTIN, 2013, p. 101).

Contudo, na cidade, compreendida como polifônica e dialógica, considerei as vozes que participavam do diálogo na sua equipotência; ou seja, em condição de igualdade, autônomas e não objetificadas (BAKHTIN, 2013, p. 5). Por isso investiguei as tensões, com o intuito de compreender os sentidos produzidos na trama das relações sociais dos diferentes sujeitos com a cidade patrimônio histórico-cultural. E é

justamente no reconhecimento do caráter contraditório e multifacetado do pesquisar e da cidade que se fez a riqueza desta tese.

3.1 EM BUSCA DA POLIFONIA NA/DA CIDADE

Habitar uma nova cidade significa reconstruir para si um cotidiano que depende da soma de uma infinidade de pequenos detalhes no tempo. Habitar uma nova cidade é submeter-se a um desenraizamento crônico.

(Achutti)

A pesquisa no campo teve como ponto de partida, em 2012, a caminhada espontânea, a circulação exploratória na cidade, a participação em eventos diversos e a busca de personagens e documentos que pudessem indicar memórias sobre o local. Nesse processo de imersão na cidade de São Francisco do Sul e nos processos de subjetivação nela engendrados, assumi a necessidade de atribuir importância (SONTAG, 2004) à experiência de viver em uma cidade tão peculiar. Transitar pelas ruelas de São Chico tinha o sabor de quem a adotava como uma nova cidade e submetia-se ao desenraizamento crônico de que fala Achutti (2004) na epígrafe deste capítulo. Ir viver em uma nova cidade implica

sentir novos odores, adaptar-se a uma alimentação diferente, aprender a apreciar sabores desconhecidos, sentir mais ou menos frio, habituar-se a novos ruídos, redefinir a distância física em relação às outras pessoas, caminhar em outro ritmo, e sobretudo, mudar sua maneira de olhar o mundo, a duração desse olhar, sua direção, profundidade e passar a ser olhado diferentemente (ACHUTTI, 2004, p. 38).

De início, optei pela caminhada pela cidade como um *flâneur*, personagem presente na poesia de Baudelaire que inspirou Walter Benjamin (1994). Postura metodológica que permite a paixão pela viagem, o passeio casual sem destino pela multidão e o vagar pelas ruas observando tudo à volta, com riqueza de detalhes, com olhos de ver. Realizei caminhadas diversas, marcadas pela lentidão, ociosidade e contemplação, experimentando detalhes desconhecidos que eu podia ver, tocar, escutar e cheirar na cidade – como um ato “essencialmente poético” (BENJAMIN, 1989, p. 210).

Acrescentei a estratégia de produção de fotografias para registrar em imagens as tantas vezes em que caminhei, divaguei, *flanei*, passeei, vaguei, assim como alguns dos sentidos produzidos durante o perambular pelas ruas de São Chico. Algumas dessas imagens fotográficas compõem esta tese, algumas são analisadas e outras apenas ilustram o percurso realizado.

Essas caminhadas foram organizadas pensando na experimentação estética; ao caminhar, o olho que vê realiza um trabalho que combina com os mais complexos processos de pensamento (BAKHTIN, 2003, p. 225). Assim, o ato de caminhar poderia ser motivo de estranhamento na observação da paisagem urbana, na contramão de olhares cristalizados do vivido, para então compreender a produção de sentidos que se processa na relação com a cidade patrimonializada.

A caminhada fotográfica inicialmente chamou a atenção para as invisibilidades presentes ao circular no Centro Histórico. Do olhar turístico de quem, recém chegada à cidade, encantava-se com o patrimônio arquitetônico, distanciei-me e aproximei-me de discursos outros sobre a paisagem cultural hegemônica. E descobri outras cidades na mesma cidade, outras memórias, outros modos de vida que coexistiam com o Patrimônio Histórico Cultural.

A realização de percursos e a perseguição de vestígios caracterizaram-se por uma aposta na possibilidade de um exercício estético no movimento de caminhar, fotografar, admirar e observar pequenos detalhes presentes no tempo e no espaço. Presenças não conhecidas, estratificadas nessa paisagem como um palimpsesto que deixa ver marcas de outros tempos, como aponta Certeau:

O caminhar de uma análise inscreve seus passos, regulares ou ziguezagueantes, em cima de um terreno habitado há muito tempo. Somente algumas dessas presenças me são conhecidas. Muitas, sem dúvida mais determinantes, continuam implícitas – postulados ou dados estratificados nesta paisagem que é memória e palimpsesto. O que dizer dessa história muda? (CERTEAU, 2013a, p. 35).

Após esse primeiro momento, era preciso iniciar o processo de interação propriamente dito com as pessoas da cidade, estabelecer vínculos, construir redes afetivas. Nesse primeiro momento, o fato de ser professora de psicologia no Instituto Federal Catarinense – IFC, no Campus de São Francisco do Sul, facilitou sem dúvida a aproximação e a

imersão na cidade, pois expectativas foram criadas sobre a oferta de ensino superior público e gratuito a partir de 2011 e com isso tive acesso a alguns espaços, pessoas e documentos.

Aproveitei o contato com os próprios alunos, que durante as aulas e conversas informais também apontavam vestígios de memórias outras para além do patrimônio cultural arquitetônico protegido pelo IPHAN. Era um grupo de aproximadamente 25 jovens alunos vindos de diversas regiões da cidade, com idade entre 15 e 19 anos, que frequentavam um curso no IFC, vinculado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC²⁵. Alguns deles moravam na parte continental da cidade, em um bairro chamado Vila da Glória, e realizavam o trajeto de lancha todos os dias até a área urbana – de certa forma, viviam isolados do centro da cidade. Justamente por essa diversa composição é que aproveitei o encontro para buscar, com esses jovens, pessoas e histórias sobre a cidade. As conversas permitiram identificar lugares e acontecimentos, bem como familiares e pessoas da cidade com suas memórias sobre o processo de patrimonialização, sobre as memórias na cidade e histórias por mim desconhecidas naquele momento. Em alguns encontros propus realizarmos trajetos em conjunto pela cidade, o que me permitiu compor algumas cenas e conhecer pessoas que serão apresentadas nos próximos capítulos.

A partir de 2013 desenvolvi outros procedimentos de pesquisa, como a coleta dos documentos relativos ao processo de patrimonialização da paisagem cultural do Centro Histórico de São Francisco do Sul – fotos, imagens, recortes de jornais, documentos oficiais, entre outros – e a observação sobre a representação de outras memórias em museus e lojas de artesanatos, as quais me auxiliaram a contextualizar os discursos sobre a cidade histórica e a identificar as tensões ali presentes.

Por fim realizei, entre 2013 e 2014, conversas com 14 pessoas de São Francisco do Sul em torno da temática do processo de patrimônio da cidade e de memórias invisíveis. Procurei pessoas que poderiam trazer contribuições sobre o patrimônio cultural arquitetônico e pessoas que tivessem outras lembranças, outras indicações. A análise dos documentos e a minha experiência na cidade permitiram que eu encontrasse indícios de memórias e me permitiram encontrar pessoas que, por sua vez, me apresentaram suas recordações e novos indícios.

²⁵ Programa criado em 2011 pelo Governo Federal, o PRONATEC tem o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, com oferta de recursos financeiros para transporte e alimentação dos alunos participantes (BRASIL, 2011).

Assim, a pesquisa que primeiramente se caracterizou por uma imersão no contexto da cidade, procurou posteriormente emoldurar alguns importantes moradores, perscrutar e reunir restos de histórias, fragmentos de memórias e objetos. No início, imaginei que conversaria apenas com moradores da cidade, mas depois entendi que algumas pessoas que participaram do processo de patrimonialização não moravam na cidade, mas foram logo lembradas pelos moradores, pois representavam alguma importância no processo de patrimonialização. Alguns deles já haviam falecido, outros residiam em outros estados e outros não foram localizados. Caçar esses fragmentos, pescar e perseguir indícios e reunir esses restos de memórias foi a tarefa com a qual estive envolvida durante todo o processo de investigação.

Por fim, a imersão na cidade possibilitou que eu definisse como critério para a escolha de pessoas com as quais iria conversar, rastrear os fios das histórias, aquelas que moravam na cidade ou que tinham desenvolvido algum trabalho ou estabelecido alguma relação com as questões de memória e patrimônio. Todas foram mencionadas por alguém precedente ou localizadas durante as caminhadas e participações em eventos. Com a intenção de visibilizar para o leitor da tese, construí uma tabela síntese com as principais informações a respeito das pessoas com as quais pesquisei:

Tabela 1: Síntese de informações a respeito das pessoas participantes da pesquisa.

Nome	Observação
Andrea de Oliveira	Diretora do Museu Nacional do Mar
Carmen de Oliveira Musse	Antiga Proprietária de imóvel no Centro Histórico
Jair Antonio Schetz	Responsável pela Dança do Vilão
Soraia das Neves Pinheiro	Integrante do MADEF – Movimento Afro
Claudiomiro Alberton	Proprietário de uma coleção de objetos do lixo
Karine D. Possamai	Arquiteta do IPHAN
Vanessa Pereira	Ex-arquiteta do IPHAN – São Francisco do Sul
Anete Ivonete do Rosário	Moradora da comunidade quilombola da Tapera
Ana Maria Passos Santiago	Mulher negra moradora da cidade
Manoel Rafael Vieira	Ex-morador da comunidade extinta do Casqueiro, pescador artesanal
Bruno Henrique Pesserl	Biólogo da FATMA – Parque Estadual do Acaraí

Dalmo Vieira Filho	Arquiteto responsável pelo processo de tombamento do patrimônio arquitetônico
Cirenio Antonio Madeira	Morador da localidade Tapera, trabalha com engenho de farinha
Adriano Garais	Guarani morador da Aldeia Morro Alto (Laranjeiras)

É possível constatar, com a leitura das informações apresentadas na Tabela 1: *Síntese de informações a respeito das pessoas participantes da pesquisa*, que as pessoas com quem conversei foram diversas, considerando faixa etária, gênero, condição socioeconômica, etnia – o que enriqueceu a pesquisa e me fez confrontar meus saberes e modos de conhecer. Conversar com Adriano, por exemplo, integrante da população Guarani em São Francisco do Sul, foi antes de qualquer coisa uma oportunidade inesquecível de vivenciar o relativismo, o estranhamento de uma cultura tão próxima e ao mesmo tempo tão distante. Tantos outros temas surgiram no decorrer do encontro para além do que buscava para a tese, como os cuidados em saúde e a crítica às políticas direcionadas à população indígena, que eu não podia perder a oportunidade de aprender com o seu modo de vida. Da mesma forma, encontrar D. Carmen, com seus 90 anos de idade, e envolver-me em histórias particulares e possíveis somente a quem já tem muita experiência de vida foi significativo para a concretização de uma pesquisa de perto e de dentro. Assim como Cerateau, foi preciso um trabalho de escuta para encorajá-los a exprimirem-se com

longos diálogos construídos segundo um esquema flexível, capaz de permitir comparações sem que houvesse respostas estereotipadas. Pensava-se em ganhar a confiança no diálogo, para que aflorassem aos lábios lembranças, receios, reticências (CERTEAU, 2013a, p. 25).

Contudo, apesar de os encontros terem sido caracterizados pela entonação de uma boa conversa, pela intensidade das afecções, posso afirmar que em todos eles estiveram sempre presentes algumas questões-chave, complementadas por outros temas particulares, pertinentes àquele contexto ou àquele sujeito. Essas questões foram as seguintes:

1. Trajetória na cidade de São Francisco do Sul: interessava-me ouvir a história de vida do entrevistado, de sua família, assim

como os usos que fazem da cidade; questões econômicas, culturais e interações sociais.

2. Avaliação sobre o processo de patrimonialização da paisagem cultural do Centro histórico (arquitetônico): essa questão girava em torno do nível de participação do entrevistado no momento em que a cidade foi patrimonializada, lembranças desse período, discursos dos outros moradores naquele momento e atualmente. Busquei ainda a opinião com relação às implicações da patrimonialização para a vida na cidade.
3. Outras memórias ainda não patrimonializadas: solicitei que o entrevistado contasse sobre outras memórias que considerasse importantes e que ainda não eram reconhecidas. Esse último aspecto permitiu-me agregar novos elementos à pesquisa e outras memórias para a investigação.

Essas conversas, embora organizadas individualmente em um momento específico com cada sujeito, foram registradas em fotografias e áudio e posteriormente transcritas. Esse conjunto de informações foi costurado por uma trama: o primeiro entrevistado me levou até outro, não necessariamente o segundo, e assim formou-se uma teia de sentidos produzidos nas relações. Cada conversa trouxe nomes de outros sujeitos, e em algumas vezes a própria pessoa com quem conversei estabeleceu o contato com alguém próximo de modo a facilitar a aproximação.

Em meu diário de campo foi difícil delimitar quando terminou a conversa com uma pessoa e quando começou com outra. Esse registro revela a realização de um percurso na cidade com seus habitantes, muito mais do que encontros com sujeitos isolados. Eu, pesquisadora, imersa nas relações existentes naquela comunidade, dependi dos vínculos tecidos entre os moradores, dos afetos presentes para me aproximar e aprofundar a conversa.

A descrição cuidadosa foi um aspecto ao qual precisei estar atenta durante os encontros, o que não significa tornar escrito o discurso dos personagens, ser um porta-voz dos seus pontos de vista. Ao contrário, busquei possibilitar que uma visão de dentro fosse traduzida e inteligível justamente em função do compartilhamento de experiências, saberes e contextos (PADIGLIONE, 2010).

Posso dizer sem dúvida alguma que fui bem acolhida por todos, em diferentes momentos e de formas diversas, e o fato de ser conhecida, indicada por alguém precedente, facilitou e contribuiu para que eu me inserisse no horizonte de participação do qual eles já faziam parte.

A investigação evidenciou discursos em relação dialógica, justamente por tratar-se de encontro entre pessoas, por não desconsiderar

o fato de que cada sujeito com quem pesquisei é alguém que fala, e que agora escrevo sobre eles (BAKHTIN, 2003). Os sentidos, portanto, nasceram do encontro com esses sujeitos.

Enfatizo a disposição das pessoas com quem conversei em contribuir com a pesquisa. Mais do que informantes ou entrevistados, tornaram-se participantes ativos da pesquisa, auxiliaram-me na busca de indícios, no mapeamento de pessoas com quem eu pudesse conversar, na reconstrução de histórias a partir dos fragmentos que fomos reunindo. Compreendi então que a problemática da pesquisa não era só uma necessidade minha, e que a tese sobre as memórias invisíveis assumiu o caráter de uma resposta à demanda de algumas pessoas, de grupos sociais, pois poderia auxiliar a contar suas histórias, a restituir memórias, tornando-as conhecidas e reconhecidas. Durante as conversas com Adriano Garais, da aldeia guarani, por exemplo, ele me convocou: “*Você tem que escrever isso, aí no seu livro*”; ou ainda Ana Passos, que se lamentava: “*Que pena que pegou fogo na casa da D. Mariquinha, seria muito legal tu ver as fotos que ela tinha*”. E: “*Ah! Uma pessoa muito importante para falar sobre isso é Ana Passos*”, disse-me Soraia Pinheiro, que não só me indicou o nome de Ana Passos, mas também fez contato por telefone, abordou-a na padaria para falar da minha pesquisa e a convenceu a participar. A frase de Soraia: “*Tá aí, isso é outra coisa que a gente precisa pesquisar*” foi pronunciada muitas vezes durante o percurso da pesquisa, indicando que a tese responderia a uma demanda local, aumentando ainda mais a minha responsabilidade.

Antes de apresentar a análise desses indícios, das memórias restituídas e dos sujeitos e nossos encontros na cidade de São Francisco do Sul, dedico as próximas páginas a uma importante interrupção que ocorreu durante o processo de desenvolvimento da pesquisa e que redirecionou a escrita.

4 VIAGEM À ITÁLIA E A EXPERIÊNCIA DO ESTRANHO ÍNTIMO

Nada há, de fato, que se compare à nova vida que a contemplação de uma terra estranha descortina ao homem afeito à reflexão. Embora eu siga sendo sempre a mesma pessoa, creio ter mudado até os ossos.

(Goethe, *Viagem à Itália*)

O percurso denso de pesquisa de campo e o contato com memórias por indícios foi seguido por uma interferência ou interposição: a possibilidade de viver em outro país. Por certo a experiência de conhecer de perto e de dentro uma outra cultura por si só é acontecimento que desejo e recomendo a todos que tenham interesse nas relações sociais como fundante do sujeito, ou simplesmente para “mudar os ossos”, como aponta Goethe na epígrafe deste capítulo.

Pois bem, lá fui eu, com duas malas e muitas expectativas, viver por um ano em Roma. Entre agosto de 2014 e agosto de 2015 estive envolvida em situações que desafiaram minhas convicções, quebraram paradigmas, reafirmaram minha identidade cultural e meu sentimento de pertença – eventos ainda em processo e que digeri após o retorno ao Brasil.

Mas o que dizer sobre viver em Roma? Berço de antigas civilizações e conhecida mundialmente, a cidade que escolhi para realizar meu estágio doutoral destaca-se sem dúvida alguma de outras cidades por seu patrimônio histórico e artístico protegido pela UNESCO. Não foi à toa que Goethe considerou o dia em que chegou a Roma como a data do seu segundo nascimento, “de um verdadeiro nascimento” (GOETHE, 1999, p. 175). Apoiando-se na obra de Goethe, Bakhtin (2003) afirma que Roma é o grande *cronótopo* da história humana, lugar onde coexistem visivelmente diferentes épocas no mesmo espaço. Esse conceito será explorado nos próximos capítulos, mas por ora me auxiliam a descrever a experiência de viver em Roma:

Quando contemplamos uma tal existência de mais de dois mil anos, modificada em tantos aspectos e tão profundamente pela mudança dos tempos – e, não obstante, ainda o mesmo solo, a mesma colina, ou até, com frequência, a mesma coluna e as mesmas paredes, e, no povo, os vestígios do antigo caráter –, fazemo-nos companheiros dos grandes

desígnios do destino, de modo que, desde o início, se torna difícil para o observador acompanhar uma Roma seguindo-se à outra, e não apenas a nova à antiga, mas as diversas épocas de uma e outra sucedendo-se (GOETHE, 1999, p. 154).

A experiência de Goethe pude de certo modo reviver. Em uma simples caminhada podia contemplar a sincronicidade de mais de dois mil anos de história dispersos no centro de Roma, ruínas que sustentavam outros prédios, soterrados pelas construções posteriores que se faziam visíveis diante das novas modificações no tecido urbano da cidade. A ampliação da rede de metrô da cidade era constantemente interrompida com a descoberta de uma antiga banheira de um imperador ou outra ruína romana, dando a entender que nenhum momento histórico estava perdido ou morto. Ao contrário, ali permanecia vivo e pulsante, à espera de sua renovação (BAKHTIN, 2011, p. 410). Essa fusão de tempos no território de Roma estimulava a contemplação da história da humanidade, a grandiosidade do passado, a efervescência do presente e os possíveis que emergem, tal como os sentidos para Bakhtin.

Realizei caminhadas sem percurso pré-definido, sem me preocupar em localizar-me nas estreitas ruas. Assim como na minha pesquisa de campo em São Francisco do Sul, eu pretendia perder-me. Permiti que os prédios, as ruas, as pessoas chamassem a minha atenção e definissem a direção. Inúmeras vezes descobria uma igreja ainda não vista, um afresco na parte externa de algum prédio, e muitas e muitas vezes o percurso levava-me para o Panteão²⁶: talvez o monumento que mais me impressionava nessas caminhadas. A cena construída a partir dos livros escolares saltava agora diante dos meus olhos: monumento grandioso, imponente, com elementos romanos e outros do período cristão, emoldurado por uma fonte e edifícios de 200 anos caracterizados após a revolução industrial e repleto de turistas e vendedores ambulantes de todo o mundo, e circundado por restaurantes que convidavam à gastronomia italiana.

²⁶ Panteão é um monumento em Roma construído por volta de 126. Localizado na Piazza della Rotonda, o Panteão tem sido utilizado como uma igreja, dedicada à “Santa Maria e os Mártires”. O interessante em sua arquitetura é a sua planta: circular com um pórtico de grandes colunas de granito suportando um frontão. Um saguão retangular liga o pórtico a uma área circular coberta por uma enorme cúpula com uma abertura central descoberta. É uma das mais bem preservadas estruturas romanas antigas, e permaneceu em uso por toda a sua história.

Talvez seja justamente pela existência de tantos importantes monumentos que a Itália tenha também uma produção científica significativa no que se refere à temática memória e patrimônio cultural, para além do Coliseu, Fórum Romano e Capela Cistina. Encontrei, nesse um ano, uma rede importante e plural de estudos e práticas no terreno da patrimonialização; e, portanto, viver em Roma, mais do que ampliar os horizontes desta tese, caracterizou-se como um evento no processo de investigação.

As dificuldades enfrentadas no cotidiano de um outro país transformaram-se pouco a pouco em uma aventura. O aprendizado de uma língua estrangeira, embora latina, transformou-se na aventura de descobrir sentidos e usos diversos da língua italiana. Aventura também ao caminhar até o mercado para comprar pão e frutas, para compreender os códigos que se faziam presentes na fila dos correios, ao usar a bicicleta e o *tram* como meios de transporte diário e sentir-me atônita diante do trânsito romano, ou ainda ao acompanhar o ritual dos italianos em tomar o café da manhã no bar na esquina de casa: *caffè ristretto e corneto*.

As descrições sobre minha nova correlação com o mundo ao atravessar o Oceano Atlântico poderiam preencher as páginas de um livro, como fez Goethe em *Viagem à Itália*. Poderia dedicar-me longamente à narração da estranheza diante de um grupo de pessoas em um bar, ao constatar que cada uma era de uma nacionalidade diferente: dois italianos, uma francesa que ali passava um ano sabático, uma canadense com quem dividi apartamento, duas brasileiras que participavam do programa federal Ciências Sem Fronteiras, outro casal de italianos, uma garota da Lituânia casada com um brasileiro que cursava doutorado em Roma – nunca imaginei conhecer alguém da Lituânia!

Essa cena repetiu-se algumas outras vezes, momentos em que tínhamos que definir em que língua conversariamos para que todos pudessem participar. Lembro de um domingo de início de verão em que uma estudante universitária da Hungria, que cursava Letras e Literatura, tomava banho de mar pela terceira vez em toda a sua vida e brincou na areia como brinquei até os meus 10 anos de idade. E uma estudante alemã que conheci em um curso sobre Etnografia, que me apresentou uma Alemanha muito diversa da cultura alemã colonial que conheci durante minha formação em Blumenau; e outra colega do mesmo curso, que veio da República Checa e procurava uma bicicleta holandesa para comprar; brasileiros estudando em Roma que se articulavam via *facebook* para matar as saudades do Brasil; um casal de franceses que se tornaram amigos em duas semanas vivendo no mesmo edifício; um italiano que vivia no mesmo apartamento e corrigia meu italiano tupiniquim ao

mesmo tempo em que descobria um Brasil para além do samba e do futebol. Uma amiga calabrese que me ensinou a fazer nhoque e apresentou-me detalhes sutis da sua cultura: modos como trabalho, gênero, imigração e relações familiares são concebidos por ali.

Vivi experiências afetivas durante esse um ano que jamais poderia imaginar realizá-las do lugar em que ocupava até então e que permitiram distanciamentos necessários para explorar melhor minha constituição, minha cultura e aspectos da minha tese. Experimentei por mais uma vez o desenraizamento crônico de que fala Achutti (2004), agora em proporções intercontinentais.

Acrescento a toda essa experiência em Roma as viagens a outras localidades, como pequenas cidades medievais italianas, a Bienal de Venezia e outros importantes lugares europeus, como Atenas, Paris, Neuchatel, os quais aparecerão no decorrer desta tese em diálogo com as diferentes memórias e histórias costuradas neste texto.

Na condição de pesquisadora-viajante, aproveitei a condição de estar em um outro país para conhecer, como um estrangeiro interno, alguém que ocupa um lugar entre a distância e a proximidade. Nem tão perto para ser considerada italiana, nem tão longe para ser tomada como turista. Eu ocupava de certa forma uma posição privilegiada, com uma liberdade de agir dentro dos modos cotidianos italianos, por compartilhar os modos brasileiros, por ser estrangeira.

A experiência de estranhar determinado hábito, comportamento italiano ou romano, era sempre acompanhada por um incômodo e seguida por um sentimento de proximidade. A sensação de considerar-me distante e próxima repetiu-se inúmeras vezes durante esse período, a cada novo contato com um detalhe até então desconhecido. A hierarquia com que as refeições são organizadas (primeiro a massa, depois a carne e os vegetais, sem misturar todos os alimentos no mesmo prato como fazemos nós, brasileiros), o incômodo ao chegar a um bar de manhã para tomar o café da manhã e ver todos em pé, falando alto e pedindo os mais diversos tipos de café (*expresso, macchiato, cappuccino, caffè latte*) foi pouco a pouco transformado por uma cumplicidade: “*Buongiorno, per favore, un cappuccino e un cornetto semplice*” – solicitava em pé no balcão. Para além dos estereótipos com que italianos são referidos em diversos lugares do mundo, eu estava entrelaçada com o cotidiano das ruas romanas, o que me permitiu observar modos diversos de vida, modos não estereotipados de ser, viver e pensar na Itália.

Acrescento ainda um pouco mais do cotidiano na Itália, do que aprendi em visitas a museus etnográficos que apresentavam práticas dedicadas à restituição de memórias outras. Essas visitas provocaram

ainda mais inquietações em relação aos processos de patrimonialização e possibilidades de pontos de interconexão com as memórias de São Chico, às quais esta tese se dedica.

4.1 MUSEUS ETNOGRÁFICOS ITALIANOS: registros de outras memórias

Dentre os diversos patrimônios presentes na Itália, muitos são protegidos pela UNESCO e atraem turistas de todo o mundo. Porém, interessavam-me aqueles que, assim como a minha tese, valorizavam memórias menores, aquelas invisíveis aos olhos das políticas patrimoniais tradicionais.

Meu vínculo durante o estágio doutoral com o Professor Vincenzo Padiglione, na Universidade “La Sapienza”, possibilitou o contato com diversos estudos e publicações envolvendo os conceitos de memória, museologia e patrimônio, e com museus etnográficos comunitários dos quais ele participou em suas realizações durante sua trajetória profissional. Conheci práticas museais que tiveram como missão o resgate e o ressarcimento de memórias, de histórias de vidas e de coletividades que, de alguma forma, dizem de exclusões e apagamentos ao longo da história.

O contato com o trabalho desenvolvido pelo professor Vincenzo Padiglione e tantos outros antropólogos do SIMBDEA (Associação Italiana pela Museografia e Bens Demoetnoantropológicos)²⁷ foi fundamental para pensar modos de visibilizar memórias silenciadas na cidade de São Francisco do Sul. Por certo, a tese em Psicologia que apresento não virá acompanhada de um produto final outro, como a construção de um museu para as memórias que encontrei em São Francisco do Sul. Porém, se esta tese se ocupou de analisar o modo como as memórias são apresentadas na cidade, é interessante poder apontar modos outros de olhar e valorizar práticas culturais que permanecem invisíveis e de pensar interconexões com a produção subjetiva das pessoas

²⁷ SIMBDEA constituiu-se em 2001 por vontade de alguns antropólogos do mundo da pesquisa ou profissionais de museus com o objetivo de valorizar e promover o setor demoetnoantropológico. É um ponto de referimento e de mediação para informação e comunicação no âmbito dos bens demoetnoantropológicos e do patrimônio cultural, material e imaterial. Disponível em: <http://www.simbdea.it/index.php?option=com_content&task=view&id=25&Itemid=26>.

que ali vivem.

Apresento, portanto, neste momento, um pouco dessa experiência, meu olhar com relação a esses museus etnográficos italianos e propostas de patrimonialização que pude conhecer durante o estágio doutoral, numa tentativa de aproximá-las de possibilidades para a realidade brasileira. Visitei museus, mostras, instalações etnográficas diversas e realizei conversas informais curiosas com diretores de museus, operadores culturais, moradores e sujeitos dessas memórias, tendo sempre como foco o processo de construção de museus, a possibilidade de restituição de memórias e de ressonâncias na comunidade. Essas visitas foram registradas por meio de fotografias, vídeos e utilizei ainda fontes como: folders, sites dos museus, catálogos, livros publicados sobre os museus, entre outros.

Na *Tabela 2: Museus ou Mostras visitados*, apresento os museus ou espaços de memórias que tive a oportunidade de conhecer e na *Tabela 3: Outros Museus Demoetnoantropológicos*, outros tantos museus consoantes com essa perspectiva etnográfica. Esses espaços não serão todos detalhados neste texto, considerando principalmente o objeto de estudo desta tese, mas acredito que narrar um pouco da minha experiência ao visitá-los permite visualizar essa grande multiplicação de espaços de memória no contexto italiano e o modo como objetivam suas investigações etnográficas.

Tabela 2: Museus ou Mostras visitados

Museus ou Mostras visitados	Localidade
Ludus – Museo Etnográfico del Giocattolo	Sezze – Baixo Lazio – Itália
Museo delle Scritture	Bassiano – Baixo Lazio – Itália
Museo del Brigantaggio ²⁸	Cellere – Viterbo – Itália
Museo del Brigantaggio ²⁹	Itri – Latina – Itália
Museo della terra	Latera – Província de Viterbo – Itália.
Agostinelli (Colecionista)	Roma – Itália.
EtnoMuseo Monti Lepini di Roccaporga ³⁰	Roccaporga – Baixo Lazio – Itália

²⁸ <http://www.museobrigantaggiocellere.it/museo.php>

²⁹ <http://museobrigantaggio.it/>

³⁰ www.etnomuseo.it/museo.htm

Museo del cotidiano Ettore Guatelli ³¹	Ozzano – Província de Parma – Itália
Museo Neuchâtel Musée d'ethnographie	Neuchâtel – Suíça
Mostra Stravolti – Castello di Roccasinibalda ³²	Roccasinibalda – Província de Rieti – Itália
Risarcimenti – storie di Vita e di Attesa	Roma – Itália
Museo della Mente	Roma – Itália

Tabela 3: Outros Museus Demoetnoantropológicos

Outros Museus Demoetnoantropológicos	Localidade
Museo del Fiore	Acquapendente – Viterbo – Lazio
Museo della Città	Acquapendente – Viterbo – Lazio
Museo Geologico e delle Frane	Bagnoregio – Viterbo – Lazio
Museo Territoriale del Lago di Bolsena	Bolsena – Viterbo – Lazio
Museo Cívico – “F.Rittatore Vonwiller”	Farnese – Viterbo – Lazio
Museo del Costume Farnesiano	Gradoli – Viterbo – Lazio
Museo Civico Archeologico e delle Tradizioni Popolari	Grotte de Castro – Viterbo – Lazio
Museo Civico archeologico “Pietro e Turiddo Lotti”	Ischia de Castro – Viterbo – Lazio
Museo Naturalístico	Lubriano – Viterbo – Lazio
Museo dell’Architettura di Antonio da Sangallo il Giovane	Montefiascone – Viterbo – Lazio
Museo della Preistoria della Tuscia e della Rocca Farnese	Valentano – Viterbo – Lazio
Museo Civico Archeologico	Artena – Roma – Lazio
Museo Territoriale	Carpineto Romano – Roma – Lazio
Museo della Città e del Territorio	Cori – Latina – Lazio
Museo Archeologico Virtuale	Norma – Latina – Lazio
Museo Archeologico	Priverno – Latina – Lazio
Museo Archeologico	Segni – Roma – Lazio

³¹ O Museu do Cotidiano Ettore Guatelli será detalhado e analisado nos capítulos que seguem e por isso apenas o cito aqui como integrante do percurso realizado em Roma.

³² <http://www.castelloroccasinibalda.it/homepage/>

Museo delle Mura Urbane	Sermoneta – Latina – Lazio
Il Museo per la Memoria di Ustica	Bologna – Regiao da Emilia –Romagna
Museo delle Terre di Confine	Sonnino – Latina – Lazio
Nazionale Preistorico Etnográfico: “Luigi Pigorini” ³³	Roma – Lazio
Museo Nazionale di Antropologia e Etnologia ³⁴	Firenze – Toscana

Entre tantos espaços de memórias que tive a oportunidade de conhecer, optei por caracterizar brevemente, como um passeio, três espaços que, por meio de modos e processos diversos, fazem ver memórias e histórias até então esquecidas. São eles: o “Museo del Briggantaggio”, na cidade de Itri, Itália, e duas mostras: “*Stravolti – Maschere abitate e altri eccessi sociali – Installazione etnográfica*”, em Roccasinibalda, e “*Risarcimenti – storie di Vita e di Attesa*”, em Roma.

A visita ao *Museo del Brigantaggio*, em Itri, região do Baixo Lazio, sul de Roma, aconteceu em março de 2015, durante a inauguração de uma mostra etnográfica. O *brigantaggio* representou um momento dramático para a Itália, em particular para o território onde está o museu, hoje definida como *Basso Lazio*³⁵. O museu é um centro de pesquisa e documentação que tem como objetivo provocar reflexões, oferecendo percursos expositivos, contato com fontes, problemas e instrumentos interpretativos sobre histórias que por muitos anos foram abordadas em âmbitos diversos: políticos, militares, religiosos, artísticos e criminais

Nesse espaço, histórias do *brigantaggio* são contadas e seus corpos recompostos. Utilizando pedaços de materiais diversos, esses homens – que foram assassinados, recortados e tiveram partes de seus corpos dispersas para que não houvesse direito ao funeral e conseqüentemente nem direito a memórias – eram recompostos. A realização de um lugar institucional de memória tem a intenção de dar a esses sujeitos uma digna sepultura.

A Figura 2, foto da instalação que abre o percurso museal, auxilia a restituição simbólica desse corpo recortado: pedaços de pedras foram agrupados e formam uma figura humana ao mesmo tempo em que o

³³ <http://www.pigorini.beniculturali.it/>

³⁴ Via Proconsolo, 12, 50122 Firenze, Itália.
[http://www.msn.unifi.it/visita/antropologia-e-etnologia-vis/#_ =](http://www.msn.unifi.it/visita/antropologia-e-etnologia-vis/#_=)

³⁵ *Basso Lazio* é a região ao sul de Roma que compreende as províncias de Frosinone e Latina.

museu compõe, por meio dos diversos fragmentos de histórias encontrados por meio da pesquisa, o direito à memória desse grupo social.

O Museu, portanto, reconstitui a memória e a dignidade desse grupo social por meio de uma pesquisa seguida de uma instalação etnográfica que propõe um percurso narrativo interpretativo sobre o modo como essa comunidade preserva essas histórias.

De tudo o que posso considerar brevemente sobre minha visita a esse museu, seguramente o aspecto que destaque é o modo como o museu está organizado, caracterizado como um espaço de potência para a vida cultural da cidade. Participei da inauguração de uma mostra intitulada “SANGIUSEPPE A' MEMORIA”, resultado de uma pesquisa etnográfica sobre a festa de São José, tradicional na cidade de Itri (com tema diverso do objeto de estudo do museu). Havia ainda um coquetel oferecido



após a mostra; um encontro entre pessoas que se relacionavam afetivamente e se conheciam, um jardim com bicicletas e violões – pequenos detalhes que evidenciavam o museu como núcleo social na cidade. Após a exposição dos motivos e aspectos da mostra etnográfica, fui incluída pelas pessoas em suas conversas, apresentaram-me seus familiares, ofereceram-me comidas e bebidas típicas da região. Rapidamente deixei de assistir, observar uma cena, para participar daquela agradável “*serata con formaggio e prosciuto crudo*”. Observei, portanto, um circuito de relações sociais em torno de um museu que contava memórias de outro tempo, mas que continuavam a ser reproduzidas no contemporâneo.

Figura 2: Instalação que abre o percurso museal
(Fonte: <http://museobrigantaggio.it/>)

Outra mostra organizada por Vincenzo Padiglione que pude conhecer e participar da construção logo nos primeiros meses em que cheguei a Roma foi “StraVOLTI – MASCHERE ABITATE e ALTRI ECCESSI SOCIALI – Installazione etnográfica” – Máscaras habitadas e outros excessos sociais. A mostra está em Rocca Sinibalda, em um monumento nacional particular: o Castello di Rocca Sinibalda, que remonta ao século X³⁶ e se impõe por sua beleza e história. A instalação etnográfica “StraVOLTI” distancia-se também dos modos de fazer exposição convencionalmente conhecidos. Realizada dentro de um monumento nacional, máscaras compõem provocações que perturbam, inquietam. Sobre ela, limito-me a um trecho do meu diário de campo e a apresentar uma composição fotográfica³⁷ em que me incluo como participante:

A experiência de visita a esta instalação é perturbante. Com ela, somos convocados a sair do lugar de quem passivamente assiste a uma obra, encanta-se com sua beleza, alegra-se com as cores. Do branco dos lençóis presentes na cena hospitalar, passando pela confusão de manifestantes até chegar às muitas e muitas máscaras usadas em rituais diversos em sociedades diversas, que estavam dispostas sobre malas. E o sentimento que experimentei é de incômodo (*Diário de campo*, setembro de 2014).

Acompanhei ainda o importante processo de organização de uma mostra etnográfica tornar-se uma sala permanente de memória. Refiro-me a “Risarcimenti – storie di Vita e di Attesa”, mostra inaugurada em junho de 2011, em um espaço comunitário no bairro San Lorenzo em Roma e que desde 2014 transformou-se pouco a pouco em uma sala permanente de memória. A história dessa exposição teve como objetivo

³⁶ Mais informações disponíveis em: <<http://www.castelloroccasinibalda.it/il-castello/#storia>>.

³⁷ O conceito de fotocomposição caracteriza-se por esse conjunto de imagens que produz uma unidade fotográfica e que produz textos em suporte de filme ou papel fotográfico. “A metáfora com a estratégia metodológica que procuramos desenvolver remete à possibilidade de considerar a fotografia como um plano de inscrições. Assim como no texto verbal, entendemos que o processo de fotografar produz reflexões, que se colocarão inscritas no papel fotográfico” (MAURENTE; TITTONI, 2007, p. 37).

valorizar a história de vida de moradores de rua, e sua montagem partiu de entrevistas com pessoas que habitavam uma instituição filantrópica vizinha à universidade. O trabalho convocava a pensar por meio de um jogo de mostra-esconde: podemos colocar em um museu o que não é belo, como a história de moradores de rua?

A instalação etnográfica, objetivada por meio de malas e caixas de lata, contou a história dessa comunidade que vive invisível em esquinas e calçadas, tanto no bairro de San Lorenzo, na cidade de Roma, como no mundo.



Figura 3: Fotografias 1, 2 e 3: *StraVOLTII* (Fonte: Alex d’Emilia); 4 e 5: *StraVOLTII* (Fonte: Arquivo pessoal).

O interesse desta tese em investigar memórias em São Francisco do Sul aproximou-se do incômodo do professor Padiglione com a invisibilidade dessa população no cotidiano das ruas e do modo como procurou, por meio da prática museal, tensionar essa condição. Ao ouvir o relato do professor, lembrei-me ainda dos tantos moradores de rua, ou como chamam em Roma “*senza residenza fissa*”, que conheci ao longo de minha trajetória pessoal e profissional. Lembrei-me especialmente de um jovem negro que todo fim de tarde se instalava na quadra vizinha a minha casa em Roma. Retornava para casa sensibilizada sempre que passava por ele: diante do frio do inverno, o jovem cobria-se com uma coberta e um saco plástico preto. Normalmente quando voltava da universidade, entre 17 e 18 horas, ele ali estava. Algumas vezes não o encontrava e pensava se teria morrido, mas alguns dias depois encontrava-o novamente no mesmo local. Talvez tenha se imposto para mim como igual quando, certo dia, eu o flagrei manuseando materiais escolares. Olhava um livro atentamente e depois escrevia em um caderno, tornava a olhar o livro e a escrever no caderno. Imagem muito familiar a mim, que nunca saí do universo escolar e continuo convivendo com esses materiais como estudante e professora. Recordei-me das crianças de sete anos as quais pude ensinar a ler e escrever. Teria ele tido a oportunidade de frequentar a escola? Sua postura era de motivação sobre o material. Voltei para casa com o estômago revirado.

Sempre que passo ali e o vejo deitado dormindo, tenho vontade de parar e conversar, oferecer ajuda, talvez algo pra comer. Pensei na feijoada que estava para preparar nos próximos dias aos meus amigos franceses. Quem sabe poderia trazer um prato? Por fim, apenas contornei o espaço da calçada, o território que no meu ponto de vista é seu, e sigo pra casa frustrada (*Diário de campo*, fevereiro de 2015).

Nessa cena, assim como em tantas outras e como tantos outros sujeitos, exercemos o que Goffman chamou de indiferença civil, ato em que desviamos o olhar, evitamos o confronto, tornamos invisíveis aquilo que não suportamos ver e que não pretendemos constranger. E é justamente esse acordo civil que exercemos nas ruas que o trabalho de Padiglione procurou desconstruir por meio de uma instalação etnográfica (GOFFMANN, 2010). Malas envelhecidas e caixas, que em algum momento foram presenteados a alguém, com biscoitos finos ou

chocolates, compõem uma instalação que fala dessas vidas menores, dessas presenças nas ruas para as quais desviamos o olhar.

Diferentemente da experimentação de outros museus instalados há muitos anos no território italiano por meio de recursos da União Europeia, a “*Stanza della memoria*”, ou Sala da Memória, foi concluída sem qualquer recurso financeiro, durante meus últimos dois meses em Roma. Pude participar, envolver-me no processo de idealização, construção, organização, enfim, de concretização desse espaço de memória. Reuniões interinstitucionais, encontros com os heróis das histórias narradas³⁸, vídeos-entrevistas dos sujeitos investigados, organização do evento de inauguração; foram atividades das quais participei, além da montagem da sala propriamente dita.

Poder acompanhar esse processo de objetivação de memórias não ouvidas foi um momento especial durante minha experiência em Roma: provocou sensibilidades, pensabilidades que ultrapassaram a escrita de uma tese e que se fazem presentes também no modo como venho sentindo e pensando as cidades que me constituem.

A atividade de escolha cuidadosa de malas velhas e feitas com material pouco nobre; latas de biscoitos e chocolates vazias e enferrujadas para falar de histórias em espera; memórias de pessoas as quais não escutamos, nem ao menos vemos ou sabemos, certamente me interessavam. Após uma semana organizando-as para então apresentá-las de um novo modo, (como pode-se ver nas fotografias A e B, da Figura 4) com um novo uso, como um objeto museal, perguntei:

– *Qual é o critério, Professor Vincenzo?*

Perguntava sobre o critério para, dentre tantas malas, escolher aquelas que fariam parte de um acervo museal, de uma instalação etnográfica.

– *Essas assim, como esta aqui!* – apontou para uma mala simples - *Veja estas outras! São do início do século XIX, são de couro, são mais nobres, não me interessam* – complementou.

Eram preferidas as malas cujos detalhes simples e pouco elegantes de sua confecção davam a ver as condições e possibilidades nas trajetórias de seus proprietários.

Memórias de homens e mulheres que por anos viveram pelas ruas da Itália foram revisitadas e recontadas por meio de malas, objetos

³⁸ Os sujeitos dessa pesquisa eram pessoas sem residência, que por muito tempo viveram como moradores de rua e no momento das entrevistas residiam em uma instituição filantrópica religiosa de acolhimento. Nem todos continuavam morando naquele lugar no momento da construção da Sala da Memória.

empoeirados e algumas vezes deteriorados pela ação do tempo (as malas estiveram guardadas após a mostra temporária “Ressarcimenti”, em 2011). Vestes de noivos, enfeites para bolo de casamento e buquê de flores foram detalhadamente dispostos dentro de uma dessas malas para contar as histórias de amores perdidos, esposas deixadas e culpas não esquecidas. Assim também outros objetos, fotos, símbolos religiosos, brinquedos, pedras preencheram diversas malas, contando outras histórias.

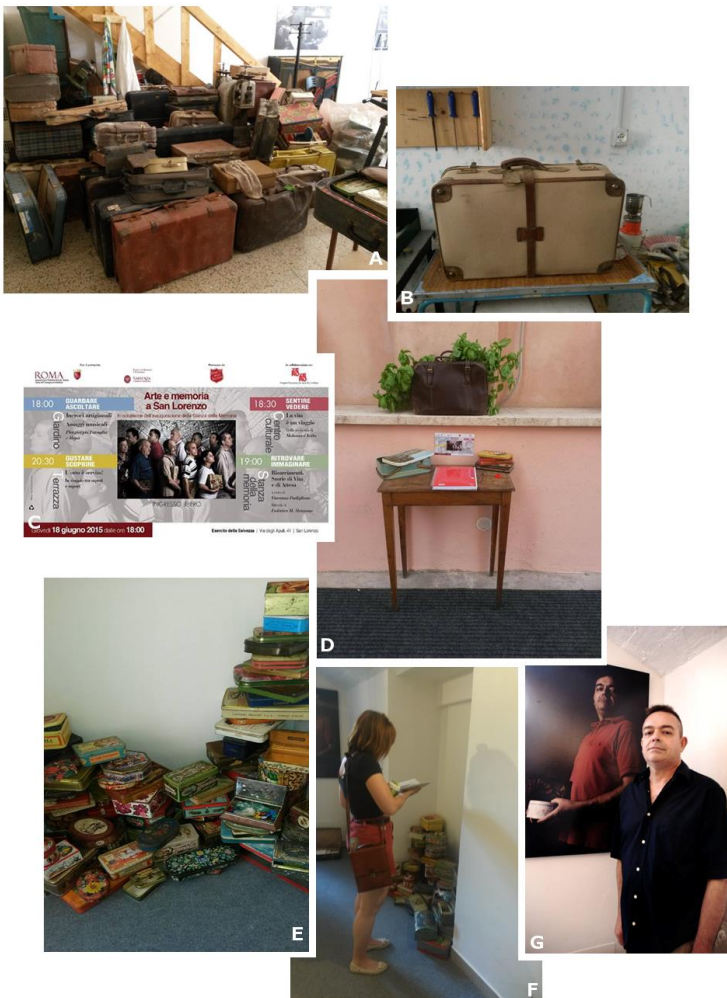


Figura 4: Stanza della memoria (Fonte: Arquivo pessoal).

Em um desses dias que estávamos ali a organizar e limpar as malas e latas, Vincenzo entrou na sala com uma bolsa de viagem amarela – aquelas de tecido que se carrega nas mãos em viagens curtas – e disse:

– *Guarda che cosa ho trovato! Ho trovato un tesoro!*³⁹

O tesouro que ele tinha encontrado não era de ouro nem de pedras preciosas: eram cadernos-diários de uma vida em espera, abandonados na entrada do edifício em que trabalhávamos com as malas. Lemos alguns trechos de alguns dos cadernos que estavam ali e me senti como Sherlock Holmes: reunindo pistas e indícios para identificar quem era a proprietária daquele material, se ainda estaria viva e por que havia deixado esses cadernos por ali⁴⁰.

Depois dessa seleção, os objetos foram carregados para a sala restaurada, com paredes pintadas e piso acarpetado. Era o momento de montar a pesquisa etnográfica em alguns poucos metros quadrados. Como apresentar tantas histórias de vida? Porém, pouco a pouco fui abandonando o lugar de observadora e sendo inserida na montagem da sala; respondia a uma opinião aqui e outra acolá, trazia as latas para lá e para cá. Embora estivesse pouco à vontade no início, fui aceitando a proposta e logo me vi experimentando malas em lugares diversos da proposta inicial, fazendo pirâmides de latas, escolhendo fotos e objetos para esconder dentro das latas, para posteriormente serem encontradas por quem visitasse o espaço.

Outro detalhe especial foi observar, durante a construção dessa sala, o movimento constante em frente à porta: o acompanhamento curioso do que ali acontecia pelos personagens principais daquela etnografia. Àquela altura já havia estabelecido alguma aproximação com aqueles que anteriormente eu conhecia somente por meio das entrevistas registradas em vídeo. Principalmente depois de um encontro que o Professor Vincenzo realizou: uma conversa com o grupo de pessoas para explicar a inauguração da sala, enfatizando que eles eram indispensáveis no evento. O encontro reaproximou vínculos talvez distanciados com o decorrer do tempo entre pesquisador e seus informantes, e confirmou uma autorização para divulgar suas histórias. Ao mesmo tempo, suscitou nessas pessoas a vontade de contar detalhes esquecidos naquele momento da entrevista há alguns anos. Participar dessa cena, embora como quem entra em uma sala de cinema depois de iniciado o filme, auxiliou-me a

³⁹ “*Olha que coisa eu encontrei! Encontrei um tesouro!*”.

⁴⁰ Por questões éticas, esse material não foi utilizado na instalação etnográfica, porém tenho certeza de que o Professor está pensando em um modo de recontá-las em um outro momento.

visualizar o que a pesquisa em psicologia crítica vem tentando valorizar no encontro entre sujeitos em contexto de pesquisa: a alteridade, a relação dialógica e afetiva, jamais neutra.

A exposição estava pronta e foi inaugurada em 18 de julho. Convites distribuídos, manjericões dentro de malas na entrada do museu convidavam a uma experiência sensivelmente simples e profunda (fotografias C e D, da Figura 4). Uma escada lateral à direita com malas apoiadas umas nas outras indicavam o percurso a ser seguido após a porta de entrada. Um painel fixado na parede bem em frente à porta informava, quem por ali entrava, sobre a missão daquele museu. Na parede lateral direita, uma imensa foto, quase em preto e branco, apresentava quase 15 pessoas com latas de doces nas mãos em postura ereta e iluminadas por uma luz que lembrava a técnica de Caravaggio⁴¹, presente nas obras que pude conhecer em Roma.

Em continuidade ao percurso museal, havia uma pirâmide de latas cuidadosamente dispostas que se podia manusear, abrir e encontrar recordações, recados, histórias em espera de novos afetos, novos sentidos (fotografias E e F, da Figura 4). Ao participar dessa instalação que permitia alguma interação, podia-se ver outra fotografia na parede lateral esquerda: George, sujeito que pude conhecer e admirar durante aquela importante semana, fazia pose para um fotógrafo ausente, mas que se fazia presente nas linhas que desenhou com a luz (fotografia G, da Figura 4). Não era uma imagem de vergonha das frustrações vividas nas ruas de Roma, ao contrário: a imagem transmitia orgulho, dignidade, ressarcindo também a ele o direito de ser sujeito de memórias a serem preservadas e contadas. Assim como se lê o texto, essa composição de fotos apresenta o percurso tal qual a narrativa (Figura 4).

Desta primeira sala o percurso continuava ao descer alguns degraus de escadas. Imediatamente os olhos eram capturados por uma projeção na parede bem à frente: entrevistas que homens e mulheres concederam à pesquisa antropológica, filmadas por um olhar sensível e cuidadoso (Figura 5). À frente da projeção, um sofá de cor bordô convidava a sentar-se, assistir a uma entrevista específica que se oferecia naquele momento ou, ainda, a manusear um *tablet*, escolher e assistir a outra entrevista que pudesse interessar a quem ali dedicava algum tempo. A sala escura, o sofá bordô e a projeção simulavam uma sala de cinema, ao mesmo tempo em que nas paredes laterais outras pirâmides de latas traziam uma leveza às

⁴¹ Caravaggio era um artista italiano do século XVII cujo estilo de pintar mesclava fundos negros com focos de luz intensa. Seus personagens eram banhados por uma luz forte e dramática, típica da técnica do claro e escuro.

histórias projetadas, por vezes difíceis de escutar. Logo abaixo da projeção, malas cuidadosamente amontoadas apoiavam-se sobre o carpete: eram histórias à espera de outros destinos.



Figura 5: Entrevistas no telão (Fonte: Arquivo pessoal).

A cortina preta ali colocada para produzir o escuro necessário para a projeção dos vídeos também escondia, porém não daqueles mais curiosos, uma mala contendo manjericões e pimenteiras para destacar a história de um dos sujeitos que encontrou na jardinagem e na horticultura uma possibilidade outra de existência (Figura 6).

A inauguração dessa pequena sala contou com a presença de importantes antropólogos que conheci ao longo do ano em que estive em Roma, políticos, pessoas da comunidade de San Lorenzo, muitos deles ligados à arte ou a ações sociais. Mas nenhum desses me chamou

mais a atenção do que as pessoas que cederam suas histórias àquele museu. Entravam e saíam constantemente da sala, escutavam a sua entrevista e também a de outros colegas, colocavam-se diante de suas fotografias e ali permaneciam apenas olhando ou comentando algo com um amigo ao lado, às vezes brincando com algum detalhe. O último momento do evento era o jantar no terraço do edifício, mesmo lugar onde alguns deles desenvolveram há algum tempo uma pequena horta. Em uma mesa de destaque, os heróis da noite ali



Figura 6: Mala com manjericões e pimenteiras (Fonte: Arquivo pessoal).

permaneceram como todos nós estivemos naquela noite: observando as estrelas, saboreando um jantar à italiana e conversando, até que o cansaço exigiu que eu fosse para casa.

Essa exposição traz características importantes do que vi em outros museus que visitei: a participação das pessoas cujas vidas são apresentadas aos olhares dos outros e a de quem visita a exposição. Ou seja, prevê algum nível de participação do expectador: ele escolhe se quer ou não abrir latas e malas e em quais quer vasculhar segredos. Inclui estratégias contemporâneas de exposição e de comunicação: tecnologias de vídeo e som e linguagens artísticas diversas.

Esses espaços colocaram memórias locais em destaque, espaços que se apresentam como zona de contato e fricção entre histórias de vida diversas e originais, lugares de reflexão e de produção de sentidos (GEERTZ, 1997, p. 233-271). A multiplicação desses pequenos museus etnográficos italianos assinalou, ainda, uma novidade política que colocou em circulação outras estéticas museais, formas outras de fazer museus; espaços que se desenvolveram muitas vezes e multiplicaram-se com direções e modalidades difusas e rebeldes; construídos com atores locais, museógrafos populares e colecionistas apaixonados que trouxeram pontos de vista inéditos.

Contudo, os museus e espaços de memórias que apresentei aqui caracterizam-se por serem pequenos espaços, que sob os olhos tradicionais da história da arte e da arqueologia pareceriam pobres, sem credenciais para definirem-se como museus. Porém, estes se atreveram a mostrar sensivelmente míseras coisas de uma cotidianidade (PADIGLIONE, 2010). Museus que falam de coisas menores, de narrações cotidianas, de nostalgia por paisagens não mais presentes, de ressarcimento por parte de comunidades excluídas da história. Características essas que compreendo que sejam importantes para se pensar modos de visibilizar memórias anônimas em São Francisco do Sul.

Eis alguns exemplos de processos de patrimonialização que pude visitar, registrar e interpretar e, ao mesmo tempo em que pude vislumbrar possibilidades para São Francisco do Sul. Após essa experiência em Roma e o contato com os museus etnográficos italianos, assim como Goethe, que encerra este capítulo, eu estava certa de que trazia um tesouro e de que poderia retomar as análises dos vestígios de memórias em São Francisco do Sul, com novas possibilidades de costuras no que diz respeito às memórias e lembranças.

Satisfeito esse desejo, a perspectiva de rever os amigos e a pátria volta agora, do fundo do coração, me enternecer; e meu retorno faz-se desejável, tanto mais porque estou certo de que levo comigo tantos tesouros não para uso e proveito próprio, mas para que sirvam de guia e estímulo para mim e para outros também, e pela vida toda (GOETHE, 1999, p. 148).

5 “PORQUE A PAISAGEM NÃO É SENÃO UM PONTO DE PARTIDA⁴²”



Figura 7: Centro Histórico de São Francisco do Sul (Fonte: Correio Francisquense, 08/12/2015).

O título deste capítulo expressa exatamente o que este momento da tese pretende: é o começo do caminho percorrido, é o lugar de partida da trama produzida. Dedico-me aqui à compreensão sobre o que se definiu como patrimônio cultural na cidade de São Francisco do Sul. Neste capítulo, as estratégias políticas, os discursos de construção do patrimônio cultural são problematizados considerando-se as condições históricas e geográficas que produziram esse acontecimento. Interessam-me os discursos de inclusões e de exclusões de práticas culturais, as tentativas de se construir uma identidade cultural na cidade de São Francisco do Sul e os modos como os moradores apropriaram-se desse patrimônio.

Tomo então a paisagem, que se vê na Figura 7, esse conjunto formado pela arquitetura, pela Baía da Babitonga, pelas ladeiras, esse

⁴² Este título é uma citação de Fel (1978 apud SANTOS, 2014, p. 36) .

conjunto de objetos reais e concretos, para abordar as relações entre sujeitos, natureza e território. “A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão” (SANTOS, 2014, p. 103). Na paisagem de São Francisco do Sul, observa-se o que Santos considerou sobre a paisagem no campo da geografia: objetos passados e presentes que se hibridizam em uma construção (SANTOS, 2014, p. 103). Por isso, a paisagem encantadora que se vê quando se chega à cidade, com suas formas e texturas, é criação de momentos históricos diferentes que coexistem no momento atual. Nessa direção, a paisagem, como resultado desse processo histórico acumulado, é testemunha de sucessivas gerações, enquanto o espaço “é a síntese, sempre provisória e sempre renovada das contradições” sociais (SANTOS, 2014, p. 108).

A paisagem, abarcada pelos olhos, forma uma espécie de “palimpsesto”, que com as sobreposições ao longo do tempo apresenta a memória “viva de um passado já morto”. Tempo e espaço se combinam nessa configuração territorial, participando da história viva, como argumenta Santos (SANTOS, 2014, p.107), pois essa composição do espaço, essas condições concretas que se apresentam na paisagem participam da produção subjetiva de seus habitantes no contemporâneo.

Contudo, a paisagem é um importante instrumento de pesquisa, pois permite rever o passado numa perspectiva de conjunto e de presente. Por meio dessa paisagem, um suposto passado se torna visível. Mas é apenas uma parte da situação a ser investigada. A situação como um todo, o contexto em que processos de subjetivação ocorrem, a moldura na qual os diversos moradores produziram-se subjetivamente são definidos pela sociedade atual, pelas ações praticadas no presente pelos sujeitos no espaço. Necessário se faz, portanto, retomar a história, os diferentes tempos que naquele espaço estão amalgamados e problematizá-los a partir da experiência concreta de fazer e viver a cidade.

As leituras de Bakhtin (2011) sobre Goethe em sua viagem à Itália, assim como Santos (2014), auxiliaram-me a ver o tempo no espaço, o cronótopo, que citei no capítulo sobre minha experiência na Itália. Assim como nas obras literárias de Goethe, que tinham um olhar refinado para todos os indícios visíveis de tempo na vida humana, ênfase também nesta pesquisa a importância do tempo e do espaço no estudo sobre a paisagem de São Francisco do Sul.

A capacidade de ver o tempo, de ler o tempo no todo espacial do mundo e, por outro lado, de perceber o preenchimento do espaço não como fundo imóvel e um dado acabado de uma vez por

todas mas como um todo em formação, como acontecimento; é a capacidade de ler os indícios do curso do tempo em tudo, começando pela natureza e terminando pelas regras e ideias humanas (BAKHTIN, 2011, p. 225).

Analisar essa paisagem, essa composição de lugar, foi um exercício de ler e ver o tempo por meio de vestígios que indicavam pontos de referência, relações sociais, processos de subjetivação e práticas sociais cotidianas (CERTEAU, 2013a).

Era preciso explorar essa paisagem; e para isso foi necessário, em primeiro lugar, chegar à cidade de São Francisco do Sul: partir do litoral norte do Estado de Santa Catarina⁴³, por meio da BR-101, adentrar na BR-280, percorrer alguns quilômetros e atravessar o limite geográfico dos municípios de Araquari e São Francisco do Sul. O Canal do Linguado é o elemento demarcador que faz parte da Baía da Babitonga⁴⁴ e que torna parte do município uma ilha, a ilha de São Francisco do Sul. Existe ainda outra parte, que é continental, conhecida como Distrito do Saí.



Figura 8: Vista geral do aterro no Canal do Linguado (Fonte: Sonar Comunicação).

São Francisco do Sul possui extensão total de 498,646 km², e a sede do município está localizada na ilha. Alguns moradores contam com saudosismo a época em que, para chegar à cidade, atravessava-se o Canal do Linguado por meio de uma Ponte Rotativa que, em 1935, foi substituída pelo aterramento do Canal (Figura 8 e Figura 9), causando

⁴³ O município de São Francisco do Sul faz divisa com os municípios de Araquari e Joinville, a oeste; Itapoá e Garuva, ao norte; Balneário Barra do Sul, ao sul; e é banhado pelo Oceano Atlântico, a leste.

⁴⁴ A Baía é composta por um conjunto de 24 ilhas. O nome Babitonga é proveniente da língua indígena tupi-guarani e tem recebido várias interpretações: morcego originário de Mboi-tanga, cobra-coral de mboi-pitang, lugar contornado por águas de babae-tounga ou simplesmente lugar das pitangueiras (OLIVEIRA, 2013).

grande impacto ambiental no escoamento da Baía da Babitonga e na passagem dos animais marinhos⁴⁵.

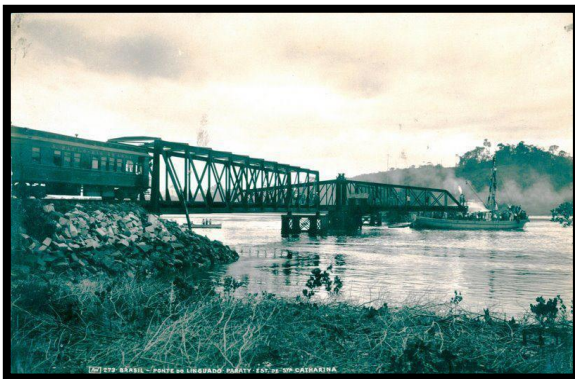


Figura 9: Ponte Rotativa do Canal do Linguado
(Fonte: Arquivo de Andrea Oliveira).

Após percorrer 45 quilômetros da BR-280, chega-se então ao centro da cidade e pode-se avistar por outro ângulo a paisagem cultural que apresentei na introdução desta tese. Esse é então o ponto de partida: a paisagem cultural de São Francisco do Sul. Um município de pequeno porte, com população de 42.520 habitantes e processo de desenvolvimento urbano ligado às atividades relacionadas ao mar e ao porto (IBGE, 2010).

No decorrer dessa primeira imersão na cidade, o “desenraizamento crônico” (ACCHUTTI, 2004) se impunha na minha condição de estrangeira em uma nova cidade. “Habituar-se a novos ruídos” remetia ao barulho do trem. Experimentar esse novo ruído, caminhar sem rumo pela cidade e deparar-me com o trem foi, com certeza, curioso num primeiro momento. O trem de São Chico também ganhou o foco das lentes com que enxergava o mundo naqueles dias. A foto (Figura 10) que apresento consiste num recorte de um contexto do qual eu participava na condição de transeunte e fotógrafa.

Por vezes, do local de trabalho, ouvia de tempos em tempos o som do trem e a campainha de aviso, indicando que ele estaria por perto. Uma das vezes ele passou justamente no momento em que eu me preparava

⁴⁵ O fechamento do Canal do Linguado foi feito por aproximadamente 400 operários, que trabalharam na sua construção durante 18 meses e, ao mesmo tempo, na construção da rodovia, atual BR-280.

para atravessar o trilho. Em uma delas, estava dentro do automóvel, então rapidamente busquei a câmera fotográfica e: *click!*



Figura 10: Foto do trem (Fonte: Arquivo pessoal).

Outras tantas vezes o trem passou enquanto eu transitava pela rua, ora caminhando, ora com automóvel, e, mesmo na pressa do dia-a-dia, continuei maravilhada com esse meio de locomoção que não fazia parte da minha experiência de vida até então. Eu poderia ter produzido outras fotos, escolhido outra talvez com enquadramento mais adequado, maior luminosidade etc. Mas optei por apresentar a foto que, embora produzida de forma improvisada, revelou no espelho retrovisor do automóvel as minhas mãos que seguravam o equipamento e registravam a imagem, tornou visível minha presença e um pouco do vivido naquele instante. Fiquei ali alguns minutos olhando cada vagão passar; observei alguns velhos vagões enferrujados, outros com grafites. As filas de carro se formaram nas ruas e assim que o último vagão passou, a cidade voltou à sua rotina. Meu olhar atento e curioso com o trem talvez não coincidissem com os olhares dos moradores da cidade, que podem já tê-lo incorporado ao próprio movimento urbano.

Em uma breve pesquisa na internet sobre a linha de trem em São Francisco do Sul, constatei que este existe desde 1906, ligando o Porto de São Francisco do Sul à vizinha Joinville, maior cidade do estado. A pretensão era prolongá-la até Foz do Iguaçu, no extremo oeste do estado do Paraná. No entanto, foi prolongada apenas até as cidades de Porto

União e União da Vitória em 1917, divisa dos dois estados. O trem de passageiros, denominado “litorina”, existiu até 1991 e, desde então, apenas trens de carga de grãos têm percorrido a linha (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2010)⁴⁶.

Em outra caminhada pela cidade, no final de uma tarde de verão de 2012, fiz um passeio pelo Centro Histórico, lugar onde se concentram os casarões protegidos pelo patrimônio cultural nacional. Atravessei o Mercado Público, fui até a beira da Baía da Babitonga, observei pequenos caranguejos e aves que ali passavam, caminhei até o trapiche em direção ao mar e quando virei-me de costas para o oceano enxerguei a cidade que mencionei no capítulo de introdução: turística, em função do patrimônio paisagístico.

O Mercado Público é o prédio amarelo que aparece à direita da Figura 11, que naquele momento produzi, onde se veem carros estacionados. Na parte central da imagem está a Padaria São Francisco e, justapostos, outros prédios patrimonializados de cores claras, porém diversas – branco, marrom, amarelo, bege, diferentes tons de azul –, em que funcionam alguns serviços.

Observei ainda duas torres da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, que na imagem aparecem acima de todos os prédios, resquício de um tempo em que a Igreja Católica era a referência nas cidades. Essa Igreja contém em seu interior vestígios barrocos dos séculos XVII e XVIII. A arquitetura com esse estilo artístico caracteriza-se por contornos definidos atenuados, paredes subdivididas, decoradas e desenhadas com formas movimentadas e ondulantes, e fachadas côncavas ou convexas, janelas e portas coroadas com frontões trabalhados.

No lado esquerdo da imagem visualizam-se algumas barracas azuis, espaço em que ocorrem feiras de artesanato, venda de produtos locais, durante a temporada de verão, aos turistas que chegam à cidade em cruzeiros. Na parte inferior da foto, aparecem as águas da Baía da Babitonga em um dia de maré baixa; enquanto na parte superior da imagem, contornando-a, o céu azul com poucas nuvens e a montanha com vegetação e duas antenas de transmissão de celular ou de uma repetidora de televisão.

⁴⁶ ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. São Francisco do Sul, 14.10.2010. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/sc-saofranc/sfrancisco.htm>>. Acesso em: 20 de junho de 2011.



Figura 11: Centro Histórico (Fonte: Arquivo pessoal).

Ao transitar pela cidade, observei que as pessoas que por ali circulavam nesse dia eram turistas, os quais comentavam sobre os passeios de barco e sobre as caminhadas nas ruelas do Centro Histórico. Constatei poucas pessoas (além dos turistas) circulando na região central da cidade, apesar de a região concentrar agências bancárias, praças, igrejas, lojas, entre outros pontos comerciais. Intrigada com a ausência de moradores circulando pelo Centro Histórico, subi e desci uma ladeira em direção ao porto. Fui então invadida por um odor horrível: de início atribuí o mau cheiro a um ribeirão que passava paralelamente ao trilho do trem, mas posteriormente entendi que eram os grãos de soja e milho que caíam dos vagões e apodreciam. Atravessei o trilho do trem e fui invadida novamente, dessa vez por um batuque. Parecia o ensaio de uma escola de samba ou um grupo de maracatu. Passei a caminhar perseguindo o som e logo vi, nos fundos do quintal de uma casa, um grupo com alguns jovens homens ensaiando um samba.

Contornei a quadra até outra avenida, distante do Centro Histórico, onde se encontra a região comercial da cidade com maior circulação de moradores: ali há lojas, shopping, lanchonetes, mercados. Observei crianças indo para escolinhas de futebol, uma mulher vestida com roupa de karatê caminhando apressadamente até uma academia. Era final de

tarde e chamavam a atenção o silêncio na cidade histórica, a ausência de moradores circulando em contraposição à maior movimentação e à presença de bens e serviços nessa outra avenida.

São Francisco do Sul é conhecida no mercado turístico como a terceira cidade mais antiga do país, informação que considera a expedição de 1504, do francês Binot Paulmier de Gonneville, como o início da colonização da cidade. Porém, historiadores registram que no século XVI apenas houve a passagem da embarcação francesa pela região, não tendo sido constituída povoação ou colonização naquele momento (SOUZA, 1992). O processo de ocupação do território de São Francisco do Sul iniciou em 1658, por bandeirantes portugueses, vicentistas e paulistas.

Neste local, os franceses conviveram com os índios Carijós, nativos da região, durante alguns meses. Mais de um século depois, em 1641, Gabriel de Lara – alcaide e capitão-mór da vila de Nossa Senhora do Rosário da Capitania de Paranaguá – fundou o povoado de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco. A colonização portuguesa se efetivou a partir de 1658, com o início da povoação por paulistas e portugueses e, em 1660, São Francisco foi elevada à categoria de vila. Elevada à condição de cidade, em 1847, cresceu lentamente, e alcançou o auge da prosperidade nas últimas décadas do século XIX, com as atividades portuárias e a chegada de imigrantes italianos, alemães e poloneses, à região (IPHAN, 2015)⁴⁷.

A data jurídica de fundação da cidade ocorreu somente em meados do século XVII, com a efetiva ocupação do território. No século XVIII, havia uma vila entre as margens da Baía da Babitonga e os morros localizados na parte sul, que se desenvolveram em torno do porto e da Igreja (PEREIRA, 2012). A economia de São Francisco do Sul tinha como base a agricultura e a atividade portuária exportadora, enquanto a

⁴⁷ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. São Francisco do Sul (SC). Fontes: Arquivo Noronha Santos/Iphan e IBGE. 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/398/>>.

arquitetura colonial portuguesa era predominante. Utilizavam-se as técnicas da taipa-de-pilão⁴⁸ e pau-a-pique⁴⁹ por serem de rápida construção e por utilizarem materiais abundantes na colônia: barro e madeira.

Os moradores logo adotaram também a alvenaria de pedra ou tijolos de adobe para levantar paredes, materiais estes que permitiam a construção de estruturas maiores e a inclusão de madeiramento para pisos e tetos. A cantaria⁵⁰ era utilizada nos edifícios mais nobres, em geral como reforço nos cantos de edifícios grandes e nas vergas de portais e janelas. A título de ilustração apresento uma das mais antigas casas do Centro



Figura 12: Residência de Marcos Lins Caldas em estilo colonial português (Fonte: Instituto Binot Paulmier de Gonneville).

⁴⁸ Chamada também de apiloada, o barro é compactado horizontalmente, com o auxílio de formas e pilões (LENGEN, 2004).

⁴⁹ Conhecida também como taipa de mão, essa técnica consiste em armar uma estrutura maior de ripas de madeira ou bambu com uma mistura de barro (LENGEN, 2004).

⁵⁰ Cantaria é o modo de construção que utiliza a pedra lavrada de maneira precisa, de modo que as peças se ajustem perfeitamente uma sobre as outras sem o auxílio de argamassa (LENGEN, 2004).

Histórico, com escritura de 1891 e utilizada até os dias de hoje como residência (Figura 12). A edificação apresenta traços claros da tendência açoriana de construção, com estrutura externa erguida em pedra e as paredes internas com barro.

Esse estilo arquitetônico colonial predominou na cidade até o final do século XIX e início do século XX, quando houve a diversificação das atividades produtivas e comerciais na cidade. A implantação de companhias importadoras e exportadoras, de armazéns de estocagem e a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, com um ramal para São Francisco do Sul, abriram novas perspectivas para o comércio (PEREIRA, 2012). O que anteriormente restringia-se a atividades agrícolas ampliou-se para atividades de engenhos, olarias, curtumes e pequenas fábricas.

A Empresa Nacional de Navegação Hoepcke, fundada pelo empresário alemão Carl Hoepcke em Santa Catarina, em 1895 – entre outras empresas que se instalaram no município –, fomentou as atividades portuárias e o comércio de madeira e erva-mate (IPHAN, 2015)⁵¹.

Essas mudanças na atividade econômica trouxeram modificações no tecido urbano; com o aumento do poder aquisitivo da população, observou-se a aquisição de hábitos europeus e surgiram novas construções a partir do modelo arquitetônico eclético. O ecletismo caracteriza-se pela mistura de vários estilos arquitetônicos em uma única obra para a criação de uma nova linguagem arquitetônica e foi um movimento arquitetônico europeu predominante em meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, período marcado pela revolução industrial, que trouxe infraestrutura (rede de água, esgoto, iluminação e transporte coletivo) dentro dos planos de reurbanização das grandes cidades, trazendo também novos hábitos e costumes ao Brasil.

⁵¹ Cf. nota 47.

Com isso, observa-se na arquitetura de São Chico elementos arquitetônicos desse movimento: simetria, busca de grandiosidade, riqueza decorativa, porões, edificação, platibanda⁵², arco, esquina chanfrada⁵³, bandeira e pináculos⁵⁴, assim como a utilização de cores claras em tons pastel. Como exemplo desse estilo arquitetônico apresento a Figura 13, foto do casarão sede do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), construído em estilo eclético no início do século XX em dois pavimentos, sótão e anexo. Em 2001, foi promovida a restauração total da construção, sendo mantidas as características originais.

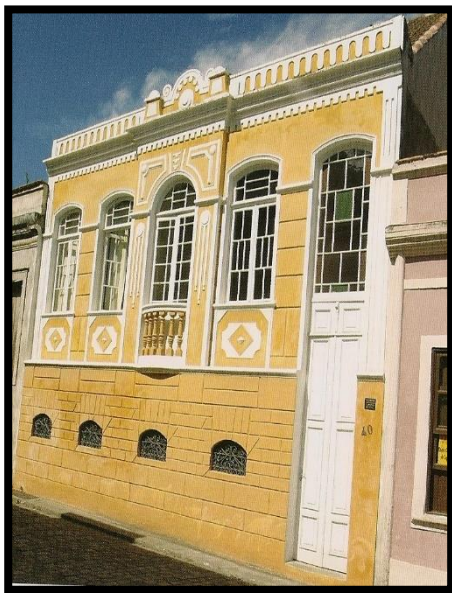


Figura 13: Casarão sede do IPHAN (Fonte: Arquivo de Andrea Oliveira).

Essa prosperidade econômica da cidade foi interrompida na década de 1940 com o declínio do ciclo da erva-mate e da madeira (com o esgotamento das reservas desses produtos em Santa Catarina) e o consequente direcionamento dos recursos do governo para outros portos brasileiros, além, é claro, da recessão financeira causada pelas duas guerras mundiais (IPHAN, 2015)⁵⁵. Foi justamente essa estagnação econômica, na primeira metade do século XX, que impediu a descaracterização completa da cidade, como ocorreu em outras localidades do litoral brasileiro em que a construção de grandes empreendimentos imobiliários substituíram a arquitetura colonial.

A cidade era muito rica. São Francisco era muito rica nesse período. Aí houve a decadência do porto

⁵² Faixa horizontal (muro ou grade) que emoldura a parte superior de um edifício e que tem a função de esconder o telhado.

⁵³ Utiliza o recuo lateral como entrada da edificação e conserva o alinhamento da via.

⁵⁴ É o ponto mais alto de um determinado lugar, um edifício ou uma torre, por exemplo. O pináculo é uma alvenaria empregue como peso no cume ou em forma decorativa como remate.

⁵⁵ Cf. nota 47.

e até a cidade se redescobrir, São Francisco passou por um período de declínio econômico muito grande. Laguna e São Francisco, como houve um declínio muito grande; e a capital do estado não passou por isso, as arquiteturas se mantiveram. Se não elas teriam sido substituídas. Todas as cidades históricas que a gente tem passaram por um momento de crise na época do desenvolvimentismo nacional. Só por isso que foram preservadas, porque não tinham dinheiro (...) Entre os anos 50 e 70, quando a gente mais perdeu patrimônio, que era os 50 anos em 5 e tal, elas se mantiveram então (Vanessa Pereira, ex-chefe de escritório no IPHAN, em São Francisco do Sul)⁵⁶.

O porto foi classificado como terminal graneleiro na década de 1970 e, com isso, grandes empresas de armazenamento e beneficiamento de grãos chegaram à região, assim como grandes investimentos, tornando-o o quinto maior porto de escoamento de produtos do Brasil. Nessa mesma época, foi instalado o terminal marítimo da Petrobrás, na Praia da Enseada (IPHAN, 2015)⁵⁷.

Contudo, uma grande diversidade de elementos arquitetônicos, emoldurados pela Baía da Babitonga, podem ser observados em São Francisco do Sul. E foi esse conjunto urbano que justificou o início do processo de patrimonialização do Centro Histórico de São Chico, no final da década de 70, inicialmente por meio do zoneamento municipal – Lei municipal nº 763, de abril de 1981, seção VII, Lei municipal nº 756, de março de 1981, e, em 1987, via proteção federal pelo IPHAN, com base na Constituição Federal de 1988 (artigos 215 e 216). Documentos que pude conhecer em visita ao escritório do IPHAN e que apresento na Figura 14.

⁵⁶ Vanessa Pereira é arquiteta, trabalha no IPUF – Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis, e trabalhou no escritório do IPHAN em São Francisco do Sul há alguns anos.

⁵⁷ Cf. nota 47.

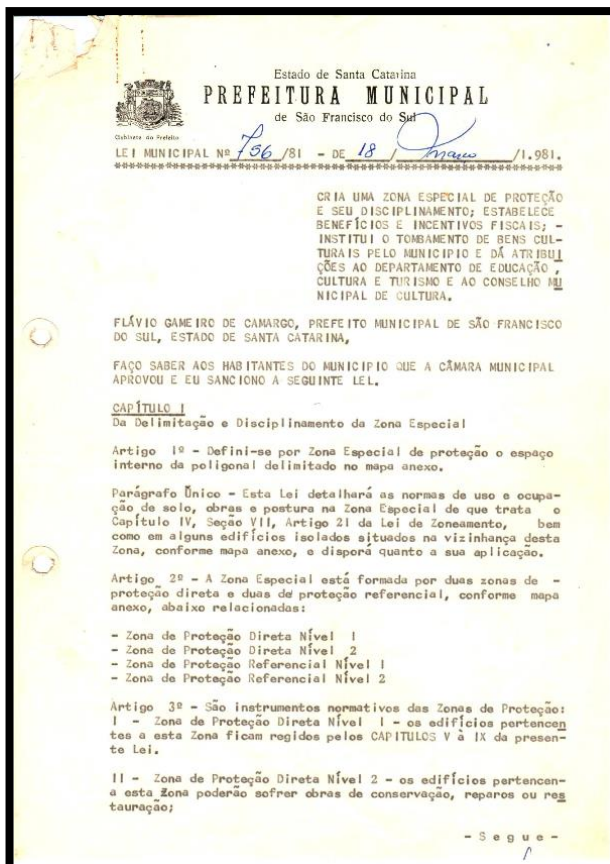


Figura 14: Lei municipal nº 756, de março de 1981.

Em São Francisco do Sul, assim como em Laguna, não foram analisados monumentos individualmente – como ocorreu, por exemplo, com a Ponte Hercílio Luz em Florianópolis (SC), que foi protegida como imóvel individual em 1998 (IPHAN, 2013)⁵⁸: Nesses dois municípios foram patrimonializados os conjuntos urbanos. A importância desse processo é destacada por Dalmo Vieira:

⁵⁸ Existem outros conjuntos urbanos tombados, a exemplo de São Chico e Laguna, como o núcleo urbano de Alto Paranaguá e o núcleo do Texto Alto e Rio da Luz (IPHAN, 2013).

A área tombada em São Francisco do Sul e Laguna foram patamar pro Brasil. E naquele momento eram os dois núcleos que estavam mais destacados nesse inventário. Então foi fruto desse estudo anterior e a dimensão que tinha aquele sítio geográfico, como conjunto urbano, não tinha em outro lugar do Brasil (Dalmo Vieira⁵⁹).

São cerca de 400 imóveis protegidos pelo IPHAN, abrangendo o núcleo original da cidade, a cumeada de elevações que o envolvem e a orla marítima. Conforme Dalmo Vieira, o caso de São Francisco do Sul foi emblemático e original não só como primeira paisagem a ser tombada, junto com Laguna. Mas também, posteriormente, como primeira área urbana a receber recursos para revitalização pelo Programa Monumenta⁶⁰, que, embora direcionado para monumentos, incluiu São Francisco do Sul, e a partir de então, outros conjuntos urbanos.

A gente já tinha uma visão estratégica no estado de que o desenvolvimento não poderia desprezar as áreas que foram construídas ao longo dos séculos e que o que a gente chamava genericamente de patrimônio carregava um potencial muito grande no estado, ou até mesmo no país. (...) Não se poderia prescindir do que se tinha no litoral, no interior, na região de imigração, açorianos,

⁵⁹ Dalmo Vieira, entrevistado para esta pesquisa, é Arquiteto e Urbanista, responsável pelo projeto de tombamento em São Chico. No momento da pesquisa era superintendente do IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

⁶⁰ O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura para a recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o apoio da Unesco. Algumas das cidades contempladas: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Corumbá (MS), Diamantina (MG), Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (AM), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Cristóvão (SE), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP), Serro (MG). Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/>>.

italianos, alemães, ucranianos. [...] Mas logo verificamos que no litoral não havia dúvidas de que havia dois núcleos, já naquela altura em parte até descaracterizados. Mas que guardavam uma relevância grande mesmo em termos do Brasil [...] (Dalmo).

Com o passar do tempo, alguns tombamentos individuais foram sendo feitos por características arquitetônicas, históricas ou artísticas. E nos anos 80 começou a se discutir que o patrimônio das nossas cidades litorâneas era originalmente colonial, mas havia passado por uma transformação no início do século 20, pra arquitetura eclética (Vanessa).

Na imagem abaixo (Figura 15), a região circundada pela linha vermelha: é esse conjunto urbano e paisagístico que recebeu o título de patrimônio nacional e, como consequência, recebeu proteção.

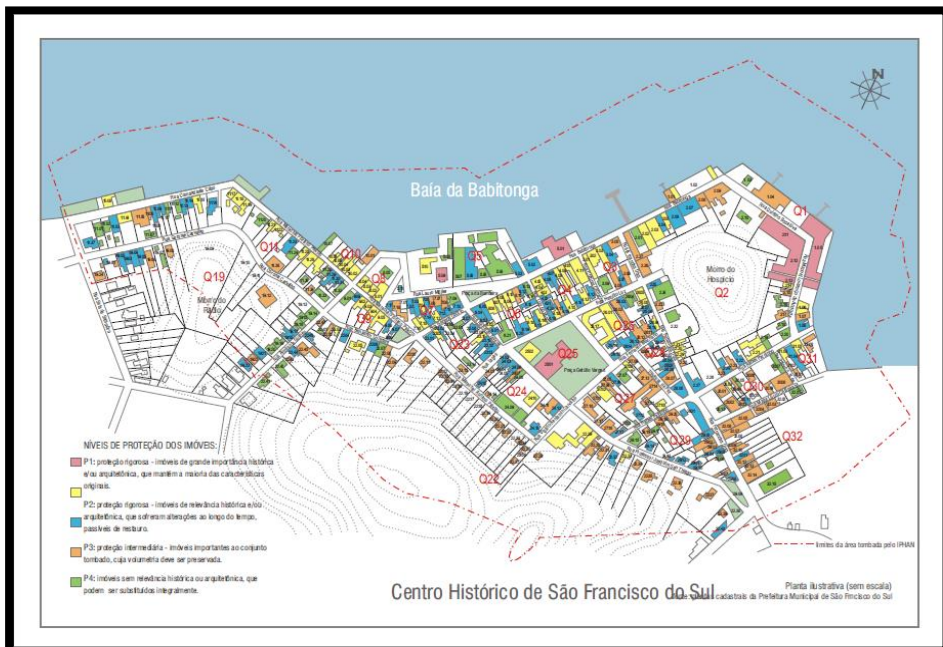


Figura 15: Mapa de Proteção Centro Histórico de São Francisco do Sul (Fonte: IPHAN).

A imagem apresenta também a classificação em níveis de proteção conforme a presença da preservação das características originais na arquitetura⁶¹. Como relatou Karine Possamai⁶², chefe do escritório do IPHAN em São Francisco do Sul – SFS, estão classificados de P1 a P5. P1 – Proteção 1: compreende os prédios que têm nível de proteção máxima, como a Igreja Matriz Nossa Senhora das Graças⁶³ e o Museu Nacional do Mar⁶⁴. A Igreja Matriz Nossa Senhora das Graças foi construída em 1699 por escravos, milicianos e pelo povo do lugar, com argamassa (mistura de cal, concha, areia e óleo de baleia). Em seu acervo está a imagem de Nossa Senhora das Graças deixada no local por espanhóis em 1553, quando navegaram pela Baía da Babitonga. O Museu Nacional do Mar, por sua vez, destaca-se por seu valor e importância na preservação da memória do patrimônio naval e da cultura marinha e ribeirinha brasileira. Foi fundado no início da década de 1990 e instalado nos antigos galpões da Companhia Hoepcke⁶⁵.

O nível de classificação P2 – Proteção 2 compreende os imóveis que estão bem conservados, têm preservação tanto em relação à fachada quanto à cobertura e possuem remanescentes internos, é o caso da casa de Carmen, que apresentarei em seguida. O nível P3 – Proteção 3 são os imóveis que apresentam fachada e cobertura preservadas e que internamente já foram modificados. P4 – Proteção 4: compreende os

⁶¹ A esses imóveis é concedido desconto no IPTU, que pode chegar até 90%. É relativo ao estado de conservação e ao nível de proteção do bem. Quanto maior o nível de proteção e quanto mais conservado, maior o desconto (Vanessa, IPHAN).

⁶² Arquiteta, chefe do escritório do IPHAN em São Francisco do Sul, moradora da cidade, trabalhou também no Programa Monumenta em 2011.

⁶³ Outros bens são estátuas barrocas dos séculos XVII e XVIII, e um órgão trazido do Rio de Janeiro, em 1823, utilizado ainda hoje.

⁶⁴ O acervo do Museu Nacional do Mar conta com 81 embarcações em tamanho natural, 104 modelos navais, 102 peças de artesanato, cerca de 200 peças de modelismo e artesanato naval, três maquetes diorama, oito equipamentos e acervo documental e bibliográfico, incluindo obras raras, fotografias, desenhos, cartas náuticas, manuscritos, croquis e outros registros inéditos sobre o patrimônio naval brasileiro e do mundo. O museu valoriza a arte e o conhecimento dos homens que vivem no mar. Em algumas salas foram montadas representações cênicas, onde se pode observar o uso das embarcações e as atividades a elas relacionadas, como a pesca da baleia, por exemplo (Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/398/>>). É administrado pelo município, estado e uma associação sem fins lucrativos, e conta com trabalhadores desses três órgãos.

⁶⁵ Cf. nota 47.

imóveis novos, mas que estão no contexto e, portanto, têm limitações quanto à altura da construção, pois fazem parte da ambiência do Centro Histórico. E, por último, o nível P5 – Proteção 5, que compreende aqueles imóveis que podem até ser substituídos.

Retomando o objetivo desta tese, não aprofundi as questões técnicas e particulares da arquitetura ou da história do que foi patrimonializado. Meu olhar esteve direcionado para aspectos que auxiliassem na compreensão de modos de vida, de memórias e lembranças produzidas na cidade e de processos de subjetivação que estivessem entrelaçados com a cidade patrimônio. Porém, por estarem, esses aspectos, amalgamados com a história e a geografia da cidade, exigiram aproximação com outras disciplinas do conhecimento, como já apontado nos capítulos anteriores. Priorizei indicativos sobre a participação dos moradores, relatos sobre o envolvimento no processo de proteção e possibilidades de pertencimento àquela paisagem. Meus ouvidos estavam atentos às relações dialógicas, às tensões entre as distintas vozes que por ali se podia escutar.

Foi então que conheci Andrea Oliveira, primeira pessoa com quem conversei na cidade e que me indicou uma lista de pessoas prováveis para a pesquisa.

Uma aluna do curso de licenciatura indicou o nome de Andrea⁶⁶ “como a pessoa que mais conhecia sobre esse assunto na cidade”. Conversamos várias vezes entre 2012 e 2014 e à medida que fui construindo meu projeto de pesquisa, procurava-a novamente para novas informações. Algumas vezes conversávamos sentadas na sua sala de trabalho, no Museu Nacional do Mar, outras no Café do Museu (espaço cultural e gastronômico anexo ao Museu) e em outra ocasião em sua casa. Em torno do interesse por memórias, fomos nos aproximando. Sempre ficou evidente a paixão e interesse com que Andrea falava sobre memória e

⁶⁶ Andrea é pedagoga, mestre em patrimônio cultural e Diretora do Museu Histórico de São Francisco do Sul. Tem 43 anos, dois filhos, é servidora municipal, professora de ensino fundamental, vinculada à Secretaria de Educação. No momento da pesquisa ela trabalhava no Museu Nacional do Mar. Membro da Academia Francisquense de Letras, tem livros sobre a cultura local (Dentre eles, destaco: *Presença e Memória Negra em São Francisco do Sul*, em coautoria com Soraia das Neves Pinheiro; *Perfil Cultural de São Francisco do Sul, Grande Enciclopédia Catarinense*, Edição de luxo da Editora Glücl).

patrimônio cultural. É sem dúvida uma referência na cidade nesses aspectos. Entendi que Andrea já era parte da pesquisa há muito tempo. Aproveitei sua experiência para refletir sobre o lugar dos museus da cidade para os moradores e de que modo dialogam com a cidade (*Diário de campo*, dezembro de 2013).

Foi por meio dessa importante personagem que conheci também D. Carmen Musse, 94 anos, moradora desde 1953 em um imóvel no Centro Histórico com proteção P2, construído em 1924. Tem quatro filhos e seu marido, de origem sírio-libanesa, foi dono de um posto de gasolina e de um barco que fazia transporte de madeira de São Francisco do Sul para Santos, até a Segunda Guerra Mundial.



Figura 16: Casa de Carmen (Fonte: Arquivo pessoal).

A casa está em frente à praça principal, onde fica a Igreja Católica, a prefeitura, enfim, o núcleo da cidade. Branca, de janelas azuis, daquelas que ficam grudadas umas nas outras como era de costume no período conhecido na arquitetura brasileira como estilo “colonial português”. Na casa não havia jardim nas laterais, pois as paredes da casa encostavam-se às paredes das casas vizinhas. Assim como nas outras casas do Centro Histórico, a casa de Carmen estava posicionada bem rente à calçada: de modo que bastava apoiar-se no parapeito da janela para estar na rua, observar o vai e vem das pessoas. Sua casa tinha uma porta alta com uma aldrava arredondada, chão de fundos, como indicava o comprido corredor, como as outras casas que observei no Centro Histórico,

que não possuem jardins na frente mas se estendem ao longo do terreno. Acomodada na sala, sentada no sofá, conversamos por pouco mais de uma hora. Ao final, convidou-me para conhecer a casa. Da cozinha se via uma escada bastante íngreme que dava para os quartos no andar superior – como um sótão –, e do outro lado, uma porta que dava para um pequeno quintal nos fundos. Contou com propriedade os detalhes da casa, da reforma, os momentos em que foram realizadas, as histórias que ali viveu. Ao final pedi uma foto dela com a sua casa, ela tirou seus óculos e sorriu na imagem que registrei (*Diário de campo*, abril de 2014).

O envolvimento de Andrea Oliveira com as temáticas memória e patrimônio e o encontro com D. Carmen revelaram também o modo como elas experimentaram a cidade ao longo das suas trajetórias, e as afecções que lhes foram possíveis. Duas personagens e uma cidade que habita suas lembranças.

O centro tinha sobre a gente uma atração. A gente vinha na festa da igreja matriz. Vinha no domingo à tarde no carnaval no Salão Cruzeiro. Vinha assistir o carnaval no centro no domingo à noite... os blocos de escola de samba. E sempre tinha essa impressão. Esse lugar é São Francisco. É uma cidade antiga, é um lugar que tem história. E tentava identificar esse patrimônio. Neiva, tinha sempre algum trabalho de escola sobre a história da cidade (...) eu tinha ali uns 12 anos, eu entrevistei o prefeito da época, era o José Schmidt. E ele disse assim pra mim, isso foi ali em 84, 85: “olha, minha filha, tem uma coisa muito boa pra acontecer em São Francisco do Sul. Todo esse nosso patrimônio, essa nossa arquitetura, vai ser tombado, por lei federal”. Acaba que eu percebo muito, sabe Neiva, quem sou eu, a minha identidade perpassa esse universo cultural que eu vivi e que eu vivo. É comum pra todas as pessoas que moram aqui e que aqui foram criadas. Mas eu percebo um sentimento muito forte de querer que a cidade preserve as questões tradicionais, questões culturais (Andrea).

Quando eu era pequena que morava na casa da minha mãe, as casas todas tinham famílias que moravam. Todas as casas, com família, família, família. Aqui atrás da igreja tinham muitas casinhas. Do lado de lá da praça também cheio de casinhas com moradores. A babitonga cheia de casas né... o comércio... era aqui! A cidade vivia no centro. Tudo era aqui. Eu sei que quando eu estudava o primário... se falava de São Francisco ... diziam que era uma das cidades que tinha mais ruas calçadas. Porque Joinville não tinha rua calçada. Aí a cidade parou. Era tão bom. Tinha muitos barcos aqui, muita firma, muita empresa marítima. Porque mais o transporte era por mar né (Carmen).

Outras pessoas no supermercado, na sala de aula, nas ruas referiam-se à cidade como um berço da cultura açoriana, um lugar que tem história, quase nostálgico, que teria passado por vários momentos ao longo do tempo. Essa “identidade”, esse sentimento comum para quem ali vive, esse “universo cultural” de que fala Andrea Oliveira é construído a partir do contexto cultural de que o sujeito faz parte e os sentidos ali produzidos.

Sentidos são produzidos pelos sujeitos em suas relações por meio da atividade, das experiências, em determinado contexto histórico. O sentido

[...]es la suma de todos los sucesos psicológicos evocados en nuestra conciencia gracias a la palabra. Por consiguiente, el sentido de la palabra es siempre una formación dinámica, variable y compleja que tiene varias zonas de estabilidad diferente. El significado es solo una de esas zonas del sentido, la más estable, coherente y precisa. La palabra adquiere su sentido en su contexto y, como es sabido, cambia de sentido en contextos diferentes (VYGOTSKI, 1992, p. 333).

A psicologia histórico-cultural de Vygotski (1992) aproxima-se da perspectiva do Círculo de Bakhtin ao abordar os processos de mediação semiótica e a constituição de sentidos (BARROS, 2012), e traz importantes considerações para investigações relativas ao campo do patrimônio e da memória. Contribuições que reafirmam que os processos

de subjetivação têm o signo como centralidade, meios de intervir no mundo que, produzidos socialmente, medeiam as relações com muitos outros⁶⁷.

Por isso importante se faz considerar a produção de sentidos no estudo sobre a paisagem de São Francisco do Sul, pois as pessoas vão dialogando com o território, os lugares, a paisagem, e estes convidam-nas a participar do processo na vida urbana. Mas sem esquecer que o ato de participação do sujeito é [...] determinado pelos modelos dominantes de participação social, mas é organizado num contexto de subjetividade como experiência existencial, impregnada de emotividade (SAWAIA, 2002, p. 123). Portanto, a cidade não é experimentada da mesma forma por todos os moradores, embora existam semelhanças que os aproximem, pois esse processo ocorre sempre a partir de uma moldura, de um recorte do que se pode ver e sentir, considerando as mediações de que o sujeito participa.

Em outras palavras, embora o espaço se imponha “através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para lazer e como condição de viver bem” (SANTOS, 2014, p. 55); também o espaço pode ser observado como território de produção de sujeitos, de relações sociais intersubjetivas. O autor não adentra as questões psicológicas dos espaços, por se tratar de um estudo no campo da Geografia; cabe à Psicologia, então, aproximar-se dessas importantes considerações sobre o espaço para indagar sobre os modos como sujeitos produzem e são produzidos nos contextos em que vivem.

A relação entre paisagens fazedoras de pessoas e sujeitos que fazem cidades não é passiva, ao contrário, é necessário um espectador coautor da cidade, que, como afirma Rancière:

⁶⁷ Os processos psicológicos superiores são constituídos através das mediações com o mundo, da apropriação dos signos sociais em sua significação, enfim, da apropriação da cultura (GÓES, 2006). A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro. É como uma faísca elétrica que só se produz quando há contato de dois polos opostos (GÓES, 2006, p. 132).

observa, seleciona, compara, interpreta. Relaciona o que vê com muitas outras coisas que viu em outras cenas, em outros tipos de lugares. Compõe seu próprio poema com os elementos do poema que tem diante de si. Participa da performance refazendo-a à sua maneira (...). Assim, são ao mesmo tempo espectadores distantes e intérpretes ativos do espetáculo que lhes é proposto (RANCIÈRE, 2012, p. 17).

O olhar sobre a paisagem é também uma atividade que a confirma ou a refuta. O patrimônio, como produção cultural, exige sujeitos intérpretes, excedentes de visão, acabamentos sobre o que foi produzido, como conceitua Bakhtin (2011), para que ressoe contemporaneamente.

Estudo realizado por Pereira (2012) indica que a população de São Francisco do Sul encontra dificuldades para relacionar-se com a sua atual condição de patrimônio cultural nacional. Conforme a autora, muitos moradores não compreendem o que significa ter seu Centro Histórico preservado e poucos veem o tombamento como uma forma de preservar sua história; ou, ainda, não sabem efetivamente como se processa essa preservação. Acrescento a esse estudo tanto o discurso de moradores que relataram não possuírem afetações significativas com o Centro Histórico como a observação do centro da cidade vazio, apenas com turistas a circular, e os relatos de desconhecimento da história do lugar. Observações que fizera com que eu suspeitasse que as práticas culturais portuguesas não eram hegemônicas. Foi quando conheci outros sujeitos e outras histórias, como Soraia⁶⁸:

Nós só íamos no Centro Histórico pra comprar alguma coisa né. Ou à missa. Então nós não tínhamos o costume de passear no Centro Histórico. Nós passeávamos aqui, em uma praia próxima. A gente até ia à praia. Mas sobre o tombamento, eu quase não consigo lembrar. Acho que foi na época do prefeito José Schmidt, se não me engano. Mas eu não tenho essa lembrança. (...) Mas engraçado que no Centro Histórico mesmo a gente não teve muita trajetória. Não tenho memória do Centro Histórico. Era uma questão

⁶⁸ Soraia é servidora pública vinculada à educação e no momento da entrevista trabalhava na Fundação Cultural, era responsável pelas oficinas de arte e artesanato (argila, tear, bordados, pintura).

que quem morava no Centro Histórico era quem tinha dinheiro, eram aquelas pessoas que tinham poder. (...) Mas passear como eu faço hoje com minha filha.... mas mesmo assim eu não me sinto parte, parece que aquele lugar é distante de mim. Uma reflexão rápida mas parece que é distante. É diferente quando tu tá no teu bairro, que tu conhece as pessoas onde moram. E aqui no centro eu não sei onde as pessoas moram, sei que é ali no centro. Engraçado isso. Eu morava muito tempo na Barão do Rio Branco⁶⁹, na antiga rodoviária. A gente brincava muito na rua, então eu passo ali eu me sinto na minha casa. E tem uma paralela que era o Buraco Quente, eu tenho muito amor por aquela rua, por aquelas pessoas que moram ali. Então, sei lá, é uma relação de território, parece que é teu. E uma questão assim que quando a gente tá perto, ou passa por aquela rua: “ah eu morava ali”, sabe aquela coisa até boba né, mas é uma relação, sei lá, parental... Lembro que a gente ia comprar ovos de uma mulher que tinha galinha caipira. De emprestar coisas na casa dos outros, alguma coisa que faltava (Soraia Pinheiro).

O relato de Soraia abre possibilidades de reflexão sobre a questão da memória para além do que está visível na paisagem reconhecida. A presença e a circulação de um discurso sobre a cidade não coincidem de modo algum com o que ela é para seus moradores. É necessário portanto, analisar a sua apropriação e produção pelos “praticantes que não a fabricam” (CERTEAU, 2013a, p. 39).

O lugar denominado Buraco Quente, por exemplo, outro indício que mereceu ser percorrido e que apresento no próximo capítulo, desloca o olhar para esses territórios anônimos. Indício de que nem todos tiveram experiências com aquela paisagem patrimônio, como argumentava Andrea Oliveira anteriormente. Patrimônios são signos por meio dos quais se constrói, se reativa, se imagina níveis diversos de pertencimento. Soraia tinha outros territórios de afetação, de interação social, de realização de práticas cotidianas. Relações de pertencimento e de

⁶⁹ Soraia refere-se à Rua Barão do Rio Branco, que se localiza fora da área de proteção do conjunto urbano patrimonializado. Atualmente é o lugar onde se encontram supermercados, lojas populares, agências bancárias e a grande maioria dos serviços.

identidade comunitária com outra região da cidade e de desconhecimento com o patrimonializado.

Como se constroem os objetos coletivos? Os diversos protagonistas da vida cultural e política da cidade assumiram papéis decisivos no processo de objetivação, fixação e construção da história e das tradições locais. Características biológicas, a língua, a localização de um território, os signos que operam como marcadores, aparatos e práticas constroem identificações culturais. Os patrimônios são objetos coletiva e institucionalmente definidos, constroem uma ideia naturalizada de comum, de sentimento de pertencimento de cada sujeito que compõe uma comunidade. Produzem-se objetos culturais muitas vezes naturalizados e essencializados em torno dos quais se constroem as comunidades, as identidades coletivas em diversos contextos. Há, portanto, nesse patrimônio reconhecido, um mecanismo de fixação, naturalização e imobilização de processos socioculturais.

Essa sacralização, essa referência nostálgica a um passado ritualizado, presente no patrimônio da cidade, é o que pretendi problematizar. Por vezes, processos de patrimonialização vêm acompanhados de objetivações culturais e de institucionalização de um aspecto da cultura, impondo singularizações de traços, comportamentos, monumentos e obras, como se pudessem ser imutáveis com o tempo e fixados no espaço. E isso tem um preço, pois

Reduzir o patrimônio cultural de uma sociedade às expressões de apenas algumas de suas matrizes culturais – no caso brasileiro, as de origem europeia, predominantemente a portuguesa – é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio à proteção, que evidentemente representa também um ônus para a sociedade e para alguns cidadãos em particular (FONSECA, 2003a, p. 65).

Evidencio que uma legislação, o processo de patrimonialização de um conjunto urbano, precisa vir respaldada pela comunidade, precisa ser reinventada todo dia, reconstruída no presente. Como em Roma, em que o Coliseu e o Panteão são monumentos que continuam a dialogar com a cidade: não só com os turistas e suas fotografias mas também com o morador que os atualiza ao produzir uma história particular sobre o patrimônio mundialmente reconhecido pela UNESCO.

E o que conhecem os moradores de São Francisco sobre o que foi protegido? Em São Francisco do Sul, a grande maioria dos visitantes do Museu Nacional do Mar vem de fora da cidade, são turistas, estudantes de escolas de municípios vizinhos. Os moradores, segundo Andrea Oliveira, não o frequentam por motivos econômicos ou ausência de pertencimento.

Eles não se sentem parte disso, acham que não estão ali representados. Por morar na periferia, tem a questão do acesso, depender de ônibus, questão financeira e a questão da própria representação que o museu tem, que é coisa velha, coisa antiga, não faz parte da minha vida, ou esse lugar não é pra mim. Algumas pessoas mencionaram que não vinham porque não tinham roupa pra ir num ambiente assim, e que esse lugar não era pra elas (Andrea).

Bastariam estratégias de uma política pública para incrementar atividades de educação patrimonial para potencializar a percepção do Centro Histórico como lugar e espaço de convívio e contemplação? Como sugeriu Andrea Oliveira ao lamentar que o Museu Nacional do Mar recebe visitantes de todo o Brasil, mas é pouco frequentado pelos moradores da cidade.

Ironicamente, o edifício do Museu do Mar foi criado em 1993 com a revitalização dos grandes armazéns, abandonados há mais de vinte anos, justamente para movimentar a cidade, como contou Dalmo Vieira.

São Francisco do Sul tem baía, praia, ilha, Centro Histórico e nós achávamos que se a cidade se preparasse para receber pessoas, como acontece em outros lugares no mundo, poderia fazer disso um modo de economia e proporcionar qualidade de vida a quem vivesse ali. Tudo o que veio depois, o Monumenta, os projetos, Museu do Mar, nasceram desse conceito. E preparamos o espaço pra gente ter uma espécie de mix pra eventos alternativos em São Francisco do Sul. [...] Mas essa foi uma ideia que nunca saiu do papel (Dalmo).

No momento da pesquisa de campo, o Museu passava por problemas de manutenção do espaço físico (goteiras no interior do

edifício, reformas estruturais). Além disso, a própria composição dos objetos estava defasada: desde que foi inaugurado, em 1992, nunca mais foi modificado. Lembrei de tantos exemplos que conheci na Itália, como o castelo de Roccasinibalda, em Riete, construção do século XII que, embora preservadas as características originais na restauração, foi adaptada com sistema de som, vídeo, elevador. Os problemas na manutenção do Museu do Mar também foram noticiados na imprensa:

O navegador Amyr Klink, famoso por travessias solitárias no oceano, comprou uma casa em São Francisco do Sul, no Norte do estado, para abrigar barcos e outros materiais de navegação, pois parte do seu acervo que estava no Museu do Mar estava se deteriorando devido às más condições do lugar. (...) Dentro do local, que não tem climatização, é fácil perceber a umidade, as paredes descascando e o mofo. Um dos espaços mais procurados pelos visitantes do museu é a sala Amyr Klink. No local, ficava um dos barcos mais famosos do velejador, que ele usou pra fazer a travessia do Atlântico Sul (entre Namíbia, no continente africano, e Salvador, na Bahia), há pouco mais de 30 anos. Porém, a peça foi removida para restauro por causa das condições do museu. “Meu barco estava com água dentro, se deteriorando”, contou o navegador⁷⁰.

A condição precária do Museu do Mar provoca algumas reflexões. Que espaços de diálogo com o patrimônio foram permitidos ao visitante e ao morador? Importante observar se há abertura para dialogar com o “imaginário dos visitantes, recepcionar fantasias e aspirações, não apenas dúvidas cognoscitivas” (PADIGLIONE, 2012, p. 41). Problematico aqui o Museu do Mar e o próprio Centro Histórico, tomado como museu aberto.

Nessa direção, eu me aproximo das discussões da museologia estética, “centrada na comunicação e capaz de fazer uso de códigos e linguagens diferentes, de modo que se produzam experiências de familiarização, efeitos de conhecimento não previstos” (PADIGLIONE, 2012, p. 42). A inclusão de dispositivos que possibilitem a sensação de

⁷⁰ Navegador Amyr Klink compra casa no Norte de SC para abrigar barcos. G1 SC, 12/03/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/03/navegador-amyr-klink-compra-casa-no-norte-de-sc-para-abrigar-barcos.html>>.

incompletude e estimulem o visitante a fazer a sua montagem, deixar comentários, avaliações, contribuiriam para tornar o museu uma obra interativa e a converteriam em evento em contínua transformação (PADIGLIONE, 2012, p. 42).

Além das poucas pessoas que pela cidade circulavam, observei um movimento de abandono do Centro por parte das lojas e baixa oferta de serviços; e uma maior ocupação de outras avenidas afastadas dessas ruas que compõem o patrimônio cultural. Não vi por ali a vida pulsando que D. Carmen se lembrava da sua infância, apenas a ausência que Andrea Oliveira assinala:

Mas hoje a gente percebe que, também com o deslocamento do centro comercial do Centro Histórico pra Barão do Rio Branco, acabou que o centro vai ficando cada vez mais diluído, poucas famílias morando, alguns prédios públicos, a prefeitura, os museus, um cartório, a igreja. Alguns prédios, alguns órgãos, mas que durante o final de semana as ruas ficam completamente vazias. Não têm vida (Andrea).

Esse “abandono” do Centro Histórico de São Francisco do Sul não é, no entanto, exclusividade da cidade. Ao contrário, o processo de reestruturação de espaços urbanos é observado nos centros tradicionais de metrópoles, núcleos que entraram em decadência e tiveram seus serviços deslocados a novos centros. Nas grandes cidades, esse abandono é por parte do capital, ou seja, houve o deslocamento para outras localidades e por consequência também a rede de serviços e de bens de consumo se deslocou (VILLAÇA, 1998).

Se a ausência de movimento no Centro Histórico de São Francisco do Sul é presente no discurso de antigos moradores, o que conhecem os moradores de São Francisco sobre o que foi protegido? Que discursos e sentimentos de pertença sobre a cidade foram produzidos? Como se deu o processo de patrimonialização da paisagem cultural? O que as pessoas lembram desse momento? Quem foram os protagonistas desse processo? Era um desejo das pessoas que ali viviam e possuíam imóveis? Houve alguma participação, mobilização por parte da comunidade?

Eu estava no ensino médio. Eu lembro pouca coisa. Eu lembro de ter visto a notícia, mas não lembro da comunidade ter sido consultada. Algumas pessoas que trabalhavam na prefeitura naquela

época me disseram que houve uma conferência pública, uma audiência, mas que foi um número muito pequeno de pessoas. Então eu não acredito que tenha sido discutido (Andrea).

Houve depois reunião pra conseguir arrumar através da Caixa as casas tombadas... até eu fui, a gente devia a reforma por conta da Caixa e ia pagando sem juros (Carmen).

Olha que não foi. Não teve manifestação não teve nada. Acho que o cara veio e só tombaram. Quando eu soube já tava tombado. A gente não entendia muito. Hoje não. Mas naquele tempo a gente era meio leigo. Sei que o prefeito era o Schmidt. O pessoal da cidade ali tudo queriam tudo tombado (Jair Schetz⁷¹).

*Não. Não houve. A cidade não reagiu, poucos se entusiasmaram com a ideia. Mas sem dúvida o personagem, a figura de proa, era o Schmidt – o prefeito sempre foi o grande aliado. Houve esse momento de contestação, que é parte do processo do tombamento. Nós chegamos a fazer um seminário, encontro nacional, aí várias pessoas foram pra lá, inclusive ex-representantes do IPHAN. Foi um pouco depois do tombamento, alguma coisa por volta de 88. Foi um encontro técnico com a população, aberto, que reuniu os técnicos principais. Era um seminário, veio gente de fora, vieram palestrantes. Era realmente a cúpula do IPHAN na época que veio pra ali. Nós fizemos dois seminários, um em Laguna e um em São Francisco. As pessoas iam, opinavam, **mas no fundo eu acho que não acreditavam ou não mediam bem a consequência daquilo, sabe (...)**. A cidade tava quase sem capacidade de reação pra nada. Quando sai a notificação, ninguém acreditava que fosse dar certo. Nem Laguna, nem São Francisco. Era uma coisa tão inalcançável naquele tempo que eles não acreditavam (Dalmo).*

⁷¹ Jair Schetz, 68 anos é morador da cidade, responsável por preservar uma importante prática cultural na cidade que será apresentado nos próximos capítulos.

O que eu entendo é assim, o tombamento desde que ele foi institucionalizado em 37, é uma atividade acadêmica e científica. (...) Nos anos 30, os primeiros bens tombados em SC foram as fortalezas⁷². Porque naquela época é muito interessante, essa ideia de resgate da identidade nacional. Então porque era uma república nova, precisava se criar uma identidade de um Brasil. (...) Que eram do período fundacional, daquele passado digamos mais romantizado (Vanessa).

São os discursos aqui apresentados, discursos de patrimonialização de quem idealizou o espaço e/ou de quem o reproduz. Mas como foi a mobilização para a abertura do processo de patrimonialização? Como e por meio de quais instrumentos, e graças a quais protagonistas, se construiu no tempo e no espaço uma identidade cultural local? Um nome citado por Andrea Oliveira e depois por outras pessoas na cidade, quando se indagava sobre o processo de construção do patrimônio do Centro Histórico, foi o nome do prefeito Schmidt, já falecido. Ao se analisar os documentos do processo de patrimonialização no escritório do IPHAN, constata-se a defesa de um interesse da comunidade sobre a patrimonialização:

A solicitação insistente deste tombamento pelo Prefeito da Municipalidade **parece indicar o interesse que por ele tem a comunidade local**. A contratação, pela prefeitura, das arquitetas [...] reafirma a intenção da Municipalidade de zelar pelos aspectos tradicionais de São Francisco do Sul (IPHAN, 1986).

Em São Francisco, nosso grande estimulador, quem dava suporte ao trabalho, era o prefeito José Schmidt. Ele dizia que tinha participado de umas palestras e esse pessoal tinha convencido ele do valor da cidade histórica. Tinha na cabeça dele uma ideia de modernidade e do que era qualidade de vida. Acho que era farmacêutico. Mas um sujeito muito humano, de uma inteligência, foi um

⁷² Fortalezas são as estruturas arquitetônicas militares projetadas para a guerra defensiva.

sujeito muito importante. E eu fui contratado para representar o IPHAN, para ficar à disposição do IPHAN no estado (Dalmo).

Esses documentos e relatos em diálogo evidenciam a existência de um grande interesse na patrimonialização de São Francisco do Sul pela política pública municipal, representada na pessoa do prefeito e de Dalmo Vieira, que naquele momento era chefe do escritório técnico do IPHAN⁷³ em Santa Catarina. Vanessa, ex-arquiteta do IPHAN de São Francisco do Sul, aponta que o fato de Dalmo Vieira estar à frente desde o início na concepção do processo de preservação, acompanhando todo o desdobramento e incluindo a cidade no Programa Monumenta, foi fundamental para a estruturação de uma política patrimonial para o estado.

Dalmo Vieira e José Schmidt são reconhecidos em documentos e por relatos orais como nomes importantes em todo o processo de patrimonialização da cidade, sendo, portanto, seus agentes. Mas pelos relatos de moradores e como é referido no documento do IPHAN parece que não houve participação da população nesse processo ou informação sobre os novos rumos que traria para a cidade. As pessoas com quem conversei não tomaram conhecimento de qualquer consulta pública ou audiência pública sobre o processo de patrimonialização. Pude ler e destacar nos documentos o relato do IPHAN sobre a insistência grande do prefeito, mas nem os documentos nem os relatos orais apontaram indícios de um desejo da comunidade.

Não poderíamos esperar participação popular no processo de patrimonialização nos moldes do que temos consolidado hoje, após a Constituição Federal de 1988, pois a ditadura tinha recém terminado no país. Talvez por isso, mais do que participação da população, houve uma análise técnica no processo de patrimonialização da paisagem cultural.

Assim como ocorre com a patrimonialização de monumentos, também em São Francisco do Sul o processo caracterizou-se por uma atividade técnica, promovida por arquitetos e historiadores.

Então eu tenho as minhas imagens assim: tá tudo submerso, de repente começou a sair debaixo d'água, a cidade começou economicamente a emergir e o que que a gente faz agora pra salvar

⁷³ Primeiro o IPHAN – Santa Catarina foi ligado a São Paulo, depois, quando criado, foi ligado ao Rio Grande do Sul até que então se criou a superintendência em Santa Catarina.

se não ela vai ser totalmente destruída. Então o prefeito, tendo uma cultura talvez um pouco mais erudita e também um trabalho muito intenso assim da elite cultural catarinense, se motivou a fazer essa preservação. E eu acho que a população não participou desse processo (Vanessa Pereira).

O relato de Vanessa Pereira parece confirmar a possibilidade de que foi após o processo concluído que surgiram algumas resistências. Os proprietários de imóveis foram notificados, por meio de informativos como esta carta à cidade que encontrei entre os documentos do IPHAN (Figura 17 e Figura 18), sem data, que trazia esclarecimentos sobre os efeitos do tombamento⁷⁴ no que diz respeito a obras de reparo, venda e manutenção do imóvel.



Figura 17: Carta à Cidade de São Francisco do Sul.

⁷⁴ O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de Leis específicas, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e de valor afetivo para a sociedade. O vocábulo tombamento é de origem portuguesa e, conforme o dicionário Aurélio (2009), significa o ato ou efeito de tombar, tendo esta última palavra como sinônimos os vocábulos anotar, inventariar e registrar.

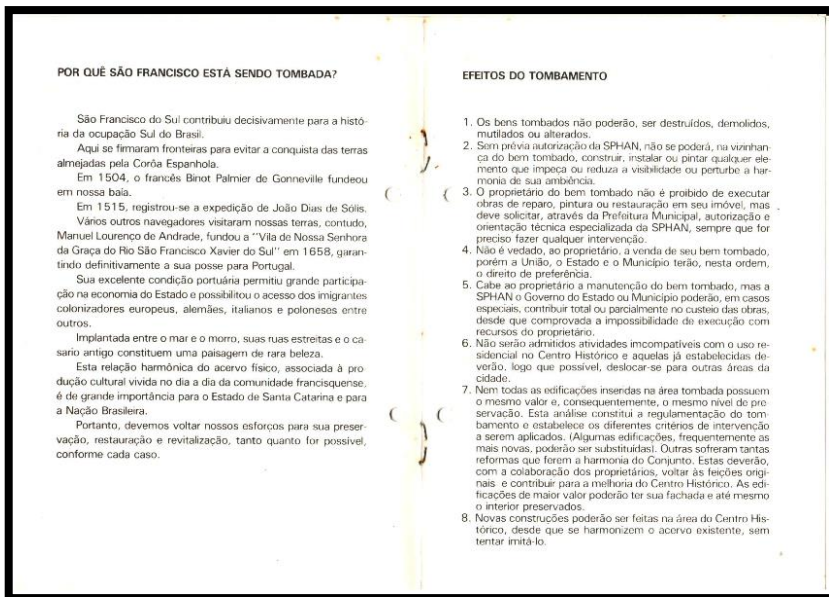


Figura 18: Carta à Cidade de São Francisco do Sul.

E então alguns questionamentos, dificuldades ou indiferenças por parte da população se fizeram presentes, como o que foi relatado por Karine, Dalmo, Andrea e Carmen:

Meu pai fala que foi um processo bem difícil, que as pessoas ficaram revoltadas, que não foi uma coisa muito fácil de ser aceita. Na verdade foi, porque politicamente o prefeito tinha interesse. A população em si, os moradores, parece que não gostaram muito. Foi mais ou menos sendo feito e depois quando tava em tramitação o tombamento temporário, porque primeiro saiu um provisório, as pessoas foram avisadas assim (Karine)

Só começamos a ter problemas lá alguns meses depois lá quando foram fazer uma calçada e verificaram que tinha um pavimento antigo embaixo. Aí a nossa chefe achou que aquilo devia ser preservado. O pessoal foi contra, aí teve uma reunião na Câmara de Vereadores. Eram dois fatos. Era esse negócio de calçada e... ah! E uma outra casa que era no lado da praça da igreja. Era

um senhor que quando se aposentou, voltou pra cidade e comprou um terreno na praça resolveu fazer uma casa que nós não concordamos. Aí nós tivemos que fazer algumas intervenções (Dalmo).

Uma pessoa ou outra sempre mencionou: “Ah mas não devia. Agora tombaram isso e ninguém cuida. É empecilho pra gente poder reformar”. Porque aí todo projeto tem que passar pelo escritório técnico, né. E tu não pode simplesmente tirar uma esquadria de madeira e botar uma de alumínio. E também tem os níveis de tombamento dentro do Centro Histórico. Então tem casas que tem mais critérios que outras, que são de menos valor. Enfim, tiveram reclamações (Andrea).

Olha, pra mim, foi indiferente, não teve problema. No começo assim era estranho. Uma vez ela passou a tarde inteira ela e mais um outro... passaram a tarde inteira medindo a minha casa inteira... o tamanho das portas... largura das vistas.... tudo, tudo. Mas no começo eles se intrometiam, proibiam muita coisa. Mas eu não tive problema... a casa continuou do mesmo jeito (Carmen).

Diferentes sujeitos informantes, com trajetórias e vínculos diversos com a cidade, auxiliaram-me a compor essa colcha de retalhos, esse quebra-cabeça de evidências sobre como se reproduziu em nível local um modo de patrimonializar que contou com agentes técnicos e políticos, e na sequência incluiu a população e o cotidiano da cidade. Desdobramento esse que se repete hoje no trabalho do IPHAN ao fiscalizar os 400 imóveis – o que traz alguns indicativos para reflexão sobre a apropriação por parte da população. Conforme a chefe do escritório do IPHAN, no momento desta investigação, 45 imóveis estavam em estado de abandono dentro da poligonal, quatro estavam com obra embargada, sendo que em outros períodos 12 obras chegaram a ser embargadas ao mesmo tempo. Além disso, houve casos em que foi preciso acionar a Polícia Federal ou o Ministério Público Federal para garantir que reparos fossem realizados em determinados imóveis. E complementa Karine:

Tem muitos casos também que as proprietárias eram senhoras que não tinham filhos, não tinham

marido e aí os herdeiros são sobrinhos, ou netos que às vezes não têm nem inventário. Então tem uns sete, oito que a gente não consegue nem saber a quem a gente pode autuar de fato. Os outros a gente notificou todos, dois comprovaram insuficiência financeira e um já conseguiu recurso [...] E os outros alguns pediram prazo um pouco maior pra fazer a obra. E a gente teve duas casas que foram recuperadas, a gente conseguiu identificar os proprietários, eles pintaram a casa, reformaram a fachada, fizeram cobertura e botaram a casa à venda, que estava em estado de abandono (Karine).

Isso é um mal de todas cidades históricas. As casas que a gente chama de espólio. E como são de vários herdeiros, até inventariar, definir pra quem, é um peso. Prefere mais que venda, pra que não tenha que ser responsabilizar por aquilo. Como se fosse um grande pepino ter uma casa tombada e na verdade não é. Quando você constrói uma casa, quando você reforma uma casa, tem que aprovar esse projeto na prefeitura, só que ninguém faz isso. As pessoas fazem irregularmente! Então, o bem tombado ele te obriga a cumprir a lei, entendeu? (Vanessa).

É evidente que o processo de patrimonialização da paisagem de São Francisco do Sul foi importante para a preservação de práticas e memórias locais. Permitiu a salvaguarda desse núcleo importante, bem como a destinação de recursos financeiros e técnicos à cidade. Porém a preservação de um patrimônio é uma ação complexa e, como bem afirmou Dalmo Vieira, “a matéria-prima do patrimônio não é o passado, é o futuro”. Uma cidade patrimonializada precisa continuar sendo cidade, não pode se cristalizar; a vida precisa continuar acontecendo ali, com as pessoas frequentando o clube, a igreja, a praça. Então, o que o processo de tombamento pretendeu na década de 80, o que se tinha interesse em preservar foi preservado: a paisagem.

Porém, investigar sob uma perspectiva crítica e não essencializante as práticas de patrimônio significa questionar de perto o espaço político de produção, construção, reivindicação de modos de vida. Permite dessacralizar o monumento, tirar a aura que o cobre e analisar os

mecanismos e estratégias de construção da memória e das representações da história.

Por isso, acrescento à discussão a possibilidade de que a paisagem arquitetônica preservada não representa os modos de vida de muitos sujeitos que produzem as relações sociais e econômicas na cidade. Considerando essas vidas outras, que processos de apagamentos foram produzidos ao longo da história da cidade em nome de uma concepção evolucionista e civilizatória de patrimônio? Para alcançar as vozes silenciadas, foi preciso agachar-se e olhar por baixo dessas construções, dessas práticas, histórias entre História, para encontrar táticas de resistências com relação à ordem discursiva oficial sobre o passado, presente e futuro. O pensamento romântico de uma historiografia com um senso estético de uma identidade nacional comum se repetiu em São Francisco do Sul. Porém vozes outras, silenciadas, pulsam nos interstícios da cidade.

6 O CHÃO COMO LUGAR NA CIDADE

“eu não tenho origem eu sou daqui mesmo”



Figura 19: Centro Histórico (Fonte: Karine Arend).

Nas caminhadas pela cidade-paisagem, na fruição da cidade-imagem, pequenos elementos destacaram-se em meio à arquitetura portuguesa. Vestígios de modos de vida outros, presenças entre frestas e rachaduras nas paredes, rastros de memórias nos paralelepípedos das ruas conduziram-me ao encontro de vozes sociais outras na paisagem cultural.

Na composição entre a Baía da Babitonga e as construções coloniais portuguesas, vi nas calçadas daquelas ruas, sentadas pelo chão, mulheres guarani vendendo seus artesanatos em companhia de seus filhos. Vendiam cestos coloridos de palha, pequenos animais esculpidos em pedaços de madeira e colares feitos com sementes. Intrigou-me o fato de que na mesma avenida, distribuídas ao longo das calçadas, barracas

azuis também expunham à venda produtos coloniais e caseiros da cidade: mel, pães, bijuterias, panos de copa e outros trabalhos artesanais. Ninguém sentado no chão.

Essas mulheres guarani sentadas pelo chão desviavam o olhar quando alguém por ali passava. Olhavam para baixo. E quem por ali passava, por sua vez, caminhava pela calçada sem olhá-las. Modo semelhante ao comportamento dos moradores de rua nas cenas que vi em Roma: desvia-se o olhar, cumprindo um acordo de civilidade simbolicamente estabelecido.

Essas mulheres em São Francisco do Sul não perturbavam quem por ali passava nem ao menos com suas presenças; estavam quase camufladas entre os paralelepípedos. Se em algumas situações alguém se interessava por algum artesanato, pedindo informação, então elas olhavam. Mas seus olhares vinham sempre de baixo para cima, do ângulo possível de quem está sentado pelo chão. Como é ver a cidade do ângulo das calçadas?

Causou-me um certo incômodo ver aqueles pequenos meninos e meninas, filhos dessas mulheres, caminhando e brincando próximo às beiradas das calçadas, perto dos carros que por ali passavam. Lembrei-me logo da minha experiência em programas de assistência social, em que acompanhava famílias consideradas negligentes com seus filhos e o Conselho Tutelar atuava muitas vezes de forma vigilante e punitiva. Foi preciso um esforço para não enquadrar aquelas mulheres como negligentes.

As mulheres guarani, sentadas nas calçadas com seus artesanatos coloridos, convidaram-me a refletir: Como vivem? Onde vivem? Quem são? Que aspectos nos aproximariam, nos tornariam semelhantes e que outros nos distinguiriam, nos distanciariam? Que memórias produzem cotidianamente em seus modos de vida que diferem do patrimonializado na cidade?

Na busca de vestígios outros, comentei com alguns alunos sobre o meu desejo de visitar uma aldeia guarani, de conhecer essas pessoas. Uma aluna, moradora de São Chico, respondeu-me em tom áspero e conclusivo:

– *Professora, aqueles dali são importados do Paraguai, nem perde tempo que não são daqui.*

Eles não são daqui foi o discurso que passei a ouvir outras vezes de outras pessoas da cidade, nos jornais etc. Embora sejam moradores da cidade e representem uma das maiores populações indígenas do Brasil, os guaranis são considerados “estrangeiros”, “importados” por imigrarem da fronteira entre Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina e apresentarem

práticas sociais diversas da cidade, do que se considera padrão de civilidade. “Eles não são daqui” trazia à tona o não direito àquele território. Eram ecos de outras vozes que se podia ouvir no enunciado da aluna, vozes do que se divulgava na mídia com relação à demarcação de áreas indígenas e supostas irregularidades⁷⁵ que colocavam sob alvo estudos antropológicos realizados até então. Investigações em outras aldeias guaranis na região de Santa Catarina, respingos dos litígios que colocavam em cheque direitos instituídos com relação ao pertencimento dessa população ao território.

Essa frase ressoou na minha cabeça por um tempo e a fala dessa aluna acompanhou-me até o encontro e o confronto com a voz guarani. De algum modo, naquele diálogo face a face, forma mais simples e evidente de comunicação, assumi uma posição de “compreensão responsiva” na condição de ouvinte (BAKHTIN, 2011, p. 279). Pois como participante e ouvinte naquele diálogo considerei que

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante (BAKHTIN, 2011, p. 271).

Embora minha atitude tenha sido silenciosa diante da fala daquela aluna, em breve ela teria resposta nos discursos subsequentes – e meu texto “responsivamente” carrega a assunção dessa resposta. Pois todos somos na condição de falantes, em maior ou menor grau, respondentes. E na medida em que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 272).

Embora Bakhtin objetivasse a criação literária ao tecer considerações sobre o enunciado, aproximo-me de suas contribuições no contexto da pesquisa, por considerar que

a obra é um elo na cadeia da comunicação discursiva; como a réplica do diálogo, está vinculada a outras obras – enunciados: com aquelas

⁷⁵ Demarcação de área indígena do Morro dos Cavalos, em Palhoça, será investigada por CPI. *Clicrbs*, 29/10/2015. Disponível em: <<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/cidades/noticia/2015/10/demarcacao-de-area-indigena-do-morro-dos-cavalos-em-palhoca-sera-investigada-por-cpi-4889867.html>>.

às quais ela responde, e com aquelas que lhe respondem; ao mesmo tempo, à semelhança da réplica do diálogo, ela está separada daquelas pelos limites absolutos da alternância dos sujeitos do discurso (BAKHTIN, 2011, p. 279).

Por isso, nesses diversos diálogos que estabeleci em minha investigação – e que neste momento destaco o diálogo com a aluna –, compreender que os enunciados fazem parte de um elo no processo de comunicação discursiva e apresenta variadas vozes sociais em tensão favorece a análise não desconectada do solo que nutriu esses encontros.

Não eram os guaranis considerados pertencentes à cidade de São Francisco do Sul, Santa Catarina ou Brasil. Mas quem o seria? A aluna de descendência portuguesa? Eu com uma longínqua origem europeia não fui tratada como “ela não é daqui” quando cheguei à cidade. Aliás, que sentidos pode carregar ser um produto importado? Em geral, pagamos mais caro por um produto importado, por julgarmos ser de melhor qualidade: uma massa italiana, um vinho chileno, um computador. Difícil mesmo é reconhecer o que no nosso entorno é local em tempos de globalização. Os guaranis, no entanto, não gozam de qualquer certificação, mas a eles são atribuídas adjetivações, marcas, discursos que lhes impõem a condição de não pertencimento ao território.

Embora a população indígena seja presente em várias regiões de Santa Catarina, observam-se poucos detalhes no cotidiano das cidades que valorizam sua cultura ou sua existência. Morei por muito tempo, durante a minha infância, em um bairro chamado Itoupava, em Blumenau, e só depois de adulta soube que se tratava de um nome indígena. Itoupava vem da língua tupi e nomina um tipo de cachoeira (NAVARRO, 2005). Não me lembro de ter ouvido nada, nem sobre os indígenas que teriam dado o nome ao bairro nem sobre uma cachoeira que teria existido por ali. Nas diversas cidades, assim como em São Chico, observam-se apenas pequenos indicativos no tempo e no espaço, restos que fazem ecoar as vozes emudecidas da existência da cultura indígena.

Na cidade investigada, o nome Babitonga dado à importante baía que divide a ilha da parte continental também é uma corruptela proveniente da língua tupi-guarani e seu significado tem recebido várias interpretações. Poderia significar morcego, originário da expressão em Guarani *Mboi-tanga*, devido ao formato da baía semelhante a um morcego. Ou ainda “lugar contornado por águas” – da expressão *babae-tounga*, ou ainda, cobra-coral – do guarani *Mboi-pitang* (OLIVEIRA, 2013; NAVARRO, 2005).

Teria a cidade reconhecida como patrimônio cultural visibilizado a cultura indígena em seus espaços de memória, nos espaços museais? Visitei o Museu do Mar e o Museu Histórico⁷⁶ em busca de histórias que contassem sobre a presença guarani naquela região. Poucos e marginais elementos na composição de sua coleção pude localizar na narrativa sobre a história da cidade. A existência desses habitantes nota-se principalmente por meio de suas produções artesanais, à venda nas lojas que oferecem lembranças aos turistas. No Museu Nacional do Mar, algumas embarcações relembram os carijós – etnia próxima à tupi-guarani –, que habitavam a região anteriormente às expedições europeias.

No parque ecológico da cidade⁷⁷ pode-se observar em meio à vegetação nativa e um percurso: uma escultura em madeira de um homem carijó que retoma uma história que povoa o imaginário da população e que se pode observar na Figura 20. Segundo os relatos dos habitantes e de alguns historiadores, teria aquele jovem carijó chamado Iça-Mirim, filho do cacique, a convite do navegador francês Binot Palmier de Gonneville, viajado à Europa e se casado com Suzanne, filha do navegador.

Busquei mais pistas. Indicaram-me a loja do museu para um contato telefônico do Cacique. Indígenas também têm telefone. Na loja vi, entre tantos outros, aqueles mesmos artesanatos indígenas que eram vendidos nas calçadas. Índícios de suas presenças em um espaço museal – embora no setor comercial.

⁷⁶ “O Museu Histórico Municipal abriga em suas salas e celas vários objetos doados pela comunidade franciscana, tais como; documentos, plantas, jornais e utensílios comuns ao dia a dia dos antepassados do povo franciscano. A história da comunidade franciscana é ilustrada nas várias fotografias inseridas nas paredes.” Disponível em: <<http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/c/centro-historico#.Vm9g8UorKUI>>.

⁷⁷ “O Parque Ecológico Municipal Celso Amorim Salazar Pessoa é a última obra do projeto Monumenta inaugurada no Brasil. Situado no Centro Histórico de São Francisco do Sul, conta com 16.491,39 m². Os deques de contemplação com vista para a Baía da Babitonga, as trilhas em meio à vegetação nativa, as áreas de descanso em espaços arborizados e as ruínas históricas da Capela São José construída no século XVIII são algumas das atrações que fazem parte deste projeto” (São Francisco do Sul ganha parque ecológico – 18/12/2013. Disponível em: <<http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/noticia/1114#.Vm9r7EorKUI>>).

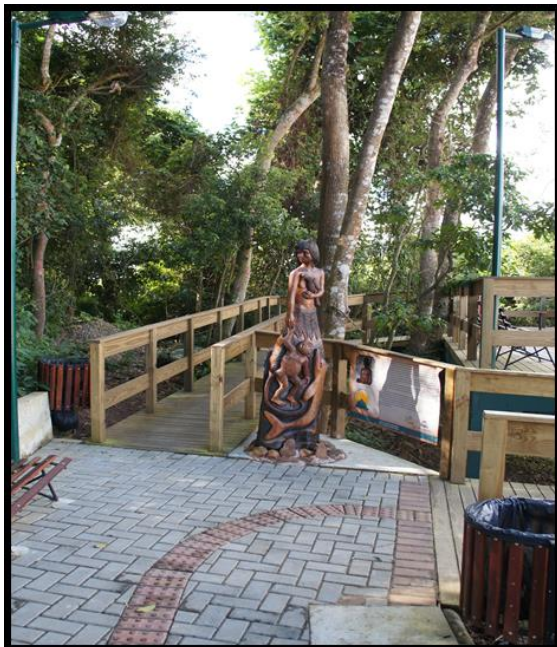


Figura 20: Escultura em madeira de homem carijó (Fonte: Arquivo pessoal).



Figura 21: Artesanato guarani (Fonte: Arquivo pessoal).



Figura 22: Artesanato guarani (Fonte: Arquivo pessoal).

Embora minha postura etnográfica me auxiliasse a não cultivar ilusões sobre o encontro com “primitivos”, tive receio de estabelecer esse contato sozinha, sem nenhuma mediação. Era um outro muito distante dos outros que me constituíam. Eu precisava de novos saberes para esse encontro. Procurei pessoas que já tinham aproximações com as aldeias indígenas da região, fiz contato com a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e o SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena de Araquari)⁷⁸ – instituições de amparo às especificidades da população indígena –, para que minha entrada na aldeia seguisse os protocolos pertinentes. Soube então que entre Joinville, Araquari e São Francisco do Sul existem 10 aldeias da etnia guarani M’byá, como se pode observar na Figura 23. E que a aldeia que eu pretendia visitar, Aldeia Laranjeiras, assim como as demais próximas, teve origem com o deslocamento de guaranis do Rio Grande do Sul.

Segundo dados do IBGE (2010), na aldeia viviam 199 pessoas – com aproximadamente 50 crianças distribuídas entre as famílias –, destas pessoas, quatro exerciam alguma atividade laborativa fora da aldeia. Há o reconhecimento da terra indígena em que vivem, porém sem delimitação, sem demarcação dos limites da área. A situação é diferente,

⁷⁸ O SESAI foi criado pelo Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, e está vinculado ao Ministério da Saúde.

por exemplo, na terra indígena em Ibirama, onde vivem Xokleng, Kaingang e Guarani, que já está demarcada (IBGE, 2010).

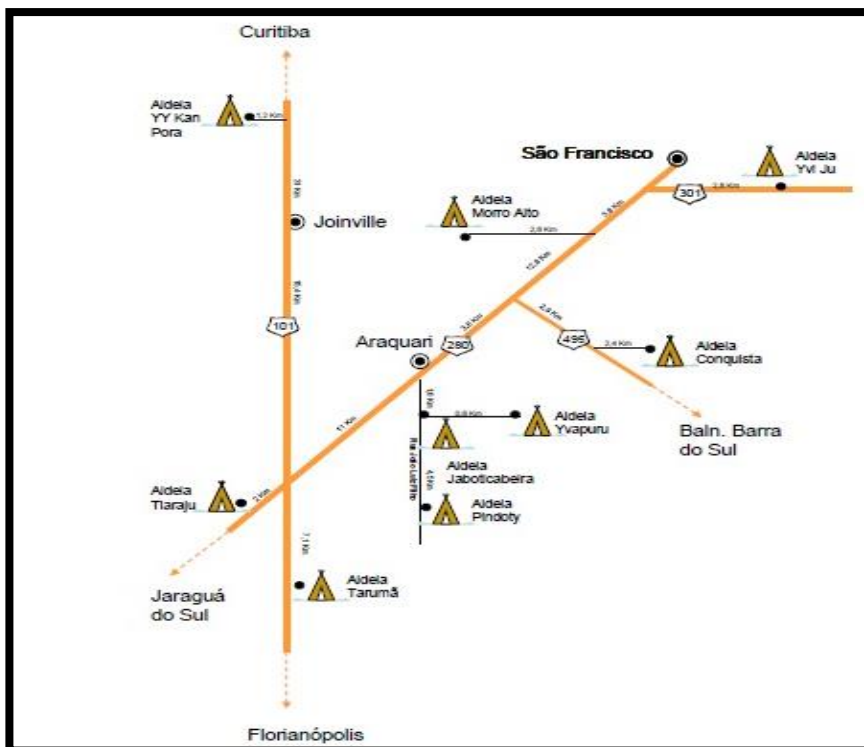


Figura 23: Aldeias Indígenas em Santa Catarina (Fonte: SESAI).

Cheguei à Aldeia Laranjeiras, ou Morro Alto, como também é chamada, estacionei o carro próximo à placa da FUNAI que indicava área indígena e fui caminhando pela rua de terra em uma tarde de outono de 2014⁷⁹.

O silêncio que chamava a atenção foi cedendo lugar a um coro de canto baixo, que se podia ouvir melhor à medida que fomos nos aproximando das casas na aldeia. O cacarejar das galinhas também indicava que estávamos perto, enquanto os cães logo trataram de anunciar

⁷⁹ O professor de História Icaro Bittencourt, recém-chegado à região e interessado em desenvolver ações étnico-raciais acompanhou-me nos primeiros contatos com a aldeia.

nossa chegada. Avistamos alguns moradores caminhando próximo às casas, envolvidos com atividades domésticas. Havia uma casa central de madeira com fogão à lenha, utensílios de cozinha e uma fogueira no chão. Era uma espécie de área comum, uma cozinha coletiva aberta em um território distribuído no vale.

Podia-se ouvir o barulho de crianças brincando em outras casas no fundo do vale, sem que percebessem nossa presença. Apenas a escola e o posto de saúde, logo na entrada da aldeia, eram de alvenaria, cor verde, cercados e fechados; as demais construções eram de madeira e palha. Um jovem homem aproximou-se, cumprimentei-o e pedi para conversar com Ronaldo – o cacique que levava artesanatos para vender no Museu do Mar. O cacique aproximou-se vestido de calça jeans, camiseta verde clara e tênis. Por mais que questionasse a visão essencialista que o senso comum tem sobre os indígenas, percebi que meu olhar naquele momento também ainda estava tomado por esse discurso, pois esperava encontrá-los com vestimentas mais próximas do folclórico que pairava no imaginário da menina que comemorava o dia do índio na escola. Nada de cocar nem peles tingidas. No pescoço apenas um colar de missangas e um pingente de jacaré como vestígio de um homem de ancestrais ligados à natureza em meio à cidade. Jacaré. Vestígio-animal e vestígio-língua. Jacaré também provém do tupi-guarani: *jaeça-caré*, que significa “o que olha de banda” (NAVARRO, 2005).

Ronaldo acolheu meu cumprimento assim que estendi a mão ao seu alcance e escutou com atenção minha apresentação. Àquela altura compreendia que um simples aperto de mão carregava sentidos importantes, compartilhados conforme o contexto social⁸⁰. É um simples modo de se iniciar um diálogo, que diz do modo como um grupo social demarca seus modos de vida.

Durante a minha argumentação, Ronaldo olhava para o horizonte e, em silêncio, analisava a proposta. Depois que eu expliquei os detalhes da pesquisa e a minha intenção em fazer entrevistas, ele concordou. Eu me sentia “pisando em ovos”, com a sensação de que qualquer gesto ou palavra equivocada poderia colocar em risco a minha entrada na aldeia. Ele dirigiu-se à casa ali próxima e chamou Adriano. Aquela conversa durou alguns poucos minutos. Outros jovens homens aproximaram-se,

⁸⁰ Na Itália, por exemplo, um aperto de mão servia para todas as ocasiões de encontro formal ou entre pessoas desconhecidas. Os homens beijavam-se, assim como as mulheres, em sinal de amizade. Cena impensável entre os brasileiros. As mulheres, por sua vez, usavam o formal aperto de mãos caso fossem apresentadas a alguém – sem “três beijinhos”.

escutaram a conversa e, em seguida, distanciaram-se. As mulheres, porém, continuaram em torno a casa, observaram a conversa enquanto continuavam mexendo nos utensílios de cozinha. Duas crianças com aproximadamente 5 e 9 anos se aproximaram e permaneceram por ali brincando e observando. Éramos estrangeiros, sujeitos exóticos a provocar certa curiosidade nos guaranis.

Minha posição física dizia da minha condição: distante das casas, em uma espécie de entrada do terreno doméstico, com uma perna à frente querendo avançar e outra atrás em sinal de cautela. Procurei algum modo de continuar a conversa com Ronaldo, ainda que desajeitada. Ele falava com tranquilidade, então voltava a olhar o horizonte. Eu, desconcertada, retomava a conversa sobre algum outro assunto.

Adriano aproximou-se e cumprimentou-nos seriamente. Vestia camisa verde escura, calça jeans e boné verde com a logomarca de um jacaré – marca de uma empresa francesa do ramo da moda. O jacaré logomarca no boné de Adriano e o jacaré artesanato no colar de Ronaldo eram detalhes na composição de suas vestimentas que diziam da condição de quem vive entre o urbano e a natureza.

Expliquei novamente a pesquisa e ele mostrou-se articulado em seus argumentos, evidenciando formação política relativa à questão indígena e clareza em relação aos seus direitos, o que poucas vezes observei no discurso das populações socialmente excluídas com que trabalhei em minha trajetória profissional. Dominava a língua portuguesa falada, apesar de nunca ter frequentado a escola – disse ser analfabeto aos 39 anos.

– *Qual é o objetivo da sua pesquisa?* – insistiu ele, evidenciando um sotaque que identifiquei como próprio da língua guarani e até então desconhecido por mim.

Esclareci que era uma pesquisa de doutorado, que minha defesa é a de que a cidade tem outras memórias, histórias que poderiam ser lembradas além do Centro Histórico e que gostaria de incluir também as vozes dos indígenas.

– *Acho importante que a nossa opinião apareça numa pesquisa, ainda mais de doutorado* – complementou ele, satisfeito com a inclusão.

Àquela altura da conversa estávamos eu, Adriano, as crianças, além de outros dois jovens e um homem de mais idade que haviam se aproximado e permaneciam por ali enquanto o cacique já havia se retirado. Adriano continuou explicando que sua pergunta se justificava porque já tiveram experiência com outra pesquisa em que o combinado havia sido o retorno da pesquisa em um livro, mas a pesquisadora nunca mais tinha retornado. A ausência do livro denunciava uma promessa

nunca cumprida. Utilizou o termo *ética* para explicar sua frustração e, ao mesmo tempo, deixou evidente seu conhecimento sobre cidadania e direitos humanos. Insisti que gostaria muito de poder entrevistá-lo, pois, afinal, se a aldeia já existe há tantos anos na cidade, os moradores precisariam ser escutados.

– *Na verdade* – disse ele, corrigindo-me – *muito antes dos imigrantes europeus portugueses construírem a cidade, os guaranis já estavam aqui.*

Naquele instante senti-me estrangeira em meu próprio país, compreendi que pertencíamos a dois mundos diferentes e que aquele evento era uma etapa de aproximação e negociação de pesquisa e de mundos. O que estava em jogo era o acesso ao que eles teriam de mais precioso: sua cultura, tradições e modos de praticar a vida. Impôs-se por mais uma vez a tensão presente em minha tese: entre o patrimônio hegemônico do Centro Histórico e outras memórias desconhecidas, não sabidas. Adriano revelava as vozes de vidas originais, nativas, porém escondidas na cidade, fixadas em um território que não mais lhes pertencia. O homem “importado” tornou-me forasteira e convocou-me a não deixar de fora as memórias guaranis sobre a cidade.

Com relação à minha pesquisa, comprometi-me em entregar o texto final e apresentá-lo oralmente à comunidade. Ele aceitou. Pedi para agendarmos um dia, no que ele prontamente corrigiu-me:

– *Não. Você liga.*

Pedi seu telefone, no que ele disse:

– *Não. Você liga para o Ronaldo e ele marca.*

Aceitei suas regras, ele despediu-se, virou as costas e foi para dentro de casa. O homem mais velho, que mudo acompanhou todo o diálogo, ali permaneceu e só então apresentou-se como Seu Bonifácio, pai de Adriano. “*ha'evete*”, disse ele explicando em seguida: *é obrigado!*

Cumprimentei-o com um aperto de mão e um obrigada em um guarani desconcertado. Delicadamente, Bonifácio colocou a minha mão entre as dele e assim nos despedimos.

Retornei à minha casa encharcada do que vivi naquele dia. Conheci a cidade de um novo ângulo (e o meu país de um ponto de vista até então não visto), evidenciando sua pluralidade, diversidade e polissemia. Os turistas que visitam o Centro Histórico imaginariam uma população tão tradicional vivendo subterraneamente? A admiração pela arquitetura colonial portuguesa confrontou-se com outros encantamentos, outros modos de vida, com histórias marginais, e foi preciso certo distanciamento para uma escrita rigorosa. Processos outros de

subjetivação, plurais, colocavam-se diante de mim, coexistindo naquele território definido como São Francisco do Sul.

Na minha segunda visita à aldeia, após negociação por telefone, uma semana depois, fui conduzida àquela área coletiva onde mulheres, crianças e homens esperavam-me sentados em bancos dispostos em torno da fogueira. Adriano sentou em uma cadeira à frente deixando claro quem coordenava o evento e convidou-me a sentar em um dos bancos. Adriano mencionou: “Estamos aqui, podes explicar tua pesquisa, esse é o subcacique Dionísio”. Entendi que não faria a entrevista com Adriano e que aquela seria uma atividade em que eu pediria permissão a toda aldeia para fazê-la. Em seguida, fez uma introdução e indicou que desejaria algum documento por escrito também, com meus dados. Percebi que minhas mãos tremiam ao entregar os papéis do Comitê de Ética e a voz embargava ao explicar sobre minha pesquisa. Ao mesmo tempo em que experimentava um desconforto ao ser avaliada e serem colocados em prova os objetivos da pesquisa, sentia uma certa satisfação ao ver o modo como a comunidade tomava suas decisões na aldeia: de forma coletiva, de modo que todos pudessem estar cientes – embora houvesse hierarquias muito claras entre os guaranis no contato com estrangeiros.

Expliquei brevemente e entreguei duas cópias do Termo de Compromisso de Pesquisa. Adriano olhava o documento, acompanhado pelo olhar atento do subcacique Dionísio, ao mesmo tempo em que argumentava sua preocupação ética com o que seria feito com o material produzido. Por vezes falavam em guarani entre si. As mulheres continuaram observadoras em volta, uma delas destrinchava um frango, próxima ao fogão a lenha, enquanto outras ocupavam-se das crianças; apenas uma mulher, Marinês, permaneceu mais próxima ao lado do cacique e escutava atentamente. Outros homens mais jovens também continuavam por perto.

Argumentei sobre o meu compromisso em devolver o resultado da investigação e que poderiam desistir a qualquer momento, caso desajassem. Adriano replicou em guarani para o subcacique o direito à desistência. Embora eu não compreendesse qualquer palavra (com exceção daquelas ditas em português por não existirem correspondente na língua guarani), a entonação, os gestos, a moldura em que estávamos inseridos faziam com que eu compreendesse que ele traduzia tudo o que conversávamos ao grupo, em especial ao subcacique. Adriano, ao mesmo tempo em que afirmava que a pesquisa era importante, indicando uma abertura, evidenciava a desconfiança com as pessoas da cidade.

Em toda minha vida nunca me senti branca. Ao contrário, construí um imaginário, uma fantasia de uma suposta descendência indígena, por

identificarem em mim traços físicos semelhantes aos indígenas, pelas brincadeiras de meu pai, nomeando-me de “índia” quando criança, pelos cabelos lisos e negros. Ou ainda na experiência de trabalho em Pomerode, em que eu diferia dos modos germânicos, dos cabelos loiros e olhos azuis e dos sobrenomes impronunciáveis. Senti-me branca pela primeira vez. Deparei-me com minha cegueira. Todas as pessoas com quem convivi na minha infância eram brancas, ninguém diferia. Nem índios, nem negros, nem orientais, apenas brancos. Impôs-se naquele instante a minha condição étnica.

Permanecemos conversando por cerca de duas horas, até que num certo momento Adriano assumiu: “na verdade isso já é para a pesquisa, não é”. Então, entendi que já tinha uma permissão e que em nosso vínculo frágil foi tecida uma linha de confiança. Adriano tinha razão, a pesquisa realmente já havia iniciado muito antes, desde o interesse por aquela população, desde a primeira visita, desde o momento em que eu saí do carro e que nos avistamos na aldeia, desde o momento em que as mulheres sentadas nas calçadas do Centro me convidaram à vê-las. Eu, Adriano e aquela aldeia guarani já estávamos em um processo de pesquisa, de conhecimento mútuo. E então veio a confrontação que eu esperava:

– *Os brancos dizem: “Ah! Eles nem são daqui, vieram do Paraguai”. Mas os indígenas já viviam aqui muito antes de se chamar Brasil* – lembrou Adriano.

A minha aposta de que os guaranis teriam uma resposta àquela aluna se concretizava naquele momento. Gostaria que ela estivesse ali para ouvi-los dizer que nossas divisões políticas da geografia não fazem o menor sentido para eles. Certamente, Adriano também respondia a tantas outras vozes que ecoavam em seu discurso, suas palavras eram endereçadas a alguém, porque “a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros” (BAKHTIN, 2011, p. 294).

As palavras para além da língua neutra, embora “alheia aos outros” estão repletas de ecos de outros enunciados aos quais responde na sua expressão (BAKHTIN, 2011, p. 294).

Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera da comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra

“resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta (...) Por isso, cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva (BAKHTIN, 2011, p. 297).

Adriano respondia às divisões geográficas políticas que lhe eram impostas: Santa Catarina, Brasil, Paraguai – classificações não pertinentes à cultura guarani. É possível compreender o enunciado de Adriano, sua entonação, o modo enfático e convocativo que suas palavras me atingiam considerando a cadeia da comunicação discursiva, os discursos anteriores, as atitudes responsivas geradas e as ressonâncias dialógicas, mas também os enunciados subseqüentes, aqueles que viriam a responder o que ele me anunciava naquele momento – a quem ele respondia.

É sempre nosso espaço. Porque o que aconteceu com nosso povo, que foi tirado do nosso espaço. Então sempre uma região, sempre vai ser ocupado pelo nosso povo. Tanto litorâneo, principalmente litorâneo. Porque no nosso povo, tem os mais velhos, os mais antigos que têm esperança de que existe no mar, em algum canto do mar, algum espaço do mar que nós podemos dizer, que é onde nós podemos viver tranquilo, sem opressores, sem político, sem doença. Desde sempre a ocupação do povo guarani é no litoral mesmo, né. Não posso dizer que 10 anos, 15 anos, 40 anos que nós tivemos aqui. Nós é daqui, desde sempre, teve essa ocupação, mas só que não é reconhecido, não é visto pelos brancos. A circulação do povo guarani é muito grande. A população guarani, então, vieram ocupando desse jeito, por isso que eu tenho meus parentes, lá por São Paulo, Rio, Rio Grande do Sul. Meu pai também vai dizer isso, que como é que por isso nós chamamos de a terra “iurupá” território guarani, pegando Espírito Santo, sul do país, Rio Grande do Sul. Se quiser saber mesmo e buscar todo o histórico. Sabe o acontecimento lá de 500 anos atrás? Vão dizer que índio nunca apareceram por aqui, agora que apareceram, que surgiram, nem tem mais cara de índio! (Adriano).

Ele responde enfático à violência histórica contra seu povo, desde o descobrimento do Brasil até hoje, presente na contestação da demarcação das terras indígenas em Santa Catarina, na mídia que reitera o discurso de que pertencem ao Paraguai, ecoado na fala da aluna. Essas questões são fundamentais para se compreender a condição em que memórias guaranis são preservadas na cidade e para discutir a diversidade de modos de viver a cidade, neste caso, o modo como os guaranis circulam no território, a relação com o mar, as compreensões que produzem com relação à natureza – muito distante do modo como o Centro Histórico foi habitado. Ao mesmo tempo em que visibiliza um determinado grupo social e suas produções estéticas, invisibiliza-se outras produções culturais e outros modos de apropriação do espaço. Por isso, o modo como o espaço público é produzido e preservado em São Francisco do Sul pode ser compreendido como partilha de um comum distribuído, dividido, que privilegiou a cultura europeia e excluiu a etnia guarani. A “maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha” é, portanto, configuração do sensível (RANCIÈRE, 2012, p. 15). Nessa direção, o conceito de “partilha do sensível” permite o atravessamento da estética⁸¹ na política, pois:

o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (RANCIÈRE, 2012, p.15).

As condições sociais e econômicas contemporâneas provocam a difusão da racionalidade hegemônica nos diversos aspectos da vida econômica, social, política e cultural e, como aponta Santos (2014, p. 26),

⁸¹ Rancière compreende estética como “um regime específico de identificação e pensamento das artes: um modo de articulação entre maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações, implicando uma determinada ideia de efetividade do pensamento” (RANCIÈRE, 2012, p. 13).

também se instala na própria constituição do território; e eu acrescentaria: na produção de patrimônios e no apagamento de memórias assim como de sujeitos e subjetividades.

A circulação do povo guarani, de que fala Adriano, de certa forma remonta às práticas nômades presentes no período neolítico, como aponta Careri (2009). O autor, ao valorizar uma concepção de arquitetura voltada para a construção simbólica, e não somente para os aspectos físicos do espaço, compara os modos de vida de grupos primitivos presentes na história da humanidade com os contemporâneos homens sedentários. Poderiam os guaranis serem considerados homens nômades, experimentadores aventureiros com modos diversos da prática sedentária de viver em contextos urbanos? Penso que guaranis são os sujeitos nômades possíveis do hoje, “anarquitetos” – como denomina Careri (2009, p. 29). Experimentam o espaço com a ausência de pontos estáveis e vivem-no a partir de um “guia esculpido na paisagem” (CARERI, 2009, p. 56). O território por eles é lido e memorizado e constroem a cada instante um mapa de um espaço experimentado material, casual e útil. Praticam o que Careri denomina de “caminhar errático”: vivem a cidade errante em oposição ao caminhar do homem sedentário – marcado pela racionalidade e a geometria –, com abstração de pensamento, na experiência de uma cidade assentada, esquadrinhada (CARERI, 2009, p. 31).

Esse modo de experimentar o espaço resulta em uma maneira singular de habitar, de relacionar-se com o território, pois constroem relações com a natureza e seus elementos. Mudam de aldeia conforme o momento: para se casar ou quando morre algum familiar, ou ainda em busca da “terra sem males”⁸²:

E a conversa continuou:

Sua pesquisa é importante. Depois outras pessoas vão ler o que você escrever e algumas vão dizer: aqueles índios que usam celular? Que tem antena parabólica e televisão? O tempo mudou! –

⁸² Alguns estudos apontam que a terra sem males é a concepção fundamental que deriva da crença no paraíso, corresponde ao próprio fim e objetivo da existência humana. A expressão pode ter sido adotada a partir do contato com da experiência jesuíta e seria resultado da interpretação guarani, da fusão de um conceito cristão do “paraíso” com a estrutura ideológica já existente. A terra sem males pode ser vista, ainda, como tentativa de retorno ao espaço ecológico anterior à conquista europeia, uma tentativa guarani de reapropriação de sua história após o processo ocidental de colonização (SCHADEN, 1962; LITAIF, 2008; ROCHA, 2010).

exclamou enfático. Hoje não podemos mais viver da natureza como vivíamos antigamente. A terra aqui é ruim, já tentamos plantar batata, mandioca. As mulheres vão vender o artesanato para ganharmos algum dinheiro, passamos dificuldades. Porque na aldeia hoje nós moramos com Eternit, tem a escolinha que é da cultura de vocês, tem luz elétrica. Por que isso? Hoje atualmente nós temos que viver diferente. Tem a casa de reza, por exemplo, a da gente é diferente, colocou a lona em cima. A minha casa ali de taquara, moro embaixo de palha. Ali no inverno na minha cultura posso fazer fogo esquentar no frio, calor também. Então essa é a realidade de hoje (Adriano).

No relato de Adriano, indicativos de quem, à sua maneira, faz uma bricolagem com a cultura hegemônica que experienciam às margens; usam celulares e calças jeans, porém mantêm suas práticas cotidianas particulares. “Metamorfoseiam” o jogo segundo seus interesses e regras (CERTEAU, 2013a, p. 40). Adriano falou ainda das dificuldades na manutenção da vida, do inverno que se aproximava, do frio e das crianças, deixando claro que queria algo para as fragilidades do seu povo. “*Nós não somos amigos, mas se a gente vai fazer essa pesquisa juntos, tem uma certa aproximação, nós vamos compartilhar as nossas coisas. Ali na minha casa se eu preciso de um macarrão eu vou ali em qualquer casa, posso ir lá embaixo que vou ser ajudado*” (Adriano). Embora houvesse a preocupação de que a pesquisa não estivesse sendo negociada por mantimentos, compreendi que estávamos confrontando nossos mundos, riquezas e dificuldades.

E complementou: “*Podemos tomar o chimarrão e que aqui nós fazemos também o cachimbo*”, concluiu com um convite. A partir disso outras histórias se entrecruzaram naquele instante em torno do chimarrão. A bebida que aprendi a apreciar com meus colegas gaúchos do IFC, que exibem suas cuias como um adereço ao corpo, orgulhosos daquela tradição, agora tinha outro sabor. Então, o chimarrão levado pelo médico para as rodas de conversa, no posto de saúde em que trabalhei (e que já mencionei na introdução deste texto), tinha vestígios indígenas? Disse-me Adriano que sim, que a erva-mate usada para fazer o chimarrão teria sua origem na cultura guarani.

Poemas e músicas foram produzidas em torno dessa prática social de beber o líquido extraído daquela erva amarga, como a poesia de João da Cunha Vargas, encontrada na letra de música de Vitor Ramil.

(...) Vou repassando a memória
 E não encontro na história
 Quem te inventou, chimarrão.
 Foi índio de pêlo duro,
 Quando pisou neste pago,
 Louco pra tomar um trago,
 Trazia seca a garganta,
 Provando a folha da planta,
 Foi quem te fez mate-amargo.
 Foste bebida selvagem
 E hoje és tradição (...)
 (João da Cunha Vargas)

Perseguida a pista do chimarrão e retomando a cena da aldeia, interessou-me ainda o modo como a reunião foi conduzida, o lugar ocupado por cada um e o movimento constante de pessoas que se levantaram, dispersaram, distanciaram e falavam ao mesmo tempo. Embora “desorganizado”, comparativamente às reuniões de que tenho participado como branca que agora me reconhecia, havia uma certa harmonia. Todos podiam estar ali. Seu Bonifácio também fez parte daquele evento e, ao chegar, fez questão de cumprimentar-me sorridente, com um aperto de mãos. Também ao me despedir cumprimentou-me com outro aperto de mãos e algumas palavras em guarani. Entramos no carro, fizemos a manobra e ele aproximou-se do automóvel e pediu uma carona até o bar para comprar fumo. Sentou no banco traseiro, foi conversando até seu destino e despediu-se.

Ao me distanciar da aldeia, incomodou-me ainda mais o modo como as pessoas brancas têm se relacionado com a natureza, com a diversidade étnica e consigo próprias. Saí da aldeia ainda mais interessada na diversidade cultural da cidade, na cultura guarani e surpresa com o modo como conduziram a minha entrada na aldeia. Deram-me uma aula sobre comunidade, sobre partilha do sensível, sobre o “justo sentimento do poder de todo ser razoável” (RANCIÈRE, 2007, p. 99). Disse Adriano:

– *Pra falar da história da comunidade, tenho que falar não somente desta comunidade, tenho que falar de um povo. Eu não tenho história diferente pra contar.*

Para Adriano, falar de si é falar da aldeia e falar da aldeia é também falar do povo guarani. Na aldeia, as atividades se realizam coletivamente,

inclusive na educação das crianças. Estas pertencem e são responsabilidade da comunidade e não apenas de seus pais. Tanto que há um provérbio bastante utilizado em discussões sobre os direitos da criança e o Estatuto das Crianças e dos Adolescentes, como tentativa de resgatar práticas indígenas de cuidado, que diz: “é preciso toda uma aldeia pra educar uma criança”.

– *Pode pegar filho do outro, pode ficar no colo o dia todo, cuidar uns dos outros. Não tem canguruzinho? Não tem um saquinho na barriga igual gambá? Também, gambazinho, os filhotinhos ficam ali na barriga da mãe. O outro gambá apareceu; pode dividir cuidado* – detalhou Adriano.

Em meu retorno à aldeia, duas semanas depois, levei erva mate, fumo de corda, alguns mantimentos e roupas que foram arrecadadas com ajuda de colegas de trabalho e alunos. Na aldeia, algumas poucas mulheres estavam naquela área coletiva em volta da fogueira. Adriano surgiu com um menino em uma bicicleta, pediu em guarani para que trouxessem cadeiras para nós e acomodou-se em uma rede que não estava ali nos outros dias.

– *Então vamos começar, não é!* – convocou-me.

Adriano mostrava-se preocupado em atender às minhas questões, enquanto o subcacique Dionísio participava sorrindo, balançando a cabeça em sinal de confirmação ao discurso de Adriano. Durante a conversa, a chuva que anuncia o inverno nos acompanhava e à medida que ia aumentando e avançando sobre a área coberta, ele me convidava para aproximar-me e fugir da chuva. Esse encontro caracterizou-se por um momento formal, não só pela presença dos equipamentos de gravação de áudio, mas pela moldura criada: uma entrevista para uma pesquisa. Em contraposição, talvez os momentos mais ricos tenham sido aqueles antes e depois da entrevista formalmente registrada. Momento em que espontaneamente dialogávamos sobre a sua história e a de seus pares. O discurso de Adriano estava marcado pela defesa da população guarani e pela crítica aos modos de vida dos colonizadores da cidade, cujos vestígios se reproduzem contemporaneamente por quem ali vive.

Quem são eles pra dizer que não sou índio? Quem são essas pessoas? Então a gente tá vivendo, 500 e poucos anos se passou. Hoje se fala: esse continente por exemplo, Paraguai, Bolívia. E hoje fazem Mercosul nem sei qualquer. Depois descobriram o Brasil. O grande esperto, grandes poderosos vieram e entre eles brigaram. Espanhol

queria, português queria. E no meio colocaram os índios. Eles que na verdade dividiram! Não nós (Adriano).

Foi preciso revisitar a concepção de cidade construída nesta tese e reconsiderá-la a partir do confronto com o discurso de Adriano. A cidade não contém os indígenas, ele insistia, pois eles já existiam anteriormente a esse espaço urbanizado.

A gente fica perto da cidade. Mas é a cidade que veio até nós. Mas agora é nós que 'ah! vai morar perto da cidade'. Não! Nós que dizemos. A cidade que vem atropelando nós. Sabe? Se tivesse a área demarcada seis anos atrás, duzentos anos atrás (Adriano).

Os guaranis relacionam-se com o território, não com a delimitação política da geografia como nós conhecemos: municípios, estado e país. A realidade do território de São Francisco do Sul e a produção de sentidos ali presente, assegura a impossibilidade de uma homogeneização do lugar. Se a configuração territorial é dada pelas produções dos sujeitos, é, portanto, resultado de uma produção histórica. E por isso é preciso “considerar o espaço urbano como fenômeno histórico a geografizar” (SANTOS, 2014, p. 49).

Questionou também o lugar dado às mulheres guaranis no Centro da cidade e sobre o ato de sentar no chão – ato que me convocou a olhá-las na paisagem:

Ao invés de pensar em criar um espaço para indígena. Tipo barracão sei lá... Abrir um salão grande pra fazer uma feira de artesanato indígena. Mas sem incentivo nenhum? As mulheres vão no frio, no calor, tem que ficar na rua, botar seu artesanato no chão, na calçada, e tem cidadão vai lá e diz: “Ah! os indígenas tão explorando as crianças”. Aí por exemplo as mulheres vão com as crianças na cidade. Ele (Conselho Tutelar) acha ruim, porque na cultura deles existe uma lei de crianças e adolescentes né. “As crianças têm que tá na escola”, se não tá infringindo a lei. Mas na nossa cultura é diferente. Criança menor de 5 anos tem que tá junto com a mãe. Não tem que separar. Não é porque nós exploramos as nossas crianças.

Mas isso é cultural. Então, tem sérios problemas que nossos indígenas têm com a cidade. Como disse, é diferente (Adriano).

Ao mesmo tempo em que conversávamos, observei o movimento da aldeia. Algumas cenas capturaram meu olhar: de tempo em tempo, alguém se dirigia até o banheiro – que me pareceu coletivo para aquelas três ou quatro casas próximas – com roupas e toalha nas mãos. Tomavam banho, saíam e logo em seguida se aconchegavam perto de uma mulher que cozinhava algo em duas panelas grandes de ferro. Era início de inverno com dias chuvosos. Uma criança que, depois desse ritual do banho, aproximava os pés perto do fogo para aquecer-se; a mulher experimentando o caldo da panela; o quati que insistia em procurar comida em uma sacola com alimentos que estava sobre um balcão de madeira. Aos poucos, todos tomaram banho e sentaram-se, alimentaram-se de feijão, arroz e fatias de moranga cozidas. Depois, com a mesma tranquilidade que se aproximaram do fogo e comeram, também deixaram seus pratos sobre a mesa e tornaram para suas casas.

Quem, entre os moradores do Centro Histórico e os turistas que visitam a cidade, imaginaria um grupo tão próximo e ao mesmo tempo tão distante habitando a cidade de São Francisco do Sul? Eram sujeitos invisíveis, que se aproximam do que Santos (2014, p. 325) denominou de “homens lentos”: aqueles que vão na contra mão da velocidade que marca o tempo moderno. Pois “quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrinhá-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo”. E justamente por esta característica – de serem lentos – que “abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes” (SANTOS, 2014, p. 326).

Se fizer uma entrevista, vai dizer se alguém já viu indígena, ou seja, nunca tiveram os indígenas, não é porque nunca existiu, mas também porque não é visto como índio, como aquela comunidade aquela população indígena. Por isso a sociedade hoje pode criticar nossa população porque não era visto. Ninguém interessa saber. Quem é essa pessoa? Onde está essa pessoa? Qual o local? Por isso nós estamos aqui! Os índios sempre existiram, só que ninguém chegava e ouvia a nossa história, a história dos mais velhos, da nossa comunidade. Mas se for pra falar a história real, daquele povo,

daquela comunidade, nunca jamais vai querer saber (Adriano).

Adriano evidenciava a invisibilidade de seu grupo, de sua cultura, mas também de todos os indígenas que povoaram o país e que foram extintos ou mesclados com a cultura europeia a ponto de tornarem-se despercebidas.

Perguntar sobre a origem da população guarani é tão tortuoso quanto indagar sobre a essência do ser índio. *“Não tem que perguntar da onde eu nasci... Aí tu vai dizer: qual tua origem? Então, primeiro, eu também quero saber qual é a tua origem? Eu não tenho origem, eu sou daqui mesmo!”*. Apenas a risada coletiva interrompia meu constrangimento diante da pergunta feita, em um diálogo que, embora fosse dominado em grande parte pela fala de Adriano, continha tanta dialogia, tantas respostas a tantas vozes sociais de tempos e espaços outros que circulam na cidade, na mídia, nas políticas públicas e na ausência de legislações que restituíriam seus direitos.

Na verdade, índio, quem colocou, não é nós que colocamos índio. Por exemplo, vocês. Não importa se americano, chinês... é branco! Se eu entrar no mercado: “ah, um índio entrou aqui” Eu tenho que aceitar isso queira ou não queira. Porque nunca vai reconhecido o nome do meu povo. Até que eu tenho orgulho de ser índio. Vou classificar eu mesmo, porque tem uma língua diferente que a minha, tem características diferentes que a minha. A maioria fala bugre, os alemães falam bugre. Queriam dizer o que com esse bugre? Eu até queria saber isso. Porque colocaram índio de bugre. Não tem sentido (Adriano).

Adriano, assim como outros habitantes originários, não se considera como parte de um povo único. Os diferentes povos não pertencem a um mesmo grupo. O nome índio tem, portanto, conotação depreciativa e pejorativa de quem o criou. Não existe uma matéria, uma propriedade, uma constância do que é ser índio. Nomeou-se a cultura indígena, caracterizou-se a etnia guarani, e depois convenceu-se de que existe uma cultura indígena. Melhor seria falar de relações sociais humanas, de práticas culturais, de instituições e de poder, de “táticas”, como diz Certeau (2013a, p. 91).

Esses moradores de São Chico habitam o discurso como habitam suas casas⁸³. Embora alugadas, cedidas ou demarcadas, como no caso do território dos indígenas, as habitações são transformadas, mobiliadas com gestos e recordações, com inovações infiltradas nas calçadas da cidade – sentadas no chão. A paisagem patrimonializada serve então de suporte para produções inúmeras, é habitada por outros que fazem uma leitura silenciosa, mas não passiva (CERTEAU, 2013a, p. 48). O lugar dado em contraposição é tomado e transformado, subverte-se a denominação “índio” em prática de resistência – “vou denominar eu mesmo” – e reafirmam, com isso, processos outros de subjetivar e produzir cultura entre as brechas da arquitetura.

Aprendemos todos, brasileiros que frequentam o ensino regular no Brasil, que ao chegar às Américas, Cristovão Colombo acreditou que havia encontrado um novo caminho para as Índias e resolveu chamar os nativos que encontrou de “índios”. “Índio”, como bem colocou Adriano, é, portanto, uma invenção europeia equivocada que continuamos a reproduzir. As enormes dificuldades geradas a esses moradores com as navegações europeias – aquelas mesmas de que cidade se orgulha – continuam a se reproduzir contemporaneamente.

Nessa direção, as chacinas de indígenas na região centro-oeste do país e a olimpíada indígena, que ocorreram em 2015 (que mereceriam um estudo aprofundado), gritam a ouvidos surdos a diversidade cultural, o apagamento de modos de vida não condizentes com a lógica ocidental hegemônica.

As pessoas que vivem na aldeia Laranjeiras são microrresistências, fundam microliberdades e mobilizam recursos insuspeitos, deslocam as fronteiras da hegemônica cultura portuguesa sobre os restos anônimos. Invertem e subvertem essas fronteiras assim como agem os indígenas da América do Sul apontados por Certeau (2013a), submetidos à cristianização forçada pelo colonizador. Embora pareçam submeter-se e conformar-se com as expectativas do conquistador, “metaforizavam a ordem dominante”, praticando-as num outro registro dentro do quadro de sua própria tradição (GIARD, 2013, p. 17).

Os guaranis com os quais pesquisei são apagados com práticas de desterritorialização e políticas públicas invasivas; continuam resistentes,

⁸³ Certeau (2013) faz essa analogia do que é produzido do que se lê com um sujeito que aluga um apartamento e o habita. Como um texto habitável. Tetos e paredes não são detalhes esquecidos por quem ali mora, são a base, onde se acrescenta e se transforma com o que é seu.

não conformados e, mesmo reduzidos ao silêncio, modificam ou desviam a verdade imposta, ainda que minimamente. Continuam outros, embora não rejeitem diretamente o que lhes é imposto. Modificam e usam essas verdades às suas maneiras, pra fins e funções estranhas ao visibilizado, valorizado e patrimonializado. São outros, são moradores anônimos que, com práticas culturais e táticas dissonantes, nos fazem recordar de vozes outras no território.

Ao final da conversa, Adriano lamentou meu pouco tempo⁸⁴, dizendo que eu poderia retornar em outros momentos e participar do dia a dia da aldeia, sentar-me com as mulheres, conhecê-las, assim como as brincadeiras e as curas – como ele mesmo detalhou. Senti que fui aceita, que tinha autorização para conhecer o cotidiano, as práticas tradicionais da cultura guarani recriada por aqueles que viviam em um pedaço de terra da cidade.

Com essa abertura, visitei-os novamente dias depois, dessa vez sem agendar previamente. Levei outros mantimentos arrecadados, sentia-me agora afetivamente à vontade para entrar no território. Fui recebida pelo cacique, que informou que Adriano havia viajado mas que eu podia conversar com Marinês, e apontou-me onde poderíamos encontrá-la. Fomos caminhando então por uma estrada, até que avistamos de longe uma mulher com uma criança no colo. A mulher me avistou e reconheci: era Marinês – a professora que esteve sentada ao lado do subcacique no encontro com a aldeia. Acenei com as mãos e fomos nos aproximando da casa, pedi se poderíamos conversar um pouco. Ela concordou, gesticulando com a cabeça e apontando para alguns bancos para sentarmos.

A casa de madeira estava distante da rua uns 100 metros, o banheiro de alvenaria era do lado de fora da casa – imaginei as crianças nos dias de frio fazendo o trajeto da casa até o banheiro. Galinhas ciscavam o chão. Por ali permanecemos por mais de uma hora. Começamos falando da filha nos braços, que por sua vez também segurava um filhote de cachorro. A menina tinha por volta de dois anos, não soltava nem o cachorro nem a mãe. Marinês tranquilamente ofereceu o seio à menina, que mamou por um tempo e depois dormiu. Durante nossa conversa, seu corpo estava agachado ao chão e apoiado sobre a planta dos pés. Nem o pilates em moda nas academias das cidades desenvolve tanta flexibilidade e equilíbrio quanto o exercício de ser

⁸⁴ Eu tinha um tempo determinado para conclusão dessa etapa da pesquisa, pois nos próximos dois meses viajaria para Roma.

mulher guarani. Sem qualquer sinal de desconforto, assim ela permaneceu durante todo o tempo em que estive ali.

Conversamos sobre a escola, como ela se constituiu professora, sobre sua escolaridade, sobre ser mãe e as dificuldades com os atravessamentos dos serviços públicos nas questões de saúde da filha (protocolos médicos e instrumentos hospitalares). Contou que sempre gostou de ir à escola, mas que só conseguiu estudar depois que veio para São Francisco do Sul, onde cursou até a 5ª série do ensino fundamental e participou do curso de magistério para indígenas. Ela era referência no mundo das letras naquela aldeia. Falava do desejo de conhecer mais das coisas para poder contar aos meninos. Conversamos sobre o que foi sendo disparado. Objetos importantes da sua cultura, como o colar de proteção, o chocalho e produções imateriais, como a língua e o canto, foram lembradas e detalhadas. Lembrei-me do diálogo com Adriano em que muito sinteticamente descreveu o que caracteriza a cultura guarani:

A cultura do povo guarani hoje vive diferente. Antes disso, então, a gente viveu conforme nosso costume. Vivemos da caça, da pesca. Tem a proibição mas nós temos liberdade de ir pra mata, buscar nossos alimentos⁸⁵. Viver com a nossa tradição, que é a dança, o cântico. E hoje, depois do contato, depois do nosso lugar tomado, formaram a cidade. Com muitos obstáculos para praticar esses nossos costumes que era caça, pesca, ir de um lugar pra outro, ir buscar material, cortar madeira, cipó. Por isso nós não praticamos mais o que a gente viveu no passado (Adriano).

Nos potentes encontros com aquelas pessoas, aprendi sobre alguns elementos e tradições da população guarani que estão preservados e continuam reinventando-se no presente. Essas manifestações denominadas como patrimônios imateriais – a língua guarani, por exemplo –, como apontei anteriormente, não se materializam em produtos duráveis, são transitórios e estiveram invisíveis aos olhos das políticas de patrimônio.

⁸⁵ Adriano referia-se à Lei 9.605, de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>.

São produções culturais que, embora efêmeras, ocorrem por meio de suportes físicos, nas pinturas nos corpos dos guaranis, em instrumentos e indumentárias, como os colares. A expressão “intangível”, apresentada como alternativa para o termo patrimônio imaterial (FONSECA, 2003a), ainda não é coerente com a ideia de que a cultura se produz por meio de práticas sociais efêmeras, interações sociais, em saberes incorporados, em performance. Performance poderia nomear essas memórias que, embora sobreviventes a processos de apagamentos, permanecem sendo praticadas, incorporadas como competências, e ocorrendo em aparições efêmeras, em uma condição de movimento, em um estado que se apresenta por mudanças constantes e que exigem modalidades de salvaguarda e fruição diversas (TURNER, 1987; FONSECA, 2003b; SCHECHNER, 2003; LEPECKI, 2012).

Sabe-se também que, no decorrer da história da patrimonialização, o patrimônio material tem preservado monumentos da civilização, aquilo que é denominado “culto”, enquanto a salvaguarda do patrimônio imaterial esteve relacionada ao popular, às práticas de festas, ritos primitivos, aqueles marginais, subalternos, menores ou mesmo inferiores.

No entanto, se considerarmos que todo patrimônio tem como suporte a materialidade; a dicotomia presente no uso dos termos patrimônio material e patrimônio imaterial será superada. Importante investir na inseparabilidade dos objetos e das ações que compõem o espaço: objetos e ações se “confundem através do movimento permanente de dissolução e recriação do sentido” (SANTOS, 2014, p. 25). Produções voláteis que, entrelaçadas com as relações sociais e a produção subjetiva de seus habitantes e com consistência de performances, redefinem o sentido da cultura material.

Deste ângulo de patrimônio que se faz em performance, os guaranis continuam a praticar muitos elementos tradicionais da cultura guarani.

– *Que coisas vocês conseguem preservar?* – perguntei.

– *Muitas coisas, por exemplo, a nossa língua. Que nunca vai acabar. Não tenho dúvida* – enfatizou Adriano.

A língua Guarani Mbya é uma das línguas indígenas faladas no Brasil, desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul, além da fronteira entre Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina. Em 2014, a língua Guarani Mbya foi inserida no inventário Nacional da Diversidade Linguística

(INDL) por meio do Decreto nº 7.387, de 09/12/2010⁸⁶. Esse reconhecimento é um ato de valorização da língua guarani como referência à ação e à memória de um grupo formador da sociedade brasileira. Os guaranis representam uma das maiores populações indígenas do Brasil, e o Inventário associa a expressão linguística à sua comunidade de referência, valorizando o aspecto comunicativo e expressivo como relevante para o patrimônio cultural brasileiro⁸⁷.

No entanto, cabe perguntar: salvar uma língua que compõe a nação, que integra uma população historicamente não valorizada, contribui para restituir memórias de um grupo formador da sociedade brasileira ou produzirá uma folclorização de suas práticas, como o Iça-Mirim esculpido no parque?

Além da língua, tantos outros patrimônios foram elencados por Adriano em nossa conversa:

A dança, a cura, o parto da criança. A casa de reza. A casa de reza envolve todos os conhecimentos, saberes. A casa de reza significa o espaço sagrado, a presença do deus pra nós fazer a cura. Porque fazemos a cura. E o mais importante é cuidar bem das nossas crianças, ensinar nossa língua, nunca esquecer de passar todos os saberes, nosso conhecimento. Como era nossa história. A história tem que ser preservada. O canto – o canto mais antigo de mil anos atrás, nós sempre tivemos. Igual a por exemplo na nossa cultura. Nossa tradição é assim de manter por exemplo a dança, o cântico, os valores para as crianças (Adriano).

Impressionante destacar que a salvaguarda desses patrimônios culturais ocorre de forma oral, como explicou Adriano.

– Tudo oralmente e na prática! Vendo e aprendendo. Então, por exemplo, a escola hoje, a escola hoje é onde vai pra aprender a ler e só

⁸⁶ Para que uma língua seja reconhecida e passe a fazer parte do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), ela precisa ser falada em território nacional há, pelo menos, três gerações, o marco temporal é em torno de 75 anos.

⁸⁷ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Florianópolis recebe Encontro sobre o Inventário da Língua Guarani Mbya. 27 de julho de 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1428>>.

isso. Mas não é pra aprender educação, é pra aprender escrita. Educação não se aprende lá na escola – detalhou Adriano.

Para os indígenas, a educação se aprende na aldeia, uns com os outros. Assim também indicou Marinês, ao valorizar a sabedora dos mais velhos: “*Vocês deveriam conversar com meu avô, ele tem muita sabedoria*”. Nesse modo em que se produz cultura oralmente, os mais velhos são os sábios, dignos de respeito – um pouco diverso do que acompanhamos nas cidades: idosos desamparados de políticas emancipatórias e que envelhecem velozmente sem deixar vestígios de suas existências. Entendi que aquela etnografia duraria uma vida e um tempo que infelizmente não dispunha naquele momento. Decidi buscar o carro para deixar os mantimentos e nos despedimos.

Uma semana depois, ao chegar novamente à aldeia, algumas crianças vieram correndo em minha direção e me abraçaram eufóricas e sorridentes. Lembrei-me de Adriano dizendo que as crianças são sensíveis, são sinceras e que quando se aproximam de alguém ou pedem colo é porque essa pessoa é de confiança. As mulheres também, pela primeira vez, aproximaram-se de mim, cumprimentaram-me enquanto entregava-lhes outras doações que havia conseguido naquela semana. De certa forma, os mantimentos eram um motivo para um novo contato. Visitei a aldeia ainda outras três vezes, de passagem, enquanto percorria outras pistas da pesquisa.

Meu último encontro com Adriano e com a aldeia ocorreu algumas semanas antes da viagem a Roma. Pretendia comprar artesanatos para presentear aos novos amigos europeus que eu iria fazer. Eu procurava por objetos genuinamente brasileiros em comparação aos artefatos da cultura europeia tão valorizados na região. Seria minha despedida da aldeia. Sentia um misto de emoções: a expectativa da viagem e o lamento de perder o contato com aquele grupo.

Era final de tarde de um dia chuvoso de julho, encontrei Adriano na mesma área em que sempre nos encontrávamos. Falamos da minha viagem, do tempo que eu estaria fora e pronunciamos as palavras “amigo” durante a nossa conversa, em reconhecimento a uma afetação evidente a ambos. Manifestei meu interesse em comprar artesanatos e harmoniosamente as mulheres se movimentaram em busca de sacolas que continham suas produções. Uma delas falava português e mediava a negociação enquanto as outras iam dispondo os objetos em uma bancada.

Eu queria também um colar de proteção – como Marinês havia me explicado – para me acompanhar ao velho continente. Na tentativa de fazer-me compreender, apontei um que adornava o pescoço de uma das mulheres com um bebê nos braços. Elas não tinham outros para vender.

Então, a mulher com o bebê no colo veio em minha direção. O pequeno guarani estendeu as mãos segurando um colar. Não entendi. A mulher não falava português, então o cacique traduziu:

– *É pra você! O colar de proteção.*

Então agradei e perguntei quanto deveria pagar pelo objeto. Ele acrescentou:

– *Nada. Ela está te dando um presente, de proteção.*

Fiquei emocionada, sem reação. Apenas sorri e agradei. O colar viajou comigo para Roma protegendo-me, segundo as crenças dos guaranis. Retornou à Santa Catarina e tornou-se a objetivação de uma amizade construída entre dois mundos.

Adriano acompanhou-me ainda até a entrada da aldeia, lugar onde iniciamos nosso contato. Desta vez, a insegurança inicialmente representada fisicamente com um pé dentro e outro fora foi substituída por um aperto de mãos e um abraço. Assim encerramos aquela experiência que marcou minha pesquisa, minha profissão e minha vida. Nesses poucos e potentes encontros investi emoções as mais diversas, experimentadas por um ângulo horizontal, por uma reciprocidade como regra central: éramos sujeitos em relação produzindo cultura e a nós mesmos.

7 QUEM TEM DIREITO À MEMÓRIA?

*Tudo o que é essencial pode e deve ser visível;
tudo o que é invisível é secundário.*
(Bakhtin)

Ao visitar o Museu Histórico de São Francisco do Sul, vi um cartaz convidando para uma palestra que se realizaria ali: “Presença negra em São Francisco do Sul”. Era um indício de outras memórias importantes na cidade, desta vez, relacionadas à população negra.

No dia do evento, surpreendeu-me a presença de uma plateia em sua maioria negra em oposição à sua ausência no Centro Histórico. Também surpreendeu-me tomar conhecimento de um movimento negro na cidade e de um tema discutido durante a atividade: a intencionalidade de montar um museu da pessoa negra. Encontrei pessoas responsáveis pela organização e execução da palestra, Andrea Oliveira e Aldair Carvalho, responsável pela Fundação Cultural de São Francisco do Sul, e integrantes de um movimento social afrodescendente, como Soraia e outros moradores.

Durante a apresentação da temática, um dos participantes protestava com relação a uma questão judicial e política em torno do território do Parque Estadual do Acaraí, uma localidade chamada Tapera, e enfaticamente denunciava a injusta tentativa de retirar as pessoas que moravam no seu entorno. Segundo ele, essa era uma comunidade que já vinha sendo explorada desde a escravidão. Experiência instigante estar ali, que me permitiu conhecer textos e imagens sobre como a questão étnica foi tratada localmente e suas semelhanças e dissonâncias com a história do Brasil.

Assim como quem agora lê esse texto, não compreendi tantos elementos em um curto espaço de tempo. Relacionei imediatamente o que ouvia com o relato de uma aluna que, sendo negra, possuía memórias outras sobre o Centro Histórico. Contava ela que sua avó, assim como outras pessoas negras da cidade, era proibida de frequentar, por exemplo, o Clube Cruzeiro, tradicional espaço festivo da cidade. Aos negros as atividades de lazer, naquele tempo, restringiam-se a festas próprias em lugares afastados da área central da cidade. Ouvi relatos de um baile em que só negros frequentavam, em oposição ao Salão Cruzeiro e o Teatro 24, considerados territórios de brancos. E ouvi ainda sobre a sociedade republicana, chamada de Dengo, onde dançavam os negros, ambiente onde se divertiam sem serem discriminados, em oposição por exemplo ao cinema e à igreja.

Esses elementos auxiliam na compreensão de relatos de não pertencimento ao patrimônio, que, embora reconhecido nacionalmente, não lhes pertence, não contém suas histórias, suas memórias. Não há espaço de memória da cultura negra no Centro Histórico de São Francisco do Sul, somente poucos vestígios visíveis a olhos atentos.

Com tantas histórias fragmentadas, vi-me instigada a procurar por outras e por possíveis relações com a cidade, com a arquitetura patrimonializada e no subsolo do que se tinha como monumento. A presença negra, praticamente ausente no Centro Histórico, era então um indício a ser perseguido, justamente pela sua falta. Experiência disparadora de perguntas: onde estariam estas pessoas? Que memórias e práticas culturais foram invisibilizadas no discurso da cidade patrimônio?

Novamente, questões éticas e étnicas atravessavam as relações sociais e afetivas na cidade e também em minha tese. Aproximei-me de Soraia, apresentei-me e pedi seu contato para uma entrevista para minha tese. E foi por assim que iniciamos a conversa algum tempo depois:

– *Então, é aquela coisa da invisibilidade. Parece que a gente fica na toca. Ali no Centro Histórico tem algumas pessoas negras, mas a gente acaba contando nos dedos. Na verdade no morro, né. Que devia ser desabitado* – contou Soraia, em maio de 2014.

Soraia reconhece-se como militante do movimento negro, participa há muito tempo do MADEF, institucionalizado em 2003, e defende a visibilidade da questão negra na cidade.

Na verdade o movimento começou com um grupo de amigos. Amigos e família; porque eram na verdade meus primos mais velhos que se reuniam na casa de uma prima minha. Anteriormente já tinha o movimento, outras pessoas que faziam o movimento. Na verdade nós queremos é políticas públicas. Nós queremos lutar, queremos ter uma representação. Me perguntasse agora pouco sobre a minha representação aqui com a cidade, minha identidade é essa questão negra. As pessoas dizem: “Ah! Mas não tem negro aqui”. Tem! Eu sou a prova viva. Sabe? De mostrar isso. De falar, de contar a história do meu bisavô, que ninguém sabe, de contar a história do tio do meu amigo que ninguém sabe. O meu bisavô na verdade, ele foi militante também. Ele era militante e reivindicava melhores salários, e tal. Era tido como arruaceiro, bagunçava a ordem da cidade. Mas soube disso

através de outro homem, um senhor mais idoso contou pro meu pai e pras minhas tias. E ele foi morto pela polícia, era arruaceiro. Então ele foi morto e nada foi feito. Minha relação com o município mais forte é essa. É essa história que eu pretendo contar. A mão de obra foi importante em determinado momento. Até porque até pouco tempo os negros eram proibidos de ir pros bancos escolares. Eles não podiam frequentar os bancos escolares, então, a produção deles não era acadêmica, né. Então tinha que ser braçal ou manual. E essa contribuição eu acho que é válida. Eu acho não, ela é válida! E ela é contada de uma outra forma. Todo o processo escravista, né. Quando se fala em negro, parece que só tem uma única história: a escravidão. Mas a gente tem tantas histórias pra contar! Tanto feito. Se a gente pegar a igreja matriz. Quem construiu? Quem fazia a travessia dos produtos da Baía da Babitonga? Quem fazia todo esse serviço, essas edificações, esse patrimônio material? Quem construiu? Quem será que construiu, fico me perguntando... Isso nunca é falado. Fala do patrimônio, mas quem construiu? Que técnica usou? (Soraia)

No discurso de Soraia a paisagem protegida que valorizava a cultura portuguesa teria apagado, ao mesmo tempo, assim como em outras cidades, memórias negras, de períodos escravocratas, de quem realizou o trabalho de construção do conjunto urbano. Embora não evidente, esse trabalho braçal pode ser visto também como um patrimônio, pois suas características evidenciam um saber fazer que se vê na paisagem. E que direito à visibilidade de suas memórias estas pessoas possuem na cidade? Que implicações se pode considerar para a produção subjetiva desses sujeitos que mantêm tradições culturais invisibilizadas na cidade de São Francisco do Sul?

É com base nesse argumento que Soraia deseja um espaço para a memória negra na cidade. Espaço que restituiria e visibilizaria aspectos relevantes em relação à presença negra, que foram apagados da narrativa sobre o desenvolvimento da cidade. Esses moradores foram se organizando de outra forma e concentrando-se em regiões afastadas da cidade, onde ainda hoje observamos maior concentração de pessoas negras (como a Taperia, a Estrada do Castilho, a Estrada do Forte).

Durante a conversa com Soraia, estive envolvida com tantos elementos que evidenciavam aqueles que não foram contados que foi difícil organizá-los, assim como agora neste momento é difícil apresentá-los. Tentei tecer uma espécie de colcha de retalhos com esses pedaços, com essas histórias rasgadas, com os fios das afecções presentes nos diálogos com as pessoas. Elementos no presente que reproduzem as histórias de apagamentos do passado, como a construção de um parque no Centro da cidade:

O nome do parque é de um prefeito, um homem branco. Me chama muito atenção que tem um índio Içá-Mirim, tem aquela história que Binot levou, aquela coisa toda. E eu fiquei pensando: por que o Içá-Mirim? Tem uns cachimbinhos de madeira que é da construção. Aí fiquei me perguntando né. Por quê? O que leva o nome de uma pessoa negra? Ou sei lá, não sei. Tem o Colégio Curvelo que leva o nome, que foi um prefeito interino. Que é uma escola na Tapera, um bairro né. Mas eu gostaria muito que a cidade tivesse outras memórias, outras coisas que lembrassem o povo negro. Ali tem lendas do povo negro, no parque tem uma capela que foi construída e tem a ver com o povo negro. Esse povo negro que saiu daqui, porque não deixaram eles construírem aqui. E tem o vestígio de uma placa que foi encontrada na mesma rua que meu vô foi assassinado, que é a rua da Terrestre. E aqui no Museu Histórico, tem essa placa, que foi encontrada dentro de um concreto, vestígio de uma construção que foi desfeita, quando racharam acharam essa placa. Assim, tem essa suposição de que essa igreja poderia ser dali, porque dizem que ela nunca foi construída. A lenda conta que construíam e as paredes caíam. O que é impossível né! (Soraia).

Em tom irônico, Soraia retomou o mesmo parque que mencionei no capítulo anterior e problematizou acontecimentos históricos em torno do que denomina uma “lenda”, assim como outras que me contou naquele encontro⁸⁸. Ao mesmo tempo em que construiu uma narrativa sobre o

⁸⁸ “A lenda da escrava Maria que se atirou do morro. Era uma escrava que foi seguida por homens que queriam também tirar o filho dela. Ela acabou subindo

processo de apagamento de memórias outras, questionou o discurso europeu de construção da cidade. Estudos apontam que a placa a que faz referência foi encontrada dentro de uma coluna de pedras e argamassa, proveniente de restos de uma construção do período colonial (SILVEIRA, 1947; CARVALHO, 2012).

Em oposição ao discurso do silenciamento, além das lendas, contou com emoção e motivação a relação com o Carnaval, o lugar que, segundo ela, resta para o negro nos discursos oficiais:

Na verdade, como família negra que a gente é aqui no município né, não restou muito da nossa cultura. O negro só não foi dizimado porque não deixou morrer sua cultura. E a nossa família, uma das coisas mais veementes em nós é o Carnaval. Desde pequena eu lembro da gente ver o desfile, das escolas de samba (...) Imagina minhas tias, né que fundaram a escola. Ela (tia) conta que iam pra praça, esquentavam o couro do tamburim, que matavam os gatos e carneiros e com isso eles faziam o tamburim. Então, antes de entrar na avenida, esquentavam o couro do tamburim pra poder sair um som (Soraia).

A escola de Samba Mocidade Independente da Água Branca, fundada há mais de 40 anos e da qual Soraia e sua família fazem parte, é uma possibilidade de bom encontro para a população negra, lugar de visibilidade e de valorização de cultura pois é quando a cultura negra tem destaque – embora possa também ser folclorizado⁸⁹.

Para além disso, Soraia pouco conhecia, até alguns anos atrás, da história do negro na cidade ou de elementos que compunham sua cultura: não sabia muito sobre as religiões dos africanos que para ali foram trazidas nem danças ou músicas. Foi preciso resgatá-las, revisitá-las para

o morro e acabou se jogando de lá pra não sofrer mais. E aí ela acabou virando uma flor e o seu filho, beija-flor. Aí o filho vem todas as manhãs beijar a flor” (Soraia).

⁸⁹ De acordo com o Dicionário Aurélio, folclorização significa passar ao domínio cultural coletivo (qualquer manifestação de cultura), com a aceitação e a dinâmica populares; acrescento a caracterização pitoresca ou estereotipada do samba e do Carnaval. Em sua tese, Santana (2010) aprofundou os sentidos da folclorização, estigmas e preconceitos que ocorrem involucrado com a folclorização e é mascarado por ela.

um evento em torno da cultura negra, financiado pela Fundação Quilombo dos Palmares – Brasília, há pouco menos de dez anos e, com isso, muitas afetações emergiram.

Mas é uma questão daquilo que fizeram com a gente, né. Impuseram uma coisa e disseram que a outra era ruim. E a gente tem isso como ruim. Nossa, é muita maldade. Muita crueldade. Tiraram o meu sobrenome, na verdade. Tiraram meu nome, o meu sobrenome, a minha religião, uma coisa bem complicada. E parece que a gente tem que aceitar isso como natural (Soraia).

Essa conversa foi especial porque me senti convocada a contribuir com a discussão sobre o apagamento de memórias negras na cidade. Soraia mostrou-se disposta em auxiliar na pesquisa, passou-me contatos de outras pessoas que poderiam contar suas histórias e até mesmo estabeleceu diretamente o contato para mim por telefone. Era preciso encontrar outros moradores, mais velhos que Soraia, que complementassem os diversos elementos que Soraia, como num sopro, jogou no ar. Tapera, Buraco Quente, movimento negro, proibições aos negros no Centro Histórico eram vestígios em meu percurso que exigiam novas incursões pela cidade.

No Museu Histórico, poucos elementos permitem visibilizar a presença negra na história da cidade: uma foto de 1920 da Escola Felipe Schimdt com um professor negro; arquivo histórico com inventários pós-morte entre 1845 e 1888 revelaram pessoas negras trazidas de Congo, Mina, Ghana, Togo, Benine, Nigéria e Angola – conforme estudo de Silva (2004). Esses escravos participaram inicialmente das atividades econômicas ligadas ao plantio da mandioca, ao engenho de farinha, à cana de açúcar e alambiques de cachaça nas localidades de Porto Rei, Estrada da Gamboa, Estrada do Forte, Laranjeiras, Tapera e Vila da Glória – regiões periféricas da cidade. Posteriormente ao período escravista, trabalharam em construções como o porto, a igreja e a estrada de ferro. Os descendentes de africanos, após a abolição da escravatura, passaram a ocupar regiões de pouco valor econômico: Tapera, Figueira, entrada do Castilho, Ribeira, Água Branca, Linguado, Forte, Morro da Mariquinha e, após a década de 60, também o Buraco Quente e o Morro do Rasga Saia. Nesses inventários pós-morte os proprietários de escravos concederam-lhes a liberdade após a morte ou os deixaram a aluguem. Eram vistos apenas como objetos que, portanto, não produziam memórias.

Atualmente, observa-se a presença negra em diferentes localidades de São Francisco do Sul: Corveta, Linguado, Areias Pequenas, Água Branca, Tapera – muitas destas ocupadas desde o período em que escravos foram libertados, como observado no arquivo histórico da cidade. Algumas práticas culturais resistem, festas e uma série de tradições, como, por exemplo, a produção de cestaria de cipó, de canoas e também a produção de farinha de mandioca e melado de cana em engenhos de tradição familiar (CARDOSO, 2012).

Na continuidade da busca pelos vestígios, procurei pessoas que tivessem experimentado essa invisibilidade na cidade. Conheci Ana Maria Passos Santiago, 62 anos, professora, mulher, negra, participante do Movimento Negro de São Francisco do Sul. Soraia a encontrou na padaria e tratou logo de propor a participação dela na minha pesquisa. Após meu contato telefônico, Ana aceitou receber-me em sua casa. A essa altura, o campo de pesquisa já tinha seu fluxo e levava-me nos seus percursos. Passei a seguir os passos, caminhos e trajetos que as pessoas com quem eu ia encontrando indicavam-me.

Ana foi moradora da região central da cidade, nas bordas do núcleo arquitetônico protegido, e morava há algum tempo na praia de Ubatuba, localizada em região bastante afastada do Centro. Ela esperou-me no portão. A casa tinha um quintal grande onde vi seu marido Sr. Mário varrendo folhas de árvores caídas no chão. Ela me abraçou e logo convidou-me para entrar, sentamos no sofá e pediu que eu explicasse o que eu queria. Ana começou a contar sua história. Pedi se eu podia gravar em áudio. Ela disse: “*calma, vamos ver quais são tuas perguntas e se eu posso te ajudar*”. Explicou seu problema de saúde e que por isso sua memória às vezes não ajudava, gaguejava e que isso apareceria na entrevista. Expliquei que seria uma conversa, que apareceria também minha fala, meu gaguejar e que o objetivo era só o registro. Ainda assim ela insistiu que não. E continuou a contar. Ao ver sua disposição em falar, fui ficando preocupada: como me lembraria de tantos detalhes? Ela começou a contar da sua infância, brincadeiras e então me olhou firme e disse: *você não vai gravar?* A conversa rendeu tanto que, quando notei, haviam se passado quase três horas. Importantes foram as participações do marido, que de tempos em tempos deixava de varrer o quintal, aproximava-se, contribuía na conversa, depois discretamente distanciava-se e voltava a limpar o quintal, até novamente se aproximar.

Chamou a minha atenção o lugar social⁹⁰ dado para famílias de pessoas negras na cidade, histórias que se desconhece, a participação muda e a servidão do negro na construção da cidade.

– *Meus irmãos vendiam torradinha na porta do cinema, na saída da missa. Torradinha. Engraxavam sapatos. Sabe? Faziam pequenos mandados, pequenos serviços. Então eles estudaram ali só até a quarta série. Minha mãe, eu ia buscar roupa pra minha mãe lavar segunda-feira. A gente começava a pegar as roupas domingo. No centro minha mãe tinha três, quatro. Ali no hotel central minha mãe tinha também. Era no centro, no Rocio Grande, na praia do Mota. Então tinha quem vinha em casa. E a minha mãe lavava roupa na fonte. No ribeirão, com aquela tábua. Ali minha mãe lavava roupa. Então o pessoal da cidade, iam tudo lavar roupas nas fontes ou pegava água da bica (Ana).*

– *Na carioca eles só pegavam água? (Neiva).*

– *Só água, não podia lavar nada lá. Não. Eu carreguei muita, eu atribuo essas hérnia de disco que eu tenho de tanto carregar água na canga. Sabe o que é uma canga? (Ana)*

– *Não! (Neiva)*

– *É um pau com um arame, com duas latas grandes que era lata de banha, lata de bolacha. Que antigamente não vinha nada embalado como hoje. Era tudo em grande quantidade. Então nas latas era 10 quilos, 15 quilos, 20 quilos. Então a gente usava aquelas latas, botava alça de arame, pendurava com um cabo de vassoura atravessava aqui, fazia o equilíbrio, segurava aqui e carregava a água (Ana).*

– *E era uma atividade que as crianças faziam, não? (Neiva)*

⁹⁰ Zanella (2013) fundamenta-se nas reflexões de Mikhail Bakhtin (1990) e Werstch (1993). Compreende lugar social a partir das discussões sobre a dialogicidade das relações sociais e dos processos comunicativos. Apresenta o conceito de lugar social em substituição ao conceito de papel, apontando a inadequação deste último por não considerar a dialogicidade ou pluralidade de vozes características dos processos comunicativos.

– *Todo mundo fazia. Não tinha essa. A minha mãe trabalhava e chegava tão cansada de lavar roupa, que ela queria mais era fazer uma comida pra gente, comer, dar banho na filharada. Então a água já tinha que tá lá. Os irmãos faziam, eu fazia. Tinha uma senhorinha (que morava próximo à casa de Ana), ela me chamava pra encher a caixa dela com a bomba, sabe? E todo dia à tardinha eu ia lá encher a caixa dela e ela pegava uma moringuinha de barro e eu ia na carioca buscar água pra ela. Todos os dias eu fazia isso!* (Ana)

– *Mas como uma atividade paga ou pedia favor porque era criança?* (Neiva)

– *Eu não lembro de receber. Porque a ordem lá em casa era fazer favor pros outros e não cobrar nada. Quantas vezes o vizinho disse pra ir na venda, quantas vezes tinha que ir. Entende? Então eu fiz muito. E também lembro outra coisa que o Quico, a gente brincava meio que contra as famílias, porque ele era da classe alta. Eu da classe baixa. Entende?* (Ana)

Desse nosso diálogo evidencio, para além de uma infância pobre na cidade, a invisibilidade de práticas de servidão; possíveis de serem reconhecidas justamente por meio de um pequeno rastro na arquitetura da cidade e no próprio discurso das pessoas com quem conversei. São frinchas no discurso colonizador português. São as cariocas que deixam escapar a existência de um trabalho não reconhecido na cidade. As cariocas, a que se refere Ana, são bicas d'água, fontes naturais de água cuja denominação tem origem dos índios carijós que habitavam a região. Atualmente existem três no centro da cidade, porém interdidadas. Uma delas situa-se no Centro Histórico, na Rua Benjamin Constant, foi restaurada em 1884 e possui detalhes em azulejaria portuguesa. A mais ativa e recentemente reformada é em estilo colonial e está localizada na Rua Marcílio Dias, nº 3. Na Rua Coronel Oliveira se encontra a carioca mais característica, com construção originalmente preservada.

– *Na carioca vocês faziam serviço pros vizinhos e não lembra se eles pagavam ou se tinha gente que vivia disso né? Ou não?* (Neiva)

– *A gente não cobrava, a gente ganhava o que eles davam. Sabe? Às vezes uma banana, às vezes um pão. Às vezes dois cruzeiros na época, um cruzeiro.*

Eu fazia muito servicinho pra uma senhora. Mas eu nunca me lembro dela dar coisas assim pra mim. E a gente trazia o troco direitinho com medo de não perder. Tudo certinho a gente entregava. Eu ia muito no açougue pra ela. Nas vendas, que a gente dizia venda, não tinha supermercado era emporiozinho (Ana).

Ana não se sentia explorada pelas famílias que lhe pediam favores, eram apenas “mandados”, como ela denominou – como uma prática social incorporada e hegemônica, como um *habitus*⁹¹. Essa organização possui um modelo muito próximo do colonizador, que não sofre de nenhuma de suas carências, tem todos os direitos, beneficia-se de todos os prestígios, que esmaga o colonizado e o mantém na servidão, como aponta Schucman (2012) em sua tese de doutorado. Nessa prática de cumprir mandados, ao fazer pequenos serviços, Ana Passos vivencia uma relação hierárquica, construída social e historicamente, em que os sujeitos se apropriam concretamente dessa desigualdade e produzem subjetividades. Em seu discurso, evidencia-se a estrutura social de negação do racismo⁹² e desresponsabilização pela sua manutenção, que talvez ela nem tenha se dado conta até essa nossa conversa. Sobre essa escravidão encarnada, ela trouxe mais detalhes:

Eu vou falar como negra! A pessoa negra, no meu entendimento, ela foi educada pra trabalhar. Tanto é que são poucos que estudam. E parece que é introduzido na tua cabeça, que você tem que trabalhar, pra você ter. Entende? Mas o que foi esquecido de dizer pros negros, que eles tinham

⁹¹ O *habitus* é, por um lado, “a história incorporada e, portanto, esquecida enquanto história” e, por outro, uma “coleção de práticas, definidas como um sistema de disposições não-conscientes, princípios coletivamente inculcados geradores e estruturadores de práticas e representações” (BOURDIEU, 1987).

⁹² Conforme Schucman (2012), a sociedade brasileira começou muito recentemente a responder, de forma lenta, às demandas e reivindicações dos movimentos negros. E cita como exemplo as cotas para negros em algumas universidades, a institucionalização de um dia para a consciência negra, por alguns Estados e a Lei federal nº 10.639, que tornou obrigatório o ensino de História da África e da cultura afrobrasileira nas escolas de ensino fundamental e médio.

também que estudar, pra poder trabalhar e também galgar uma coisa melhor (Ana).

Penso que as práticas de patrimonialização precisam olhar não somente para os grandes acontecimentos e personagens. É fundamental, e é também um ato político, reconhecer a vida dos anônimos, identificar, nos sintomas de uma época, sociedade ou civilização, nos detalhes ínfimos da vida ordinária, os vestígios de suas existências. E, desta forma, explicar a superfície pelas camadas subterrâneas, reconstituindo, assim, o mundo a partir de seus vestígios (RANCIÈRE, 2012). É necessário, portanto, contrapor “a velha história dos príncipes, batalhas e tratados, fundada na crônica das cortes e relatórios diplomáticos, à história dos modos de vida das massas e dos ciclos da vida material, fundada na leitura e interpretação das testemunhas mudas” (RANCIÈRE, 2012, p. 49).

Segui os rastros da presença dos negros na história de São Francisco do Sul, encontrei Ana e Soraia, mas não encontrei elementos culturais preservados como músicas ou danças, só resíduos. Memórias que não contavam com coleções existentes, mas ainda pulsavam, híbridas, nas narrativas das pessoas com as quais conversei. Por isso, a pesquisa valorizou esses importantes narradores – protagonistas desta tese. Narraram histórias vividas, sentidas, por vezes não reconhecidas, com elementos pouco claros da cultura negra. Evidenciaram envolvimento com a defesa da questão negra, mas pouco conheciam da história do negro na cidade ou na construção da nação. Foi preciso reunir fragmentos de memórias de vários sujeitos para compreender importantes vozes emudecidas na cidade.

Durante minhas caminhadas pela cidade, conversando com Andrea Oliveira, Soraia Neves e tantos outros, ouvi referências sobre a Dança do Vilão, praticada pela família de Jair Schetz. Pude assistir em 2011 a uma apresentação desse grupo na praça da cidade. Além disso, o Museu do Mar possui uma sala que fala de danças folclóricas regionais, e ali está a Dança do Vilão.

Desde então, entendia Jair Schetz como alguém preocupado com as memórias da cidade. E fui ao seu encontro por meio de sua filha, que naquele momento era minha aluna no curso de licenciatura. Assim que cheguei à sua casa, entrei na sala, apresentei-me a ele e também para sua esposa e uma filha adolescente. A conversa foi inicialmente direcionada a Jair Schetz, mas a esposa e a filha permaneceram durante toda a conversa e rapidamente os incluí no diálogo, pois toda a família estava envolvida com a tradição da Dança do Vilão. As falas registradas em áudio com o consentimento deles muitas vezes se sobrepunham, ele

falava, a esposa complementava ou discordava, evidenciando a riqueza de um diálogo face a face e o movimento presente na vida cotidiana e assumida deliberadamente em minha pesquisa. Na verdade, a história da família é entretecida com as memórias da Dança do Vilão e o desejo de preservá-la. Schetz havia organizado sobre a mesa documentos, recortes de jornais e uma série de registros com relação ao grupo folclórico. E explicou-me o que era a Dança do Vilão:

A dança é o seguinte: eu peguei dos meus pais, do meu sogro. Ele já dançava, né, e depois passou a ser o diretor do grupo. Quer dizer, a identidade do grupo mesmo é memória. Porque nós não temos estatuto, nada. É como diz o pessoal aí: é a memória viva que eu guardo. Hoje até estão me chamando de guardião da memória (Schetz).

Bem escolhidas as palavras de Schetz: ele “pegou” a dança de seu pai. Uma tradição como uma herança, algo que se torna seu, que se toma, se apropria. Procurei saber um pouco mais daquele homem, de onde vinha, suas origens – chamava-me atenção aquele homem claro, com a pele marcada pelo sol.

– E o senhor é daqui? Porque eu vi que o sobrenome do senhor é alemão, né? (Neiva)
– Eu nasci aqui nessa casa e tô morando aqui há 67 anos. Nós somos brasileiros. Agora... o sobrenome é alemão! (Schetz)

Esta frase “somos brasileiros” me ajudou a pensar toda a tese. Não era uma pesquisa étnica, de valorização de origens diversas na cidade, do branco, do negro, do indígena. Era uma pesquisa com brasileiros, como disse Schetz, ou melhor, com sujeitos que guardavam memórias diversas, de modos de vidas diversos, vividos de ângulos ainda mais divergentes, não vinculados a uma origem, porque não podemos mais falar de uma origem pura, mas de práticas sociais híbridas e processos de subjetivação inscritos em um território.

Encontrei um documento que dizia: “objetivo do grupo – divulgar e cultivar as tradições e costumes do povo de São Francisco do Sul, através das apresentações”. E um recorte de jornal em uma pasta de Schetz que

explicava que a Dança do Vilão estaria próxima de outras danças, como o moçambique paulista e o maculelê⁹³.

Schetz explicou-me que a expressão da dança se compõe de movimentos de ataque e defesa, com dançarinos (batedores) que utilizam bastões de madeira de aproximadamente dois metros, acompanhados de músicos e do regente Schetz, que utiliza um apito para comandar a dança, como se pode ver na fotocomposição⁹⁴ a seguir (Figura 24).

A música que dá base para a dança utiliza instrumentos musicais como sanfona, violão, cavaquinho, pandeiro, tambor e os próprios bastões, enquanto a dança é composta de distintas evoluções, como explicou Schetz.

A dança tem sete partes. Primeiro: Marcha. Depois, toque do tam-tam. Depois bastão sobre a cabeça, depois troca lugar. Depois, é o serradinho que tu vai ver ali no vídeo e o abaixadinho. E depois tem pernas sobre o bastão. E depois a saída.

⁹³ O *moçambique* é uma dança-cortejo de origem afro-brasileira que utiliza bastões e, é realizada em festas populares nas cidades do Vale do Paraíba em São Paulo. A dança consiste em duas fileiras compostas por homens vestidos de branco e com chapéus que levam fitas ou medalhas de santos. Os participantes trazem fitas azuis ou vermelhas cruzadas no peito, além de uma espécie de chocalhos amarrados às pernas. A dança é executada ao som de instrumentos como viola, sanfona, violão e cavaquinho. Os bastões, além de fazerem parte do aparato, também servem para dar o ritmo. Junto aos músicos, ficam o rei e a rainha do moçambique que conduzem a bandeira do grupo. O *maculelê*, por sua vez, consiste numa mistura de dança, luta e jogo de bastões, fruto da mistura da cultura africana e indígena. Acredita-se que tenha evoluído do cucumbi, antigo folguedo de negros. A dança é feita por homens, divididos entre cantadores e dançadores, todos comandados por um mestre denominado “macota”. Os bastões são batidos uns nos outros em ritmo intenso e compassado. As músicas tocadas durante a apresentação são executadas com atabaques, pandeiros e violas. Cultura e folclore paulista: danças e folguedos. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/temas/sao-paulo/cultura-e-folclore-paulista-dancas-e-folguedos.php>>.

⁹⁴ O conceito de fotocomposição caracteriza-se por esse conjunto de imagens que produz uma unidade fotográfica e que produz textos em suporte de filme ou papel fotográfico. “A metáfora com a estratégia metodológica que procuramos desenvolver remete à possibilidade de considerar a fotografia como um plano de inscrições. Assim como no texto verbal, entendemos que o processo de fotografar produz reflexões, que se colocarão inscritas no papel fotográfico” (MAURENTE; TITTONI, 2007, p. 37).

Dá pra ver que tem um pouco de capoeira né?
(Schetz)

Concordei, pois os compassos e o ritmo pareciam com a capoeira. Não poderia ter ancestralidade africana? Que vozes se fazem ouvir nesse grupo folclórico?

– É o seguinte: na época de boas colheitas, de boas colheitas entende? Eles chamavam pra bater a dança em engenho. Eles faziam tarefa com engenho e dançavam (Schetz).

– Ah! Aqui tinha engenho! (Neiva).

– É aqui era do engenho (Schetz).

– Como assim tarefa? (Neiva).

– Tarefa era raspar a mandioca pra fazer a farinha. Aí quando dava boas colheitas, eles faziam esse tipo de coisa, do milho tudo entende? Era o mutirão pra raspar o aipim pra fazer a farinha, pra fazer o biju. Eles plantavam e achavam que era boa colheita, aí faziam essa brincadeira, dançavam. E aí foi pegando a tradição. E foi aí onde apareceu o vilão, entende, porque eles chamavam dança folclórica, mas não tinha nome. Chamavam de vilão era o cara que aparece batendo com o bastão na mão (mostra-me em uma foto). Então é batido com bastão e o cara ataca. O vilão aparece que quer quebrar o bastão, quer machucar o cara (Schetz).

– E tem alguma coisa a ver com os escravos?
(Neiva)

– Justamente. Os escravos faziam a colheita e eles que dançavam. Pra mim, eu sempre dizia que era uma dança africana, né. Mas, não, depois não. Hoje já tá sendo uma dança açoriana, participamos de evento de açorianos (Schetz).

– Por que os açores dançavam na colheita?
(Neiva).

– Eram quem fazia a colheita (Schetz).



Figura 24: Fotocomposição: Dança do Vilão (Fonte: Anderson Gomes).

É importante considerar que as tradições preservadas não se mantêm originais. Assim como a atividade de restauro de um monumento não apaga os rastros do tempo decorrido, nem pretende um congelamento do patrimônio e mantém elementos que se sobrepuseram ao longo do tempo, também as danças, a música – as práticas performáticas – passam por processos de hibridização ao longo das modificações do tempo e do espaço (CANCLINI, 2008). São performances construídas por meio de experiências singulares e coletivas, a partir de vivências de acontecimentos, e que mantêm fragmentos, rastros, marcas de quem as produziu, das várias referências culturais, das diversas possibilidades de produzir memórias. Mas ao mesmo tempo são atualizadas no presente, por meio da atividade criadora e da produção de sentidos, reafirmando sua condição híbrida, reinventada e ressignificada (CANCLINI, 2008).

Schetz detalha ao falar sobre a Dança do Vilão, uma prática comum do século XVIII, em que os proprietários de terra promoviam a cada término da colheita uma grande festa. Em São Paulo, de onde a dança foi trazida, essa festa tinha como ponto alto uma dança de origem portuguesa absorvida e adaptada pelos escravos.

Embora o ritmo e a dança e a subalternidade sejam de anos atrás, características contemporâneas e elementos atuais são inseridos na performance da dança. Aceitar a Dança do Vilão como uma tradição portuguesa repete uma história passada, atualizada, reinventada com os conflitos do presente. Schetz suspeita de que sua dança é africana, mas se acomodou com a classificação açoriana que lhe foi atribuída e a visibilidade em eventos culturais, como a Festilha. Trata-se de uma festa das etnias que ocorre todos os anos em São Francisco do Sul, mas tornou-se uma festa de tradições açorianas; assim como a Dança do Vilão, uma dança negra porém reconhecida como açoriana:

Pergunta pra população se eles sabem? Schetz disse que foi um homem de cor que ensinou, não sei. Mas isso não é falado! Que era uma dança que é a marcação do pé que era feita pelos escravos. Até por uma questão de resistência. Eu penso às vezes até como algo afro-indígena porque os índios também têm essa questão da marcação. É uma questão de resistência e as pessoas acham que eles dançam porque estão felizes ou por questão cultural (Soraia).

Mais de 60 anos difundindo uma tradição artística originária do folclore afro-brasileiro, e que acima de tudo se constitui numa afirmação

cultural. Mas apesar de os rastros indicarem que a Dança do Vilão é de origem africana, ou praticada por negros no período de escravidão, Schetz se submete ao discurso de que a dança é açoriana e hoje participa de eventos açorianos. Com essa participação consegue visibilidade para a dança. Mas teria essa visibilidade caso a dança fosse vinculada às tradições afro-brasileiras? Como se instituiu esse ideal açoriano?

Dentre os documentos que Schetz guardava como um patrimônio, li um texto de 1º. de fevereiro de 1976 sobre o grupo folclórico Dança do Vilão redigido por Siroslau M. Zaleski, com base no historiador Doralécio Soares⁹⁵. O texto conta que o nome Dança do Vilão foi dado por um francisquense chamado Antônio Elizeu Machado, conhecido como Totinha; que durante muitos anos foi o mestre e coordenador do Grupo Folclórico Dança do Vilão na cidade. Mas que o fundador da Dança do Vilão na cidade teria sido Rosário Mathias, que a trouxe de São Sebastião – São Paulo, no início do século XX, onde essa tradição não existe mais. Dança do Vilão naquele texto foi descrita como “um dos folguedos afro-brasileiros que se apresentava nos períodos carnavalescos” e que, depois de desaparecida, foi reativada e considerada uma das poucas tradições populares que não poderiam cair no esquecimento.

Schetz é o regente, desde 1976, de um grupo de 20 membros de batedores e músicos. E exhibe com orgulho os diversos locais em que já se apresentaram ao longo do tempo: no IV Centenário de São Paulo, no Festival Folclórico Internacional no Parque Ibirapuera (viagem em que ele conta a aventura de seu pai em viajar em um “pau de arara”, uma espécie de caminhão aberto em que se fixavam bancos para as pessoas se sentarem), na TV Coligadas em Blumenau, em Barra Velha, no carnaval de Florianópolis em fevereiro de 1979; nos Carnavais de São Francisco do Sul, na Festa das Flores e no Festival do Folclore, que se realiza anualmente em Joinville. Possui registros de uma participação em 1976 no programa Concertos para a Juventude – patrocinado pelo Ministério da Educação e Cultura e exibido pela Rede Globo de Televisão.

Schetz faz um importante trabalho de preservação de uma prática cultural, porém necessário se faz tensionar as mudanças. É necessário realizar pesquisas históricas que problematizem a invisibilidade da matriz africana na Dança do Vilão – que se processou ao longo dos anos –, a invenção da açorianidade como origem da cultura catarinense e o apagamento de presenças outras (CASCAES, 1988; 1989).

⁹⁵ Doralécio Soares foi um folclorista brasileiro que se dedicou às tradições catarinenses, como por exemplo a rende de bilro (FOLHA DE S. PAULO, 2013).

As lembranças de Soraia, as memórias de Ana Passos e o ritmo da Dança do Vilão de Schetz reunidos faziam coro para que fossem escutadas as práticas cotidianas de sujeitos não contados no processo de patrimonialização da cidade. Dentre tantos fragmentos perdidos no espaço da cidade e resistentes ao tempo, o discurso sobre a Tapera, na palestra no Museu Histórico, aguçou-me. “*Que região é essa ao redor do Parque Ambiental que quase foi desapropriada das famílias que ali viviam? Sabes alguma coisa?*” – lembro que perguntei à Soraia, quando acomodada em sua sala de trabalho na Fundação Cultural de São Francisco do Sul.

– *O Parque Estadual? O Acaraí? Ali tem a discussão de que é uma terra quilombola. Que tem remanescentes quilombolas. A gente descobriu isso através da Gerência Estadual de Educação – Gered lá em Joinville. E eles disseram que têm um documento. Fizeram mapeamento e acabaram colocando eles fora. E aí a comunidade entrou com uma ação e eles ganharam. Porque eles na verdade sobrevivem da mata nativa, samambaia e musgo, de pesca, e eles queriam proibir de fazer isso. Aquilo faz parte deles, como é que vai tirar aquilo deles. Eles entraram com uma ação e ganharam (Soraia).*

– *Eles extraem o quê? (Neiva)*

– *Samambaia, o musgo, que é uma plantinha pra vender mesmo. Cipó. Muitas coisas eles fazem. Até a pesca. (...) Eu fui como representante da fundação e do movimento também. E aí eles querem conversar com a comunidade e dar uma carta intitulada como... como é que se diz... alguma coisa atrelando à questão cultural (Soraia).*

Haveria na cidade uma comunidade de remanescentes quilombola? Eis um indício que me provocou a novas andanças pela cidade. Soraia apontava: “*uma família ou talvez umas seis famílias; não são muitas que ainda moram lá*”. Decidi conhecer essa localidade e algumas pessoas que ali viviam. Soraia me deu algumas indicações de pessoas para entrevistar, mas ela não conhecia ninguém na Tapera. Foi então que pedi auxílio novamente a Andrea Oliveira, diretora do Museu Nacional do Mar, que me acompanhou até uma senhora que conheceu ao realizar um projeto durante sua atuação no Museu Nacional do Mar. Foi assim que conheci a Tapera, Ivonete do Rosário, conhecida como Dona Nete, e Cirenio

Madeira. Para chegar até a localidade da Tapera de carro, a partir do Centro Histórico, atravessamos a BR-280 e entramos em uma rua asfaltada no bairro São José do Acaraí, que depois de uns 12 quilômetros tornava-se uma rua de terra com algumas casas: ali era a Tapera.

Exploramos algumas ruas paralelas e chegamos a uma lagoa – entendi que estávamos dentro do território do Parque Estadual Acaraí⁹⁶. A beleza natural na paisagem era encantadora. Fazia uma linda manhã ensolarada e era difícil não se impressionar com o contraste do azul do céu com o verde das árvores e a água, que refletia tudo ao redor.



Figura 25: Parque Estadual Acaraí (Fonte: Arquivo pessoal).

Foi preciso algum tempo para me localizar no território dado o tamanho da área protegida. Depois consegui prestar atenção nos detalhes: uma vegetação nativa, peixes que pulavam d'água, pássaros que

⁹⁶ O Parque Estadual do Aracaí conta com um complexo hídrico formado pelo rio Acaraí, que dá o nome ao Parque, nascentes do rio Perequê e lagoa do Capivarú. Esse complexo é responsável pelo abrigo, reprodução e alimentação de várias espécies aquáticas, que somado à Vegetação de Restinga e de Floresta das Terras Baixas do Domínio da Mata Atlântica, constituem local para proteção da flora e fauna, entre elas as endêmicas e ameaçadas de extinção. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br/conteudo/parque-estadual-acarai>>.

interrompiam um silêncio maravilhoso e pequenas casas, ranchos de pesca à beira da lagoa.

Retornamos pelo mesmo caminho por uns 300 metros e encontramos a casa de Dona Nete. Ela estava sentada em uma cadeira ao sol, próxima da porta da casa que era circundada por um gramado em um terreno sem muro. Na verdade, eu me dei conta de que nenhuma casa tinha muro. Ali, a grama dos jardins terminava na rua de terra.



Figura 26: Parque Estadual Acaraí (Fonte: Arquivo pessoal).

Meus olhos foram capturados por um varal de roupas. Há algum tempo os varais de roupa têm me chamado atenção: pelo seu colorido no meio de uma arquitetura, pelas lembranças de infância no quintal da minha casa, pela curiosidade instigada na exposição da vida privada das pessoas⁹⁷. Ao passar por um varal começo a imaginar quem mora ali, quantos são, procuro criar suposições a partir das roupas estendidas. E no caso da casa de Dona Nete, quem teria estendido aquelas roupas? Há quanto tempo? De quem seriam aquelas roupas?

⁹⁷ Um estudo interessante (SABIÁ, 2015) utilizou fotografias de varais como dispositivo em um estudo sobre a maternidade.



Figura 27: Varal de roupas (Fonte: Arquivo pessoal).

Um varal pode ser indicativo de vestígios, de modos outros de habitar na cidade, dá visibilidade a um tipo de trabalho pouco sabido, embora necessário. Os varais de roupa seriam como as bicas, as cariocas do Centro da cidade de São Francisco do Sul – vestígios de personagens anônimos, denominados de “cangueiros”, que buscavam a água, lavadeiras que cuidavam das roupas dos moradores do Centro e as estendiam nos varais. Varais como exposição no espaço, que, com essa estética, rompem a lógica do público e do privado e, assim como essas memórias que tenho perseguido, permitem ver um mundo não visto. As calcinhas grandes, as cuecas velhas, o número de pessoas que ali vivem, se existem crianças, se há algum uniforme de trabalho a identificar vínculo profissional.

Poucos centros urbanos permitem que se estenda roupas no lado de fora dos edifícios. Regimentos internos e normas de boas condutas proíbem que calcinhas, cuecas, calças e sutiãs sejam exibidos por seus moradores. Em minha permanência na Itália, Napoli e Parma me permitiram ver os invisíveis dos varais. Na primeira cidade italiana, lençóis brancos, blusas vermelhas e calças de todos os tipos estão nos varais que atravessam as ruas à espera do sol; em Parma, no entanto, apenas vasos de flores têm direito à visibilidade nas janelas. Assim também ocorreu em São Francisco do Sul: na arquitetura

patrimonializada, nenhum pertence de seus moradores é visibilizado para além dos interiores das casas, em contraste com o colorido varal que emoldurou aquele encontro com Dona Nete na Tapera. Era o varal, um objeto infame das cidades, que diz dos “fantasmas da cidade”, (CERTEAU, 2013a, p. 54) “homens anônimos e ordinários” do cotidiano de que fala (CERTEAU, 2013b, p. 190).

Estacionamos o carro, nos aproximamos e nos apresentamos. Ela mostrou-se disposta e orgulhosa de poder contar uma história. Pegamos as cadeiras e as colocamos na grama, próximo da casa de Dona Nete. Ela comia uma fruta descascada que foi esquecida assim que chegamos até o momento em que fomos embora. Mal tive tempo de ligar o gravador e Ivonete do Rosário, 67 anos, começou a contar sua história. “*Tenho 12 filhos, 5 mortos, 7 vivos, 14 netos, quer dizer, 21 netos completou ontem e 3 bisnetos*”.

Mulher negra, cozinheira em casas de famílias, criou os filhos “*na beira do fogão*”, “*no fogão dos outros pra poder criar meus filhos*” – como disse ela. Deixei-me conduzir por sua história:

Meu bisavô era descendente de escravo. Ali eles se conheceram, se criaram lá numa casinha de palha. Eu conto como eles contaram, porque eu não morei pra lá, eu nasci aqui. Lá eles trabalhavam com negócio de cipó. Faziam cabo pra navio, cabo pra tudo e criaram os meus 18 irmãos com peixe do rio. Ele ia daqui lá na Terrestre trabalhar a pé, dá o quê? Acho que uns 40 km mais ou menos. Ele criou nós tirando palmito do mato, tanto lá como depois acabou de criar nós aqui, que naquele tempo podia tirar. Com caça do mato, era secado tudo pra nós comer. Tinha galinha caseira e tudo. Sou uma mãe solteira, criei meus filhos tudo sozinha e Deus. Mas eu criei eles tudo, trabalhando no fogão dos outros. Nós morava na chácara do meu pai, que meus irmãos venderam. Nós fazia cabo pra rede, pra navio, era pra balaio, pra chapéu, pra bolsa, tudo naquele tempo. A gente tirava a linha do tucunzereia pra fazer caniço pra pescar. Tucunzereia é aquele que dá aqueles cacho bonito quando amadura, fica que nem uma uva quando amadura, bem juntinho. Aí faz o fio do tucum, faz um novelinho do fio. A gente esfregava a folha de tucum, cortava ela ia puxando devagarinho e tirando aquele fiozinho, depois secava, enliava e

fazia o novelinho pra pescar. Nós ia pras roças com os pais, saía daqui 6h30 da manhã, pra ir devagar (à escola) pra nós entrar 8 horas. Nós ia só daqui em 13 irmãos, nos pegava mais 4 coleguinha, nós ia pra lá numa turminha. De lá nos vinha, chegava em casa. Nós saía meio dia de lá, aí chegava aqui mais ou menos uma hora, uma hora e pouco, quase duas aqui. Mas aí nós chegava aqui nós almoçava e ia pra roça com os pais. Todos os meus tios, pais, vizinhos e tudo. Tinha engenho de farinha e tudo. Nós plantava amendoim, milho, mandioca, batata doce, feijão, melancia. Nós tinha, fazia arrozal ali pro lado do rio que era um brejo. Naquele tempo ninguém comprava tanta coisa como se compra agora (Anete Ivonete do Rosário – Nete).

Dona Nete narrava histórias de mais de 60 anos, memórias não contadas na escola, apenas transmitidas pelas gerações. Seus pais e avós continuaram a extrair a samambaia do mato, transmitindo às novas gerações, assim como seus atuais moradores ainda o fazem. Sua família ainda vive, então, da extração da samambaia e de um musgo que é vendido para forrar caixões de defuntos. “*É renda pra muita gente, porque se procura serviço, não se encontra pra todos*” – complementou Dona Nete. Muitos moradores da Tapera estão envolvidos com atividades econômicas na cidade, mas tantos outros ainda sobrevivem do extrativismo de plantas, peixes e da produção de artesanatos.

Embora não seja reconhecido como endereço a ser escrito nas cartas, a moradora soube delimitar detalhadamente o território ao qual pertence.

O nosso lugar não tá no mapa da prefeitura. O bairro Acaraí existe, o nosso bairro, não. Pra lei que rege pela prefeitura é tudo São José do Acaraí. Só que a gente considera Tapera, do monte de trigo pra cá. Se vocês vão daqui pra lá, passa o centro espírita, tem um bar, não tem? Onde tem escrito Bar da Néia. E ali do outro lado direito tem umas palmeiras bonitas, uma casa e vocês podem olhar lá pra dentro, tem uma rua. Ali é a divisão da Tapera do nosso tempo, era pra cá. Lá no Acaraí nunca foi Tapera (Dona Nete).

E o que a denominação poderia dizer sobre o lugar? No dicionário (NAVARRO, 2005), *tapera* é um substantivo feminino, de origem tupi-guarani (*táua+uéra*), que pode significar casa velha e abandonada; fazenda ou aldeia abandonada, extinta e invadida pelo mato; casa ou prédio desabitado; lugar ruim e feio. Uma tapera seria então um conjunto de habitações indígenas, abandonado pelos índios que ali viviam e que geralmente encontra-se em ruínas e invadida pelo mato. Casas pobres. Seria essa a característica do lugar? Lembrei-me da explicação de Soraia sobre a localidade:

Deve ser os casebres, porque era aquela coisa simples, humilde né. Eu acho que é por isso. A gente ia muito lá brincar. Ia no rio tomar banho aquela coisa assim. Eu sabia que lá moravam negros. Eu via negros quando eu era pequena, quando a gente ia lá (Soraia).

Porque é o lugar que nós viemos morar era Tapera; só tinha ranchinho de palha, era estivado, essas coisas. Tinha bem pouquinho casa, depois que os moradores da Figueira vieram. Lá era Figueira aqui era Tapera. Eles já procuraram tirar o nome de Tapera, mas não tem como! Eu acho bonito (o nome), mas a turma acha ruim. Eu brigo por causa do nome. Porque eles dizem que Tapera é um lugar que não existe casa, não existe nada. Mas só que todos os documentos de morador antigo é tudo Tapera. Faz o quê, uns três anos que faltou luz, apagou tudo. Aí nós telefonamos pra Celesc e eles disseram assim: Onde que é? É em São José do Acaraí. Tá no nome de quem? Anete Ivonete do Rosário. Não. Você não mora em São José do Acaraí, você mora em Tapera. Se vocês continuarem a botar São José do Acaraí, ninguém vem aqui. Porque não é reconhecido a Tapera. Em todo documento onde tu mora é Tapera. Eu não troco, não adianta. Eu boto só Tapera. Eu brigo, aqui não é Acaraí. Morro dizendo que eu moro na Tapera até o final da minha vida. E meus filhos também é Tapera. Não adianta botar outra. Quando a gente vê falar alguma coisa a gente já fica... é o cantinho da gente. Muita gente não quer vim pra cá porque mora preto, porque mora. Agora tem mais pouco, mas morava bastante. Quem vivia

aqui era só tudo os preto. E eu me orgulho da minha raça, graças a Deus. Quem quer gostar de mim, gosta, quem não quer, não gosta. Porque foi tudo colonizado por nós. Os moradores primeiro aqui foi os preto, os fundadores da igreja foi os preto, depois que a turma se meteram pra ajudar e tudo. Se fosse uma coisa que voltasse no tempo, era tudo da raça negra (Nete).

Tapera, para a localidade de remanescentes quilombolas. Buraco quente para o bairro de Soraia, apelido de Negão para o marido de Ana Passos no trabalho. Nomeamos o mundo para classificá-lo. Apelidos que por vezes são ofensivos e pejorativos reavivam histórias passadas, perdidas, desconstruídas ou que se apagaram. Assim também observei no Museu de Rocagorga – Itália, que retoma a prática de uso de apelidos naquela pequena cidade e, por meio da ironia, com desenhos de apelidos de moradores da cidade, problematiza seu emprego. No caso italiano, uma moldura museal permite que esses apelidos possam ser vistos com outros olhos, sob o ponto de vista de quem ali vive e com o que ali ainda sobrevive. Em São Francisco do Sul, no entanto, o uso de apelidos é dado aos pobres, negros, àqueles que trabalham no cais do porto ou ainda para denominar regiões periféricas da cidade, pouco nobres e com histórias pouco conhecidas.

Durante a conversa, algumas pessoas circularam: uma jovem neta dentro da casa, o filho que veio de moto combinar algum compromisso com a família (falavam de um outro filho que havia sido pai e organizavam-se para auxiliar nos cuidados dos outros netos que estavam desamparados), outra neta que entrou rapidamente na casa e saiu com uma sacola com sabão, outra filha que pela rua passou e a cumprimentou.

Aquela mulher narrou também os conflitos territoriais em torno do Parque Ambiental do Acaraí, o mesmo de que falava um participante na palestra no Museu Histórico. Relatou o modo como o processo foi conduzido, a desconsideração com os moradores da Tapera e a relação com o território e as resistências que puderam produzir aqueles que ali viviam. A delimitação da área do Parque Estadual do Acaraí, em 2005, como Patrimônio Ambiental, abrangeu a área habitada por essas pessoas e, com isso, provocou repercussões.

Um inquérito instaurado no Ministério Público Federal de Joinville – MPF, por meio do procurador Eduardo Barragan, requisitou informações sobre a existência de ancestralidade quilombola, por meio de um estudo antropológico naquela área. Com isso foi criado um relatório

de situação da população indígena e quilombola na macrorregião de Joinville em julho de 2005. Esses documentos apontam evidências históricas sobre a utilização de mão de obra escrava na localidade, assim como relações territoriais específicas vinculadas ao passado escravista.

Há ainda um processo aberto sob número 54210.000898/0754, no INCRA, para a regularização da Tapera como território quilombola. Em visita ao escritório do INCRA, em Florianópolis, observei que nesse processo existem ofícios entre INCRA, MPF, FATMA, relatos de visitas; documentos estes que de forma preliminar reconhecem as coordenadas geográficas da área 26° 17'00,29''S e 48o.35',27,58W para uma futura definição do território quilombola.

Busquei compreender um pouco sobre esta questão, sem no entanto perder de vista que minha tese não pretendeu aprofundar a cultura africana ou comunidades quilombolas. O que podemos considerar como território quilombola? Historicamente um território quilombola esteve atrelado à figura de escravos que fugiam das fazendas e escondiam-se na mata, formando comunidades. Mas, contemporaneamente, inclui também comunidades em que os habitantes se identificam por laços comuns de africanidade.

Comunidades quilombolas são grupos com trajetória histórica própria, cuja origem se refere a diferentes situações, a exemplo de doações de terras realizadas a partir da desagregação de monoculturas; compra de terras pelos próprios sujeitos, com o fim do sistema escravista; terras obtidas em troca da prestação de serviços; ou áreas ocupadas no processo de resistência ao sistema escravista. Em todos os casos, o território é a base da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade⁹⁸.

Tem valor, portanto, a autodeclaração para que uma comunidade seja reconhecida oficialmente como comunidade quilombola. O Brasil tem aproximadamente 2000 comunidades quilombolas com certificações emitidas pela Fundação Palmares, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais

⁹⁸ SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. Comunidades quilombolas (publicado 09/04/2014, última modificação 09/06/2015). Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>.

Transitórias: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Em Santa Catarina, a localidade da Invernada dos negros, em Campos Novos, região serrana de Santa Catarina, possui a certificação de reconhecimento quilombola e também a titulação de território quilombola emitida pelo INCRA. Também em Porto Belo, litoral norte, há outra comunidade quilombola, denominada Valongo, que possui a certificação de reconhecimento quilombola pela fundação Palmares.

No caso da Tapera, o próximo passo, por exemplo, seria a declaração de autorreconhecimento de ancestralidade quilombola por parte dos moradores, a ser encaminhada à Fundação Palmares – órgão que assessora esse processo e emite o certificado de autorreconhecimento quilombola. Essa certificação resulta em algumas questões, dentre elas a possibilidade de inclusão no Programa Brasil Quilombola⁹⁹. Só a partir dessa certificação é que se pode prosseguir com os procedimentos para a regularização do território. Além disso, é necessário que a comunidade crie uma associação instituída para a desapropriação do território. Trata-se de um processo bastante burocrático para que a Tapera, ou outra localidade no país, tenha a regularização de seu território como Quilombola.

Dentre tantas informações que foram necessárias para compreender as relações entre as memórias negras da cidade, toda a experiência que vivi no encontro com Dona Nete, as histórias que escutei, intrigava-me o empoderamento daquela mulher e a relação de pertencimento com suas origens, com o território. Ao mesmo tempo, instigava-me o fato de aquela comunidade permanecer invisível, obscurecida por preconceitos e estereótipos construídos historicamente.

A conversa com Dona Nete terminou ao mesmo tempo em que alguns pingos d’água começaram a cair, avisando que a chuva molharia toda a roupa. Soube então que a roupa era de uma de suas filhas, que pediu

⁹⁹ “O Programa Brasil Quilombola foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007)”. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Comunidades quilombolas. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>.

que Dona Nete cuidasse. Fiz a sua foto e em seguida ajudamos a retirar as roupas do varal.

É evidente como o patrimônio arquitetônico e o patrimônio ambiental possuem maior visibilidade comparativamente a essas memórias que insistem, resistem apesar de pouco ou nenhum reconhecimento social de territórios, práticas culturais e memórias.



Figura 28: Dona Nete na Tapera (Fonte: Arquivo pessoal).

8 OUTRAS HISTÓRIAS: OBJETOS, COLEÇÕES E COLECIONADORES

*Todos e qualquer um inventam,
na densidade social da cidade,
na conversa, nos costumes, no lazer –
novos desejos e novas crenças,
novas associações e novas formas de cooperação.
[...] ela é potência do homem comum.
(Pelbart)*

Em 2012, quando eu estava imersa em percursos diversos, perseguindo rastros pela cidade, uma aluna¹⁰⁰, Jessica, convidou-me para conhecer em seu bairro um lugar construído por seu padraço com objetos recolhidos ao longo de anos de trabalho com material reciclável. Aceitei o desafio de desbravar uma região periférica da cidade em sua companhia e conheci memórias invisíveis que eu não teria conhecido, não fosse seguindo rastros¹⁰¹.

Caminhamos por um bairro da periferia da cidade conhecido por “Invasão” e que se chama Majorca: lugar onde vivem pessoas que migraram de outros estados, atraídas por oportunidades de trabalho com o turismo dos balneários e que acabaram por constituir, com outros tantos que também o fizeram, uma nova comunidade, uma outra cidade dentro da cidade. Esse lugar, de certa forma, não é visível para a maioria dos habitantes da cidade de São Chico, talvez pela sua localização, pelas precárias condições que oferece a seus moradores, pela ausência do poder público no local ou ainda pela condição de migrantes das pessoas que ali vivem. Não seria, portanto, um destino para aqueles interessados em turismo ou em espaços de memória e patrimônio. O percurso

¹⁰⁰ Apontei no início que atuo como professora em uma instituição educativa, onde realizei atividades com jovens participantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Criado em 2011 pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2011). Esses jovens frequentavam o Curso Técnico Profissionalizante em Turismo e Eventos e eram oriundos de escolas públicas de educação básica de diversas regiões da cidade – o que oportunizou-me acesso a diferentes localidades da cidade.

¹⁰¹ Detalhes desta pesquisa-intervenção poderá ser encontrado em Assis e Zanella, no prelo.

caracterizou-se por uma descoberta sobre outros modos de viver de moradores da cidade.

Ao final de uma caminhada de aproximadamente vinte minutos, encontramos, em uma estreita rua sem saída, um local cuidadosamente organizado pela família de Jessica, em especial seu padrasto, Claudiomiro Alberton, de 44 anos, conhecido como Claudio, que, sem qualquer conhecimento da museologia ou de história da arte e sem qualquer reconhecimento por uma política pública, instalou um espaço de memória. Não há qualquer placa de indicação, não se encontra na internet nem conta com um espaço físico próprio. Sequer tem um nome. Divide o mesmo ambiente com uma churrasqueira e uma mesa usada pela família nas refeições de finais de semana. E que, sob um olhar etnográfico, pode ser reconhecido como espaço de memória, em razão da coerência e a engenhosidade das soluções adotadas para conservação e apresentação de objetos.

Fui recebida por toda a família no jardim da casa, onde primaveras e árvores frutíferas emolduraram a nossa conversa. Contaram que possuíam objetos utilizados por seus avós, objetos de família com mais de 100 anos. E que o trabalho com a reciclagem de resíduos sólidos há muitos anos, o contato com a coleta de objetos descartados, provocou também a necessidade de guardá-los e repensá-los. Com isso, há pouco mais de quatro anos ocupam-se da tarefa de observar na rua objetos diferentes, selecionando-os e rerepresentando-os em uma nova composição, em uma nova moldura.

A coleta primeira desse material, que o retira das ruas e o aloca despojadamente no quintal da própria residência, como se observa na Figura 29, é seguida por outro trabalho de coleta, desta vez movido pela tessitura de linhas de aproximação que conectam os objetos. A Figura 29 dá a ver o lixo que poderá ser reciclado, produzido pelos moradores da cidade, e que é escolhido, recolhido e armazenado pela família de Claudio. Manuseiam um amontoado de entulhos e ferros retorcidos no cotidiano do trabalho, entre os quais buscam novidades e novos elementos para compor aquele lugar em permanente construção.

Meticuloso trabalho que restitui aos objetos alguma importância e a possibilidade de serem vistos, de serem merecedores de olhares atentos. Realocados no quintal da casa, dispostos em prateleiras também reaproveitadas e próximo de outros objetos com características ou sentidos que os conectam, compõem uma espécie de exposição de garagem. Alguns desses objetos são por eles capturados, resgatados da destinação comum e alçados à condição de algo, que pode vir a ser

restituído aos olhos de outros, bem como suas memórias podem vir a restituir a olhares estrangeiros memórias de condições de vidas outras.



Figura 29: Material coletado do lixo (Fonte: Arquivo pessoal).

Sentidos e paixões várias perpassam a coleta e a seleção desses objetos e movem a família a tecer relações outras com os objetos despejados nas vias da cidade e que ficam à espera da coleta seletiva do lixo. Assim conta Sr. Claudio: *“Vim da roça, trabalhei até 18 anos na roça. Aí pega aquele amor pelas coisas e vai guardando, como esse chifre de uma vaca que era o sustento da família”*. Falava de objetos significativos, prenes de memórias, de afetos. O trabalho com reciclagem de resíduos sólidos há muitos anos, coletando objetos descartados, provocou-o a guardá-los, e nessa atividade implicaram-se outras pessoas da família.

A coleção de lembranças da família e do lugar vivido está atrelada aos afazeres domésticos, que falam também da vida cotidiana, ordinária: chaleiras, ferros de passar roupas, panelas de ferro, máquina de costura manual, entre tantos outros. Assim, Claudio é autor de um espaço que conta sobre a sua gente, sua família ampliada, homenageia histórias das quais de alguma forma foi protagonista e com isso constrói a sua narrativa e quiçá de muitos outros anônimos na cidade.

Os objetos recolhidos e arquivados por Claudio e sua família são testemunhos de um tempo outro, de condições de trabalho outras, de

práticas culturais transformadas com o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas. Substituídas por equipamentos mais modernos, que aceleraram as próprias condições de trabalho e modificaram as relações sociais características do tempo em que vigoravam; foram essas máquinas de escrever, cafeteiras e tantos outros simplesmente descartados, transformados em material a ser reciclado. Ainda que considerados como lixo, são objetos que trazem as marcas das condições de sua vigência, das urgências que levaram a sua criação e a obsolescência que decretou seu declínio. Objetos-testemunhos de alguma vida, de condições de vida em diferentes tempos e espaços.

Em tempos de consumo intenso, de desenvolvimento acirrado do capitalismo e de processos de urbanização desordenados, problematizar o modo como os restos da cidade são tomados, como são reconfigurados em lugares outros, de novos jeitos, com outros sentidos, problematiza também os processos de subjetivação e possibilidades de singularização que ali são ou podem vir a ser forjados.

A casa de Claudio provoca olhares aos (in)visíveis, problematiza as memórias oficiais e os esquecimentos da cidade. É um anônimo que, no exercício de sua função de catalogador de algumas insignificâncias entre a vasta quantidade de material reciclável coletada semanalmente, recolhe esses objetos e os alça a outra condição. Não mais objetos a serem reciclados, mas objetos a serem dispostos em uma coleção e expostos a olhares de tempos outros, a provocarem não somente memórias de quem com esses objetos conviveu, mas também a imaginação de quem os reconhece em sua potência de falar e fazer falar.

Trata-se de trabalho sensível esse realizado por Claudio e sua família, esse trabalho de colecionador, como destaca Benjamin:

É decisivo na arte de colecionar que o objeto seja desligado de todas as suas funções primitivas, a fim de travar a relação mais íntima que se pode imaginar com aquilo que lhe é semelhante. Esta relação é diametralmente oposta à utilidade e situa-se sob a categoria singular da completude. O que é essa completude? É uma grandiosa tentativa de superar o caráter totalmente irracional de sua mera existência através da integração em um sistema histórico novo, criado especialmente para esse fim: a coleção (BENJAMIN, 2007, p. 239).

Os objetos colecionados pela família de Claudio estão dispostos, no entanto, não como vestígio de certa condição de desenvolvimento

social e tecnológico. A casa de Claudio configura-se como outra possibilidade de leitura da cidade a partir de modos alternativos de práticas de memória e patrimônio. Trata-se de um lugar de contramemória, como aponta Abreu (2012), ao definir os museus em favelas ou comunidades no Rio de Janeiro – que com pouco recurso e simplicidade, porém com formas originais de catalogação e exposição, recriam histórias nunca narradas. Esses museus contribuem para que populações não contadas e que ocupam posições desprestigiadas na partilha do sensível possam se reapropriar de suas trajetórias e contrapor-se aos sentidos hegemônicos que instituem. Testemunham, dessa forma, certa organização social, modos outros de existir e subjetivar na cidade patrimonializada, outras possibilidades de leitura da cidade, de práticas outras de produção de memória.

No quintal da casa, nos fundos do terreno, organizados em prateleiras e próximo de outros objetos com características ou sentidos que os conectam, estão, pois, categorizados e expostos a olhares outros, prontos para serem vistos. Também na residência da família são encontrados vários objetos recolhidos de lixeiras coletoras de material reciclável, os quais são ressignificados e transformados de modo a ocuparem um lugar outro no contexto privado: canos de PVC transformam-se em vasos para violetas, garrafas de produtos de limpeza tornam-se porta folhagens, garrafas de plástico servem para plantar alface e temperos. Objetos obsoletos são por eles resgatados e transformados em objetos outros, em suporte para o verde que ali brota. E ele explica: *“é um cantinho da saudade, tem muita coisa do interior e quem vem aqui fica olhando”*.

Apresento, entretecido com o texto escrito, uma fotocomposição (Figura 30) que, como uma outra forma de linguagem, me auxiliou na narração da experiência de conhecer a casa de Claudio. O interesse maior de Sr. Claudio é por utensílios de agricultura, por ferramentas, tais como se pode visualizar nas imagens. São instrumentos que objetivam a centralidade do trabalho na vida humana (ANTUNES, 1999) e, principalmente, que presentificam memórias de uma vida agrícola, de uma existência marcada pelo trabalho com a terra inscrita afetivamente nos objetos que a rememoram. São, pois, objetos-testemunhos de certa organização social do trabalho e ordenamento da existência.

Observa-se um esforço de categorização dos objetos recolhidos do lixo e sua organização em uma perspectiva que provoca visibilidades, dizibilidades e pensabilidades. São restos que trazem as marcas de existências em tempos e espaços outros. Objetos que testemunham modos de viver, de trabalhar, de subjetivar.



Figura 30: Fotocomposição (Fonte: Arquivo pessoal).

Essas ferramentas, segundo Sr. Claudio, possuem algum valor financeiro, pois são atualmente difíceis de encontrar. Contou que algumas pessoas procuram a sua residência em busca de objetos para serem restaurados, vendidos ou colecionados: *“Tem um ferro de porcelana que um senhor do município de Mafra já incomodou muito, queria levar, chegou ao ponto de nem que ele me oferecesse uma casa, eu não queria”* – contou a esposa de Claudio. O ferro de passar roupa de porcelana foi o começo de tudo, foi tirado do lixo com a pretensão de ser usado na decoração da casa da família e hoje está exposto com outros ferros de passar roupa, compondo uma história da vida doméstica.

Entre tantos objetos, chamam a atenção: um diploma de 1947 de um desconhecido morador da cidade, uma foto antiga do porto de Itajaí/SC, placas de carro com iniciais da cidade, uma geladeira de 1959. E estão ali com um propósito: *“Meu objetivo é guardar pra criançada conhecer. E agora a partir do ano que vem a gente vai aprontar a biblioteca. A gente tem mais ou menos três mil livros”* (Claudio).

Há, então, nos interstícios urbanos, nas rachaduras da paisagem patrimonializada, várias outras existências e seus rastros a afirmar, com sua presença, a possibilidade de memórias outras. Vidas invisibilizadas, negadas, obscurecidas, cujos rastros insistem em se fazer notar e provocam ruídos na pretensa monologia da cidade, da história, da memória. A própria cidade é arquivo dessas existências relegadas à existência mínima, como os moradores de rua em Roma e os objetos relegados ao esquecimento e resgatados na casa de Claudio.

Ele também teve que se perguntar sobre o que preservar na construção de suas exposições, decidir quais memórias colocariam sob luzes e quais memórias deixariam no escuro. Sempre há uma eleição, uma escolha. Claudio, morador da cidade patrimônio e colecionador de memórias da cidade, conta histórias com o lixo, com o que sobra de outras vidas, com vestígios, com objetos que já não significam para quem os descartou.

Claudio propõe novas percepções de uma paisagem, baseadas na alteridade produzida na relação com objetos esquecidos e na exposição de um passado pleno de dignidade. Com a mesma proposta conheci também alguns lugares na Itália, onde sujeitos anônimos de maneira também cotidiana organizam salas e casas com objetos insignificantes repletos de lembranças. Artigo esses lugares com a casa de Claudio pela potência de relações éticas, estéticas e políticas que ali se apresentam.

Não encontrei melhor maneira de introduzir o Museu Ettore Guatelli¹⁰², localizado na Província de Parma, senão com esta frase de seu inventor, que entre outras coisas afirma:

Nós dizemos que é justo que se escrevam livros sobre um pintor ou outros, e é justo que se saiba quem eram e como eram naquele período os papas, os príncipes, os líderes, os filósofos, os outros artistas contemporâneos, mas é também importante que se procure saber quem eram e como viviam aqueles que não eram importantes e que não faziam notícia¹⁰³.

É justo que se escrevam livros sobre príncipes e filósofos – disse o autor já falecido desse museu, mas também é importante que se procure saber quem eram e como viviam aqueles que não eram importantes e que “não faziam notícia”. Essa frase justifica as motivações da minha tese ao falar da exposição na Casa de Claudio ou ainda da *Stanza della Memoria*, em Roma: falar de memórias e modos de vida que não fazem notícia. Quando se entra no Museu Guatelli, é difícil dizer o que é esse museu, instalado na casa colonial do autor. Talvez a melhor definição seja mesmo o museu do cotidiano.

Pregos, martelos, pinças, tesouras, botas revestem as paredes, seguindo motivos geométricos, e ocupam todas as paredes e prateleiras do museu, criando uma cena, uma instalação artística e provocando fantasias variadas sobre ações cotidianas da vida agrícola. Esses objetos foram por mim fotografados e aqui fazem parte de uma composição fotográfica. Quando visitei esse museu, em 2015, imediatamente lembrei-me da casa de Claudio e de como gostaria que ele estivesse ali em Parma, para reconhecer a potência de seu trabalho na periferia de São Chico.

¹⁰² Maiores detalhes sobre o Museu Ettore Guatelli podem ser encontrados em: <<http://www.museoguatelli.it>>.

¹⁰³ “Noi diciamo che se é giusto che si scrivano libri su un pittore o altri, ed é giusto che si sappia chi erano e com'erano in quel período i papi, i principi, i condottiere, i filosofi, gli altri artisti contemporanei, è anche importante che si cerchi di sapere chi erano e come vivevano quelli che non erano importante e che non facevano notizia” (MUSEO ETTORRE GUATELLI, Província de Parma, Itália. FONDAZIONE MUSEO ETTORRE GUATELLI. Catálogo do Museu, 2015. Tradução nossa).

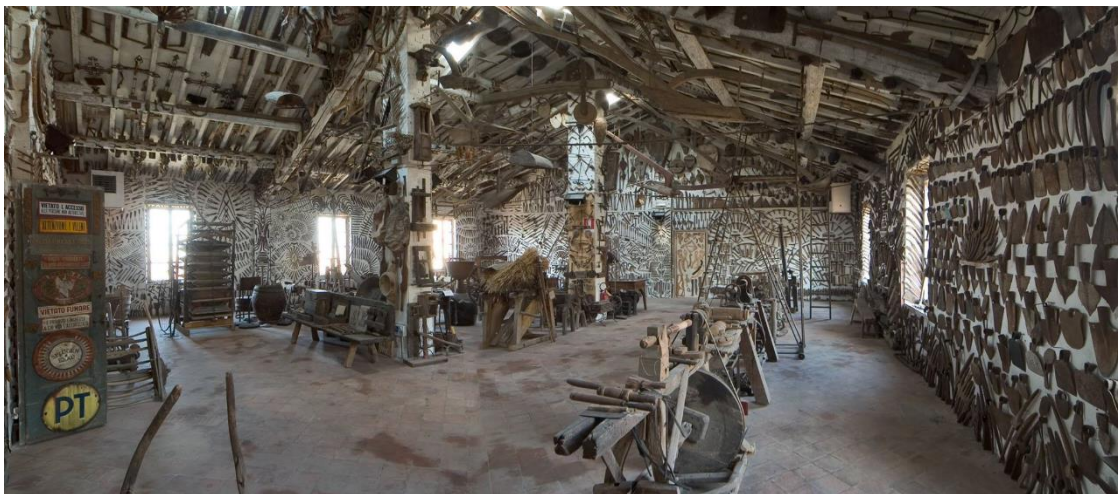


Figura 31: Museu Ettore Guatelli (Fonte: mural online de fotos do Museu, disponível em: < https://www.facebook.com/museoguatelli/photos_stream>).

O Museu Guatelli tem hoje um suporte institucional, trata-se de uma fundação que o organiza e o mantém. Tem também uma estética na apresentação dos objetos, que se justifica pela formação didática de Guatelli e pelo contexto cultural italiano. Era ele um professor de escola primária, nascido em 1921, que dedicou toda a sua vida a transformar sua casa em um movimento contrário ao apagamento de memórias cotidianas. Guardadas as devidas diferenças que conotam estes lugares e seus autores, é inegável a relevância para eles próprios, ao narrarem e salvaguardarem as suas histórias, mas também a de tantos outros que tiveram suas memórias apagadas nas narrativas oficiais.

Poderia dedicar mais tempo contando sobre a minha experiência na fruição desse Museu, porém gostaria ainda de poder apresentar também a Claudio outro sujeito italiano, o colecionista Agostinelli, de 74 anos, que possui uma coleção gigantesca de objetos, os mais curiosos e insignificantes possíveis, expostos em dois mil metros quadrados.

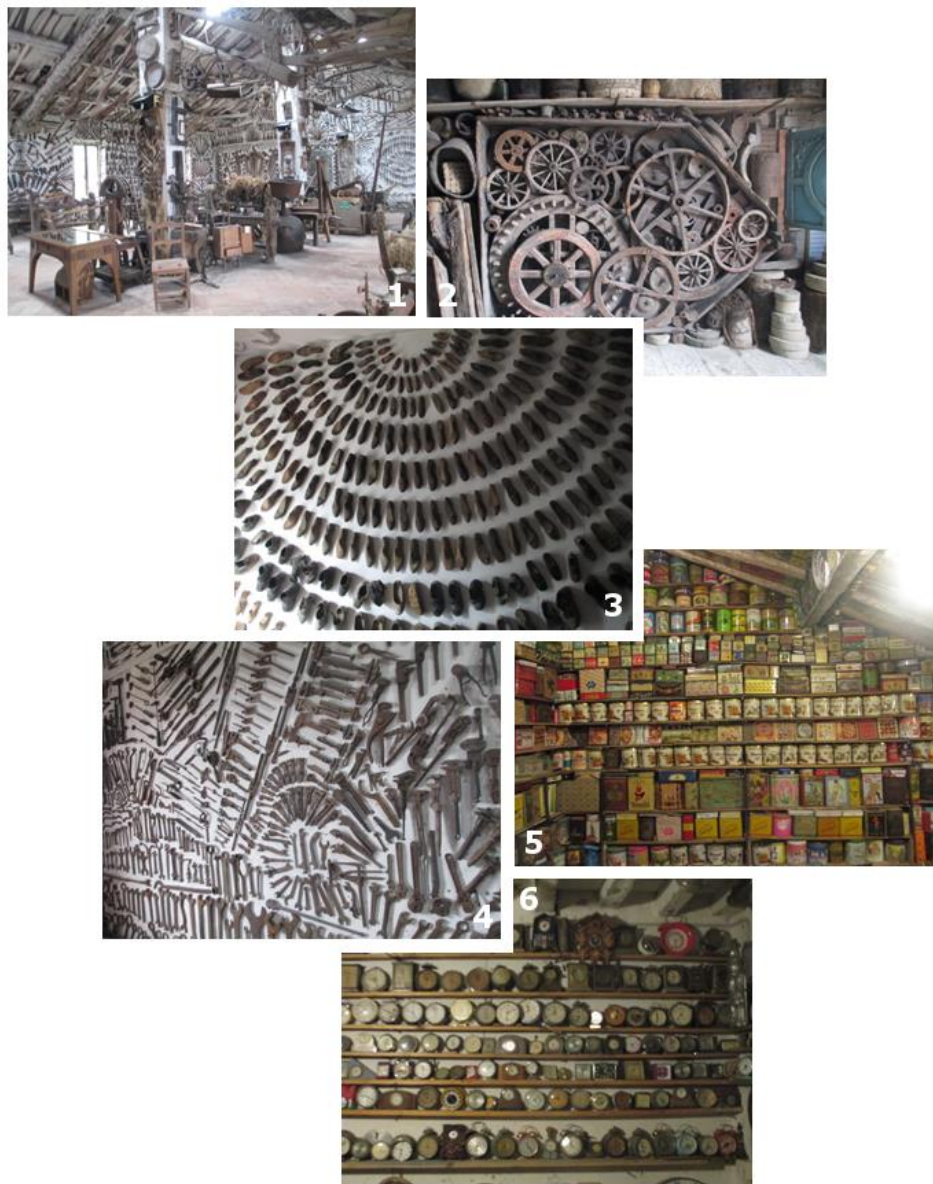


Figura 32: Museu Ettore Guatelli (Fonte: 1, 2, 3 e 4 – mural online de fotos do Museu, disponível em: < https://www.facebook.com/museoguatelli/photos_stream>; 5 e 6 – Arquivo pessoal).

Para acessar essa propriedade de Agostinelli é preciso – assim como no caso de Claudio, em que foi preciso sair do Centro Histórico de São Chico – sair dos muros de Roma, da cidade Patrimônio da Unesco, pegar trem e ônibus para chegar a uma região distante 23 quilômetros do centro de Roma, chamada Dragona. Como o proprietário indica, objetos modernos não têm espaço por ali. São trancados em uma outra sala à chave onde ninguém tem acesso. São objetos modernos que algum dia terão importância como testemunhos, talvez, de um tempo que passou a ser vivido velozmente. Por ora, Agostinelli¹⁰⁴ e sua coleção em exposição carregam a missão de testemunho, de fazer ver principalmente coisas cotidianas simples, rurais, que, assim como Claudio, tornam visíveis a complexidade do tempo e do espaço.

Durante minha visita a sua coleção, acompanhada de Andrea Zanella, Vincenzo Padiglione e Allan Gomes (pessoas muito importantes para a realização desta tese), pude ouvir o relato de Agostinelli sobre sua coleção. Contou ele que no início, em 1954, procurava objetos para uma coleção e que agora tem um museu em que as pessoas doam objetos a preservar, histórias sobre a cultura popular a não esquecer. É muito procurado para compor cenografia de filmes italianos, o que indica a sua relevância como lugar de salvaguarda de memórias que não cabem em outros museus.

Algumas das várias salas que compõem o espaço seguem uma catalogação, classificação: uma sala é dedicada à astronomia, outra à necropsia, outros objetos estão apenas agrupados em corredores ou estantes em que se pode identificar alguma semelhança que os aproxima. Televisões, bonecas, canecas, ferramentas agrícolas, que apresento na fotocomposição (Figura 33) que segue, preenchem paredes e compõem temas e fragmentos de histórias de forma tão intensa que chegam a cansar os olhos: “è pazzesco” – como diriam os italianos para nominar algo que foge da normalidade, que beira à loucura.

¹⁰⁴ Informações aprofundadas sobre o Museu Agostinelli disponíveis em: <<http://www.museoagostinelli.it>>.

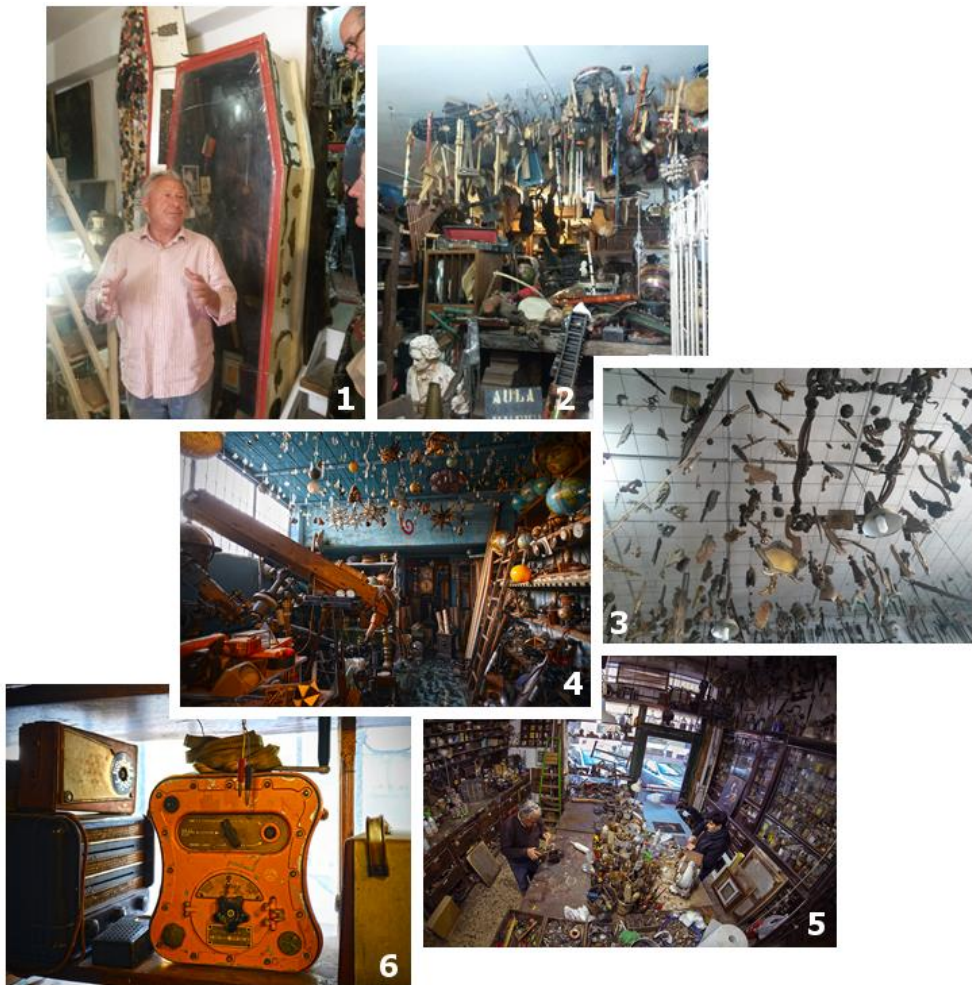


Figura 33: Fotocomposição – Museo Agostinelli (Fonte: 1, 2 e 3 – Arquivo pessoal; 4, 5 e 6 – Facebook do museu. Disponível em: <https://www.facebook.com/museoagostinelli/photos_stream>).

Contudo, Agostinelli e Guatelli são importantes exemplares italianos de modos de salvaguardar memórias populares, anônimas e insignificantes aos olhos do que é patrimonializado. São pequenos museus etnográficos que, assim como outros, têm se multiplicado na Itália e que, sem contar com recursos financeiros consideráveis, introduzem temporalidades muito próximas à contemporaneidade e problematizam, com isso, temas, autoridades, legitimidades encontradas nos museus (PADIGLIONE, 2010). Tornam visíveis pontos de vista inéditos, com tonalidades emotivas, por vezes difíceis de serem digeridos; com narrativas ligadas ao cotidiano, aos modos de trabalhar com a terra, com “líricas exaltantes”, com “humildes instrumentos de trabalho e objetos de afecções” (PADIGLIONE, 2013, p. 141).

Trata-se, esses locais, de museus e espaços de memória que motivaram em sujeitos anônimos responsabilidades inéditas e a necessidade de valorizar presenças culturais não hegemônicas, inscrevendo no contemporâneo novas potencialidades para a preservação de memórias e para o reconhecimento de modos outros de vida. Provocar quem por ali passa, convidar o visitante a desconstruir, tensionar, transformar, rachar os sentidos do que ali se apresenta são tarefas deliberadamente assumidas. Potencializam, assim, a condição polissêmica e plural dos objetos que, ao serem vistos, abrem caminhos para o reconhecimento das memórias ali amalgamadas e dos modos de vida que esses objetos testemunham.

Um olhar outro para os restos potencializa, também, para além dos objetos, olhares outros para os espaços, para as cidades e para as subjetividades. Nesse caso, constitui-se o museu como lugar de diálogo com o imaginário dos visitantes, lugar de acolhimento de “fantasias e aspirações, não apenas dúvidas cognoscitivas” (PADIGLIONE, 2013, p. 41).

Podemos dizer que esse é um dos desafios atuais do trabalho com memória social e patrimônio cultural: pensar museus como espaços de experimentação cultural que interrogam a história e o presente, considerando a multiplicidade e a polissemia na produção da cultura, dando visibilidade a práticas culturais e memórias não narradas ou preservadas (PADIGLIONE, 2012). Talvez seja esse também um desafio para uma Psicologia interessada não nas recorrências e identificações legitimadas, mas no próprio fluxo do existente e na potência dos restos e insignificâncias, que se apresentam como resistência ao que lhes afirma essa própria condição e acendem a possibilidade da própria presença.

Compreendi que experiências assim compostas restituem e produzem memórias de modos outros de vida, para além dos

hegemônicos; visibilizam os resistentes, os restos, as insignificâncias. E, com suas práticas, contribuem para a problematização dos sentidos da preservação e da construção de memórias e esquecimentos, enfim, de patrimônios. Há, portanto, nessas experiências, potências para relações éticas, estéticas e políticas no que diz respeito ao reconhecimento de possibilidades não visíveis de vida e existência. A casa de Claudio pode até mostrar a decadência da sociedade, dar a ver e escancarar a violência da lógica da descartabilidade, mas principalmente faz emergir novos jogos entre lembrança e esquecimento, bem como a possibilidade de outras tramas narrativas sobre a cidade.

9 “O PASSADO É ASSIM: A GENTE PUXA E ELE FICA VIVO”



Figura 34: Taça encontrada por Claudio (Fonte: Arquivo pessoal).

– *Eu tenho uma taça lá do Casqueiro. De vez enquanto vou lá de moto e achei uma taça lá na igreja, nas ruínas* (Claudio).

– *Qual é a taça?* (Neiva)

Claudio dirigiu-se para seu acervo e apontou:

– *É essa aqui. Eu acho que era de colocar a hóstia. Achei lá nas ruínas mesmo. A gente sempre vai lá pra cima pescar. Aí a gente vai pôr tudo lá por dentro. Vai no cemitério, vai nas ruínas da igreja. Tem umas casas antigas, quem entra lá pela praia*

grande. Tem um morro de casca de osso, dos bem antigos que fizeram aquilo lá (Claudio).

– Sambaqui? (Neiva).

– É o sambaqui. Onde os índios afiavam as ferramentas (Claudio).

– Esse aqui tu encontrou nas proximidades das ruínas da igreja? (Neiva).

– É da ruína. Entre a ruína e o cemitério. Subindo pela água ali, falam a “curva do Coqueiro benzido”, todo mundo tem medo de passar a noite ali. A gente foi lá trás, procurei pra conhecer e achamos lá (Claudio).

– E como é que tu conheceu esses lugares? (Neiva)

– Eu sou meio metido. Eu gosto de ir atrás dessas coisas antigas, eu gosto de procurar, de pesquisar, pro meu ponto de vista, né? (Claudio).

Casqueiro, sambaqui, taça, ruínas de uma igreja e de um cemitério. Tudo isso dentro de um Parque Ambiental, o Acaraí, que faz limite com a Tapera, de que falei há pouco. Tantos rastros em uma narrativa que ganhou a tonalidade de Claudio, que a transmitiu. E ainda complementou: *“Tem a igreja e o cemitério, só que ninguém fala, se tu for ver lá tem umas ruínas no meio do mato, só que tem poucos, tem uns cinco, seis ali enterrados ali dentro. E também ninguém fala nada”*. Ninguém fala nada era um novo rastro de outro apagamento, de esquecimentos, que por meio daquela taça pediam visibilidade. Após essa experiência na casa de Claudio, a imagem da taça se impôs. Em uma pesquisa que buscou vestígios de memórias invisíveis e rastros de outros modos de vida na cidade, aquele diálogo trazia elementos intrigantes, os quais precisavam ser escutados.

Àquela altura da minha pesquisa, preocupava-me em como concluiria esta tese, pois a cada encontro com os moradores novos rastros de memórias se colocavam diante de mim. Era evidente que as vidas afirmadas e reconhecidas socialmente na cidade conviviam com restos, com ruídos de existências outras. Reconhecer esses restos e rastros, as insignificâncias presentes na cidade, problematizaria outros sentidos para a construção de memórias. Entendi que jamais conseguiria abranger todas as memórias que ali pulsavam e que outros tantos rastros seriam deixados para serem perseguidos em outros momentos.

No entanto, aqueles poucos fragmentos apresentados por Claudio juntaram-se a tantos outros que ouvi sobre a localidade do Casqueiro ao longo da minha pesquisa que não pude deixar de persegui-los:

interessava-me conhecer detalhes sobre aquele objeto que, embora quebrado, enferrujado, continha histórias de pessoas de uma comunidade invisibilizada.

Visitei então o escritório do Parque Estadual do Acaraí em busca dessas memórias, pois aquela comunidade denominada Casqueiro não existia mais, somente as ruínas de que falava Claudio. Conversei com Bruno, biólogo da FATMA¹⁰⁵ e responsável pelo Parque, e pude ainda fazer uma visita ao parque guiada por ele e Tarcísio, engenheiro e também funcionário do Parque. Desse encontro, compreendi que se tratava de um parque com uma paisagem complexa:

A vegetação aqui, a gente tá vendo vegetação de Mata Atlântica de terras baixas. Olha bem, é uma vegetação de oito, dez metros de altura. A gente tá andando aqui, nós estamos a um quilômetro do mar. Logo ali pra frente já tem a restinga arbórea, depois tem a restinga arbustiva e depois uma restinga brasileira. Não tem mais isso em Santa Catarina. Em um quilômetro de trilha você tem quatro tipos de vegetação diferente (Bruno).

Foi preciso um esforço para concentrar-me nas questões relativas às memórias e histórias e não me perder nas questões relativas ao patrimônio ambiental da cidade – o que demandaria outra tese. Nessa visita, acompanhou-me também um colega do IFCatarinense, professor e geógrafo, também interessado em pesquisar o Parque. Pude conhecer diversos pontos do Parque com vestígios dos povos sambaquianos. A caminhada em meio à mata foi impressionante, a quantidade de sambaquis, que se pode observar na Figura 36, destacava-se em meio à beleza natural do lugar: metros e metros de camadas de conchas; e por isso o nome de Casqueiro foi dado à comunidade que viveu ali até aproximadamente 1950, quando a região portuária se desenvolveu.

¹⁰⁵ A FATMA é o órgão ambiental da esfera estadual do Governo de Santa Catarina. Criada em 1975, a Fatma tem como missão maior garantir a preservação dos recursos naturais do estado. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br>>.

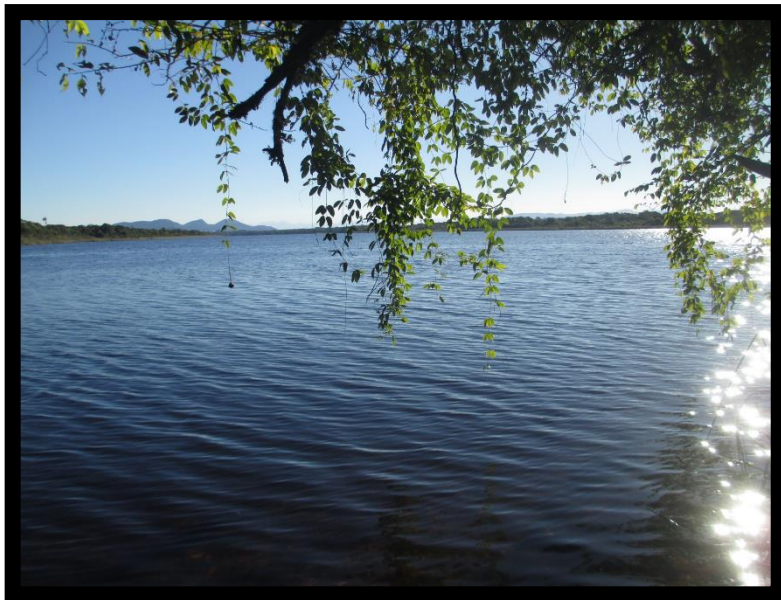


Figura 35: Parque Estadual do Acaraí (Fonte: Arquivo pessoal).



Figura 36: Sambaqui no Parque Estadual do Acaraí (Fonte: Arquivo pessoal).

Acompanhou esta caminhada uma explicação cuidadosa:

– *Conhecidos são mais de 40 sambaquis aqui no parque. E a gente não tem ainda conhecimento, tem umas que são pequeninhas, outras foram encontradas há pouco tempo atrás (Tarcísio).*

– *Lembra que eu te mostrei que os sambaquis ficavam distantes do rio hoje, naquele mapa do sambaqui no Google Earth? Eles ficam distantes porque tem a lagoa, que com o nível do mar fica mais alto. Isso aqui é um sambaqui – apontando para a terra. Provavelmente o limite da lagoa era aqui em alguma época, alguns milhares de anos. Era aqui, e você consegue estimar até a altitude que era esse nível do mar pelas camadas do sambaqui – complementou Bruno.*

– *Mas o que que indica vestígio de uma população? – perguntei, ignorante.*

– *As conchas. Essas conchas aqui foram todas comidas. Isso aqui é concha de berbigão. A maioria é berbigão e ostra. Não são comuns aqui perto da lagoa, não nesse ambiente. Isso aí é característico de ambiente marinho. Elas não teriam...(Bruno).*

– *Não teriam porque tá aqui... Ah! Agora eu entendi. Porque eu achei que teria vestígio de ferramenta no meio (Neiva).*

– *Tem também. Mas aí tem escavações e nós não temos ninguém. O Museu do Sambaqui fez uns levantamentos aqui. É uma das maiores concentrações de Sambaqui (Bruno).*

Existem registros de cerca de 150 sítios arqueológicos do tipo sambaquis na região da Baía da Babitonga, com datações que chegam a seis mil anos. Os sambaquis são sítios arqueológicos caracterizados por um material composto em sua maioria, por conchas – por isso o nome sambaqui, que em *tupi*, significa “monte de conchas” (*tamba ki*). Esses sambaquis e os pescadores-caçadores-coletores que os construíram são o foco do acervo e do trabalho do Museu Arqueológico do Sambaqui em Joinville que Bruno mencionou.

No Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) o visitante entra em contato com o modo de vida e a cultura das primeiras populações que se distribuíram pela América do Sul. É um espaço de memória e de produção de conhecimento sobre estas populações, especialmente, pelos grupos pescadores-caçadores-coletores que construíram os sambaquis¹⁰⁶.

Com base em uma arqueologia que destaca a diversidade dos seres humanos e culturas do passado e em fontes históricas, Bandeira (2004) fez um estudo sobre os sambaquis na região e apontou, entre outros aspectos, que a história foi contada a partir da chegada do imigrante europeu, ignorando-se o fato de que existiam outros povos (BANDEIRA, 2004, p. 7).

Conforme as explicações de Bruno e Tarcísio, essas conchas do período dos sambaquianos datam seis mil anos e foram posteriormente utilizadas para um tipo de queima no próprio local para produzir cal utilizado na construção civil.

Porque pra produzir cal não pode ter oxigênio, tem que abafar. Como faz lenha basicamente. Então eles faziam um estrado de madeira sobre, tiravam as conchas, faziam uma pilha grande, envolvia aquilo em barro. Daí fazia um estrado de madeira e ramos e aí cobria com barro novamente. Queimavam aquilo, e aí cobriam com madeira de novo e deixavam vários dias queimando (Bruno).

Essa destruição de sambaquis para a extração de conchas e produção de cal foi intensa até 1961, quando se definiu os sambaquis como patrimônios históricos e culturais, por meio da Lei nº 3924/61, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, art 3º:

¹⁰⁶ Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville/MASJ. Institucional. Disponível em: <<http://museusambaqui.blogspot.com.br/p/historia.html>>. O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville foi criado em 1969, com a Lei Municipal n.º 1042, a partir de uma coleção arqueológica de Guilherme Tiburtius – estudioso de sambaquis, que registrou, coletou e classificou diversos artefatos e sepultamentos de sítios que estavam sendo destruídos na região. O prédio sede do MASJ foi inaugurado em 1972 em cooperação técnica com o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN).

São proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas *b*, *c* e *d* do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas¹⁰⁷.

Eram, portanto, momentos diversos com os quais me deparei: os rastros dos sambaquis e as ruínas da comunidade do Casqueiro que ali se encontraram e exigiam uma capacidade de ver o “tempo no espaço,” de enxergar os “indícios visíveis do tempo da atividade humana” e as “idades e as épocas de formação do homem” (BAKHTIN, 2011, p. 231). Sobre essa comunidade do Casqueiro, ouvia-se falar na cidade comentários quase fantasiosos sobre um cemitério em meio à mata, moradores que teriam vivido em torno da lagoa e que posteriormente acabaram abandonando o lugar, como explicou Bruno:

Eles simplesmente se mudaram pro lado de lá da lagoa. Lá é o local mais próximo do porto. Você estando no rio, lá o local é mais perto do porto. Fica acho que 8 km de distância do porto. Então as pessoas começaram lentamente a se mudar daqui pra lá pra poderem ir trabalhar todo dia no porto, uma nova oportunidade (Bruno).

Bruno recomendou-me conversar com Manoel Rafael Ferreira, ex-morador do Casqueiro, conhecido como Seu Maneca, que tendo nascido na região do Casqueiro teria outros detalhes a revelar. Fui atrás da pista que Bruno me deu. No outro dia encontrei Seu Maneca, um senhor de 70 anos, com muitas histórias para contar sobre o Casqueiro. Em frente ao seu bar, na praia da Enseada, sentados embaixo de uma árvore e tendo

¹⁰⁷ BRASIL, 1961. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>.

como pano de fundo outra bela paisagem, a Praia da Enseada, conversamos por mais de uma hora.

E foi sentada no banco à beira da praia que se pode ver na imagem que ouvi a seguinte narrativa:

Eu nasci na Praia Grande. Digo Casqueiro porque é lá na Praia Grande. Tais gravando? A praia grande é o seguinte: na época tinha cinco lotes. Bom, primeiro Mupeva – é lá no final da Praia Grande. É onde nasceu minha mãe, meu avô. Depois vem a Costa Grande, onde tem o Ervino hoje. Costa Grande. Depois vem Morrete, onde eu nasci pra cá um pouco. Depois Casqueiro. Onde tem cemitério, tem igreja. E aí vem o final que chamam Pedras Altas (Seu Maneca).



Figura 37: Seu Maneca (Fonte: Arquivo pessoal).

Seu Maneca tinha aquele território todo mapeado abstratamente, recordava-se ainda dos nomes antigos e desconhecidos para localidades que hoje são habitadas apenas por árvores e capim. Escutar a experiência de um morador daquele lugar, pequenos detalhes de vida, de sobrevivência e manutenção da vida, de organização cotidiana, foi uma experiência inesquecível:

Eles plantavam mandioca, que era o forte. Farinha, melancia, feijão, abóbora, catutu, batata, aipim, amendoim. Plantavam muito. Trabalhavam na agricultura e em 43 engenhos de farinha. Pescavam também. Tinha a rede lá, a canoa de pesca. A gente pescava lá na praia Grande. Vim pra cá pequeno, mas meu pai deixou muita roça lá e depois ia lá pra fazer farinha. Ali tinha muito engenho. Agora é só ruína. Ah, isso faz muito tempo, minha filha. Até 60 tinha alguma coisa lá. Ai começaram a morrer e os que não morreram saíram. Tem um bocado em Joinville, tem um bocado em São Francisco. Trabalhei na roça no Casqueiro até uns 15 anos, na pescaria até os 20 anos, aos 18 fui pro exército, fiquei dez anos em Joinville, trabalhei em 4 indústrias e por 17 anos na pesca artesanal e depois montei um bar que tenho há 42 anos. Naquele tempo, não tinha o que tem hoje, tudo diferente. Lá tinha um homem chamado Leocádio, era o inspetor de quarteirão. Leocádio Dias de Oliveira. Deve ter lá no Cemitério a cruz ainda, no Casqueiro (Seu Maneca).

Seu Maneca trazia sentidos para as imagens do cemitério e das ruínas da igreja que eu havia produzido no dia anterior durante a visita ao Parque (Figura 38). Os rastros de um cemitério, que Seu Maneca acredita ter mais de 300 anos, foram deixados sobre o terreno do Parque. Cruzes de madeira em uma área aberta, algumas delas coloridas, outras com flores deixadas recentemente, evidenciavam um certo cuidado de algumas pessoas com aquele lugar. Rastros que faziam recordar vidas e modos de viver e de morrer não mais presentes, mas ainda rememorados e preservados por alguns anônimos que os mantêm.



Figura 38: Cemitério do Casqueiro (Fonte: Arquivo pessoal).

As cruzes do cemitério do Casqueiro, em meio a tanto verde, cunham existências anônimas que resistem ao apagamento de suas presenças na cidade. À primeira vista, poderia ser apenas um pedaço de construção insignificante em meio a mata, mas Seu Maneca ajuda a tecer outras considerações sobre a imagem produzida:

Eu tenho a fotografia da igreja de lá. Dia 20 de janeiro de 52, foi feito um batismo lá, naquele tempo. O bispo era o... ele tá na fotografia... É de Joinville. Primeiro bispo de Joinville. Dom Ladislau Crauser. Isto ninguém sabe! Só eu. E foi uma grande festa e o povo ali reunido. A igreja foi construída em 34. E durou até 62, por aí. E o padroeiro era São Sebastião. O povo ali vivia muito. Comia farinha de mandioca e peixe. Arroz. Arroz era o que plantava, era aquele natural. Não tinha veneno. Lá não tinha azeite, era banha de porco. O peixe frito com banha de porco é muito gostoso que com azeite. Ali no Casqueiro tinha muito negro. Eles ali foram libertados, os escravos, eles ficaram livre né... Mas continuaram a trabalhar pros brancos. Lá na Costa Grande,

onde é o Ervino hoje, ali na época um governo deu uma área de 300 metros de frente até o rio para os negros trabalharem. Eles continuaram a trabalhar pros brancos porque não tinha como começar nada. Começaram só de enxada. Mas eu conheci escravo ainda, eu conheci o João Maria, Cândido Mateus, a Paula. Tudo falecido, mas tem neto por aí (Seu Maneca).

Seu Maneca exibe com orgulho a foto exclusiva de 1952, um patrimônio, um tesouro emoldurado naquele simples quadro. Essa imagem foi por ele cedida ao Parque, que confeccionou uma placa para explicar aos visitantes alguns significados daquela ruína (Figura 39). Nessa placa consta a informação de que ali havia uma comunidade organizada em torno de igreja, escola, comércio e residências. E que a igreja original, datada do século XVIII, teria sido reerguida em 1934 com os mesmos pilares.



Figura 39: Placa das Ruínas da igreja (Fonte: Arquivo pessoal).

Uma fotografia que para Maneca evidencia protagonistas de uma história: a sua e a de outros anônimos da cidade. Objetos que contam memórias a se reconstruir, restituir, e que nos auxiliam a questionar sobre

um futuro desconhecido. Funciona como um dispositivo de resistência e imaginação do insignificante, do que vem de baixo, de contra-hegemônico e produz estratégias políticas e reconfigurações em nível local (ABREU, 2012). O ato de recolher e preservar esses insignificantes objetos tem caráter inventivo e criativo.



Figura 40: Ruínas da Igreja (Fonte: Arquivo pessoal).

Ao perguntar do que ele mais tinha saudade da época do Casqueiro, Seu Maneca respondeu sem muito pensar: “*Mais é das roças, né. Do trabalho na roça. Depois a farinhada, que a gente fazia bastante farinha. Aquela comida simples, batata assada... No fogo. Nem a lenha, era só fogo no chão!*”. Um sentimento de pertencer ao local, uma forma de construção de pertencimento local colocada ao lado de processos políticos, históricos, sociais e econômicos. Emoções que ligam o modo como se plantava os grãos, como se fazia a farinha ou se cozinhava a um espaço, tempo e memória, na produção de um sentimento de localidade, conferindo sentidos às relações entre passado, presente e futuro.



Figura 41: Foto da Igreja na Comunidade do Casqueiro (Fonte: Arquivo Pessoal de Seu Maneca).

Seu Maneca se intitula “poeta popular” e me apresentou um patrimônio guardado em uma pasta (Figura 42): mais de 625 poemas escritos. Ali também a fotografia da igreja e outras imagens da sua história eram protegidas. “*Eu sou repentista. Eu faço verso na hora. Eu pego microfone, aí pode tá cheio de doutor, eu faço e qualquer um entende. Não erro um verso*”. E ali declarou alguns que ainda não tinham sido escritos nem esquecidos, e que agora transcrevo:

*São Francisco do Sul abençoada, terra querida onde eu nasci.
Se eu for embora pra outra cidade, levo saudades, São Chico, de ti.
Temos um grande porto de mar.
Temos também uma linda baía.
E bem no centro da cidade, uma igreja histórica,
onde o povo visita todos os dias.
Praias balneárias temos diversas, sem poluição, com água corrente.
E desse grande Brasil, coração.
Quando chega o verão, se enche de gente!
cidade histórica e povo bom, beleza natural que Deus criou.
A poluição tá cobrindo o mundo, mas em São Francisco não chegou.
E eu me orgulho de ser franciscuense, unidos somos e temos coragem.
E esse verso querido feito,
e com todo respeito fiz essa homenagem.*

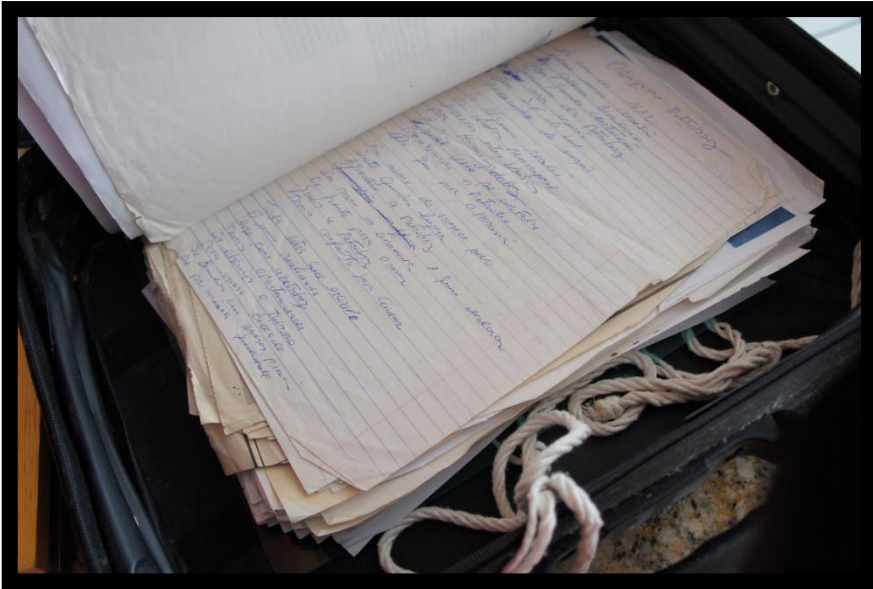


Figura 42: Pasta com poemas de Seu Maneca (Fonte: Arquivo pessoal).

*Nasci na Praia Grande.
 Fiz essa letra pra matar minha saudade,
 da Praia Grande lugar onde eu nasci,
 é um pedacinho de São Francisco do Sul.
 E também um pedacinho do Brasil.
 e... os pilares da igreja estão lá,
 pra provar que existia,
 um grande vilarejo onde muita gente vivia.
 O cemitério também existe, tá na ponta do Casqueiro,
 onde tá enterrado, bastante brasileiro.
 Assim, fica a saudade do meu coração,
 da vida do Casqueiro
 e da grande população.*

Seu Maneca, narrador, provoca e convoca os invisíveis. Nas memórias oficiais ilumina os esquecimentos, os afetos e os tempos negados. Traz uma nova percepção da paisagem, auxilia com sua narrativa, na restituição de sentidos ao espaço urbano com imagens esquecidas de um passado pleno de dignidade.

O narrador é esse sujeito comum, com experiências particulares, com suas práticas e modos de praticar o espaço habitado.

O narrador é alguém que retoma o passado no presente na forma de memória; aproxima uma experiência situada num ponto longínquo do espaço. Para Benjamin os grandes narradores eram o velho artesão, que conhecia as tradições da aldeia, o marinheiro, que narrava suas experiências adquiridas em viagens. O narrador sempre impunha sua marca pessoal em suas histórias. A narrativa basta-se em si mesma e dispensa esforço por parte do narrador para explicar o acontecimento narrado. A audiência é livre para interpretar a história como quiser. É isso que marca a narrativa, o intercâmbio de experiências (GONÇALVES, 2003, p. 176).

Alguns relatos de Maneca diziam da importância dos engenhos de farinha no desenvolvimento econômico da cidade, o que escutei também no relato de Schetz, de Bruno, de Seu Maneca e de Claudio:

Se você imagina isso aqui, em 50 anos. Se você imagina isso aqui... era o final da fase de exploração dessa região aqui. Isso aqui já tava sendo abandonado. Muitas dessas roças aqui já estavam abandonadas. Engenhos já estavam abandonados, já estavam sendo desmanchados. Os engenhos ainda se prorrogaram por algum tempo. Mas viraram ranchos e foram se modificando e a roça foi abandonada rapidamente. Se você deixa a mandioca ali sem cuidar, rapidamente a vegetação toma conta. A fase de engenho é muito importante. O que a gente sabe, é que essa nossa região aqui, pega Barra Velha, São João do Itaperiú, São Francisco, Araquari. A gente mandava farinha durante a guerra do Paraguai! A farinha saía toda daqui (Bruno).

Apesar da importância econômica e social dos engenhos de farinha de mandioca em São Francisco do Sul, não se encontra representações dessa atividade no que está preservado na cidade. Lembro-me de que na Festilha de 2011 havia uma exposição de um engenho com um senhor de

sul do estado que vendia biju, farinha de mandioca, etc. Trazer alguém de longe significa que não há nenhum morador de São Francisco do Sul que preserve essa prática? Andrea também mencionou, certa vez, que na Tapera existiam ainda dois engenhos que ainda produziam farinha. Um deles, de Cirenio Madeira, também foi mencionado por D. Nete: “*ele tem muita história pra contar*”.

Em busca de histórias em torno dos engenhos, fui até a casa de Cirenio Madeira, o senhor de seus 70 anos que D. Nete me indicou, em uma tarde de início de inverno, em 2014. Encontrei sua casa por indicação de Andrea Oliveira. Cirenio foi receptivo, mostrou sua chácara, contou alguns eventos da sua vida e assim que eu propus de ele participar da minha pesquisa, aceitou prontamente.

Com 20 anos eu tinha o meu engenho, as minhas terras. Engenho da farinha, né. Hoje tá com 49 anos. Faz 60 e poucos anos que eu trabalho na roça. Nunca me aborreci, porque naquela época quando a gente não tinha engenho, eu tinha engenho alugado. Aqui tinha 9. Ai eles alugavam, a gente fazia. Alugavam o engenho pra um mês, 15 dias pra trabalhar. Nós fazia e dava o aluguel pra ele. Então enquanto a gente era pequeno, que não tinha como, então a gente ia pros engenho ajudar a raspar, coar a massa, mexer no coxo, a limpar o andaime onde o cavalo passava, que muitas vezes eles sujavam, aí tinha um rodo grande, aí quem tava cevando, batia na cevadeira, já tá avisando que o cavalo tava bostiando, né. Já com o rodo grande puxava pra não espalhar, aí tirava e botava numa lata num balde, numa coisa, depois jogava lá na bananeira e tudo serviço podia fazer. Quando tava com 12 anos já tava no fogo, já mexia no forno, já trabalhava. Com 14 anos eu forneava direto. A primeira coisa que eu trouxe pra dentro do meu barraco de madeira que foi feito, foi 5 quilos de farinha. Ai o dono do engenho trouxe uma cangalha na égua, aí botamo no latão, socamo e ali tudo bem. Eu fui comendo, vendendo algum pouquinho e lutando com a roça até meio dia, de tarde cortava a lenha, ia no mato cortar o palmito pra vender pra fábrica, as vezes trabalhava de alugado com os outros né pra limpar as roças e a gente foi levando a vida. O engenho eu fazia farinha no engenho alheio e pagava alugado. Ai

tinha sempre uma pessoa pra me ajudar, é difícil. Eu faço hoje. Mas naquele tempo eu fazia muita farinha dos outros também, né. Dava pela metade aí eu tinha que ter alugado. Pegava todo final de semana e pagava alugado. E depois dava a despesa do engenho e o resto eu tirava pra mim. Mas eu no engenho eu trabalhei desde pequeno. Só que com 20 anos eu já tinha o meu engenho. Primeiro trabalhava de alugado nos engenho com os outros que faziam farinha também. Entendeu como é que é? Por exemplo, tinha uma família que tinha roça pra fazer, aí eles iam lá, alugavam engenho e falavam comigo: escuta tu não quer trabalhar um mês inteiro, dois meses comigo na farinha? Eu digo: “vou”. Aí eu já ganhava dos outros também. Porque eu nunca esquentei o pé né, deixei esfriar... sempre aquecendo. Sempre no engenho e na roça de mandioca. Planto mandioca, planto aipim, tudo (Cirenio Madeira).

Com a frase “eu nunca esquentei o pé”, Cirenio valorizava sua atividade laborativa ainda frequente, apesar de sua idade. Porém, poderíamos também dizer que Cirenio não deixava suas memórias em torno do engenho desaparecerem. Ao mover o engenho de madeira, ao produzir a farinha da mandioca, continuava a produzir memórias, a se fazer presente uma prática social que em tempos outros envolvia um número expressivo de pessoas. E nessa prática, nessa vivência, Cirenio construía sentidos para sua existência, pois a vivência “é o rastro, o reflexo do sentido na existência, por dentro ela não vive de si mesma mas desse sentido que está fora dela e que ela capta, pois se ela não capta o sentido este não existe: a vivência é uma relação com o sentido e com o objeto (...)” (BAKHTIN, 2011, p. 105).

Cirenio me levou para conhecer seu engenho de farinha, que ainda está em funcionamento. Explicou o procedimento, sempre valorizando seu trabalho e sua dedicação desde o plantio da mandioca até o empacotamento e venda da farinha. Fez questão de mostrar também um casebre aos fundos da chácara, construído recentemente com bambus e madeiras reaproveitadas, remontando suas memórias de menino, de quem construiu sua própria casa. Combinamos que eu passaria ali novamente para conversarmos sobre a história dele e conhecer o processo de produção da farinha de mandioca. Não foi preciso marcar hora nem dia...

Ele estaria ali quando eu quisesse visitá-lo. Retornei umas duas semanas depois:

– *Seu Cirenio, não sei se lembra de mim!?* (Neiva)

– *Você é a moça que veio fazer a pesquisa comigo, não é?* (Cirenio).

Notei que suas mãos estavam sujas de tinta azul e perguntei se ele gostaria que eu retornasse em uma outra hora, quando ele estivesse com tempo. Respondeu que estava tudo bem e que poderíamos conversar. Sorrimos e logo nos acomodamos embaixo de uma grande árvore no quintal, que fazia sombra para alguns bancos de madeira dispostos no chão. O desgaste da madeira deixava evidente que estavam por ali há muito tempo. Ali conversamos por pouco mais de uma hora, depois ele novamente mostrou o engenho pra mim, que apresento a seguir em uma composição fotográfica (Figura 43).



Figura 43: Engenho de farinha de Cirenio Madeira (Fonte: Arquivo pessoal).

Cirenio explicou sobre o processo de fazer farinha:

– São três dias pra raspar, enxugar e fornear. Porque ela tem que ter um espaço de tempo pra soltar a água né. Não podem tirar de lá e botar lá que aí fica uma coisa. Tem que soltar. Quanto mais enxuta a massa, mais bonita é a farinha. Três horas pra fazer uma tarefa de seis balaios de mandioca. É duro. Hoje em dia com motor é 10 minutos (Cirenio).

– O senhor falou que faz cuscuz também, é isso? (Neiva).

– Cuscuz, polvilho pra fazer a rosca. Raspa-se coloca-se ali, bota duas de água dessas grande. Até lavar bem lavado, passa lá depois vai, depois é botado naquele saco de batata, colocado dentro dessa caixa ali pra engrossar, dali ela sai vai pra peneira lá, naquele coxo. Naquele coxo é peneirado, dali a gente pega com cuidado, e bota no forno aqui pra torrar. Entendeu? Ai a gente bota essa peça aqui, coloca aqui no meio. E aí o cara fica aqui. O cara fica aqui mexendo. E aí essa parte debaixo lá, que é tudo cheio de pano pra não deixar queimar né. Ai a gente fica aqui mexendo aqui. E o fogo ali dentro! Ai controla o fogo pra não queimar. Se pôr fogo demais ele queima (Cirenio).

– Isso aqui é lata? (Neiva)

– Não, isso é cobre. É porque o cobre quando ele esquenta, ele vai esquentando de pouco e o ferro é mais rápido. E o alumínio ou a lata encandece. Ai não tem jeito (Cirenio).

– E onde que vai o motor aqui? (Neiva)

– Esse pilão aqui ó. Esse pilão aqui veio lá da Figueira, lá tinha casa, escola e engenho. Esse pilão é de lá! Ai eu dei meio saco de farinha pro dono da casa, que eles vieram morar pra cá também. Abandonaram tudo lá. Se você visse lá hoje naquela época, fosse hoje, zelada e não deixado cair: era um cartão de visita!!! Mas família cresceram, aumentaram a família, muito herdeiro, ninguém quis ajudar o outro, e foi desmoronando e foi caindo. E no fim caiu tudo, a gente não sabe mais nem onde é que tá. Tem uma

média mais ou menos de 110 anos. E o coxo, onde tá os parafusos em cima. Aquela também, chama-se concha aquela peça, veio lá da praia do Ervino quando os primeiros moradores. Tem mais ou menos 120 anos. E madeira pesa igual uma peça de ferro, é maciço, pesadíssimo, e aquela que tá do lado, com peroba rosa. (...) e aquele cascalho ali onde tá em cima a mesa, chama-se Tajuba. Tudo madeira de lei. Veio tudo desmontado, mas a gente montou aqui. Lá embaixo também tem umas peças lá. Caso alguma dessas estourar a gente já bota outra (Cirenio).

Explicação rápida, aligeirada daquelas que só faz quem tem muita experiência, daquelas em que o aprendido já marca o corpo de quem anuncia. Explicação em que se pode observar como a produção de sentidos está intimamente amalgamada com os objetos, com a materialidade. Para compreender o processo de produção da farinha de mandioca a partir da narrativa de Cirenio foi necessário que eu lesse os objetos, que eu reincluisse aquelas peças do engenho em um conjunto das “condições relacionais” que o compunham. “Essas condições relacionais incluem o espaço e se dão por intermédio do espaço”, que por sua vez, “redefine os objetos que o formam” (SANTOS, 2014, p. 97). Ou seja, Santos chama a atenção para a instabilidade dos objetos, caráter que só se produz a partir de um contexto, de um espaço. Analisar esses objetos fora do processo social de produção simbólica os tornaria homogêneos, ao mesmo tempo em que excluiria os sentidos cunhados que ali se encontram amalgamados.

Saí de lá com a sensação de que poderia ficar ali por muitas horas mais. E por isso, estive ainda uma terceira vez na sua chácara na tentativa de acompanhar o processo de produção da farinha. Quando lá cheguei, ele veio atender ao portão dizendo: “– *Ih! Tu veio ver o engenho, mas eu já acabei hoje de manhã. Mas entra um pouco*” (Cirenio).

A frustração por não poder ver a farinha sendo produzida foi sendo substituída pela possibilidade de mais uma conversa embaixo da árvore. Aquela cena, em que estávamos sentados embaixo da árvore em tocos de madeira, próximo ao rancho de ferramentas agrícolas, com patos e as galinhas gordas ciscando o terreiro, fazia com que eu me lembrasse de minhas férias de infância na casa de meus avós em Rio dos Cedros – SC. Aquela atmosfera rural que muito me divertira naqueles tempos se fez presente novamente na companhia do Sr. Cirenio.

Continuamos a conversar sem preocupação. Contou-me que fez um saco de farinha de mandioca e que estava cansado, porque no tacho é preciso ficar mexendo o tempo todo para que a farinha não queime. *“Uma goma se cria na beira do tacho, porque na massa da mandioca tem polvilho. Essa mandioca é própria pra fazer polvilho”* (Cirenio). Lembrei-me da rosca de polvilho quentinha saindo do forno lá de casa. Hábito alimentar muito comum no lugar em que minha mãe nasceu, em Tubarão – SC. Quando íamos visitar os familiares de minha mãe, em cada casa ofereciam-nos um café daqueles de roça, feito no fogão a lenha próximo à janela, com abertura de madeira com vista para o pasto com vacas. O café sempre vinha acompanhado da tal rosca de polvilho, que minha mãe chamava de coruja. Não sei por que esse nome. Coruja. Sempre me vinha à mente o animal com os olhos arregalados. Mas acho que não era por isso o nome da comida. Preciso descobrir isso também. Nessas viagens, distante mais de cinco horas da minha casa até Tubarão, eu podia entender um pouco mais sobre a rosca de polvilho quentinha feita pela minha mãe no sábado à tarde. Memórias minhas, que se entrecruzavam com as recordações de Cirenio naquela manhã.

– E sobrou farinha? – perguntei, na esperança de poder comprar um pouco do seu trabalho.

– Não. Só fiz um saco. Porque não dou mais conta. É muito pesado. Faço tudo sozinho. E aí já tem tudo certinho pra quem vai comprar. Até uma beirada que tinha sobrado eu vendi, vieram buscar (Cirenio).

Lembrei que outro dia em que estive ali uma família esteve por lá também procurando pela tal farinha. Muitas pessoas procuravam a farinha artesanalmente ali produzida, muitas já faziam encomendas, deixavam pago o custo para garantir a farinha. Entendi também que ali é bastante frequente a produção da farinha. Ao menos duas vezes ao mês Seu Cirenio passa dois ou três dias da semana descascando a mandioca, cortando, processando em seu engenho. E que cada madeira, cada peça tem uma história e uma origem clara na memória do Sr. Cirenio. Ou Sereno, como ele gosta de ser chamado, em alusão ao modo como encara a vida. Fiz menção por um momento de ir embora, porque talvez estivesse novamente tirando-o de seus afazeres. Mas ele logo disse: *“– Senta aí, ainda é cedo”*.

Fiquei, e desta vez deixei que ele conduzisse a conversa. Não estava mais preocupada com as questões-foco de minha tese e deixei o

imprevisto conduzir aquele momento. Falou sobre o ato de guardar histórias, as suas histórias: “*As pessoas vêm aqui e me dizem: ‘pra que guardar tanta coisa velha, coisa que já é passado’. Mas o passado é assim, a gente puxa e ele fica vivo*”. Pedi para que ele repetisse a frase para que eu pudesse anotar. Era uma daquelas frases bonitas, tipo ditado popular, e que carregava muita sabedoria e afetos de uma vida passada ainda presente. Era a frase de um daqueles sujeitos que guardam mundos em pequenas caixas: “alfinetes, fazendas e botões, sabonetes e sapatos, louças e agulhas, imagens de santos e baralhos de cartas, remédios para a alma e remédios para os calos, breves e pomadas, elixires e dedais”, como os cronistas descritos por Olavo Bilac (1996, p. 19). Ali permaneci observando a natureza e ouvindo as histórias que ele narrava:

*Porque quando eu era criança eu já perguntava pro passado. Gente de idade, eu gostava de entrevistar eles, entendeu? Porque a gente aprende e hoje passa pros outros. Porque daqui amanhã quando você for velha, alguém pergunta pra você: Ah! eu tive em tal lugar e eu entrevistei um cara, assim, assim, blá, blá, blá. Ah, coisarada! É bom sempre **botar em avivamento as coisas do passado**. E tem gente que diz ‘ah! eu não dou bola, passou, passou’. Eu digo: não! é bom lembrar porque sempre tá vivo. E coisarada eu tenho tudo na mente. Tudo, tudo, tudo. Tudo o que eu queria é que a minha memória entrasse na memória do computador que eu ia mostrar todas as pessoas que morreram dos meus quatro anos até agora na Tapera. Tudininho na mente (Cirenio).*

Cirenio me explicava a importância da transmissão de memórias na prática narrativa. Não bastava possuir uma memória e guardá-la ou preservar um objeto dentro de um baú; é preciso torná-la viva, ainda mais nítido e intenso. E ele realiza esse “avivamento” ao dar importância ao narrar e na prática cotidiana de produção da farinha, momento em que desperta modos de vida esquecidos. Porque o passado é assim: basta visitá-lo novamente e ele se torna vivo no presente. A memória tem um pé no passado e o outro no presente; é um sujeito vivo, que se movimenta, é um ponto de partida. E a história, como afirma Eduardo Galeano, “é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será” (GALEANO, 2010).



Figura 44: Conversa com Cirenio (Fonte: Arquivo pessoal).

Por isso atos, experiências, fatos, objetos, sentimentos, palavras, imagens que vêm do passado se agregam ao presente e assumem um corpo novo. Os testemunhos, os objetos, as fotografias e as vozes agem sobre a memória, constituem-na viva – e por isso a importância das narrativas e dos narradores.

As narrações cotidianas de Cirenio e Maneca estão repletas de poéticas da nostalgia de uma paisagem perdida e idealizada; produzem ressarcimento de comunidades que tiveram rapidamente suas histórias excluídas, precocemente depredadas, abandonadas em zonas marginais. Esses dois homens anônimos, assim como Claudio, chamam a atenção para importantes modos de vida que se modificaram ao longo da modernidade a ponto de tornarem-se desconhecidos. Visitar a casa de Maneca, o engenho de Cirenio e o Parque do Acaraí com Bruno funcionara como um dispositivo para a imaginação de uma nova existência para lugares abandonados e saberes esquecidos.

A memória, portanto, não tem fim; faz-se por camadas umas sobre as outras, por vezes contraditórias, que se produzem num campo de disputas e tensões: em alguns momentos se estabilizam alguns sentidos, outros tantos são esquecidos mas continuam lá. São certas táticas e engenhosidades de anônimos que se caracterizam, então, como

politização das práticas cotidianas. Táticas que, como afirma Certeau (2013a) com base em Bordieu, produzem sem capitalizar, sem dominar o tempo. Muitas das práticas cotidianas que analisei nesta tese, e mais particularmente neste capítulo, com Seu Maneca e Cirenio, são do tipo táticas (CERTEAU, 2013a). Apoiam-se, esses anônimos, em maneiras de fazer e de viver polimorfos, orgulham-se de pequenos sucessos e praticam performances que dependem dos saberes antigos. Dou-me por satisfeita então que esta pesquisa, que perseguiu indícios e privilegiou rastros, tenha me possibilitado encontrar esses anônimos, homens ordinários, sem sobrenomes importantes. Moradores de diferentes regiões da cidade, com trajetórias diversas, mas que carregam vozes de quem não está representado na paisagem preservada. Maneca e Cirenio são importantes colecionadores de memórias e insignificâncias, portadores de narrativas outras da/na cidade. Transmitem em suas narrativas a vitalidade da cidade e das inúmeras possibilidades do viver e produzir memórias, e reivindicam, ainda que com táticas silenciosas, o direito de diferir dos modos de subjetivar-se na cidade.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Várias vezes imaginei, preocupada, como terminaria este texto, como diria em poucas palavras tudo o que vivi nesses quatro anos de doutorado. Desde a mudança para São Francisco do Sul e o contato com a paisagem, a viagem à Itália e os diferentes sabores experimentados. O paladar não é o mesmo, os olhos tampouco.

Chega ao fim a caça ao tesouro a que me propus em São Francisco do Sul. Não apresento neste momento, porém, um baú com o tesouro encontrado. O verdadeiro tesouro desta tese foi a aventura de perseguir vestígios, de juntar cacos e montar histórias. Termina um acontecimento, um tempo de pesquisa, mas não se esgotaram os indícios, histórias e memórias na cidade.

O que tenho nas mãos é uma trama, tal qual uma rede de pesca, com fios entrecruzados, com sentidos produzidos nos encontros, com os afetos e provocações ali alinhavados. Nessa rede estão presentes tonalidades de cores dos fios das pessoas que conheci e dos vários outros que atravessavam seus discursos. Essa rede está colorida também com os fios que eu carregava dos acontecimentos experimentados com tantos outros.

Assim também é constituída a vida: experimentada como fios tecidos, como emaranhado de relações, como complexidade que se coloca em cada evento, em cada novo movimento, em cada pista perseguida.

Realizei um percurso de pesquisa como uma imersão na cidade, em uma perspectiva lúdica, aventureira, de perder-se e encontrar-se entre tempos e espaços outros. Acolhi o imprevisível e estive atenta aos vestígios de memórias e restos de histórias. Conheci pessoas e suas produções culturais ao inserir-me localmente e participar de seus cotidianos, de suas performances, formas de vida e produções subjetivas.

Detalhes insignificantes evidenciados na paisagem disseram da polifonia na cidade, e que decididamente não existem registros únicos. A circulação de um discurso sobre a cidade e sobre o que é memorável nem sempre coincidiu com o que ela significava para seus moradores. Um patrimônio cultural foi promovido e protegido. O que não impediu, no entanto, a coexistência de outros modos de preservação de memória e de colecionamento de outras histórias na cidade.

Parti de um incomodo, de uma interrogação e de uma suspeita sobre a existência de outros modos de vida e de produção de memórias na cidade e me deixei conduzir por alguns narradores que por ali encontrei e que resultaram nesta escrita. Nesta proposta, deixei a estrada conhecida –

o patrimônio cultural oficial – e busquei o invisível, o que estaria apagado entre as paredes da arquitetura portuguesa.

Viajei, inscrevi e escrevi de acordo com a polifonia da cidade e de suas memórias. Estive fora de uma cultura enquanto a olhava de dentro, na sua trama de relações sociais e afetivas, percorrendo vestígios de memórias a serem restituídas. Participei de experiências afetivas produtoras de textos, de sujeitos e de mundos, encontrei uma rede ramificada de produções culturais, de discursos e processos de subjetivações outros, em lugares despercebidos, por vezes ignorados.

Essa tese concentrou a atenção aos minúsculos espaços, ordinários, que contam com a façanha de sujeitos anônimos que com táticas silenciosas produzem suas memórias na cidade de São Francisco do Sul. Encontrei inúmeras possibilidades de histórias e memórias, anônimos sujeitos em insignificantes localidades que reivindicavam o direito de diferir aos modos de viver e produzir memórias na/da cidade.

Nessa tarefa, porém, rastros também foram deixados neste mapa percorrido, e nesta trama tecida foram produzidos nós de memórias e afetos, entre pesquisadores e sujeitos, compondo um mapa de um espaço atravessado que também me atravessou. O maior desafio foi descrever, transcrever, interpretar esse percurso em um texto, dar uma forma a esses diálogos que se entrecruzam, que se sobrepuseram em percursos diversos.

Contudo, se em São Francisco do Sul foi produzido um retrato de cidade atrelado aos colonizadores europeus e um apagamento de memórias de tantos outros grupos culturais presentes nesse território, alguns rastros de memórias, porém, indicam memórias potentes que anunciam a polifonia e a dialogia na cidade. Aldeias guaranis que mantêm sua língua e seus artesanatos; remanescentes quilombolas resistindo ao apagamento de suas tradições; um último engenho ativo de farinha de mandioca artesanal; uma antiga dança festiva de colheita agrícola cultivada por uma família; histórias de um velho pescador artesanal objetivadas em poesias; tantos e tantos sambaquis esquecidos; guaranis nômades; colonizadores portugueses e paulistas, paranaenses que vieram fazer a vida em São Chico; o desejo de um museu de memória negra; um colecionista de objetos encontrados no lixo; lendas em torno de uma comunidade extinta com a instalação do porto naval, entre tantas outras. Memórias sem fim, que nem sempre se encontravam; ao contrário, confrontavam-se, contradiziam-se em um campo de disputas e tensões que constitui as cidades.

Tentei imaginar, por fim, um espaço para memórias apagadas e periféricas em São Francisco do Sul. Nesse espaço caberia o varal da Dona Nete com suas roupas coloridas, a taça de Claudio, assim como seus

estimados objetos agrícolas, o canto guarani e a fotografia das pessoas fazendo pose na igreja na comunidade do Casqueiro. Incluiria ainda vídeos com a Dança do Vilão e acrescentaria uma entrevista profissionalmente filmada de Cirenio embaixo da árvore, explicando como se faz a farinha de mandioca. Talvez seria mais interessante montar uma sala para experimentar o processo de produção da farinha. Não sei se seria o mais adequado expor os cachimbos e a placa da igreja de que falou Soraia. Talvez uma instalação artística composta por objetos alheios, incorporando novas significações e convidando a imaginar a presença negra na cidade restituiria o apagamento na cidade que ouvi de Ana Passos.

Imaginei ainda um encontro entre Claudio, Adriano, Dona Nete, Cirenio e Seu Maneca, enfim, entre os narradores desta tese. Com certeza Claudio, apaixonado por ferramentas agrícolas, gostaria de ver o rancho e o engenho de Cirenio ainda em funcionamento. Como seria o encontro desses dois? E se Dona Carmen visitasse a Tapera? Criei neste instante uma cena em que Adriano contaria para D. Ana Passos como as crianças nascem na aldeia; e seu Maneca declararia a Dalmo um de seus poemas. Pensei em convidar Andrea para me acompanhar à casa de Claudio. Apresentaria as habitações guaranis à Karine e convidaria Bruno para guiar Vanessa a uma visita na lagoa do Parque do Acaraí.

Convidaria ainda meus futuros alunos a estudar outras localidades citadas por quem conversei, mas que escaparam desta tese. Como a Casa em estilo colonial no bairro Paulas, com ruínas de senzalas do século XVIII, o Hospital de Caridade e sua relevância monumental, a igreja da Capela do Santo Antônio na Gamboa, o casarão da cachoeira da Vila da Gloria e as festas tradicionais de São João. Não esqueceria a área degradada do Centro Histórico próxima ao porto, nem o santuário dos leprosos do Capri ou o trem e a litorina que transportava D. Carmen na juventude. Tantas histórias que ficaram fora deste texto...

Lendas, histórias, vestígios e rastros que merecem não uma tese, mas um programa de pesquisa. E que me fazem acreditar na potência do tema, na importância de restituir às pessoas e àquelas comunidades suas memórias.

Introduzi a dúvida sobre a inventada cidade com ares europeus. Experimentei um modo de fazer pesquisa que, assim como a vida, não foi feita de perguntas e respostas, mas de perguntas que respondem outras perguntas, de respostas que surgem para perguntas de tanto tempo atrás e de perguntas que continuam interrogando – em um processo dialógico por excelência.

A tese advertiu para a existência de histórias diferentes do patrimônio arquitetônico, analisou a tensão entre distintos discursos na/da cidade e evidenciou modos outros de produzir e recriar a vida na cidade; e com isso dilatou o a concepção do que está protegido e preservado na cidade. Chamou a atenção para a provisoriedade da memória, o caráter construtivo e processual na produção de patrimônios; concepções estas que podem estar presentes na análise de futuras propostas de patrimônio em São Francisco do Sul.

Eis algumas compreensões sobre as tensões na cidade e sobre reinvenções de memórias no subsolo da arquitetura colonial portuguesa. Talvez seja essa uma contribuição da Psicologia para a sensibilidade do plural, para visibilizar significados outros que não monumentalize o passado, não cristalice a história e reconheça a dialogia da memória.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. Colecionando museus como ruínas: percursos e experiências de memória no contexto de ações patrimoniais. In: **Ilha Revista de Antropologia**. V.14, n.1 e 2, p. 17-35, jan. a dez. de 2012.

ACHUTTI, Luiz Eduardo R. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Tomo Editorial, 2004.

AMORIM, Marília. A contribuição de Mikhail Bakhtin. In: Freitas, Maria T. Souza; Solange Jobim, Kramer, Sonia. **Ciências Humanas e Pesquisa – Leituras de Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2007.

ANDRIOLO, Arley. Entre a ruína e a obra de arte: psicossociologia da percepção da cidade histórica turística. *Estud. psicol.* (Natal) [online]. 2009, vol.14, n.2, pp. 159-166. ISSN 1413-294X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2009000200009>>.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ASSIS, Neiva de. **Classe de Aceleração ou Remediação**. (mimeo) FURB: Blumenau, 2001.

ASSIS, Neiva de. **Jovens, Arte e Cidade: (Im) possibilidades de relações estéticas em programas de contraturno escolar**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). 2011, 185 f. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94779/290827.pdf?sequence=1>>.

ASSIS, Neiva de. Impossibilidades de Relações Estéticas nos encontros de jovens com a cidade mediada pela fotografia. In: Cordeiro, Rosineide & Menegon, Vera Mincoff. **Modos heterogêneos de saber e fazer: textos acadêmicos em Psicologia Social**. Série Concurso Abrapso de textos Acadêmicos. 2012.

ASSIS, N. de; ZANELLA, A. Jovens e programas de contraturno escolar: (des)encontros possíveis. **Pesquisa e Práticas Psicossociais**. 2012, 7 (1), 76-82. Acesso em 10 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalpip/Volume7_n1/Assis_e_Zanella.pdf>.

ASSIS, Neiva de; ZANELLA, Andrea Vieira; ROSA, Luciano. The Extended School Day and Artistic Activities: Analysis of Scientific Production Between 2000 and 2012 in Brazil. *Paidéia* (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 24, n. 58, p. 253-260, Aug. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2014000200253&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Dec. 2015.

ASSIS, Neiva de; ZANELLA, Andrea Vieira. **Caminhadas fotográficas**: uma experiência com jovens e memórias de uma cidade. No prelo 2016.

ARISTÓTELES. **A política**. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papyrus, 2012.

AZEVEDO, A. **Casa de pensão**. 5.ed., São Paulo: Ática, 1989.

AZEVEDO, A. **O Cortiço** (1890). Editora moderna, São Paulo, 1991.

BAIRRAO, José Francisco Miguel Henriques. Sublimidade do mal e sublimação da crueldade: criança, sagrado e rua. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2004, vol.17, n.1, pp. 61-73. ISSN 1678-7153. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722004000100009>.

BAPTISTA, Luis Antonio; FERREIRA, Marcelo S. **Por que a cidade?** Escritos sobre a experiência urbana e subjetividade. Niterói, Editora da UFF, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. 6ª. Edição.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem** (1929). 16a ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. Discurso na vida e discurso na arte (sobre poética sociológica). In: _____. **Freudianism**. A marxist critique. New York: New York Academic Press, 1976. (Trad. do russo de I. R. Titunik - Texto russo publicado em 1926) Trad. FARACO, C. A.; TEZZA, C. (Texto para uso didático), 2002.

BALZAC, H. **A Comédia Humana**. Editora Globo, São Paulo, 1993.

BANDEIRA, Dione da Rocha. **Ceramistas pre-coloniais da Baía da Babitonga, SC**: arqueologia e etnicidade. 2004, 272 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BAPTISTA, L. A.; FERREIRA, M. S. **Por que a cidade?** Escritos sobre a experiência urbana e subjetividade. Niterói, Editora da UFF, 2012.

BARBOZA, D. **As múltiplas cidades na cidade**: as relações estéticas dos catadores de material reciclável com a polifonia urbana. 2012. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BARROS, João Paulo Pereira. Constituição de “sentidos” e “subjetividades”: aproximações entre Vygotsky e Bakhtin. **ECOS Estudos Contemporâneos da Subjetividade**. 1 (2), 2012.

BARROS, Manoel de. **O guardador de águas**. 6ªed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BARROS, Manoel de. **Poesia Completa**. São Paulo: Leya, 2011.

BAUDELAIRE, Charles. As Massas. In: **Pequenos poemas em prosa** [O Spleen de Paris]. São Paulo. Hedra. 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAY, D. M. D. Resgatando Arte, incluindo a Arte. In: ZANELLA, A. V.; COSTA, F. C. B.; MAHEIRIE, K.; ROS, S. Z. (Orgs.). **Educação estética e constituição do sujeito**: reflexões em curso. 1ª. Ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2007.

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire**, um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Martins Barbosa e Hermerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, v.3)

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas III**: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. 3a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, 1ª reimpressão.

BEZERRA, Paulo. Prefácio. In: BAKHTIN, M.M, **Estética da criação verbal**. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2011.

BEZERRA, Paulo. Prefácio – uma obra à prova do Tempo. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

BILAC, Olavo. **Vossa Insolência**. Crônicas de Olavo Bilac. Organização de Antônio Dimas. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

BORBA, Fernanda Mara. **Arqueologia da escravidão numa vila litorânea**: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul. 2013. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BRASIL, 1961. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>.

BRASIL. **Decreto nº 3.551**, de 4 de agosto 2000. Programa Nacional de Patrimônio Imaterial que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2013.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura – MEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC**. 2011. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2012.

BRITO, R. A.; ZANELLA, A.V. JOVENS E CIDADE: a experiência do projeto ArteUrbe. **Polis e Psique**, v. 2, p. 55-81, 2012.

BUARQUE, C. B. A cidade ideal. **Os Saltimbancos**. Philips Records, 1977.

BUARQUE, C. B. Vai trabalhar, Vagabundo. **Meus Caros Amigos**. LP (1976), CD (1989) Phonogram/Philips.

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio**: lições americanas. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Heloisa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: USP, 2008.

CARERI, Francesco. **Walkscapes**: el andar como practica estética. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2009.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003, 180p.

CARVALHO, Aldair Nascimento. **Senhora do Rosário Sinhô Rei e Rainha Ô... O Recebe A Coroa Ô...**As representações sociais do Grupo Catumbi da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Itapocu sob o olhar das comunidades negras de Araquari e entorno. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2012.

CASCAES, Franklin. **Vida e Arte e a Colonização Açoriana.** Entrevistas e organização de Raimundo C. Caruso. Editora da UFSC, Florianópolis, 1988.

CASCAES, Franklin. **O Fantástico na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, vol. I e II, 1989.

CASTRO, L.R. (org.) **Subjetividade e cidadania:** um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.

CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano:** volume 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2013a.

CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano:** volume 2. Morar, Cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2013b.

CHAGAS, Mário; ABREU, Regina. Introdução. In: (orgs). **Memória e Patrimônio** – ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica.** Antropologia e leitura no século XX. RJ. Ed UFRJ, 2002

COSTA, Luís Artur; MIZOGUCHI, Danichi H.; FONSECA, K Tania Mara Galli. Corpoartecidade: (inten)cidades dos corpos urbanos. In: FONSECA, Tânia M.G.; ENGELMAN, Selda (Orgs.). **Corpo, arte e clínica.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. (p.171-190).

COSTA, Marli Lopes da; CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias?. **Estud. psicol.** (Natal) [online]. 2008, vol.13, n.2, pp. 125-131. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2008000200004>>.

COPPOLA, S. **Lost in Translation**. 2003. American Zoetrope.

CORREIO FRANCISQUENSE. **São Francisco do Sul discute Planejamento Urbano para mudanças do Plano Diretor**, 08/12/2015. Disponível em: <<http://www.correiofrancisquense.com.br/cidade/são-francisco-do-sul/são-francisco-do-sul-discute-planejamento-urbano-para-mudanças-do-plano-diretor-1.1846541>>

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. **Empirismo e Subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. (L.B.L. Orlandi, trad.) São Paulo: Editora 34, 2001.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro, RJ: Forense universitária, 1995.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. **São Francisco do Sul**, 14.10.2010. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/sc-saofranc/sfrancisco.htm>>. Acesso em: 20 de junho de 2011

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – FATMA. **Parque Estadual Acaraí**. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br/conteudo/parque-estadual-acarai>>.

FISCHMANN, G. Reflexões sobre imagens, cultura visual e pesquisa educacional. In: Ciavata, M. & Alves, N. (orgs) **A Leitura de Imagens na Pesquisa Social**: história, comunicação e educação. 2^a.ed – São Paulo: Cortez, 2008.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; CAMPOS, Emerson César de. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 267-296, June 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100012&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Dec. 2015.

FOLHA DE S. PAULO. **Doralécio Soares (1914-2012) – O folclorista e as rendas de bilro de Floripa**. Folha de S. Paulo, 07/09/2013. Disponível

em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1149908-doralecio-soares-1914-2012---o-folclorista-e-as-rendas-de-bilro-de-floripa.shtml>>.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU; R.; CHAGAS, M. (orgs). **Memória e Patrimônio** – ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio e Performance: uma relação interessante. In: TEIXEIRA, J.G.L.C.; GARCIA, M.V.C.; GUSMÃO, R. **Patrimônio Imaterial, Performance Cultura e Re-traditionalização**. TRANSE/CEAM, Universidade de Brasília, Brasília, 2003b.

FONSECA, R. A arte de andar pelas ruas do Rio de Janeiro. In: **Contos reunidos**. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FONSECA, Tania Mara Galli. A cidade subjetiva. In: Patricia Gomes Kirst; Tania Mara Galli Fonseca. (Org.). **Cartografias e Devires**. A construção do Presente. 1ed.Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003, v. 1, p. 253-257.

FONSECA, Tania Mara Galli et al. Pesquisa e acontecimento: o toque no impensado. **Psicol. estud.** [online]. 2006, vol.11, n.3, pp. 655-660. ISSN 1807-0329. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000300022>.

FONSECA, Tania Mara Galli; THOMAZONI, Andresa Ribeiro; LOCKMANN, Vivian and BUTKUS, Vitor. Espaços heterotópicos, imagens sobrepostas: encontros entre arte, loucura e memória. **Psicol. cienc. prof.** [online]. 2009, vol.29, n.2, pp. 406-415. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932009000200015>.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. **Ditos & Escritos IV**: Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FURTADO, J. R.; ZANELLA, A.V. Graffiti e cidade: sentidos da intervenção urbana e o processo de constituição dos sujeitos. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 9, p. p.1279- p.1302, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever, esquecer**. São Paulo: Editora34, 2009 (2ª. Edição)

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração**. Ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora34, 2014.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. L&PM, 2010.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GEERTZ, Clifford. A arte como um sistema cultural. In: _____. **O saber local: novos ensaios sobre antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes. 1997.

GIARD, Luce. História de uma Pesquisa. In: CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano: volume 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GINZBURG, Carlo, 1989. **Mitos, Emblemas, Sinais** – Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Miti emblemi spie**. Morfologia e storia. Piccola Biblioteca Einaudi, 2000.

GÓES, Maria Cecília. A abordagem microgenética na matriz histórico cultural: Uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. **Cadernos Cedex**, ano XX, nº 50, abril/2000.

GÓES, M.C.R. de; CRUZ, M.N.da. Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski, **Revista Pro-Posições**, v. 17, n. 12 (50) maio/ago 2006.

GOETHE, J. W. **Viagem à Itália**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis, RJ: Vozes. 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs). **Memória e Patrimônio** – ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

GYMPEL, Jan. **História da Arquitetura**: da antiguidade aos nossos dias. Konemann, Colonia, 2001.

G1-SC. **Navegador Amyr Klink compra casa no Norte de SC para abrigar barcos**, 12/03/2015. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/03/navegador-amyr-klink-compra-casa-no-norte-de-sc-para-abrigar-barcos.html>>.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens das mudanças culturais. (5ed). São Paulo: Loyola, 1992.

HINKEL, J.; MAHEIRIE, K. RAP -- Rimas Afetivas da Periferia: Reflexões na Perspectiva Sócio-Histórica. **Psicologia e Sociedade**, v. 19, p. 90-100, 2007.

HISSA, C. E. V. Cidade e ambiente: dicotomias e transversalidade. In: HISSA, C. E. V (Org.) **Saberes ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. São Francisco do Sul. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=421620>>. Acesso em 20 de julho de 2010.

INSTITUTO BINOT PAULMIER DE GONNEVILLE. São Francisco do Sul – 500 anos de História. IBPaulmier de Gonneville, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Informação número 109/86. **Pedido de tombamento de São Francisco do Sul, 1986**. Disponível no arquivo do

escritório do IPHAN São Francisco do Sul, consultado em novembro de 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Lista dos Bens Culturais Inscritos no livro do Tombo** (1938-2012). Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: 02 de junho de 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Superintendência do IPHAN em Santa Catarina**. Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/341>>. Acesso em: 31 de julho de 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. **São Francisco do Sul (SC)**. Fontes: Arquivo Noronha Santos/Iphan e IBGE. 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/398/>>.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LENGEN, Johan Van. **Manual do Arquiteto Descalço**. Rio de Janeiro: TIBÁLivros, 2004. 724p.

LEPECKI, André. Coreopolítica e coreopolícia. **Revista ILHA**. v. 13, n. 1, p. 41-60, jan./jun. (2011) 2012.

LITAIFF, A. Mitos e práticas entre os índios Guaranis. **Revista Tellus**, ano 8, n. 14, abr. 2008. Campo Grande – MS. Ed. UCDB Tellus.

MAFFESOLI, Michel. **O ritmo da vida** – variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

MAGNAGNI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **RBCS**, vol. 17 no. 49, junho de 2002.

MAHEIRIE, K. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, v. 7, n.3, p. 31-44, jan/jun 2002.

MANSANO, Sonia Regina V. Sujeito, Subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, 8(2), 2009.

MARICATO, E. Planejamento urbano no Brasil: as idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES O. B.; MARICATO E., VAINER C. (Orgs.) **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes; 2003.

MARTINS, José de Souza. Sociologia da Fotografia e da Imagem. São Paulo: Contexto, 2009.

MAURENTE, Vanessa; TITTONI, Jaqueline. Imagens como estratégia metodológica em pesquisa: a fotocomposição e outros caminhos possíveis. **Psicol. Soc.** [online]. 2007, vol.19, n.3 [cited 2015-12-22], pp. 33-38. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300006&lng=en&nrm=iso>.

MEIRELES, Cecília. Reinvenção. In: **Cecília de Bolso**. Coleção L&Pm Pocket, Porto Alegre, 2008.

MELLO, Bruno César EufRASIO de. E o negro na arquitetura brasileira? **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 145.01, Vitruvius, jun. 2012. Disponível em:
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4372>>.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A Psicologia Social no campo da cultura material. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 283-290, 1996. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47141996000100019&lng=en&nrm=iso>.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em:
<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>.

MIGUEL, Raquel de Barros Pinto; PEDRO, Joana Maria. Narrativas de leitoras da revista Capricho: memória e subjetividade (1950 a 1960). **Cad. Pagu** [online]. 2009, n.33, pp. 235-264. ISSN 0104-8333. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332009000200009>.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. **Quadro atual da política de regularização de territórios quilombolas no INCRA**. Disponível em: <http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/documentos/DADOS_PROCESSOS_REGULARIZACaO_QUILOMBOS_INCRA_3.pdf>.

MUSEO ETTORE GUATELLI (Província de Parma, Itália). FONDAZIONE MUSEO ETTORE GUATELLI. Catálogo do Museu, 2015.

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE/MASJ. Institucional. Disponível em: <<http://museusambaqui.blogspot.com.br/p/historia.html>>.

MUSEU DO LIXO – COMCAP. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/index.php?cms=historia+do+museu+do+lixo&menu=6>>. Acesso em 20 dezembro 2014.

NATERCIA, F. Em nome do dissenso, filósofo francês redefine termos e conceitos na arte e na política. **Cienc. Cult.**, 2005, vol.57, n.4, p. 16-16.

NAVARRO, E. A. **Método moderno de tupi antigo**: a língua do Brasil dos primeiros séculos. 3ª edição. São Paulo. Global. 2005. p. 118.

OLIVEIRA, Andrea. **Palestra: Patrimônio Cultural em São Francisco do Sul**: Memória, história e identidade, 2013.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. “Memória e sociedade”: ciência poética e referência de humanismo. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 51-58, Mar. 2008. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642008000100008&lng=en&nrm=iso>.

PADIGLIONE, Vincenzo. **Poetische dal Museo Etnografico**. Spezie Morali e kit di Sopravivenza. Bologna, Italia: Editrice la Mandragora, 2010.

_____. O lugar onde todas as palavras se concretizam. Cinco presenças da escrita em pequenos museus etnográficos. In: CASTELLS, A. N. G.; NARDI, L. **Patrimônio Cultural e Cidade Contemporânea**. Editora UFSC, Florianópolis, 2012.

_____. Só nos restam as heterotopias. Utopias e distopias no espaço museal. In: FLORES, M. B. R.; PETERLE, Patricia. **História e Arte utopia, utopias**. Mercado das letras, Campinas 2013.

PALUMBO, Berardino. **L'Unesco e il campanile**: antropologia, politica e beni culturali in Sicilia orientale. Editado da Meltemi, 2006.

PAULI, Roberta Cristina Silva. **Representações sociais sobre o Centro Histórico tombado de São Francisco do Sul**. 2010, 125 f. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, 2010.

PELEGRINI, Sandra C. A.. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2006, vol.26, n., pp. 115-140 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007&lng=en&nrm=iso>.

PEREIRA, Vanessa Maria. São Francisco do Sul (SC): o patrimônio que se estabelece e a paisagem que se constrói. In: CASTELLS, A. N. G.; NARDI, L. **Patrimônio Cultural e Cidade Contemporânea**. Editora UFSC, Florianópolis, 2012.

PESAVENTO, S. Prefácio. In: NASCIMENTO, Dorval do. BITENCOURT, João Batista (Orgs). **Dimensões do urbano** – multipilares facetas da cidade. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2008.

POE, E. A. **O Homem da multidão**. Tradução de Dorothée de Bruchard. Edição Bilingüe. Porto Alegre: Paraula, 1993.

POULOT, D. **Cultura, História, valores patrimoniais e museus**. *Varia hist.* [online]. 2011, vol.27, n.46, pp. 471-480.

PRADO FILHO, K.; MARTINS, S. A subjetividade como objeto da(s) Psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**; 19 (3): 14-19, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL. **São Francisco do Sul ganha parque ecológico** – 18/12/2013. Disponível em:
<<http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/noticia/1114#.Vm9r7EorKUI>>
)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL. **Festilha de São Francisco do Sul abre festas típicas da região.** Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, 19/03/2015. Disponível em:
<http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/noticia/2078#.VnUkd_krKUI>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL. **Centro Histórico.** Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul. Disponível em: <<http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/c/centro-historico#.VncxFvkrKUM>>.

RANCIÉRE, Jacques. **O desentendimento.** Política e Filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. Editora 34. São Paulo, 1996a.

_____. O dissenso. In: NOVAES, Adauto. **Crise da Razão.** Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 1996b.

_____. Entrevista: Em nome do dissenso, filósofo francês redefine termos e conceitos na arte e na política. Entrevistadora: NATERCIA, Flávia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 4, dez. 2005.

_____. **O mestre ignorante:** cinco lições sobre a emancipação intelectual. Trad. Lílian do Valle. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. **A partilha do sensível.** Estética e política. Tradução de Monica Costa Netto. 2ª. Edição, 1ª. Reimpressão. São Paulo, Editora 34, 2012.

ROCHA, Gilmar; RUSSI, Adriana and ALVAREZ, Johnny. Etnoeducação patrimonial: reflexões antropológicas em torno de uma experiência de formação de professores. **Pro-Posições** [online]. 2013, vol.24, n.2, pp. 55-67. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072013000200005>>.

ROCHA, Joana D'Arc Portella. **Terra sem mal: mito guarani na demarcação de terras indígenas.** 2010. 90f. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Naturais e Exatas. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

RODRIGUES, A.C.; BAPTISTA, L. A. S. Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade. **Psicologia & Sociedade**, 22 (3), p. 422-429, 2010.

RODRIGUES, F.L. **Lixo: de onde vem? para onde vai?** São Paulo: Moderna/USP, 1998.

SA, Celso Pereira de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicol. Reflex. Crit.** [online]. 2007, vol.20, n.2, pp. 290-295. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722007000200015>>.

SABIÁ, Ana Paula. **Madonnas contemporâneas em série fotográfica: relações estéticas e produção de sentidos sobre a maternidade.** 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2015.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 3.517**, de 23 de setembro de 2005. Cria o Parque Estadual Acaraí e dá outras providências. Governo de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/images/stories/educacao_%20ambiental/decreto_3517_parque_acara.pdf>. Acesso em: 2 de junho de 2013.

SANTANA, Jair. **A lei 10.639/03 e o ensino de artes nas séries iniciais: políticas afirmativas e folclorização racista.** 2010. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SAWAIA, Bader B. O Calor do Lugar – segregação urbana e identidade. **São Paulo em. Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v.9, n.2, p.20-24, 1995.

SAWAIA, Bader B. (org) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: FAPESP, 2002.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1962.

SCHECHNER, Richard. O que é Performance? In: **O Percevejo**. Revista de Teatro Crítica e Estética. Estudos da Performance. Ano 11, n.12, 2003.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012, 160 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SECRETARIA DA CULTURA. **Museu Afro Brasil**. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/>>

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Comunidades quilombolas** (publicado 09/04/2014, última modificação 09/06/2015). Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>.

SENNETT, R. **Carne e Pedra**. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Trad. Marcos Araújo Reis – 2ª. Edição – Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010.

SILVA, Daniele Nunes Henrique; SIRGADO, Angel Pino and TAVIRA, Larissa Vasques. Memória, narrativa e identidade profissional: analisando memoriais docentes. Cad. CEDES [online]. 2012, vol.32, n.88, pp. 263-283. ISSN 0101-3262. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622012000300002>.

SILVA, Denize Aparecida da. **“PLANTADORES DE RAIZ”**: Escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville –

1845/1888. 2004, 121 f. Dissertação (Mestrado em História).
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

SILVEIRA, Otávio. **Cousas do passado franciscano**. Museu
Histórico de São Francisco do Sul, São Francisco do Sul, 1947.

SIQUEIRA, Mônica Maria; MORAES, Maria Sílvia de. Saúde coletiva,
resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. **Ciênc. saúde
coletiva** [online]. 2009, vol.14, n.6, pp. 2115-2122. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000600018>>.

SISINNO, C.L.S.; OLIVEIRA R. M. (Orgs). **Resíduos sólidos,
ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2002.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma
perspectiva histórico-cultural. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 21, n. 71, p.
166-193, July 2000. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000200008&lng=en&nrm=iso>.

SONAR COMUNICAÇÃO. Canal do Linguado. Disponível em:
<<http://www.sonarcom.com.br/curiosidades/mat01/index.htm>>. Acesso
em: 20 de julho de 2013.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. 5ª. Reimpressão. São Paulo:
Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Alcídio M. **Guia dos bens tombados de Santa Catarina**. Rio
de Janeiro: Expressão e cultura, 1992.

SPINK, Peter. O Pesquisador Conversador do Cotidiano. **Psicologia e
Sociedade**. Vol. 20 Edição Especial. Porto Alegre: 2008.

TERRASTOCK Banco de Imagens. **Técnicas de taipa-de-pilão e pau-
a-pique**. Disponível em:
<<http://www.terrastock.com.br/images/full/B5486.JPG>>. Acesso em: 20
de julho de 2013.

TITON, A. P. A cidade e suas configurações: trajetórias e sentidos de
jovens de classes populares na/com a cidade de Florianópolis/SC. In:

Zanella, A. V.; Meheirie, K. (Orgs.). **Diálogos em Psicologia Social e Arte**. Curitiba: Editora CRV, 2009, v.p. 75-92.

TITTONI, Jaqueline. (Org). **Psicologia e Fotografia**: Experiências em intervenções fotografias. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2009.

TURNER, Victor. The anthropology of performance. **Performing Arts Journal**, New York 1987.

VAZQUEZ, A. S. (1915) **Convite à Estética**. Tradução: Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

VELHO, G. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**. V. 12 n.1: 237-248, 2006.

VELOSO, Caetano. **Alegria, Alegria**. Philips, 1967.

VELOSO, Thelma Maria Grisi; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Memórias sobre um conflito de terra em relatos de história de vida. Fractal, **Rev. Psicol.** [online]. 2013, vol.25, n.1, pp. 23-40. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922013000100003>>.

VIGOSTKI, Lev. **Psicologia da Arte**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Manuscrito de 1929. **Educ. Soc.** [online]. 2000, vol.21, n.71.

_____. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

_____. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo, Ática, 2009.

_____. Educação Estética. In: **Psicologia pedagógica**. Tradução do russo e introdução de Paulo Bezerra. (Coleção textos de Psicologia). 3ª. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel/Fapesp, 1998.

VYGOTSKI, L. S. **Pensamiento y Palabra**. Obras Escogidas II. Madri: Visor, 1992. (Trabalho original publicado em 1982).

_____. **Obras Escogidas**: Vol. 3. Problemas del desarrollo de la psique. Madrid, España: Visor, 1995.

WERTSCH, James. **Voces de la mente**: un enfoque sociocultural para el estudio de la acción mediada. Madrid: Visor Distribuciones, 1993.

ZANELLA, A. V. **Relações estéticas, atividade criadora e imaginação**: sujeitos e (em) experiência. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2006.

ZANELLA, A. V. **Perguntar, registrar, escrever**: inquietações metodológicas. Porto Alegre: Sulina; Editora UFRGS, 2013.

ZANELLA, A. V. Pode até ser flor se flor parece a quem o diga: reflexões sobre educação estética e o processo de constituição do sujeito. In: DA ROS, S. Z.; MAHEIRIE, K.; ZANELLA, A. (Orgs.) **Diálogos em Psicologia Social e Arte**. Curitiba: CRV, 2010.

ZANELLA, A. V.; FURTADO, J.; BUENO, G; LEVITAN, D.; ASSIS, N. Jovens na cidade: arte, política e resistências. In: MAYORGA, C.; CASTRO, L.R.; PRADO, M.A.M. (Org.). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. 1ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, v. único, p. 121-142.

ZANELLA, A. V.; TITTONI, J. (Orgs.) **Imagens no pesquisar**: experimentações. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2011.